



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DA OE/DARH

ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

1.^a SÉRIE

N.º 10/31 DE OUTUBRO DE 2009

Publica-se ao Exército o seguinte:

SUMÁRIO

DECRETOS-LEIS

Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 296/2009:

Aprova o regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato e de voluntariado dos três ramos das Forças Armadas 779

Decreto-Lei n.º 300/2009:

Estabelece a estrutura orgânica da PJM 793

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Decreto-Lei n.º 295/2009:

Altera o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo DL n.º 480/99 de 9Nov 797

Ministérios da Saúde

Decreto-Lei n.º 291/2009:

Procede à segunda alteração ao DL n.º 202/96 de 23 de Outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei 878

PORTARIAS

Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Defesa Nacional

Portaria n.º 1 271/2009:

Aprova os Estatutos do IASFA I. P 884

Portaria n.º 1 272/2009:

Estabelece a estrutura nuclear do IDN e as competências das respectivas unidades orgânicas 890

Portaria n.º 1 273/2009:

Estabelece a estrutura nuclear da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e as competências das respectivas unidades orgânicas 891

Portaria n.º 1 274/2009:

Estabelece a estrutura nuclear da Secretaria-Geral do MDN e as atribuições e competências das respectivas unidades orgânicas 894

Portaria n.º 1 275/2009:

Estabelece a estrutura nuclear da Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa e as competências das respectivas unidades orgânicas 898

Portaria n.º 1 276/2009:

Estabelece a estrutura nuclear da Inspeção-Geral da Defesa Nacional e competências das respectivas unidades orgânicas 901

Portaria n.º 1 277/2009:

Estabelece a estrutura nuclear da Direcção-Geral de Política da Defesa Nacional e as competências das respectivas unidades orgânicas 903

Portaria n.º 1 278/2009:

Fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Secretaria-Geral do MDN 906

Portaria n.º 1 279/2009:

Fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Inspeção-Geral da Defesa Nacional e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares 906

Portaria n.º 1 280/2009:

Fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares 907

Portaria n.º 1 281/2009:

Fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional 907

Portaria n.º 1 282/2009:

Fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares 908

Portaria n.º 1 283/2009:

Fixa o número máximo de unidades orgânicas flexíveis do IDN e a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares 909

Portaria n.º 1 359/2009:

Aprova o modelo do Cartão Europeu de Seguro de doença (CESD) 909

DESPACHOS

**Ministérios das Finanças e da Administração Pública,
da Defesa Nacional, da Administração Interna,
da Justiça e da Saúde**

Despacho n.º 23 838/2009:

Estende a modalidade de pagamento por preço compreensivo a utentes beneficiários dos subsistemas públicos e regula as relações financeiras daí resultantes entre o Ministério da Saúde e os subsistemas de saúde públicos 918

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 22 106/2009:

Taxas devidas pelo exercício da caça na zona de caça nacional do CMSM 919

Comando do Pessoal

Direcção de Administração de Recursos Humanos

Despacho n.º 22 132/2009:

Subdelegação de competências no coronel chefe Repartição Pessoal Militar 920

Despacho n.º 22 973/2009:

Subdelegação de competências no coronel chefe Repartição de Reserva, Reforma e Disponibilidade 921

Comando de Instrução e Doutrina

Despacho n.º 22 217/2009:

Subdelegação de competências no major-general director de Formação do CID 922

Despacho n.º 23 208/2009:

Subdelegação de competências no major-general director da Escola de Serviço de Saúde Militar .. 922

AVISOS**Aviso (extracto) n.º 17 247/2009:**

Cessação da subdelegação de competências no major-general Raul J L G Passos e subdelegação no major-general Carlos M M Branco, presidente da secção autónoma n.º 4 (SA 4) do conselho coordenador da avaliação do Exército . 923

Aviso (extracto) n.º 18 935/2009:

Cessação da subdelegação de competências no tenente-general António Maia de Mascarenhas e subdelegação no major-general João E V Bastos, presidente da secção autónoma n.º 3 (SA 3) do conselho coordenador da avaliação do Exército . 923

LOUVORES

**Ministério da Administração Interna
Governo Civil do Porto**

Louvor n.º 539/2009:

Louvor atribuído à EPT 924

PROTOCOLOS**Celebração de Protocolo:**

Protocolo entre o Exército Português e a Home Instead Senior Care 924

I — DECRETOS-LEIS

Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 296/2009

de 14 de Outubro de 2009

A Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, embora não defina nem regule os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos militares das Forças Armadas, determina que os respectivos regimes obedeçam aos princípios a que se refere o n.º 4 do seu artigo 2.º.

Em matéria de remunerações dos militares das Forças Armadas relevam os princípios subjacentes aos n.ºs 1 e 3 do artigo 66.º, artigo 67.º, n.ºs 1 e 2 do artigo 68.º, n.º 1 do artigo 69.º, e artigos 70.º, 72.º, 73.º e 76.º a 79.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que se traduzem, designadamente, na definição das componentes da remuneração e respectivos conceitos, na existência de uma tabela remuneratória única que contém todos os níveis remuneratórios a ser utilizados para a fixação da remuneração base dos trabalhadores que exerçam funções ao abrigo de relações jurídicas de emprego público, na fixação das condições de atribuição de suplementos remuneratórios e na enumeração e definição dos respectivos descontos.

Em obediência aos princípios anteriormente enunciados, e tendo igualmente presente a Lei n.º 11/89, de 1 de Junho, que estabelece as bases gerais do estatuto da condição militar, procurou-se assegurar a indispensável harmonização com os regimes de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, tendo em consideração as especificidades decorrentes da organização, competências e funcionamento das Forças Armadas.

Pretende-se, ainda, com o presente decreto-lei solucionar algumas distorções que se verificam no actual regime remuneratório, designadamente as que respeitam à existência de sobreposições indiciárias dentro de cada categoria e posto.

É também propósito contemplar no presente decreto-lei normas que respeitam à atribuição dos subsídios de Natal e de férias, 14.º mês e férias nos casos de cessação definitiva de funções.

No que concerne ao suplemento de condição militar, cuja atribuição assenta no regime especial de prestação de trabalho, na permanente disponibilidade e nos ónus e restrições específicas da condição militar, prosseguem-se os objectivos de actualização iniciados com as alterações introduzidas no Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 50/2009, de 27 de Fevereiro.

Por último, procede-se também à actualização do regime de abono mensal de despesas de representação dos militares titulares de determinados cargos ou funções, por se encontrar desajustado.

O presente decreto-lei obedece aos princípios consagrados nos artigos 66.º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, que define os regimes de vinculação de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas.

Foram ouvidas as associações profissionais de militares.

Assim:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Objecto

1 — O presente decreto-lei altera a estrutura do regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes (QP), em regime de contrato (RC) e de voluntariado (RV) dos três ramos das Forças Armadas.

2 — O disposto no presente decreto-lei aplica-se ainda aos aspirantes a oficial, aspirantes a oficial tirocinantes, cadetes dos estabelecimentos de ensino superior público militar, alunos dos cursos de formação destinados aos QP e militares em instrução básica.

Artigo 2.º

Direito à remuneração

1 — O direito à remuneração reporta-se:

- a) À data de ingresso no primeiro posto do respectivo quadro, para os militares dos QP;
- b) À data do início da prestação de serviço em RC ou RV, em conformidade com as normas especificamente aplicáveis;
- c) À data da incorporação.

2 — O direito à remuneração suspende-se nas situações de ausência ilegítima, deserção e noutras situações previstas na lei.

3 — O direito à remuneração cessa com a verificação de qualquer das causas que legalmente determinam a cessação do vínculo às Forças Armadas.

Artigo 3.º

Componentes da remuneração

A remuneração dos militares é composta por:

- a) Remuneração base;
- b) Suplementos remuneratórios.

Artigo 4.º

Remuneração base

1 — A remuneração base mensal é o montante pecuniário correspondente ao nível remuneratório da posição remuneratória em que o militar se encontra no posto.

2 — A remuneração base está referenciada à titularidade do posto e ao posicionamento remuneratório do militar.

3 — A remuneração base anual é paga em 14 mensalidades, correspondendo uma delas ao subsídio de Natal e outra ao subsídio de férias.

Artigo 5.º

Opção de remuneração

Sempre que o militar, nos termos estatutariamente aplicáveis, passe a desempenhar cargos ou a exercer funções em comissão especial ou a desempenhar cargos militares fora do âmbito das Forças Armadas, pode optar, a todo o tempo, pela remuneração devida na situação jurídico-funcional de origem.

Artigo 6.º**Suplementos remuneratórios**

1 — Os militares das Forças Armadas beneficiam dos suplementos remuneratórios previstos no presente decreto-lei e de suplementos remuneratórios específicos, conferidos em função das particulares condições de exigência relacionadas com o concreto desempenho e exercício de cargos e funções que impliquem, designadamente, penosidade, insalubridade, risco e desgaste, cujos regimes constam de legislação específica.

2 — Os militares beneficiam ainda de outros suplementos, designadamente para compensação de despesas feitas, cujos regimes constam de legislação específica.

CAPÍTULO II**Remuneração dos militares na situação de activo****SECÇÃO I****Remuneração base****Artigo 7.º****Posições remuneratórias e níveis remuneratórios**

1 — As posições remuneratórias dos postos militares constam do anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, que fixa também os níveis da tabela remuneratória única que lhe correspondem.

2 — A remuneração base dos militares a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º consta do anexo II ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

3 — A remuneração base do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas é fixada por referência ao nível remuneratório 92 da tabela remuneratória única.

4 — A remuneração base dos Chefes e dos Vice-Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas são fixadas, respectivamente, por referência aos níveis remuneratórios 89 e 75 da tabela remuneratória única.

5 — A remuneração base dos almirantes da Armada e marechais é fixada por referência ao nível remuneratório 89 da tabela remuneratória única.

Artigo 8.º**Promoção e graduação**

1 — A promoção é regulada de harmonia com as disposições estatutárias e regulamentares aplicáveis, designadamente a avaliação de mérito, e processa-se para a primeira posição remuneratória do posto a que o militar é promovido.

2 — O militar graduado em posto superior tem direito à remuneração correspondente à primeira posição remuneratória do posto em que foi graduado.

3 — O militar graduado nos termos do disposto no número anterior retoma a remuneração do posto em que se encontra promovido quando cessar a graduação, sendo-lhe contado o tempo em que esteve graduado, para efeitos de mudança de posição remuneratória.

4 — O militar dos QP, que no quadro de origem tenha posto superior ao do ingresso em novo quadro especial, é graduado no posto que detém e percebe a remuneração correspondente à posição remuneratória em que se encontrava naquele posto.

5 — O militar em RC que ingresse nos QP, quando detenha o posto de ingresso ou seja graduado no posto que detém na data de ingresso, percebe a remuneração correspondente à posição remuneratória em que se encontrava naquele posto.

Artigo 9.º

Cargo de posto superior

1 — O militar nomeado, nos termos das disposições estatutárias e regulamentares, para o exercício de cargos ou funções a que corresponda posto superior tem direito à remuneração correspondente à primeira posição remuneratória desse posto.

2 — A portaria ou o despacho de nomeação do militar nas condições referidas no número anterior, bem como a cessação do exercício efectivo de funções, são publicados, conforme o caso, no *Diário da República*, em Ordem do ramo ou em Ordem de Serviço.

3 — O direito à remuneração previsto no n.º 1 adquire-se à data de início do exercício efectivo de funções.

4 — Para efeitos de mudança de posição remuneratória, o tempo em que o militar desempenhou cargo de posto superior é considerado apenas no seu próprio posto.

SECÇÃO II

Suplementos remuneratórios

Artigo 10.º

Suplemento de condição militar

1 — Com fundamento no regime especial de prestação de trabalho, na permanente disponibilidade e nos ónus e restrições específicos da condição militar, é atribuído aos militares um suplemento, designado por suplemento de condição militar.

2 — O suplemento de condição militar é remunerado por inteiro e em prestação mensal única a todos os militares nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 50/2009, de 27 de Fevereiro.

3 — O suplemento de condição militar é considerado para efeitos do cálculo dos subsídios de férias e de Natal.

4 — O suplemento de condição militar é igualmente considerado para efeitos do cálculo da remuneração de reserva e pensão de reforma, nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 47.º do Estatuto da Aposentação.

5 — Os valores do suplemento de condição militar são anualmente actualizados na percentagem em que o sejam os níveis da tabela remuneratória única.

Artigo 11.º

Despesas de representação

1 — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas têm direito à atribuição de um abono mensal por despesas de representação de montante de €1808,23 e de €1754,16, respectivamente.

2 — Os almirantes da Armada e marechais e os almirantes e generais na efectividade de serviço têm direito à atribuição de um abono mensal por despesas de representação de montante de €501,19.

3 — Os oficiais titulares dos cargos previstos no anexo III ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, têm direito à atribuição de um abono mensal por despesas de representação nos termos previstos para o pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central do Estado, por equiparação aos cargos de direcção superior de 1.º e 2.º grau e de direcção intermédia de 1.º grau.

4 — Os valores do abono por despesas de representação são anualmente actualizados na mesma percentagem em que o sejam para os correspondentes cargos de direcção da administração pública.

SECÇÃO III

Descontos

Artigo 12.º

Descontos

Sobre as remunerações dos militares incidem:

- a) Descontos obrigatórios;
- b) Descontos facultativos.

Artigo 13.º

Descontos obrigatórios

- 1 — São descontos obrigatórios os que resultam de imposição legal.
- 2 — São descontos obrigatórios, entre outros previstos na lei, os seguintes:
 - a) Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS);
 - b) Quotizações para o regime de protecção social aplicável;
 - c) Descontos para a assistência na doença aos militares;
 - d) Penhoras e pensões resultantes de decisão judicial.
- 3 — Os regimes dos descontos obrigatórios constam de legislação própria.

Artigo 14.º

Descontos facultativos

- 1 — São descontos facultativos os que, sendo permitidos por lei, carecem de autorização expressa do titular do direito à remuneração.
- 2 — São, designadamente, descontos facultativos:
 - a) Quotizações para cofres de previdência ou outras instituições afins;
 - b) Prémios de seguros de vida, de doença, de acidentes pessoais, complementos de reforma e planos de poupança-reforma;
 - c) Desconto para o fundo de pensões dos militares das Forças Armadas.

CAPÍTULO III

Remuneração dos militares na situação de reserva

Artigo 15.º

Forma de cálculo

- 1 — A remuneração dos militares na situação de reserva é igual à 36.ª parte da remuneração base mensal multiplicada pela expressão em anos do número de meses de serviço contados para a reserva, a qual não pode ser superior a 36.
- 2 — À remuneração referida no número anterior acresce uma parcela de valor igual à 36.ª parte do suplemento de condição militar e dos suplementos devidos pelo exercício de funções em particulares condições de perigosidade, insalubridade, risco e desgaste percebidos no último posto do activo, multiplicada pela expressão em anos do número de meses em que foi exercida a actividade que conferiu direito aos suplementos, a qual não pode ser superior a 36.
- 3 — A remuneração dos militares na reserva na efectividade de serviço é igual à dos militares do activo do mesmo posto e posição remuneratória.

Artigo 16.º**Contagem de tempo de serviço**

1 — O tempo de serviço prestado na situação de reserva, na efectividade de serviço, é, no fim de cada ano, levado em conta para efeitos de melhoria da remuneração, até ao limite de 36 anos.

2 — Não é contado, para efeitos de remuneração de reserva, o tempo em que o militar tiver permanecido nas situações de licença pelas quais não tenha direito, de acordo com as disposições estatutárias e regulamentares em vigor, ao abono de remuneração base.

3 — Nas situações em que, nos termos estatutários e regulamentares, não haja lugar à contagem do tempo de serviço, este não é igualmente levado em conta para efeitos de cálculo de remuneração de reserva.

4 — O tempo de permanência do militar na situação de reserva fora da efectividade de serviço releva para efeitos do cálculo da pensão de reforma, passando as quotizações ou contribuições para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) ou para o regime geral de segurança social a incidir sobre a remuneração relevante para o cálculo da remuneração de reserva.

Artigo 17.º**Actualização**

A remuneração dos militares na situação de reserva é actualizada sempre que se verifiquem alterações das remunerações dos militares do mesmo posto e posição remuneratória do activo, em igual percentagem, com efeitos reportados à data da entrada em vigor das referidas actualizações.

CAPÍTULO IV**Subsídios de Natal e de férias, 14.º mês e férias em caso de interrupção
ou cessação definitiva de funções****SECÇÃO I****Subsídio de Natal****Artigo 18.º****Efectividade de serviço ou com direito a remuneração**

Os militares na efectividade de serviço ou em qualquer situação que confira direito a remuneração têm direito a receber, em cada ano civil, um subsídio de Natal, abonado em Novembro, de montante igual ao da remuneração base que lhe seja devida no dia 1 do referido mês, acrescido dos suplementos que a lei preveja como integrantes do respectivo cálculo.

Artigo 19.º**Primeiro ano de serviço**

Os militares, no primeiro ano civil em que prestem serviço efectivo, têm direito a receber um subsídio de Natal de montante correspondente a tantos duodécimos quantos os meses completos de serviço que vierem a perfazer até 31 de Dezembro, contando-se, para o efeito, os meses de calendário, sem prejuízo do disposto no artigo 25.º.

Artigo 20.º**Situação que não confira direito a remuneração**

1 — Os militares, no ano em que incorram em qualquer situação que não confira direito à remuneração, têm direito a um subsídio de Natal de montante correspondente a tantos duodécimos quantos os meses de serviço efectivo prestado nesse ano.

2 — No caso previsto no número anterior, o subsídio é abonado com a última remuneração devida ou, em caso de impossibilidade, nos 60 dias subsequentes, sendo o respectivo montante determinado com base na remuneração auferida à data da mudança de situação se o militar não estiver na efectividade de serviço em 1 de Novembro.

3 — No ano em que cessam as situações referidas no n.º 1 aplica-se o disposto no artigo anterior.

Artigo 21.º**Cessação definitiva de funções**

Os militares abatidos aos QP, nos termos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), bem como os militares em RC e RV que passem à reserva de disponibilidade, têm direito a receber, com a última remuneração devida, um subsídio de Natal de montante correspondente a tantos duodécimos quantos os meses completos de serviço efectivo prestado nesse ano, determinado com base na última remuneração auferida.

Artigo 22.º**Fora da efectividade de serviço**

1 — O subsídio de Natal dos militares na situação de reserva, fora de efectividade de serviço, na reforma ou desligados do serviço a aguardar conclusão do processo de reforma corresponde ao montante da remuneração ou pensão a que tenham direito no dia 1 de Novembro.

2 — No ano em que deixem a efectividade de serviço por transitarem para qualquer das situações previstas no número anterior, os militares têm direito, independentemente da entidade processadora, a um subsídio de Natal de montante igual ao que lhes seria atribuído se, à data de 1 de Novembro, estivessem na efectividade de serviço, excepto se da aplicação do número anterior resultar um montante mais elevado.

SECÇÃO II**Subsídio de férias, 14.º mês e férias em caso de interrupção ou
cessação definitiva de funções****Artigo 23.º****Efectividade de serviço ou com direito a remuneração**

1 — Aos militares na efectividade de serviço ou em qualquer outra situação que confira direito a remuneração é atribuído, em cada ano civil, um subsídio de férias, abonado por inteiro no mês de Junho, desde que até ao dia 1 daquele mês tenham completado um ano de serviço efectivo.

2 — Os militares referidos no número anterior que completem o primeiro ano de serviço efectivo entre 1 de Junho e 31 de Dezembro, são abonados do subsídio de férias no mês seguinte àquele em que perfaçam esse tempo de serviço.

3 — O subsídio de férias é de montante igual à remuneração base a que os militares tenham direito no dia 1 de Junho ou, nos casos previstos no número anterior, no dia 1 do mês em que completem um ano de serviço efectivo, acrescido dos suplementos que a lei preveja como integrantes do respectivo cálculo.

Artigo 24.º

Fora da efectividade de serviço

1 — Os militares na situação de reserva, fora de efectividade de serviço, na reforma ou desligados do serviço a aguardar conclusão do processo de reforma, com excepção dos que no ano da passagem a qualquer das situações referidas tenham recebido subsídio de férias, têm direito a receber, em cada ano civil, um 14.º mês, abonado em Julho, de montante igual à remuneração ou pensão correspondente a esse mês.

2 — O abono do 14.º mês compete à CGA ou à segurança social se o militar se encontrar na situação de reforma ou à entidade de que dependa o militar se este se encontrar na situação de reserva, fora da efectividade de serviço ou desligado do serviço aguardando conclusão do processo de reforma.

Artigo 25.º

Interrupção de funções

1 — No ano em que ocorra a interrupção de funções com perda de remuneração, os militares têm direito a receber, nos 60 dias subsequentes, o subsídio de férias, se ainda o não tiverem percebido, bem como a remuneração correspondente ao período de férias vencidas em 1 de Janeiro desse ano, que não tenha sido e não possa ser gozado, por motivo de serviço, antes da mudança de situação.

2 — Quando o início e o termo da interrupção ocorram no mesmo ano civil, os militares têm direito, no ano seguinte, a um período de férias e aos correspondentes abonos proporcionais ao tempo de serviço prestado no ano da interrupção.

3 — Quando a interrupção abranja dois anos civis, os militares têm direito, no ano de regresso e no seguinte, a um período de férias e aos correspondentes abonos, proporcionais ao tempo de serviço prestado, respectivamente, no ano da interrupção de funções e no ano do regresso à efectividade de serviço.

Artigo 26.º

Cessaçã definitiva de funções

1 — Os militares abatidos aos QP nos termos do EMFAR, bem como os militares em RC ou RV que passem à reserva de disponibilidade, têm direito a receber, cumulativamente com a última remuneração devida, a remuneração correspondente a dois dias e meio por cada mês completo de serviço efectivo prestado nesse ano e o subsídio de férias proporcional.

2 — Para além do disposto no número anterior, os militares ainda têm direito ao subsídio correspondente ao período de férias vencido em 1 de Janeiro do ano do abate ou da passagem à reserva de disponibilidade, se ainda o não tiverem percebido, bem como à remuneração relativa a esse período, se ainda o não tiverem gozado.

3 — Os abonos previstos nos números anteriores são calculados com base na última remuneração auferida.

Artigo 27.º

Princípio da unicidade

O regime previsto no artigo anterior é aplicável, por uma única vez, aos militares que deixem a efectividade de serviço por transitarem para as situações de reserva ou reforma.

CAPÍTULO V

Disposições complementares, transitórias e finais

Artigo 28.º

Prestações familiares e outras prestações sociais

Os militares têm direito a protecção social, a outros benefícios sociais e ao subsídio por morte nos termos da lei geral.

Artigo 29.º

Alimentação e fardamento

Os militares das Forças Armadas, na efectividade de serviço, têm direito a abono de alimentação, atribuída, em regra, em espécie e a comparticipação na aquisição de fardamento, cujos regimes constam de legislação específica.

Artigo 30.º

Contagem do tempo de serviço

Para efeitos do presente decreto-lei, considera-se como mês completo o período de duração superior a 15 dias que restar do cômputo, em meses, do tempo de serviço prestado.

Artigo 31.º

Regime de transição para as posições remuneratórias

1 — A transição para a nova tabela remuneratória única é efectuada nos seguintes termos:

a) O militar é reposicionado na posição a que, no respectivo posto, corresponda nível remuneratório cujo montante pecuniário seja igual ao montante pecuniário correspondente à remuneração base a que tem direito, incluindo adicionais e diferenciais de integração eventualmente devidos;

b) Na falta de identidade, o militar é reposicionado na posição remuneratória, automaticamente criada, cujo montante pecuniário seja igual ao montante pecuniário correspondente à remuneração base a que actualmente tem direito, incluindo adicionais e diferenciais de integração eventualmente devidos.

2 — Quando, na transição efectuada nos termos do número anterior, a remuneração base, incluindo adicionais e diferenciais de integração eventualmente devidos, seja inferior à primeira posição remuneratória prevista no anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, para o respectivo posto, o militar é transitoriamente posicionado no nível remuneratório, automaticamente criado, de montante pecuniário igual à remuneração a que tem direito à data de entrada em vigor do presente decreto-lei.

3 — Quando da aplicação conjugada das regras de reposicionamento, mencionadas nos números anteriores, com as regras de promoção e progressão estatutariamente previstas, resulte, pela primeira vez, uma situação em que um militar transite para posição remuneratória igual ou superior a militares do mesmo posto e maior antiguidade, estes, por despacho do respectivo Chefe de Estado-Maior, transitam para a mesma posição.

4 — Para efeitos de mudança de posição remuneratória releva todo o tempo de serviço contado no escalão remuneratório em que o militar se encontra na data de entrada em vigor do presente decreto-lei, bem como para efeitos de aplicação do previsto no número anterior.

5 — O regime de transição previsto nos números anteriores aplica-se também aos militares na situação de reserva e aos deficientes das Forças Armadas.

6 — A execução orçamental do disposto nos n.ºs 2 e 3 é assegurada por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

Artigo 32.º

Formalidades da transição

1 — Pelos competentes serviços dos respectivos ramos são publicadas listas de transição para as novas posições remuneratórias para conhecimento de todos os interessados.

2 — Da integração cabe reclamação e recurso hierárquico nos termos estatutários, sem prejuízo do recurso contencioso nos termos gerais.

Artigo 33.º

Salvaguarda de direitos

Da aplicação do presente decreto-lei não pode resultar para os militares redução da remuneração actualmente auferida.

Artigo 34.º

Norma revogatória

1 — São revogadas todas as disposições que contrariem o disposto no presente decreto-lei, designadamente:

- a) Decreto-Lei n.º 498-E/74, de 30 de Setembro;
- b) Decreto-Lei n.º 329-E/75, de 30 de Junho;
- c) Decreto-Lei n.º 543-A/80, de 10 de Novembro;
- d) Decreto-Lei n.º 57/81, de 31 de Março;
- e) Decreto-Lei n.º 330/83, de 12 de Julho;
- f) Decreto-Lei n.º 299/97, de 31 de Outubro;
- g) Portaria n.º 149/2003, de 13 de Fevereiro.

2 — Mantém-se em vigor, em tudo o que não contrarie o previsto no presente decreto-lei, o disposto no Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 207/2002, de 17 de Outubro, e 50/2009, de 27 de Fevereiro.

Artigo 35.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor em 1 de Janeiro de 2010.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 20 de Agosto de 2009 — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Emanuel Augusto dos Santos* — *João António da Costa Mira Gomes*.

Promulgado em 2 de Outubro de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 6 de Outubro de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO I

(a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º e o n.º 2 do artigo 32.º)

Tabela remuneratória dos militares dos QP, em RC e RV

Postos	Posições remuneratórias					
	—					
	Níveis remuneratórios					
	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	5.ª	6.ª
Almirante/general ****	89					
Vice-almirante/tenente-general	69	73				
Contra-almirante/major-general	60	64				
Comodoro/brigadeiro-general	58					
Capitão-de-mar-e-guerra/coronel	48	53	57			
Capitão-de-fragata/tenente-coronel	41	43	45	46		
Capitão-tenente/major	35	37	39	40		
Primeiro-tenente/capitão	29	30	31	32	33	
Segundo-tenente/tenente	21	23	24			
Guarda-marinha/subtenente/alferes	18	19				
Aspirante/aspirante tirocinado	9					
Sargento-mor	29	32				
Sargento-chefe	26	27	28			
Sargento-ajudante	22	23	24	25		
Primeiro-sargento	18	19	20	21		
Segundo-sargento	16	17				
Subsargento/furriel	9	10	11			
Segundo-subsargento/segundo-furriel	7					
Cabo/cabo-de-seção	14	15	16	17	18	19
Primeiro-marinheiro/cabo-adjunto	8	9	10	11	12	13
Segundo-marinheiro/primeiro-cabo	6	7				
Primeiro-grumete/segundo-cabo	5					
Segundo-grumete/soldado	3	4	5			

ANEXO II

(a que se refere o artigo n.º 2 do artigo 7.º)

Tabela remuneratória dos aspirantes a oficial, aspirantes a oficial tirocinantes, cadetes dos estabelecimentos militares de ensino superior e alunos dos cursos de formação destinados aos QP e militares em instrução básica para ingresso em RV/RC

Postos	Níveis remuneratórios
Aspirante/aspirante a oficial tirocinante	Nível 9
Cadetes alunos:	
1.º ano	20 % do nível 9
2.º ano	25 % do nível 9
3.º ano	30 % do nível 9
4.º ano	40 % do nível 9
Sargentos instruendos:	
1.º ano	18 % do nível 9
2.º ano	23 % do nível 9
3.º ano	28 % do nível 9
4.º ano	38 % do nível 9
Praças:	
Segundo-grumete aluno	15 % do nível 9
Segundo-marinheiro aluno	20 % do nível 9
Militares em instrução básica	22 % do nível 9

ANEXO III

(a que se refere o n.º 3 do artigo 11.º)

**Equiparações para efeitos de atribuição do abono
por despesas de representação**

Designação	Equiparação
<p>No âmbito do EMGFA:</p> <p>Oficiais gerais-adjuntos do CEMGFA (a) Chefe de estado- maior conjunto (b) Comandante operacional conjunto (b) Comandantes operacionais dos Açores e da Madeira Director do Instituto de Estudos Superiores Militares Director do Hospital das Forças Armadas (c) Chefe do Centro de Informações e Segurança Militares Vice-almirante/tenente-general em funções em estruturas NATO no território nacional (d)</p> <p>No âmbito da Marinha:</p> <p>Vice-chefe do Estado-Maior da Armada Comandante naval Superintendentes dos OCAD Director-geral do Instituto Hidrográfico Comandante da Escola Naval Director-geral da Autoridade Marítima Presidente da Comissão Cultural da Marinha Inspector-geral da Marinha</p> <p>No âmbito do Exército:</p> <p>Vice-chefe do Estado-Maior do Exército Adjunto para o Planeamento do EME Comandantes dos Órgãos Centrais de Administração e Direcção do Exército (OCAD) Comandante das Forças Terrestres Inspector-geral do Exército Comandante da Academia Militar</p> <p>No âmbito da Força Aérea:</p> <p>Vice-chefe do Estado-Maior da Força Aérea Comandantes dos OCAD da Força Aérea Comandante aéreo Inspector-geral da Força Aérea Comandante da Academia da Força Aérea</p>	<p>Direcção superior do 1.º grau.</p>
<p>No âmbito do EMGFA:</p> <p>Chefe do Gabinete do CEMGFA Chefes de divisão do EMGFA (a) Chefes de divisão do Estado-Maior Conjunto (b) Chefe do Centro de Operações Conjunto (a) Chefe do estado-maior do Comando Operacional Conjunto (b) Subdirectores do Instituto de Estudos Superiores Militares Contra-almirante/major-general em funções em estruturas NATO em território nacional (d) Comodoro/brigadeiro-general em funções em estruturas NATO em território nacional</p> <p>No âmbito da Marinha:</p> <p>Subchefe do EMA Chefe do Gabinete do CEMA Subdirector-geral do Instituto Hidrográfico 2.º comandante naval (comandante da flotilha) Comandante do Corpo de Fuzileiros Comandantes das zonas marítimas</p>	<p>Direcção superior do 2.º grau.</p>

Designação	Equiparação
Subdirector-geral da Autoridade Marítima.....	
Presidente da Junta Médica de Revisão da Marinha	
Directores das direcções dos OCAD	
No âmbito do Exército:	
Chefe do Gabinete do CEME	
Inspector-adjunto da Inspeção-Geral do Exército	
2.ºs comandantes/adjuntos dos OCAD	
Adjunto do comandante das Forças Terrestres	
Directores das direcções dos OCAD	
Director de Comunicações e Sistemas de Informação	
Director de História e Cultura Militar	
Director-coordenador do EME	
Comandantes de brigada	
Comandantes das zonas militares dos Açores e da Madeira	
2.º comandante da Academia Militar	
Director da Escola do Serviço de Saúde Militar.....	
Directores do Colégio Militar/Instituto Militar dos Pupilos do Exército e do Instituto de Odivelas	
Presidente da Junta Médica de Recurso/director do Hospital Militar principal (e)	
No âmbito da Força Aérea:	
Directores das direcções dos OCAD da Força Aérea	
2.ºs comandantes dos OCAD da Força Aérea	
2.º comandante aéreo da Força Aérea	
Comandantes das Zonas Aéreas dos Açores e da Madeira	
Subchefe do EMFA.....	
Chefe do Gabinete do CEMFA	
Presidente da Junta Superior de Saúde da Força Aérea	
No âmbito do EMGFA:	
Chefe dos órgãos de apoio geral do EMGFA (a)	Direcção intermédia do 1.º grau.
Chefe da Unidade de Apoio do EMGFA (b)	
Chefe do conselho administrativo (a).....	
Chefe do Órgão da Administração e Finanças do Estado-Maior das Forças Armadas (b)	
Comandante da Unidade de Apoio POSUPNATO	
Comandante da Unidade Nacional de Verificações	
Chefes de Estado-Maior dds Comandos Operacionais dos Açores e da Madeira	
Chefe do Centro de Situação e Operações conjunto (b)	
Comandante do QGOE	
Subdirector do HFA (c)	
CMG/coronel em funções de CEM em estruturas NATO no território nacional	
No âmbito da Marinha:	
Chefes de divisão do EMA	
Chefe do Gabinete de Cooperação	
Director técnico e directores dos serviços do Instituto Hidrográfico	
2.º comandante da Escola Naval.....	
Chefe do estado-maior do Comando Naval	
2.º comandante do Corpo de Fuzileiros	
Comandantes das unidades navais de deslocamento superior a 1000 t	
Chefes dos estados-maiores das zonas marítimas	
Comandante da Escola de Tecnologias Navais	
Director do Hospital da Marinha (e).....	
Director do Centro Integrado de Treino e Avaliação Naval	
Comandante da Base Naval de Lisboa	
Comandante da Base de Fuzileiros	
Comandante da Escola de Fuzileiros	
Comandante da Unidade de Apoio às Instalações Centrais de Marinha	

Designação	Equiparação
Director do Instituto de Socorros a Náufragos	
Director de Faróis	
Director da Escola de Autoridade Marítima	
Comandantes dos comandos administrativos	
Presidente/directores dos órgãos culturais da Marinha	
Director da Escola de Hidrografia e Oceanografia	
No âmbito do Exército:	
Chefe do Gabinete do vice-CEME	
Chefes de divisão do EME	
Chefes dos gabinetes dos OCAD e respectivos chefes de estado-maior	
Chefes do Gabinete e do Estado-Maior do Comandadas Forças Terrestres	
2.º comandantes das zonas militares dos Açores e da Madeira e respectivos chefes de estado-maior	
Directores dos hospitais regionais	
Comandantes dos regimentos	
Comandantes das escolas práticas	
Comandantes dos Centros de Tropas Comandos, Operações Especiais e da Escola da Tropas	
Pára-Quedistas	
Comandante da unidade de aviação ligeira do Exército	
Comandante das unidades de apoio Amadora/Sintra e EME	
Comandante da Escola de Sargentos do Exército	
Director do Depósito Geral do Material do Exército	
Comandantes dos centros militares de electrónica e de educação física e desportos	
Director do Instituto Geográfico do Exército	
Comandante do Destacamento da Academia Militar	
Comandante do estabelecimento prisional militar	
Director do Museu Militar de Lisboa	
2.ºs comandantes de brigada e respectivos chefes de estado-maior	
Director do Centro de Psicologia Aplicada	
No âmbito da Força Aérea:	
Chefe do Gabinete do vice-CEMFA	
Chefes de divisão do EMFA	
Chefes dos estados-maiores das Zonas Aéreas dos Açores e da Madeira	
Chefe de estado-maior do comando aéreo	
Director de operações aéreas	
2.º comandante da Academia da Força Aérea	
Comandantes das unidades base	
Comandante da Base do Lumiar	
Comandante do Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea	
Comandante do Depósito Geral de Material da Força Aérea	
Comandante do Campo de Tiro de Alcochete	
Comandante do Aeródromo de Trânsito n.º 1	
Director do Hospital da Força Aérea (e)	
Director do Centro de Medicina Aeronáutica	
Subdirectores e chefes das áreas funcionais	
Director do Museu do Ar	
Director do Centro de Psicologia	
Comandante do aeródromo de manobra n.º 1	
Comandante do aeródromo de manobra n.º 2	
Comandantes de estação radar	

(a) Até à implementação da nova estrutura do EMGFA;

(b) Após a implementação da nova estrutura do EMGFA;

(c) Cargo que será considerado, para efeitos da presente lista, apenas após a criação do Hospital das Forças Armadas;

(d) Cargos preenchidos em alternância;

(e) Cargo que permanecerá na presente lista até à criação do Hospital das Forças Armadas.

Decreto-Lei n.º 300/2009
de 19 de Outubro de 2009

No quadro dos objectivos do Programa do XVII Governo Constitucional no tocante à modernização administrativa e à melhoria da qualidade dos serviços públicos com ganhos de eficiência, a Assembleia da República aprovou, por iniciativa do Governo, a Lei n.º 97-A/2009, de 3 de Setembro, que define a natureza, a missão e as atribuições da Polícia Judiciária Militar, bem como os princípios e competências que enquadram a sua acção, enquanto corpo superior de polícia criminal auxiliar da administração da Justiça.

Ainda neste contexto, o Decreto-Lei n.º 154-A/2009, de 6 de Julho, aprovou a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, definindo os modelos organizacionais dos serviços que integram a respectiva estrutura, entre os quais a Polícia Judiciária Militar.

A reorganização e reestruturação da Polícia Judiciária Militar visa, pois, a maior racionalidade dos recursos existentes, no sentido de maior eficiência e eficácia nas actividades que desenvolve, na esteira da sua missão e atribuições.

Assim, a nova estrutura organizacional facilita o processo decisório e permite uma melhor maximização dos serviços prestados sob direcção e na dependência funcional das autoridades judiciais, com subordinação hierárquica ao Ministro da Defesa Nacional e em benefício dos interesses militares da defesa nacional e dos demais que a Constituição comete às Forças Armadas.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I
Disposição geral

Artigo 1.º
Objecto

O presente decreto-lei estabelece a estrutura orgânica da Polícia Judiciária Militar (PJM), bem como as atribuições e competências das respectivas unidades orgânicas nucleares.

CAPÍTULO II
Organização e estrutura da PJM

Artigo 2.º
Direcção

A PJM é dirigida por um director-geral, coadjuvado por um subdirector-geral.

Artigo 3.º
Director-geral

1 — Compete ao director-geral dirigir, coordenar e orientar a acção dos órgãos e serviços da PJM, nos termos das competências que lhe são conferidas por lei ou que nele são delegadas ou subdelegadas.

2 — O subdirector-geral exerce as competências que lhe são delegadas ou subdelegadas pelo director-geral, devendo este identificar a quem compete substituí-lo nas suas faltas e impedimentos.

Artigo 4.º
Estrutura

1 — A organização interna dos serviços da PJM obedece ao modelo de estrutura hierarquizada e compreende as seguintes unidades orgânicas nucleares:

- a) A Unidade de Investigação Criminal de Lisboa (UICL);
- b) A Unidade de Investigação Criminal do Porto (UICP).

2 — A sede e área geográfica de intervenção das unidades de investigação são estabelecidas no artigo 110.º do Código de Justiça Militar.

3 — A administração da PJM e o apoio técnico às unidades orgânicas nucleares de investigação criminal é garantido por uma unidade orgânica flexível.

CAPÍTULO III

Unidades orgânicas

SECÇÃO I

Unidades de investigação

Artigo 5.º

Directores

1 — Compete aos directores das unidades de investigação dirigir, coordenar e orientar a acção das mesmas, nos termos das competências que lhe são conferidas por lei ou que neles são delegadas ou subdelegadas.

2 — Os directores das unidades de investigação são oficiais superiores com o posto de capitão-de-mar-e-guerra ou coronel, ou capitão-de-fragata ou tenente-coronel.

3 — Nas faltas e impedimentos ou em caso de vacatura do lugar, o director de unidade de investigação é substituído temporariamente pelo chefe da equipa de investigação de mais elevada graduação ou maior antiguidade, ou por oficial da unidade nomeado pelo director.

Artigo 6.º

Competências

Compete à UICL e à UICP:

- a) Assegurar a prevenção, detecção, investigação e coadjuvação das autoridades judiciárias relativamente aos crimes da competência da PJM, praticados ou conhecidos na sua área geográfica de intervenção e demais funções que pelo Código de Processo Penal sejam atribuídas aos órgãos de polícia criminal;
- b) Assegurar o serviço permanente, nomeadamente de piquete e prevenção;
- c) Fornecer a informação para a base de dados de investigação criminal da PJM;
- d) Contribuir para a elaboração do plano de actividades, orçamento e relatórios anuais e demais instrumentos de gestão.

Artigo 7.º

Equipas de investigação

1 — As unidades de investigação desenvolvem as suas competências através das equipas de investigação.

2 — As equipas de investigação são constituídas por um oficial investigador, chefe de equipa, e por outros investigadores, oficiais ou sargentos.

3 — São funções dos oficiais investigadores, chefes de equipa:

- a) Chefiar pessoalmente e as diligências de investigação criminal, planeando, distribuindo e controlando as tarefas executadas pelos investigadores da equipa;
- b) Controlar e garantir o cumprimento de prazos processuais e das operações, acções, diligências e actos de investigação criminal, validando os respectivos relatórios;

c) Realizar as funções de prevenção e investigação criminais que lhe sejam cometidas pelo respectivo director da unidade de investigação;

d) Fornecer ao respectivo director da unidade de investigação todos os elementos de informação susceptíveis de o manter ao corrente das actividades de prevenção e investigação criminais;

e) Integrar os serviços de piquete e unidades de prevenção.

4 — São funções dos investigadores:

a) Realizar, sob orientação do respectivo chefe, acções e diligências de prevenção e investigação criminal e efectivar os correspondentes actos processuais;

b) Proceder a vigilâncias, detenções ou capturas;

c) Integrar os serviços de piquete e unidades de prevenção.

CAPÍTULO IV

Pessoal

Artigo 8.º

Pessoal dirigente

Os lugares de direcção superior de 1.º e 2.º graus e de direcção intermédia de 1.º grau constam de mapa anexo ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

Artigo 9.º

Nomeação do pessoal

1 — Os efectivos militares necessários ao funcionamento da PJM são assegurados em termos a definir por despacho do Ministro da Defesa Nacional e despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pela área da defesa nacional e pela área da administração interna, respectivamente, para os militares das Forças Armadas ou da Guarda Nacional Republicana.

2 — Podem ser nomeados para o desempenho dos cargos ou exercício de funções a que se refere o número anterior os militares dos quadros permanentes, nas situações de activo ou de reserva, na efectividade de serviço, e em regime de contrato e de voluntariado.

3 — Os militares do activo nomeados nos termos do número anterior, prestam serviço em comissão normal.

4 — As comissões dos militares nomeados nos termos dos números anteriores têm duração de três anos, podendo ser renovadas por igual ou inferior período de duração, por razões de investimento na formação e experiência profissional adquirida.

5 — O disposto no número anterior carece de autorização do director-geral, considerando o interesse da PJM e do próprio, sem prejuízo de, a todo o tempo, as comissões poderem ser dadas por cessadas, por despacho fundamentado do director-geral.

6 — Para acederem à condição de investigadores, aos oficiais e sargentos é requerida a aprovação em curso de formação regulado por despacho do director-geral.

Artigo 10.º

Serviço permanente

A remuneração pelo serviço permanente é determinada por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

Artigo 11.º

Utilização de meios de transporte

A PJM pode fornecer ao respectivo pessoal, com carácter permanente ou temporário, meios de transporte ou títulos para utilização dos transportes colectivos, terrestres e fluviais.

CAPÍTULO V

Receitas e despesas

Artigo 12.º

Origem das receitas e das despesas

1 — A PJM dispõe como receita as dotações do Orçamento do Estado e tem como despesas as inerentes à prossecução das atribuições que lhe estão cometidas.

2 — A PJM dispõe ainda de quaisquer receitas que por lei, contrato ou outro título lhe sejam atribuídas.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 13.º

Norma revogatória

São revogados os artigos 18.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 200/2001, de 13 de Julho, sem prejuízo do disposto no seu artigo 37.º.

Artigo 14.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 3 de Setembro de 2009. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Emanuel Augusto dos Santos* — *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Promulgado em 7 de Outubro de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 9 de Outubro de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO

Mapa a que se refere o n.º 1 do artigo 10.º

Designação dos cargos dirigentes	Qualificação dos cargos dirigentes	Grau	Número de lugares
Director-geral	Direcção superior	1.º	1
Subdirector-geral	Direcção superior	2.º	1
Director de serviços	Direcção intermédia	1.º	2

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social**Decreto-Lei n.º 295/2009
de 13 de Outubro de 2009**

Com o presente decreto-lei, procede-se a um conjunto de alterações na disciplina processual do direito do trabalho, justificado pela necessidade de adequação às novas realidades jurídico-laborais introduzidas com a revisão do Código do Trabalho (CT), operada pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, e pela conformação de várias normas de processo do trabalho aos princípios orientadores da reforma processual civil, nomeadamente em matéria de recursos e de execuções, sem prejuízo de se manter a remissão geral para a legislação processual comum, como regime aplicável aos casos omissos.

Visa-se, pois, garantir a exequibilidade do direito laboral substantivo, procedendo-se, nuns casos, ao ajustamento dos meios processuais existentes no actual Código de Processo do Trabalho (CPT), noutros, à criação de novos mecanismos processuais, noutros ainda, apenas à compatibilização da terminologia do CPT com a utilizada no CT.

Do ponto de vista das modificações de carácter geral, os termos «entidade patronal», «processo disciplinar» e «salário» são substituídos, respectivamente, por «entidade empregadora» ou «empregador», «procedimento disciplinar» e «retribuição».

No âmbito dos processos emergentes de acidente de trabalho e de doença profissional, os termos «exames» e «grau de desvalorização» são substituídos, sempre que se mostre adequado, respectivamente, por «perícias» e «incapacidade», em harmonização com a Lei n.º 45/2004, de 19 de Agosto (regime jurídico das perícias médico-legais e forenses), e com o Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de Outubro (que aprova a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais e a Tabela Indicativa para a Avaliação da Incapacidade em Direito Civil). No mesmo capítulo, substitui-se, ainda, o termo «ordena» por «solicita» por se tratar de uma competência própria do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. (INML, I. P.)

No âmbito da capacidade judiciária, é deslocada para o processo laboral, sua sede natural, a norma de atribuição de capacidade judiciária às estruturas de representação colectiva dos trabalhadores que assegura a informação e consulta dos trabalhadores em empresas ou grupos de empresas transnacionais e regula a instituição de conselhos de empresa europeus ou de procedimentos simplificados de informação e consulta em empresas e grupos de empresas de dimensão comunitária.

Legisla-se também no sentido de explicitar, mediante uma enunciação taxativa, as acções relativas ao controlo da legalidade e da tutela de interesses colectivos para as quais o Ministério Público possui legitimidade activa.

Introduzem-se, igualmente, disposições no sentido de promover a resolução de conflitos laborais por meio da mediação laboral. Permite-se, a partir de agora, a suspensão dos prazos de caducidade e prescrição com o recurso a este meio de resolução alternativa de litígios. Esta alteração determina a desnecessidade de apresentação de uma acção judicial para impedir a caducidade ou a prescrição dos direitos, quando ainda existe a possibilidade de resolver o conflito por acordo entre as partes, sem recurso aos tribunais. Possibilita-se, ademais, que em qualquer momento de uma acção judicial o processo possa ser remetido para mediação laboral por iniciativa do juiz ou das partes, promovendo, assim, uma composição amigável dos litígios mesmo no decurso de um processo judicial.

A competência internacional dos tribunais do trabalho é alargada às situações de destacamento de trabalhadores para outros Estados regulada no CT, entendendo-se adequado proceder, simultaneamente, à transferência, para o processo laboral e com as necessárias adaptações, das normas de competência internacional relativas a conselhos de empresa europeus e a procedimentos de informação e consulta em que exista uma conexão relevante com o território nacional.

Prevê-se, por outro lado, o alargamento do âmbito das acções de liquidação e partilha de bens de instituições de previdência e associações sindicais e outras em que sejam requeridas essas instituições ou associações às associações de empregadores e à comissão de trabalhadores, uma vez que estas últimas, podendo gozar de personalidade jurídica e judiciária, podem igualmente assumir a posição de demandadas.

No que respeita às citações e notificações, procede-se apenas à alteração da norma que determina que a notificação da parte deve preceder a do seu mandatário ou patrono oficioso, eliminando-se, em consonância com o que vinha já sendo defendido pela doutrina e jurisprudência, a prioridade aí estabelecida.

São ainda introduzidas alterações em matéria de notificação e de inquirição das testemunhas, aproximando o respectivo regime do previsto no processo civil. Consagra-se, designadamente, a possibilidade de inquirição através de teleconferência.

O capítulo relativo aos procedimentos cautelares é objecto de significativas alterações de fundo e de forma na secção referente aos procedimentos especificados, sem prejuízo da manutenção, nos termos regulados no actual CPT, do princípio geral de admissibilidade de recurso a procedimentos não especificados e do regime do procedimento cautelar comum.

Do ponto de vista sistemático, a maior novidade no domínio cautelar é a fusão dos procedimentos especificados de suspensão de despedimento individual e de suspensão do despedimento colectivo num único procedimento — nominado a suspensão de despedimento — que comporta sempre oposição e no qual é admitido qualquer meio de prova, fixando-se o limite máximo de testemunhas em três. Com esta solução, simplifica-se a tramitação processual, sem prejuízo das garantias das partes. A suspensão do despedimento é decretada se o tribunal concluir pela probabilidade séria da ilicitude do despedimento.

De significativo alcance prático é também a alteração introduzida nas normas que regulam a comparência pessoal das partes nas audiências realizadas em procedimentos cautelares, comum ou especificados, passando a estatuir-se expressamente a possibilidade de aquelas se fazerem representar por mandatário com poderes especiais para confessar, desistir ou transigir nos casos de justificada impossibilidade de comparência.

Para tornar exequíveis as modificações introduzidas nas relações laborais com o regime substantivo introduzido pelo CT, prosseguindo a reforma do direito laboral substantivo, no seguimento do proposto pelo Livro Branco sobre as Relações Laborais e consubstanciado no acordo de concertação social entre o Governo e os parceiros sociais para reforma das relações laborais, de 25 de Junho de 2008, cria-se agora no direito adjectivo uma acção declarativa de condenação com processo especial, de natureza urgente, que admite sempre recurso para a Relação, para impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento, sempre que seja comunicada por escrito ao trabalhador a decisão de despedimento individual. Nestes casos, a acção inicia-se mediante a apresentação pelo trabalhador de requerimento em formulário próprio, junto da secretaria do tribunal competente, no prazo de 60 dias previsto no n.º 2 do artigo 387.º do CT. A recusa, pela secretaria, de recebimento do formulário apresentado pelo autor é sempre passível de reclamação nos termos do Código de Processo Civil (CPC).

Todas as demais situações continuam a seguir a forma de processo comum e ficam abrangidas pelo regime de prescrição previsto no n.º 1 do artigo 337.º do CT.

Também a possibilidade de oposição do empregador à reintegração requerida pelo trabalhador é acompanhada, no plano adjectivo, pela regulação de *quando* e *de que forma* tal faculdade pode ser exercida. Já na fase da sentença, o legislador explicita as obrigações do empregador condenado na reintegração, estabelecendo consequências jurídicas para a situação de eventual incumprimento. Esclarece-se agora que o trabalhador pode obter, no âmbito da própria execução, a condenação do empregador em sanção pecuniária compulsória, mesmo nos casos em que esta não tivesse sido previamente estabelecida no processo declaratório. A solução consagrada vem, assim, uniformizar a prática jurisprudencial e reforçar as garantias do trabalhador.

Inovadoramente, são também criados outros três novos processos especiais, com natureza urgente, que dão exequibilidade, uma vez mais, às inovações do regime substantivo:

i) O de impugnação da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas, criado para garantia do normal funcionamento do dever de reserva e confidencialidade dos membros das estruturas de representação colectiva dos trabalhadores relativamente a informações que lhes tenham sido comunicadas pelo empregador e, bem assim, da possibilidade de recusa de prestação de informações pelo empregador;

ii) O que se destina a tutelar os direitos de personalidade, inspirado no processo especial de tutela da personalidade, do nome e da correspondência confidencial previsto no CPC, em razão da semelhança dos valores em presença; e,

iii) Outro relativo à igualdade e à não discriminação em função do sexo, que visa assegurar de forma célere a possibilidade de recurso aos tribunais para tutela do direito à igualdade de tratamento no trabalho, no emprego e na formação profissional.

Prevê-se, ainda, que as disposições relativas ao processo penal contravencional sejam revogadas em bloco, em conformidade com a conversão das infracções laborais e respectivas sanções em direito de mera ordenação social, reguladas no CT, e cujo regime jurídico será regulado pelo novo regime.

Por fim, clarifica-se a competência dos tribunais do trabalho para o controlo da legalidade da constituição e dos estatutos das associações sindicais, associações de empregadores e comissões de trabalhadores, alterando para o efeito as necessárias disposições legais relativas à organização e funcionamento dos tribunais judiciais.

O projecto correspondente ao presente decreto-lei foi publicado, para apreciação pública, na separata do *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 1, de 21 de Maio de 2009.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, o Conselho Superior da Magistratura, o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Conselho Superior do Ministério Público e as organizações representativas dos trabalhadores e dos empregadores.

Foi promovida a audição à Ordem dos Advogados.

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida pela Lei n.º 76/2009, de 13 de Agosto, e nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração ao Código de Processo do Trabalho

Os artigos 4.º, 5.º, 10.º, 13.º, 15.º, 18.º, 21.º, 24.º, 26.º, 30.º, 32.º, 34.º a 40.º, 45.º, 46.º, 60.º, 67.º, 68.º, 70.º, 75.º, 77.º, 79.º a 83.º, 87.º, 90.º, 99.º, 100.º, 101.º, 102.º, 104.º, 105.º, 106.º, 107.º, 108.º, 109.º, 110.º, 114.º, 117.º, 120.º, 125.º, 134.º, 138.º, 139.º, 140.º, 145.º, 146.º, 148.º, 152.º, 162.º, 164.º, 165.º, 168.º, 173.º, 174.º, 180.º, 181.º e 185.º do Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 323/2001, de 17 de Dezembro, e 38/2003, de 8 de Março, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 4.º

[...]

As associações sindicais e as associações de empregadores outorgantes de convenções colectivas de trabalho, bem como os trabalhadores e os empregadores directamente interessados, são partes legítimas nas acções respeitantes à anulação e interpretação de cláusulas daquelas convenções.

Artigo 5.º

Legitimidade de estruturas de representação colectiva dos trabalhadores e de associações de empregadores

1 — As associações sindicais e de empregadores são partes legítimas como autoras nas acções relativas a direitos respeitantes aos interesses colectivos que representam.

2 — As associações sindicais podem exercer, ainda, o direito de acção, em representação e substituição de trabalhadores que o autorizem:

a) Nas acções respeitantes a medidas tomadas pelo empregador contra trabalhadores que pertençam aos corpos gerentes da associação sindical ou nesta exerçam qualquer cargo;

b) Nas acções respeitantes a medidas tomadas pelo empregador contra os seus associados que sejam representantes eleitos dos trabalhadores;

c)

3 —

4 —

5 — Nas acções em que estejam em causa interesses individuais dos trabalhadores ou dos empregadores, as respectivas associações podem intervir como assistentes dos seus associados, desde que exista da parte dos interessados declaração escrita de aceitação da intervenção.

6 — As estruturas de representação colectiva dos trabalhadores são parte legítima como autor nas acções em que estejam em causa a qualificação de informações como confidenciais ou a recusa de prestação de informação ou de realização de consultas por parte do empregador.

Artigo 10.º

[...]

1 — Na competência internacional dos tribunais do trabalho estão incluídos os casos em que a acção pode ser proposta em Portugal, segundo as regras de competência territorial estabelecidas neste Código, ou de terem sido praticados em território português, no todo ou em parte, os factos que integram a causa de pedir na acção.

2 — Incluem-se, igualmente, na competência internacional dos tribunais do trabalho:

a) Os casos de destacamento para outros Estados de trabalhadores contratados por empresas estabelecidas em Portugal;

b) As questões relativas a conselhos de empresas europeus e procedimentos de informação e consulta em que a administração do grupo esteja sediada em Portugal ou que respeita a empresa do grupo sediada em Portugal.

Artigo 13.º

[...]

1 —

2 — As entidades empregadoras ou seguradoras, bem como as instituições de previdência, consideram-se também domiciliadas no lugar onde tenham sucursal, agência, filial, delegação ou representação.

Artigo 15.º

[...]

1 —

2 —

3 —

4 — É também competente o tribunal do domicílio do sinistrado, doente ou beneficiário se ele o requerer até à fase contenciosa do processo ou se aí tiver apresentado a participação.

5 — No caso de uma pluralidade de beneficiários exercer a faculdade prevista no número anterior, é territorialmente competente o tribunal da área de residência do maior número deles ou, em caso de ser igual o número de requerentes, o tribunal da área de residência do primeiro a requerer.

6 — (*Anterior n.º 5.*)

Artigo 18.º

Acções de liquidação e partilha de bens de instituições de previdência, de associações sindicais, de associações de empregadores ou de comissões de trabalhadores e outras em que sejam requeridas essas instituições, associações ou comissões

1 — Nas acções de liquidação e partilha de bens de instituições de previdência, de associações sindicais, de associações de empregadores ou de comissões de trabalhadores ou noutras em que seja requerida uma dessas instituições, associações ou comissões é competente o tribunal da respectiva sede.

2 —

Artigo 21.º

[...]

1.^a

2.^a Acções de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento;

3.^a (*Anterior 2.º*)

4.^a (*Anterior 3.º*)

5.^a (*Anterior 4.º*)

6.^a (*Anterior 5.º*)

7.^a (*Anterior 6.º*)

8.^a (*Anterior 7.º*)

9.^a (*Anterior 8.º*)

10.^a (*Anterior 9.º*)

11.^a

12.^a Outros processos especiais previstos neste Código;

13.^a (*Anterior 12.º*).

Artigo 24.º

[...]

1 —

2 — Nos casos de representação ou patrocínio oficioso, a notificação é feita simultaneamente ao representado ou patrocinado e ao representante ou patrono oficioso, independentemente de despacho.

3 —

4 —

Artigo 26.º

[...]

1 — Têm natureza urgente:

a) A acção de impugnação da regularidade e licitude do despedimento;

b) A acção em que esteja em causa o despedimento de membro de estrutura de representação colectiva dos trabalhadores;

- c) A acção em que esteja em causa o despedimento de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante ou trabalhador no gozo de licença parental;
- d) A acção de impugnação de despedimento colectivo;
- e) As acções emergentes de acidente de trabalho e de doença profissional;
- f) A acção de impugnação da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas;
- g) A acção de tutela da personalidade do trabalhador;
- h) As acções relativas à igualdade e não discriminação em função do sexo.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 143.º do Código de Processo Civil, os actos a praticar nas acções referidas nas alíneas *f)*, *g)* e *h)* do número anterior apenas têm lugar em férias judiciais quando, em despacho fundamentado, tal for determinado pelo juiz.

3 — As acções a que se refere a alínea *e)* do n.º 1 correm oficiosamente.

4 — Na acção emergente de acidente de trabalho, a instância inicia-se com o recebimento da participação.

5 — Na acção de impugnação da regularidade e licitude do despedimento, a instância inicia-se com o recebimento do requerimento a que se refere o n.º 2 do artigo 387.º do Código do Trabalho.

Artigo 30.º

[...]

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 98.º-L, a reconvenção é admissível quando o pedido do réu emerge do facto jurídico que serve de fundamento à acção e nos casos referidos na alínea *p)* do artigo 85.º da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, ou na alínea *p)* do artigo 118.º da Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, desde que, em qualquer dos casos, o valor da causa exceda a alçada do tribunal.

2 —

Artigo 32.º

[...]

1 —

2 — Nos casos de admissibilidade de oposição, as partes são advertidas para comparecer pessoalmente ou, em caso de justificada impossibilidade de comparência, fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para confessar, desistir ou transigir, na audiência, na qual se procederá à tentativa de conciliação.

3 — Sempre que as partes se fizerem representar nos termos do número anterior, o mandatário deve informar-se previamente sobre os termos em que o mandante aceita a conciliação.

4 — (*Anterior n.º 3.*)

Artigo 34.º

[...]

1 — Apresentado o requerimento inicial no prazo previsto no artigo 386.º do Código do Trabalho, o juiz ordena a citação do requerido para se opor, querendo, e designa no mesmo acto data para a audiência final, que deve realizar-se no prazo de 15 dias.

2 — Se for invocado despedimento precedido de procedimento disciplinar, o juiz, no despacho referido no número anterior, ordena a notificação do requerido para, no prazo da oposição, juntar o procedimento, que é apensado aos autos.

3 — Nos casos de despedimento colectivo, por extinção do posto de trabalho e por inadaptação, o juiz notifica o requerido para, no prazo da oposição, juntar aos autos os documentos comprovativos do cumprimento das formalidades exigidas.

4 — A impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento deve ser requerida no requerimento inicial, caso não tenha ainda sido apresentado o formulário referido no artigo 98.º-C, sob pena de extinção do procedimento cautelar.

Artigo 35.º

[...]

1 — As partes podem apresentar qualquer meio de prova, sendo limitado a três o número de testemunhas por parte.

2 — O tribunal pode, oficiosamente ou a requerimento fundamentado das partes, determinar a produção de quaisquer provas que considere indispensáveis à decisão.

Artigo 36.º

[...]

1 — As partes devem comparecer pessoalmente na audiência final ou, em caso de justificada impossibilidade de comparência, fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para confessar, desistir ou transigir.

2 — Na audiência, o juiz tenta a conciliação e, se esta não resultar, ouve as partes e ordena a produção da prova a que houver lugar, proferindo, de seguida, a decisão.

3 —

4 — Requerida a impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento, aplica-se o disposto no n.º 4 do artigo 98.º-F, sendo dispensada a tentativa de conciliação referida no n.º 2.

Artigo 37.º

[...]

1 — Na falta de comparência injustificada do requerente, ou de ambas as partes, sem que se tenham feito representar por mandatário com poderes especiais, a providência é logo indeferida.

2 — Se o requerido não comparecer nem justificar a falta no próprio acto, ou não se fizer representar por mandatário com poderes especiais, a providência é julgada procedente, salvo se tiver havido cumprimento do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º, caso em que o juiz decide com base nos elementos constantes dos autos e na prova que oficiosamente determinar.

3 — Se alguma ou ambas as partes faltarem justificadamente e não se fizerem representar por mandatário com poderes especiais, o juiz decide nos termos da segunda parte do número anterior.

Artigo 38.º

[...]

1 — Se o requerido não cumprir injustificadamente o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º, a providência é decretada.

2 — Se o não cumprimento for justificado até ao termo do prazo da oposição, o juiz decide com base nos elementos constantes dos autos e na prova que oficiosamente determinar.

Artigo 39.º

[...]

1 — A suspensão é decretada se o tribunal, ponderadas todas as circunstâncias relevantes, concluir pela probabilidade séria de ilicitude do despedimento, designadamente quando o juiz conclua:

a) Pela provável inexistência de processo disciplinar ou pela sua provável nulidade;

b) Pela provável inexistência de justa causa; ou
c) Nos casos de despedimento colectivo, pela provável inobservância das formalidades constantes do artigo 383.º do Código do Trabalho.

2 — A decisão sobre a suspensão tem força executiva relativamente às retribuições em dívida, devendo o empregador, até ao último dia de cada mês subsequente à decisão, juntar documento comprovativo do seu pagamento.

3 — A execução, com trato sucessivo, segue os termos do artigo 90.º, com as necessárias adaptações.

Artigo 40.º

[...]

1 — Da decisão final cabe sempre recurso de apelação para a Relação.

2 — O recurso tem efeito meramente devolutivo, mas ao recurso da decisão que decretar a providência é atribuído efeito suspensivo se, no acto de interposição, o recorrente depositar no tribunal a quantia correspondente a seis meses de retribuição do recorrido, acrescida das correspondentes contribuições para a segurança social.

3 —

Artigo 45.º

[...]

1 — Apresentado o requerimento, o juiz pode determinar a realização, pela entidade com competência inspectiva em matéria laboral, de exame sumário às instalações, locais e processos de trabalho, com vista à detecção dos perigos alegados pelo requerente.

2 —

Artigo 46.º

[...]

1 —

2 — O decretamento das providências não prejudica a responsabilidade civil, criminal ou contra-ordenacional que ao caso couber, nos termos da lei.

Artigo 60.º

[...]

1 —

2 — Independentemente do valor da causa pode, igualmente, o autor responder à contestação, no prazo de 10 dias, se o réu tiver usado da faculdade prevista no n.º 4 do artigo 398.º do Código do Trabalho.

3 — Não tendo sido deduzida excepção ou não havendo reconvenção, só são admitidos articulados supervenientes nos termos do artigo 506.º do Código de Processo Civil ou para os efeitos do artigo 28.º.

4 — (*Anterior n.º 3.*)

Artigo 67.º

Inquirição de testemunhas

As testemunhas depõem na audiência final, presencialmente ou através de teleconferência, nos termos do Código de Processo Civil, sem prejuízo de o juiz poder ordenar, oficiosamente ou a requerimento das partes, que sejam ouvidas presencialmente as testemunhas que residam na área de competência territorial do tribunal.

Artigo 68.º
[...]

- 1 —
2 —
3 — A instrução, a discussão e o julgamento da causa incumbem ao tribunal colectivo nas causas de valor superior à alçada da Relação desde que ambas as partes o requeiram e nenhuma tenha requerido a gravação da audiência.
4 — A gravação da audiência ou a intervenção do tribunal colectivo devem ser requeridas na audiência preliminar, se a esta houver lugar, ou até 20 dias antes da data fixada para a audiência de julgamento.
5 —

Artigo 70.º
[...]

- 1 — Feita a chamada das pessoas que tenham sido convocadas, o juiz procura conciliar as partes.
2 — A desistência, a confissão ou a transacção seguem os termos dos artigos 52.º e 53.º.
3 — Frustrada a conciliação, é aberta a audiência, sendo o resultado da tentativa registado na respectiva acta.
4 — (*Anterior n.º 2.*)

Artigo 75.º
[...]

- 1 — Sempre que a acção tenha por objecto o cumprimento de obrigação pecuniária, o juiz deve orientá-la por forma que a sentença, quando for condenatória, possa fixar em quantia certa a importância devida.
2 — No caso em que tenha sido deduzido o montante do subsídio de desemprego nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 390.º do Código do Trabalho, o tribunal deve comunicar a decisão ao serviço competente do ministério responsável pela área da segurança social.

Artigo 77.º
[...]

- 1 —
2 — Quando da sentença não caiba recurso, a arguição das nulidades da sentença é feita em requerimento dirigido ao juiz que a proferiu.
3 —

Artigo 79.º
Decisões que admitem sempre recurso

.....

Artigo 80.º
[...]

- 1 — O prazo de interposição do recurso de apelação ou de revista é de 20 dias.

2 — Nos casos previstos nos n.ºs 2 e 4 do artigo 79.º-A e nos casos previstos nos n.ºs 2 e 4 do artigo 721.º do Código de Processo Civil, o prazo para a interposição de recurso reduz-se para 10 dias.

3 — Se o recurso tiver por objecto a reapreciação da prova gravada, aos prazos referidos na parte final dos números anteriores acrescem 10 dias.

Artigo 81.º

[...]

- 1 —
2 —
3 —
4 —
5 — À interposição do recurso de revista aplica-se o regime estabelecido no Código de Processo Civil.

Artigo 82.º

[...]

- 1 —
2 — Se o juiz não mandar subir o recurso, o recorrente pode reclamar.
3 —
4 — Se o juiz indeferir a reclamação, manda ouvir a parte contrária, salvo se tiver sido impugnada unicamente a admissibilidade do recurso, subindo ao tribunal superior para que o relator decida a questão no prazo de cinco dias.
5 — Decidida a admissibilidade ou tempestividade do recurso, este seguirá os seus termos normais.

Artigo 83.º

[...]

- 1 — A apelação tem efeito meramente devolutivo, sem necessidade de declaração.
2 — O recorrente pode obter o efeito suspensivo se no requerimento de interposição de recurso requerer a prestação de caução da importância em que foi condenado por meio de depósito efectivo na Caixa Geral de Depósitos, ou por meio de fiança bancária ou seguro-caução.
3 — A apelação tem ainda efeito suspensivo nos casos previstos nas alíneas b) a e) do n.º 3 do artigo 692.º do Código de Processo Civil e nos demais casos previstos na lei.
4 — O juiz fixa prazo, não excedente a 10 dias, para a prestação de caução e se esta não for prestada no prazo fixado, a sentença pode ser desde logo executada.
5 — O incidente de prestação de caução referido no n.º 1 é processado nos próprios autos.

Artigo 87.º

[...]

- 1 — O regime do julgamento dos recursos é o que resulta, com as necessárias adaptações, das disposições do Código de Processo Civil que regulamentam o julgamento do recurso de apelação e de revista.
2 —
3 —

Artigo 90.º

Execução de direitos irrenunciáveis

1 — Tratando-se de direitos irrenunciáveis, o autor tem o prazo de 30 dias após o trânsito em julgado da sentença de condenação em quantia certa, prorrogável pelo juiz, para iniciar a execução do título executivo.

2 — Se o autor não iniciar a execução no prazo fixado, e não tiver sido junto ao processo documento comprovativo da extinção da dívida no prazo referido no número anterior, o tribunal, oficiosamente, ordena o início do processo executivo, cujas diligências de execução são realizadas por oficial de justiça.

3 — *(Revogado.)*

4 — *(Revogado.)*

5 — *(Revogado.)*

6 — *(Revogado.)*

Artigo 99.º

[...]

1 —

2 — Quando a participação seja feita por uma entidade seguradora, deve ser acompanhada de toda a documentação clínica e nosológica disponível, de cópia da apólice e seus adicionais em vigor, bem como da declaração de remunerações do mês anterior ao do acidente, de nota discriminativa das incapacidades e internamentos e de cópia dos documentos comprovativos das indemnizações pagas desde o acidente.

Artigo 100.º

[...]

1 — Recebida a participação, se for caso de morte, o Ministério Público, conforme as circunstâncias, determina a realização da autópsia ou a junção aos autos do respectivo relatório e ordena as diligências indispensáveis à determinação dos beneficiários legais dos sinistrados e à obtenção das provas de parentesco.

2 — Instruído o processo com a certidão de óbito, o relatório da autópsia e certidões comprovativas do parentesco dos beneficiários com a vítima, o Ministério Público designa data para a tentativa de conciliação, se não tiver sido junto o acordo extrajudicial previsto na lei.

3 —

4 —

5 —

6 —

Artigo 101.º

Processamento nos restantes casos de incapacidade permanente

1 — No caso de ter resultado do acidente incapacidade permanente, o Ministério Público solicita aos serviços médico-legais a realização de perícia médica, seguida de tentativa de conciliação.

2 — Se com a participação for junto acordo ou se este for apresentado até à data designada, o Ministério Público dispensa a tentativa de conciliação; se, porém, a perícia médica, as declarações do sinistrado, que nessa ocasião deve tomar, e as diligências a que proceder não confirmarem as bases em que o mesmo acordo tenha sido elaborado, designa data para a tentativa de conciliação.

Artigo 102.º
[...]

1 — Se o sinistrado ainda não estiver curado quando for recebida a participação e estiver sem tratamento adequado ou sem receber a indemnização devida por incapacidade temporária, o Ministério Público solicita perícia médica, seguida de tentativa de conciliação, nos termos do artigo 108.º; o mesmo se observa no caso de o sinistrado se não conformar com a alta, a natureza da incapacidade ou o grau de desvalorização por incapacidade temporária que lhe tenha sido atribuído, ou ainda se esta se prolongar por mais de 12 meses.

2 — Se o sinistrado, quando vier a juízo, se declarar curado sem desvalorização e apenas reclamar a indemnização devida por incapacidade temporária, ou qualquer outra quantia a que acessoriamente tiver direito, pode ser dispensada a perícia médica.

Artigo 104.º
[...]

1 —

2 — Até ao início da fase contenciosa, o Ministério Público pode requisitar aos serviços da entidade com competência inspectiva em matéria laboral, sem prejuízo da competência legalmente atribuída a outras entidades, a realização de inquérito urgente e sumário sobre as circunstâncias em que ocorreu o acidente, quando:

- a) —
- b) —
- c) —
- d) —

3 —

4 — Sempre que, em resultado de um acidente, não seja de excluir a existência de responsabilidade criminal, o Ministério Público deve dar conhecimento do facto ao foro criminal competente, remetendo, nomeadamente, o inquérito elaborado pela entidade com competência inspectiva em matéria laboral.

Artigo 105.º
Perícia médica

1 — O local e a competência para a realização da perícia médica são definidos nos termos da lei que estabelece o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses.

2 — (*Revogado.*)

3 — Sem prejuízo do disposto na lei que estabelece o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses, quando a perícia exigir elementos auxiliares de diagnóstico ou conhecimento de alguma especialidade clínica não acessíveis a quem deva realizá-lo, são requisitados tais elementos ou o parecer de especialistas aos serviços médico-sociais da respectiva área e se estes não estiverem habilitados a fornecê-los em tempo oportuno são requisitados a estabelecimentos ou serviços adequados ou a médicos especialistas; fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, se os não houver na respectiva circunscrição, o Ministério Público pode solicitar a outro tribunal com competência em matéria de trabalho a obtenção desses elementos ou pareceres, bem como a obtenção da perícia.

4 — A perícia é secreta, podendo o Ministério Público, em qualquer caso, propor questões sempre que o seu resultado lhe ofereça dúvidas; o resultado da perícia é notificado, sem necessidade de despacho, ao sinistrado e às pessoas convocadas para a tentativa de conciliação.

Artigo 106.º
[...]

1 — No relatório pericial, o perito médico deve indicar o resultado da sua observação clínica, incluindo o relato do evento fornecido pelo sinistrado e a apreciação circunstanciada dos elementos constantes do processo, a natureza das lesões sofridas, a data de cura ou consolidação, as sequelas e as incapacidades correspondentes, ainda que sob reserva de confirmação ou alteração do seu parecer após obtenção de outros elementos clínicos ou auxiliares de diagnóstico.

2 — Sempre que o perito médico não se considerar habilitado a completar o relatório com as respectivas conclusões, fixa provisoriamente a natureza e grau de incapacidade do sinistrado com base em todos os elementos disponíveis nessa altura; se a perícia não se efectuar dentro de 20 dias, o Ministério Público tenta, com base nesse relatório, a conciliação para efeitos do artigo 114.º.

3 — Se a perícia não for imediatamente seguida de tentativa de conciliação, o Ministério Público, finda aquela, toma declarações ao sinistrado sobre as circunstâncias em que o acidente ocorreu e mais elementos necessários à realização daquela tentativa ou à confirmação do acordo extrajudicial que tenha sido apresentado.

Artigo 107.º
Perícia aos beneficiários legais

Artigo 108.º
[...]

1 — À tentativa de conciliação são chamadas, além do sinistrado ou dos seus beneficiários legais, as entidades empregadoras ou seguradoras, conforme os elementos constantes da participação.

2 —

3 —

4 —

5 —

6 — Nos tribunais sediados nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto não há lugar à deprecada para exame médico e tentativa de conciliação.

Artigo 109.º
[...]

Na tentativa de conciliação, o Ministério Público promove o acordo de harmonia com os direitos consignados na lei, tomando por base os elementos fornecidos pelo processo, designadamente o resultado da perícia médica e as circunstâncias que possam influir na capacidade geral de ganho do sinistrado.

Artigo 110.º
[...]

1 — Quando o grau de incapacidade fixado tiver carácter provisório ou temporário, o acordo tem também, na parte que se lhe refere, validade provisória ou temporária e o Ministério Público rectifica as pensões ou indemnizações segundo o resultado das perícias ulteriores, notificando dessas rectificações as entidades responsáveis; as rectificações consideram-se como fazendo parte do acordo.

2 — Se na última perícia médica vier a ser atribuída à incapacidade natureza permanente e fixado um grau de desvalorização não provisório ou se o sinistrado for dado como curado sem desvalorização, realiza-se nova tentativa de conciliação e seguem-se os demais termos do processo.

Artigo 114.º

[...]

1 —

2 — Se tiver sido junto acordo extrajudicial e o Ministério Público o considerar em conformidade com o resultado das perícias médicas, com os restantes elementos fornecidos pelo processo e com as informações complementares que repute necessárias, submete-o, com o seu parecer, a homologação do juiz; se essa conformidade se não verificar, o Ministério Público promove tentativa de conciliação nos termos dos artigos anteriores.

3 —

Artigo 117.º

[...]

1 — A fase contenciosa tem por base:

a) —

b) Requerimento, a que se refere o n.º 2 do artigo 138.º, do interessado que se não conformar com o resultado da perícia médica realizada na fase conciliatória do processo, para efeitos de fixação de incapacidade para o trabalho.

2 —

3 —

Artigo 120.º

[...]

1 — Nos processos de acidentes de trabalho, tratando-se de pensões, o valor da causa é igual ao do resultado da multiplicação de cada pensão pela respectiva taxa constante das tabelas práticas aplicáveis ao cálculo do capital da remição, acrescido das demais prestações.

2 —

3 —

Artigo 125.º

[...]

1 — O juiz pode determinar, em qualquer altura do processo, que a entidade que anteriormente tiver custeado o tratamento do sinistrado continue a suportar esse encargo, quando este o pedir em requerimento fundamentado e for de entender que o pedido é fundado à face dos exames, perícias e outros elementos constantes do processo e diligências que repute necessárias, sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 121.º.

2 —

Artigo 134.º

[...]

Os peritos médicos comparecem na audiência de discussão e julgamento quando o juiz o determinar, sempre que a sua audição não possa ou não deva ter lugar através dos meios técnicos processualmente previstos.

Artigo 138.º

[...]

1 — Quando não se conformar com o resultado da perícia realizada na fase conciliatória do processo, a parte requer, na petição inicial ou na contestação, perícia por junta médica.

2 — Se na tentativa de conciliação apenas tiver havido discordância quanto à questão da incapacidade, o pedido de junta médica é deduzido em requerimento a apresentar no prazo a que se refere o n.º 1 do artigo 119.º; se não for apresentado, o juiz profere decisão sobre o mérito, fixando a natureza e grau de incapacidade e o valor da causa, observando-se o disposto no n.º 3 do artigo 73.º.

Artigo 139.º

Perícias

1 — A perícia por junta médica, constituída por três peritos, tem carácter urgente, é secreta e presidida pelo juiz.

2 — Se na fase conciliatória a perícia tiver exigido pareceres especializados, intervêm na junta médica, pelo menos, dois médicos das mesmas especialidades.

3 — Fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, se não for possível constituir a junta nos termos dos números anteriores, a perícia é deprecada ao tribunal com competência em matéria de trabalho mais próximo da residência da parte, onde a junta possa constituir-se.

4 — Sempre que possível, intervêm na perícia peritos dos serviços médico-legais que não tenham intervindo na fase conciliatória.

5 —

6 — É facultativa a formulação de quesitos para perícias médicas, mas o juiz deve formulá-los, ainda que as partes o não tenham feito, sempre que a dificuldade ou a complexidade da perícia o justificarem.

5 —

8 — É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 1 do artigo 105.º.

Artigo 140.º

[...]

1 — Se a fixação da incapacidade tiver lugar no processo principal, o juiz profere decisão sobre o mérito, realizadas as perícias referidas no artigo anterior, fixando a natureza e grau de incapacidade e o valor da causa, observando-se o disposto no n.º 3 do artigo 73.º.

2 — Se a fixação da incapacidade tiver lugar no apenso, o juiz, realizadas as perícias referidas no número anterior, profere decisão, fixando a natureza e grau de incapacidade; a decisão só pode ser impugnada no recurso a interpor da sentença final.

3 —

Artigo 145.º

[...]

1 — Quando for requerida a revisão da incapacidade, o juiz manda submeter o sinistrado a perícia médica.

2 —

3 — O local de realização da perícia médica é definido nos termos da lei que estabelece o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses.

4 — Finda a perícia, o seu resultado é notificado ao sinistrado e à entidade responsável pela reparação dos danos resultantes do acidente.

5 — Se alguma das partes não se conformar com o resultado da perícia, pode requerer, no prazo de 10 dias, perícia por junta médica nos termos previstos no n.º 2; se nenhuma das partes o requerer, pode a perícia ser ordenada pelo juiz, se a considerar indispensável para a boa decisão do incidente.

6 — Se não for realizada perícia por junta médica, ou feita esta, e efectuadas quaisquer diligências que se mostrem necessárias, o juiz decide por despacho, mantendo, aumentando ou reduzindo a pensão ou declarando extinta a obrigação de a pagar.

7 — (*Anterior n.º 6.*)

8 — (*Anterior n.º 7.*)

Artigo 146.º

[...]

1 — Se a entidade responsável pretender discutir a responsabilidade total ou parcial do agravamento e a questão só puder ser decidida com a produção de outros meios de prova, assim o declarará no prazo fixado para requerer perícia por junta médica e apresentará dentro de 10 dias a sua alegação e meios de prova; se for requerida perícia, o prazo conta-se a partir da realização deste.

2 —

3 —

4 —

Artigo 148.º

[...]

1 —

2 —

3 —

4 —

5 — Nos tribunais sediados nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto não há lugar à deprecada para a entrega do capital da remição.

Artigo 152.º

[...]

1 —

2 — Em caso de morte do sinistrado, o processo vai com vista ao Ministério Público para os efeitos do disposto nos artigos 142.º e 144.º; nos demais casos, o juiz ouve a parte contrária e o Ministério Público.

3 —

Artigo 162.º

[...]

1 — Os processos do contencioso de instituições de previdência, abono de família, associações sindicais, associações de empregadores ou comissões de trabalhadores seguem os termos do processo comum previsto neste Código, salvo o disposto nos artigos seguintes.

2 —

Artigo 164.º
[...]

1 — As deliberações e outros actos de órgãos de instituições de previdência, associações sindicais, associações de empregadores ou comissões de trabalhadores viciados por violação da lei, quer de fundo quer de forma, ou violação dos estatutos podem ser declarados inválidos em acção intentada por quem tenha interesse legítimo, salvo se dos mesmos couber recurso.

2 —
3 —

Artigo 165.º
[...]

1 — O juiz manda citar o réu e ordena que este apresente os documentos relativos à situação objecto de impugnação que ainda não tenham sido juntos aos autos.

2 —

Artigo 168.º
Suspensão de eficácia

Se na petição inicial o autor requerer a suspensão de eficácia dos actos ou disposições impugnados, demonstrando que da sua execução pode resultar dano apreciável, o juiz pode decretar a suspensão nesse momento ou após a contestação.

Artigo 173.º
[...]

1 — A liquidação e a partilha de bens de instituições de previdência, de associações sindicais, de associações de empregadores ou de comissões de trabalhadores efectuem-se como estiver determinado na lei e nos estatutos.

2 —

Artigo 174.º
[...]

1 — A entrada em liquidação de instituições de previdência, de associações sindicais, de associações de empregadores ou de comissões de trabalhadores é participada ao tribunal pela última direcção, ou pelo presidente da mesa da assembleia geral, no prazo de 30 dias a contar do acto que tenha determinado a dissolução.

2 —

3 — Quando a lei ou os estatutos determinem a transferência global do património para outra instituição, associação ou comissão, compete à última direcção, havendo-a, efectuar essa transferência.

Artigo 180.º
[...]

1 — O juiz pode determinar que todos ou alguns dos liquidatários se mantenham em funções por um prazo não superior a três anos, contados desde a aprovação das contas da partilha, apenas para efeitos de

representarem a instituição, associação ou comissão em juízo ou fora dele ou ainda para efectivarem direitos ou satisfazerem obrigações de que só haja conhecimento depois de efectuada a partilha ou cuja subsistência o juiz tenha entendido não dever impedir a partilha.

2 — Se durante o período referido no número anterior não findar algum processo em que a instituição, associação ou comissão sejam partes, o liquidatário mantém-se em funções até ao termo do processo.

Artigo 181.º [...]

1 — Se não for possível apurar quais sejam as pessoas que, segundo os estatutos, têm direito à partilha do saldo, feita a nomeação de liquidatários, seguem-se os termos aplicáveis do processo especial de liquidação no caso de herança vaga em benefício do Estado, previsto no Código de Processo Civil.

2 —

Artigo 185.º [...]

1 —

2 — Da decisão final cabe sempre recurso de revista até ao Supremo Tribunal de Justiça.

3 — »

Artigo 2.º **Aditamento ao Código de Processo do Trabalho**

São aditados ao Código de Processo do Trabalho os artigos 2.º-A, 5.º-A, 27.º-A, 40.º-A, 60.º-A, 74.º-A, 79.º-A, 83.º-A, 98.º-A a 98.º-P, 164.º-A, 164.º-B e 186.º-A a 186.º-J, com a seguinte redacção:

«Artigo 2.º-A **Capacidade judiciária das estruturas de representação colectiva dos trabalhadores**

As estruturas de representação colectiva dos trabalhadores, ainda que destituídas de personalidade jurídica, gozam de capacidade judiciária activa e passiva.

Artigo 5.º-A **Legitimidade do Ministério Público**

O Ministério Público tem legitimidade activa nas seguintes acções:

a) Acções relativas ao controlo da legalidade da constituição e dos estatutos de associações sindicais, associações de empregadores e comissões de trabalhadores;

b) Acções de anulação e interpretação de cláusulas de convenções colectivas de trabalho nos termos do artigo 479.º do Código do Trabalho.

Artigo 27.º-A **Mediação**

Ao processo de trabalho aplicam-se, com as necessárias adaptações, os artigos relativos à mediação previstos no Código de Processo Civil.

Artigo 40.º-A

Caducidade da providência

O procedimento cautelar extingue-se e, quando decretada, a providência caduca:

a) Se o trabalhador não propuser a acção de impugnação de despedimento colectivo da qual a providência depende dentro de 30 dias, contados da data em que lhe tenha sido notificada a decisão que a tenha ordenado;

b) Nos demais casos previstos no Código de Processo Civil que não sejam incompatíveis com a natureza do processo do trabalho.

Artigo 60.º-A

Oposição à reintegração do trabalhador

1 — A oposição à reintegração do trabalhador deve ser deduzida na contestação, salvo se o trabalhador tiver optado pela indemnização na petição inicial.

2 — Tendo havido oposição à reintegração, o autor pode sempre responder à contestação no prazo de 10 dias.

Artigo 74.º-A

Condenação na reintegração do trabalhador

1 — A reintegração deve ser comprovada no processo mediante a junção aos autos do documento que demonstre o reinício do pagamento da retribuição.

2 — Transitada em julgado a sentença, sem que se mostre efectuada a reintegração, pode o trabalhador requerer também a aplicação de sanção pecuniária compulsória ao empregador, nos termos previstos no Código de Processo Civil para a execução de prestação de facto.

Artigo 79.º-A

Recurso de apelação

1 — Da decisão do tribunal de 1.ª instância que ponha termo ao processo cabe recurso de apelação.

2 — Cabe ainda recurso de apelação das seguintes decisões do tribunal de 1.ª instância:

a) Da decisão que aprecie o impedimento do juiz;

b) Da decisão que aprecie a competência do tribunal;

c) Da decisão que ordene a suspensão da instância;

d) Dos despachos que excluam alguma parte do processo ou constituam, quanto a ela, decisão final, bem como da decisão final proferida nos incidentes de intervenção de terceiro e de habilitação;

e) Da decisão prevista na alínea *a)* do n.º 3 do artigo 98.º-J;

f) Do despacho que, nos termos do n.º 2 do artigo 115.º, recuse a homologação do acordo;

g) Dos despachos proferidos depois da decisão final;

h) Decisões cuja impugnação com o recurso da decisão final seria absolutamente inútil;

i) Nos casos previstos nas alíneas *c)*, *d)*, *e)*, *h)*, *i)*, *j)* e *l)* do n.º 2 do artigo 691.º do Código de Processo Civil e nos demais casos expressamente previstos na lei.

3 — As restantes decisões proferidas pelo tribunal de 1.ª instância podem ser impugnadas no recurso que venha a ser interposto da decisão final.

4 — No caso previsto no número anterior, o tribunal só dá provimento às decisões impugnadas conjuntamente com a decisão final quando a infracção cometida possa modificar essa decisão ou quando, independentemente desta, o provimento tenha interesse para o recorrente.

5 — Se não houver recurso da decisão final, as decisões interlocutórias que tenham interesse para o apelante independentemente daquela decisão podem ser impugnadas num recurso único, a interpor após o trânsito da referida decisão.

Artigo 83.º-A **Subida dos recursos**

1 — Sobem nos próprios autos as apelações das decisões previstas no n.º 1 do artigo 691.º-A do Código de Processo Civil.

2 — Sobem em separado as apelações não compreendidas no número anterior.

Artigo 98.º-A **Remissão**

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente título aplicam-se as regras do Código de Processo Civil relativas ao processo de execução.

Artigo 98.º-B **Constituição obrigatória de advogado**

Só é obrigatória a constituição de advogado após a audiência de partes, com a apresentação dos articulados.

Artigo 98.º-C **Início do processo**

1 — Nos termos do artigo 387.º do Código do Trabalho, no caso em que seja comunicada por escrito ao trabalhador a decisão de despedimento individual, seja por facto imputável ao trabalhador, seja por extinção do posto de trabalho, seja por inadaptação, a acção de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento inicia-se com a entrega, pelo trabalhador, junto do tribunal competente, de requerimento em formulário electrónico ou em suporte de papel, do qual consta declaração do trabalhador de oposição ao despedimento, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — Caso tenha sido apresentada providência cautelar de suspensão preventiva do despedimento, nos termos previstos nos artigos 34.º e seguintes, o requerimento inicial do procedimento cautelar do qual conste que o trabalhador requer a impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento dispensa a apresentação do formulário referido no número anterior.

Artigo 98.º-D **Formulário**

1 — A entrega em suporte de papel do formulário referido no artigo anterior é feita, num único exemplar, na secretaria judicial.

2 — O modelo do formulário é aprovado por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da justiça e do trabalho.

Artigo 98.º-E

Recusa do formulário pela secretaria

A secretaria recusa o recebimento do formulário indicando por escrito o fundamento da rejeição quando:

- a) Não conste de modelo próprio;
- b) Omita a identificação das partes;
- c) Não tenha sido junta a decisão de despedimento;
- d) Não esteja assinado.

Artigo 98.º-F

Notificação para audiência de partes

1 — Recebido o requerimento, o juiz designa data para a audiência de partes, a realizar no prazo de 15 dias.

2 — O trabalhador é notificado e o empregador citado para comparecerem pessoalmente ou, em caso de justificada impossibilidade de comparência, se fizerem representar por mandatário judicial com poderes especiais para confessar, transigir ou desistir.

3 — Tendo sido requerida a suspensão de despedimento, a audiência de partes referida no n.º 1 antecede a audiência final do procedimento cautelar.

Artigo 98.º-G

Efeitos da não comparência do empregador

1 — Se o empregador não comparecer na audiência de partes, nem se fizer representar nos termos do n.º 2 do artigo anterior, tendo sido ou devendo considerar-se regularmente citado, o juiz:

- a) Ordena a notificação do empregador para apresentar articulado para motivar o despedimento, juntar o procedimento disciplinar ou os documentos comprovativos do cumprimento das formalidades exigidas, apresentar o rol de testemunhas e requerer quaisquer outras provas;
- b) Fixa a data da audiência final.

2 — Se a falta à audiência de partes for julgada injustificada, o empregador fica sujeito às sanções previstas no Código de Processo Civil para a litigância de má fé.

Artigo 98.º-H

Efeitos da não comparência do trabalhador ou de ambas as partes

1 — Se o trabalhador não comparecer na audiência de partes, nem se fizer representar nos termos do n.º 2 do artigo 98.º-F, nem justificar a sua falta nos 10 dias subsequentes, tendo sido ou devendo considerar-se regularmente notificado, o juiz determina a absolvição do pedido.

2 — Caso a falta seja considerada justificada, procede-se à marcação de nova data para a realização da audiência de partes.

3 — Se o trabalhador, tendo sido ou devendo considerar-se regularmente notificado, não comparecer na data marcada nos termos do número anterior, nem se fizer representar nos termos do n.º 2 do artigo 98.º-F:

- a) O juiz ordena a notificação do empregador e fixa a data da audiência final, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 98.º-G, caso a falta seja considerada justificada;
- b) O juiz determina a absolvição do pedido, caso a falta seja considerada injustificada.

4 — O disposto no n.º 2 e na alínea b) do número anterior é aplicável, com as necessárias adaptações, no caso de ambas as partes faltarem à audiência de partes.

Artigo 98.º-I
Audiência de partes

1 — Declarada aberta a audiência pelo juiz, o empregador expõe sucintamente os fundamentos de facto que motivam o despedimento.

2 — Após a resposta do trabalhador, o juiz procurará conciliar as partes, nos termos e para os efeitos dos artigos 52.º e 53.º.

3 — Caso verifique que à pretensão do trabalhador é aplicável outra forma de processo, o juiz abstém-se de conhecer do pedido, absolve da instância o empregador, e informa o trabalhador do prazo de que dispõe para intentar acção com processo comum.

4 — Frustrada a tentativa de conciliação, na audiência de partes o juiz:

a) Procede à notificação imediata do empregador para, no prazo de 15 dias, apresentar articulado para motivar o despedimento, juntar o procedimento disciplinar ou os documentos comprovativos do cumprimento das formalidades exigidas, apresentar o rol de testemunhas e requerer quaisquer outras provas;

b) Fixa a data da audiência final.

Artigo 98.º-J
Articulado do empregador

1 — O empregador apenas pode invocar factos e fundamentos constantes da decisão de despedimento comunicada ao trabalhador.

2 — No caso de pretender que o tribunal exclua a reintegração do trabalhador nos termos previstos no artigo 392.º do Código do Trabalho, o empregador deve requerê-lo desde logo no mesmo articulado, invocando os factos e circunstâncias que fundamentam a sua pretensão, e apresentar os meios de prova para o efeito.

3 — Se o empregador não apresentar o articulado referido no número anterior, ou não juntar o procedimento disciplinar ou os documentos comprovativos do cumprimento das formalidades exigidas, o juiz declara a ilicitude do despedimento do trabalhador e:

a) Condena o empregador a reintegrar o trabalhador, ou, caso este tenha optado por uma indemnização em substituição da reintegração, a pagar ao trabalhador, no mínimo, uma indemnização correspondente a 30 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo ou fracção de antiguidade, sem prejuízo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 391.º do Código do Trabalho;

b) Condena ainda o empregador no pagamento das retribuições que o trabalhador deixou de auferir desde a data do despedimento até trânsito em julgado;

c) Ordena a notificação do trabalhador para, querendo, no prazo de 15 dias, apresentar articulado no qual peticione créditos emergentes do contrato de trabalho, da sua violação ou cessação.

4 — Na mesma data, o empregador é notificado da sentença quanto ao referido nas alíneas a) e b) do número anterior.

Artigo 98.º-L
Contestação

1 — Apresentado o articulado referido no artigo anterior, o trabalhador é notificado para, no prazo de 15 dias, contestar, querendo.

2 — Se o trabalhador não contestar, tendo sido ou devendo considerar-se regularmente notificado na sua própria pessoa, ou tendo juntado procuração a mandatário judicial no prazo da contestação, consideram-se confessados os factos articulados pelo empregador, sendo logo proferida sentença a julgar a causa conforme for de direito.

3 — Na contestação, o trabalhador pode deduzir reconvenção nos casos previstos no n.º 2 do artigo 274.º do Código de Processo Civil, bem como para peticionar créditos emergentes do contrato de trabalho, independentemente do valor da acção.

4 — Se o trabalhador se tiver defendido por excepção, pode o empregador responder à respectiva matéria no prazo de 10 dias; havendo reconvenção, o prazo para resposta é alargado para 15 dias.

5 — É correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 60.º e no n.º 6 do artigo 274.º do Código de Processo Civil.

6 — As partes devem apresentar ou requerer a produção de prova nos respectivos articulados ou no prazo destes.

Artigo 98.º-M

Termos posteriores aos articulados

1 — Terminada a fase dos articulados, o processo segue os termos previstos nos artigos 61.º e seguintes, devendo a prova a produzir em audiência de julgamento iniciar-se com a oferecida pelo empregador.

2 — Se for invocado despedimento precedido de procedimento disciplinar, é ainda aplicável o disposto no n.º 4 do artigo 387.º do Código do Trabalho.

Artigo 98.º-N

Pagamento de retribuições intercalares pelo Estado

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 390.º do Código do Trabalho, o tribunal determina, na decisão em 1.^a instância que declare a ilicitude do despedimento, que o pagamento das retribuições devidas ao trabalhador após o decurso de 12 meses desde a apresentação do formulário referido no artigo 98.º-C até à notificação da decisão de 1.^a instância seja efectuado pela entidade competente da área da segurança social.

2 — A entidade competente da área da segurança social é sempre notificada da decisão referida no número anterior, da interposição de recurso da decisão que declare a ilicitude do despedimento, bem como da decisão proferida em sede de recurso.

3 — A entidade competente da área da segurança social efectua o pagamento ao trabalhador das retribuições referidas no n.º 1 até 30 dias após o trânsito em julgado da decisão que declare a ilicitude do despedimento.

4 — A dotação orçamental para suportar os encargos financeiros da entidade competente da área da segurança social decorrentes do n.º 1 é inscrita anualmente no Orçamento do Estado, em rubrica própria.

Artigo 98.º-O

Deduções

1 — No período de 12 meses referido no artigo anterior não se incluem:

- a) Os períodos de suspensão da instância, nos termos do artigo 276.º do Código de Processo Civil;
- b) O período correspondente à mediação, tentativa de conciliação e ao aperfeiçoamento dos articulados;
- c) Os períodos de férias judiciais.

2 — Às retribuições referidas no artigo anterior deduzem-se as importâncias referidas no n.º 2 do artigo 390.º do Código do Trabalho.

Artigo 98.º-P**Valor da causa**

1 — Para efeitos de pagamento de custas, aplica-se à acção de impugnação judicial de regularidade e licitude do despedimento o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento das Custas Processuais.

2 — O valor da causa é sempre fixado a final pelo juiz tendo em conta a utilidade económica do pedido, designadamente o valor de indemnização, créditos e salários que tenham sido reconhecidos.

3 — Se for interposto recurso antes da fixação do valor da causa pelo juiz, deve este fixá-lo no despacho que admite o recurso.

Artigo 164.º-A**Impugnação de estatutos**

1 — Os estatutos das entidades referidas no artigo anterior podem ser impugnados pelo Ministério Público, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer interessado.

2 — A petição inicial deve ser acompanhada de cópia dos referidos estatutos.

Artigo 164.º-B**Impugnação de actos eleitorais**

Os actos eleitorais para os órgãos das entidades referidas nesta secção podem ser impugnados com fundamento na sua ilegalidade por quem tenha ficado vencido na respectiva eleição, no prazo de 10 dias a contar dessa eleição ou do conhecimento da irregularidade, se posterior.

Artigo 186.º-A**Requerimento**

1 — No caso de se pretender a impugnação da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas, o autor alega os fundamentos do pedido, indica os pontos de facto que interessa averiguar e requer as providências que repare convenientes.

2 — O réu é citado para contestar no prazo de 15 dias.

Artigo 186.º-B**Termos posteriores**

1 — Findos os articulados, o juiz conhece imediatamente do pedido, salvo se entender que se justifica proceder a diligências complementares de prova, caso em que ordena aquelas que repare convenientes.

2 — O processo tem natureza urgente.

Artigo 186.º-C**Decisão**

1 — A decisão de condenação determina as informações que devem ser prestadas e o prazo para a sua prestação.

2 — A requerimento do autor pode ser fixada uma sanção pecuniária compulsória.

3 — A decisão é apenas susceptível de recurso para o Tribunal da Relação, com efeito suspensivo.

Artigo 186.º-D

Requerimento

O pedido de providências destinadas a evitar a consumação de qualquer violação dos direitos de personalidade do trabalhador ou atenuar os efeitos da ofensa já praticada é formulado contra o autor da ameaça ou ofensa e, igualmente, contra o empregador.

Artigo 186.º-E

Termos posteriores

- 1 — Os requeridos são citados para contestar no prazo de 10 dias.
- 2 — Independentemente de haver ou não contestação, o tribunal decide após a apreciação das provas produzidas.

Artigo 186.º-F

Natureza urgente

O processo tem natureza urgente.

Artigo 186.º-G

Remissão

1 — Nas acções relativas à igualdade e não discriminação em função do sexo aplicam-se as disposições correspondentes do processo comum, com as especificações dos artigos seguintes, sem prejuízo do disposto no n.º 2.

2 — A declaração judicial de nulidade de disposição de convenção colectiva em matéria de igualdade e não discriminação nos termos do artigo 479.º do Código do Trabalho segue os trâmites da acção prevista nos artigos 183.º e seguintes.

Artigo 186.º-H

Informação sobre decisões judiciais registadas

Até à audiência de discussão e julgamento, o juiz solicita oficiosamente à entidade que tenha competência na área da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres no trabalho, no emprego e na formação profissional informação sobre o registo de qualquer decisão judicial relevante para a causa.

Artigo 186.º-I

Comunicação da decisão

O juiz deve comunicar a decisão à entidade competente na área da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres no trabalho, no emprego e na formação profissional, para efeitos de registo.

Artigo 186.º-J

Remissão

A impugnação de decisões de autoridades administrativas que apliquem coimas em processo laboral segue os termos do regime processual das contra-ordenações laborais, que consta de lei específica.»

Artigo 3.º**Alteração à organização do Código de Processo do Trabalho**

1 — Os seguintes títulos, capítulos, secções, subsecções e divisões do Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 323/2001, de 17 de Dezembro, e 38/2003, de 8 de Março, passam a ter a seguinte redacção:

- a) Subsecção I da secção II do capítulo IV do título III: «Suspensão de despedimento»;
- b) Capítulo III do título V: «Disposições finais»;
- c) Capítulo III do título VI: «Processo do contencioso de instituições de previdência, abono de família, associações sindicais, associações de empregadores ou comissões de trabalhadores»;
- d) Secção III do capítulo III do título VI: «Impugnação de estatutos, deliberações de assembleias gerais ou actos eleitorais»;
- e) Secção V do capítulo III do título VI: «Liquidação e partilha dos bens de instituições de previdência, de associações sindicais, de associações de empregadores ou de comissões de trabalhadores»

2 — São ainda feitas as seguintes alterações à organização sistemática do Código de Processo do Trabalho:

- a) É introduzido um novo capítulo I do título VI, que se inicia com o artigo 98.º-B e termina com o artigo 98.º-P, e passa a denominar-se «Acção de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento», sendo os capítulos subsequentes renumerados em conformidade;
- b) É introduzido um novo capítulo V do título VI, que se inicia com o artigo 186.º-A e termina com o artigo 186.º-C, e passa a denominar-se «Impugnação da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas»;
- c) É introduzido um novo capítulo VI do título VI, que se inicia com o artigo 186.º-D e termina com o artigo 186.º-F, e passa a denominar-se «Tutela da personalidade do trabalhador »;
- d) É introduzido um novo capítulo VII do título VI, que se inicia com o artigo 186.º-G e termina com o artigo 186.º-I, e passa a denominar-se «Igualdade e não discriminação em função do sexo»;
- e) É introduzido um novo título VII, com o artigo 186.º-J, que passa a denominar-se «Processo de contra-ordenação».

Artigo 4.º**Alteração à Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro**

O artigo 85.º da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 85.º

[...]

Compete aos tribunais do trabalho conhecer, em matéria cível:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)

- i)
- j)
- l)
- m)
- n)
- o)
- p)
- q)
- r)
- s) Das questões relativas ao controlo da legalidade da constituição, dos estatutos e da actividade das associações sindicais, associações de empregadores e comissões de trabalhadores;
- t) [*Anterior alínea s).*.]»

Artigo 5.º

Alteração à Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto

O artigo 118.º da Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 118.º

[...]

Compete aos juízos do trabalho conhecer, em matéria cível:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- l)
- m)
- n)
- o)
- p)
- q)
- r)
- s) Das questões relativas ao controlo da legalidade da constituição, dos estatutos e da actividade das associações sindicais, associações de empregadores e comissões de trabalhadores;
- t) [*Anterior alínea s).*.]»

Artigo 6.º

Aplicação no tempo

As normas do Código de Processo do Trabalho com a redacção dada pelo presente decreto-lei aplicam-se às acções que se iniciem após a sua entrada em vigor.

Artigo 7.º**Norma revogatória**

1 — São revogados os artigos 41.º a 43.º, 76.º, 84.º a 86.º, 89.º, os n.ºs 3, 4, 5 e 6 do artigo 90.º, os artigos 91.º a 95.º, 97.º, e o n.º 2 do artigo 105.º do Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 323/2001, de 17 de Dezembro, e 38/2003, de 8 de Março.

2 — Com a entrada em vigor do artigo 186.º-J é revogado o livro II do Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro, e alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 323/2001, de 17 de Dezembro, e 38/2003, de 8 de Março.

Artigo 8.º**Republicação**

É republicado, em anexo ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro, com a redacção actual.

Artigo 9.º**Entrada em vigor**

1 — O presente decreto-lei entra em vigor em 1 de Janeiro de 2010, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 438.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, até à entrada em vigor do n.º 1 do artigo 391.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, o trabalhador pode optar pela reintegração na empresa ou por uma indemnização em substituição da reintegração, até à sentença do tribunal, cabendo ao tribunal fixar o montante dessa indemnização entre 15 e 45 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo ou fracção de antiguidade, atendendo ao valor da retribuição e ao grau de ilicitude decorrente do disposto no artigo 381.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

3 — O artigo 186.º-J entra em vigor em 1 de Janeiro de 2010, salvo se a data de início de vigência do diploma que regular o regime processual aplicável às contra-ordenações em matéria laboral e de segurança social for posterior, caso em que o artigo 186.º-J entra em vigor na data deste último diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 20 de Agosto de 2009. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Alberto Bernardes Costa* — *Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz*.

Promulgado em 3 de Outubro de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 6 de Outubro de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO

CÓDIGO DE PROCESSO DO TRABALHO**Republicação****Disposições fundamentais**

Artigo 1.º

Âmbito e integração do diploma

- 1 — O processo do trabalho é regulado pelo presente Código.
- 2 — Nos casos omissos recorre-se sucessivamente:
- a) À legislação processual comum, civil ou penal, que directamente os previna;
 - b) À regulamentação dos casos análogos previstos neste Código;
 - c) À regulamentação dos casos análogos previstos na legislação processual comum, civil ou penal;
 - d) Aos princípios gerais do direito processual do trabalho;
 - e) Aos princípios gerais do direito processual comum.
- 3 — As normas subsidiárias não se aplicam quando forem incompatíveis com a índole do processo regulado neste Código.

LIVRO I

Do processo civil

TÍTULO I

Da acção

CAPÍTULO I

Capacidade judiciária e legitimidade

Artigo 2.º

Capacidade judiciária activa dos menores

- 1 — Os menores com 16 anos podem estar por si em juízo como autores.
- 2 — Os menores que ainda não tenham completado 16 anos são representados pelo Ministério Público quando se verificar que o seu representante legal não acautela judicialmente os seus interesses.
- 3 — Se o menor perfizer os 16 anos na pendência da causa e requerer a sua intervenção directa na acção, cessa a representação.

Artigo 2.º-A

Capacidade judiciária das estruturas de representação colectiva dos trabalhadores

As estruturas de representação colectiva dos trabalhadores, ainda que destituídas de personalidade jurídica, gozam de capacidade judiciária activa e passiva.

Artigo 3.º
Litisconsórcio

1 — Se o trabalho for prestado por um grupo de pessoas, pode qualquer delas fazer valer a sua quota-parte do interesse, embora este tenha sido colectivamente fixado.

2 — Para o efeito do número anterior, o autor deve identificar os demais interessados, que são notificados, antes de ordenada a citação do réu, para, no prazo de 10 dias, intervirem na acção.

3 — Os interessados de que não forem conhecidos a residência ou o local de trabalho são notificados editalmente, com dispensa de publicação de anúncios.

4 — Sendo a acção intentada por um ou alguns dos trabalhadores, cabe ao Ministério Público a defesa dos interesses dos trabalhadores que não intervirem por si.

Artigo 4.º
Anulação e interpretação de cláusulas de convenções colectivas de trabalho

As associações sindicais e as associações de empregadores outorgantes de convenções colectivas de trabalho, bem como os trabalhadores e os empregadores directamente interessados, são partes legítimas nas acções respeitantes à anulação e interpretação de cláusulas daquelas convenções.

Artigo 5.º
**Legitimidade de estruturas de representação colectiva dos trabalhadores
e de associações de empregadores**

1 — As associações sindicais e de empregadores são partes legítimas como autoras nas acções relativas a direitos respeitantes aos interesses colectivos que representam.

2 — As associações sindicais podem exercer, ainda, o direito de acção, em representação e substituição de trabalhadores que o autorizem:

a) Nas acções respeitantes a medidas tomadas pelo empregador contra trabalhadores que pertençam aos corpos gerentes da associação sindical ou nesta exerçam qualquer cargo;

b) Nas acções respeitantes a medidas tomadas pelo empregador contra os seus associados que sejam representantes eleitos dos trabalhadores;

c) Nas acções respeitantes à violação, com carácter de generalidade, de direitos individuais de idêntica natureza de trabalhadores seus associados.

3 — Para efeito do número anterior, presume-se a autorização do trabalhador a quem a associação sindical tenha comunicado por escrito a intenção de exercer o direito de acção em sua representação e substituição, com indicação do respectivo objecto, se o trabalhador nada declarar em contrário, por escrito, no prazo de 15 dias.

4 — Verificando-se o exercício do direito de acção nos termos do n.º 2, o trabalhador só pode intervir no processo como assistente.

5 — Nas acções em que estejam em causa interesses individuais dos trabalhadores ou dos empregadores, as respectivas associações podem intervir como assistentes dos seus associados, desde que exista da parte dos interessados declaração escrita de aceitação da intervenção.

6 — As estruturas de representação colectiva dos trabalhadores são parte legítima como autor nas acções em que estejam em causa a qualificação de informações como confidenciais ou a recusa de prestação de informação ou de realização de consultas por parte do empregador.

Artigo 5.º-A

Legitimidade do Ministério Público

O Ministério Público tem legitimidade activa nas seguintes acções:

- a)* Acções relativas ao controlo da legalidade da constituição e dos estatutos de associações sindicais, associações de empregadores e comissões de trabalhadores;
- b)* Acções de anulação e interpretação de cláusulas de convenções colectivas de trabalho nos termos do artigo 479.º do Código do Trabalho.

CAPÍTULO II

Representação e patrocínio judiciário

Artigo 6.º

Representação pelo Ministério Público

São representados pelo Ministério Público o Estado e as demais pessoas e entidades previstas na lei.

Artigo 7.º

Patrocínio pelo Ministério Público

Sem prejuízo do regime do apoio judiciário, quando a lei o determine ou as partes o solicitem, o Ministério Público exerce o patrocínio:

- a)* Dos trabalhadores e seus familiares;
- b)* Dos hospitais e das instituições de assistência, nas acções referidas na alínea *d)* do artigo 85.º da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, e correspondentes execuções, desde que não possuam serviços de contencioso;
- c)* Das pessoas que, por determinação do tribunal, houverem prestado os serviços ou efectuado os fornecimentos a que se refere a alínea *d)* do artigo 85.º da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro.

Artigo 8.º

Recusa do patrocínio

1 — O Ministério Público deve recusar o patrocínio a pretensões que repute infundadas ou manifestamente injustas e pode recusá-lo quando verifique a possibilidade de o autor recorrer aos serviços do contencioso da associação sindical que o represente.

2 — Quando o Ministério Público recusar o patrocínio nos termos do número anterior, deve notificar imediatamente o interessado de que pode reclamar, dentro de 15 dias, para o imediato superior hierárquico.

3 — Os prazos de propositura da acção e de prescrição não correm entre a notificação a que se refere o número anterior e a notificação da decisão que vier a ser proferida sobre a reclamação.

Artigo 9.º

Cessação da representação e do patrocínio oficioso

Constituído mandatário judicial, cessa a representação ou o patrocínio oficioso que estiver a ser exercido, sem prejuízo da intervenção acessória do Ministério Público.

TÍTULO II

Competência

CAPÍTULO I

Competência internacional

Artigo 10.º

Competência internacional dos tribunais do trabalho

1 — Na competência internacional dos tribunais do trabalho estão incluídos os casos em que a acção pode ser proposta em Portugal, segundo as regras de competência territorial estabelecidas neste Código, ou de terem sido praticados em território português, no todo ou em parte, os factos que integram a causa de pedir na acção.

2 — Incluem-se, igualmente, na competência internacional dos tribunais do trabalho:

a) Os casos de destacamento para outros Estados de trabalhadores contratados por empresas estabelecidas em Portugal;

b) As questões relativas a conselhos de empresas europeus e procedimentos de informação e consulta em que a administração do grupo esteja sediada em Portugal ou que respeita a empresa do grupo sediada em Portugal.

Artigo 11.º

Pactos privativos de jurisdição

Não podem ser invocados perante tribunais portugueses os pactos ou cláusulas que lhes retirem competência internacional atribuída ou reconhecida pela lei portuguesa, salvo se outra for a solução estabelecida em convenções internacionais.

CAPÍTULO II

Competência interna

SECÇÃO I

Competência em razão da hierarquia

Artigo 12.º

Competência dos tribunais do trabalho como tribunais de recurso

Os tribunais do trabalho funcionam como instância de recurso nos casos previstos na lei.

SECÇÃO II

Competência territorial

Artigo 13.º

Regra geral

1 — As acções devem ser propostas no tribunal do domicílio do réu, sem prejuízo do disposto nos artigos seguintes.

2 — As entidades empregadoras ou seguradoras, bem como as instituições de previdência, consideram-se também domiciliadas no lugar onde tenham sucursal, agência, filial, delegação ou representação.

Artigo 14.º**Acções emergentes de contrato de trabalho**

1 — As acções emergentes de contrato de trabalho intentadas por trabalhador contra a entidade patronal podem ser propostas no tribunal do lugar da prestação de trabalho ou do domicílio do autor.

2 — Em caso de coligação de autores é competente o tribunal do lugar da prestação de trabalho ou do domicílio de qualquer deles.

3 — Sendo o trabalho prestado em mais de um lugar, podem as acções referidas no n.º 1 ser intentadas no tribunal de qualquer desses lugares.

Artigo 15.º**Acções emergentes de acidentes de trabalho ou de doença profissional**

1 — As acções emergentes de acidentes de trabalho e de doença profissional devem ser propostas no tribunal do lugar onde o acidente ocorreu ou onde o doente trabalhou pela última vez em serviço susceptível de originar a doença.

2 — Se o acidente ocorrer no estrangeiro, a acção deve ser proposta em Portugal, no tribunal do domicílio do sinistrado.

3 — As participações exigidas por lei devem ser dirigidas ao tribunal a que se referem os números anteriores.

4 — É também competente o tribunal do domicílio do sinistrado, doente ou beneficiário se ele o requerer até à fase contenciosa do processo ou se aí tiver apresentado a participação.

5 — Em caso de uma pluralidade de beneficiários exercer a faculdade prevista no número anterior, é territorialmente competente o tribunal da área de residência do maior número deles ou, em caso de ser igual o número de requerentes, o tribunal da área de residência do primeiro a requerer.

6 — Se o sinistrado, doente ou beneficiário for inscrito marítimo ou tripulante de qualquer aeronave e o acidente ocorrer em viagem ou durante ela se verificar a doença, é ainda competente o tribunal da primeira localidade em território nacional a que chegar o barco ou aeronave ou o da sua matrícula.

Artigo 16.º**Acções emergentes de despedimento colectivo**

1 — Em caso de despedimento colectivo, os procedimentos cautelares de suspensão e as acções de impugnação devem ser propostos no tribunal do lugar onde se situa o estabelecimento da prestação de trabalho.

2 — No caso de o despedimento abranger trabalhadores de diversos estabelecimentos, é competente o tribunal do lugar onde se situa o estabelecimento com maior número de trabalhadores despedidos.

Artigo 17.º**Processamento por apenso**

As acções a que se referem as alíneas *d)* e *e)* do artigo 85.º da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, são propostas no tribunal que for competente para a causa a que respeitarem e correm por apenso ao processo, se o houver.

Artigo 18.º

Acções de liquidação e partilha de bens de instituições de previdência, de associações sindicais, de associações de empregadores ou de comissões de trabalhadores e outras em que sejam requeridas essas instituições, associações ou comissões

1 — Nas acções de liquidação e partilha de bens de instituições de previdência, de associações sindicais, de associações de empregadores ou de comissões de trabalhadores ou noutras em que seja requerida uma dessas instituições, associações ou comissões é competente o tribunal da respectiva sede.

2 — Se a acção se destinar a declarar um direito ou a efectivar uma obrigação da instituição ou associação para com o beneficiário ou sócio, é também competente o tribunal do domicílio do autor.

Artigo 19.º

Nulidade dos pactos de desaforamento

São nulos os pactos ou cláusulas pelos quais se pretenda excluir a competência territorial atribuída pelos artigos anteriores.

CAPÍTULO III

Extensão da competência

Artigo 20.º

Questões prejudiciais

O disposto no artigo 97.º do Código de Processo Civil é aplicável às questões de natureza civil, comercial, criminal ou administrativa, exceptuadas as questões sobre o estado das pessoas em que a sentença a proferir seja constitutiva.

TÍTULO III

Processo

CAPÍTULO I

Distribuição

Artigo 21.º

Espécies

Na distribuição há as seguintes espécies:

- 1.ª Acções de processo comum;
- 2.ª Acções de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento;
- 3.ª Processos emergentes de acidentes de trabalho;
- 4.ª Processos emergentes de doenças profissionais;
- 5.ª Acções de impugnação de despedimento colectivo;
- 6.ª Acções para cobranças de dívidas resultantes da prestação de serviços de saúde ou de quaisquer outros que sejam da competência dos tribunais do trabalho;
- 7.ª Procedimentos cautelares;
- 8.ª Processos especiais do contencioso das instituições de previdência;

- 9.^a Controvérsias de natureza sindical sem carácter penal;
- 10.^a Execuções não fundadas em sentença;
- 11.^a Outras cartas precatórias ou rogatórias que não sejam para simples notificação ou citação;
- 12.^a Outros processos especiais previstos neste Código;
- 13.^a Quaisquer outros papéis ou processos não classificados.

Artigo 22.º

Apresentação de papéis ao Ministério Público

As participações e demais papéis que se destinam a servir de base a processos das espécies 2.^a e 3.^a são apresentados obrigatoriamente ao Ministério Público, que, em caso de urgência, deve ordenar as diligências convenientes, com precedência da distribuição.

CAPÍTULO II

Citações e notificações

Artigo 23.º

Regra geral

Às citações e notificações aplicam-se as regras estabelecidas no Código de Processo Civil, com as especialidades constantes dos artigos seguintes.

Artigo 24.º

Notificação da decisão final

- 1 — A decisão final é notificada às partes e aos respectivos mandatários.
- 2 — Nos casos de representação ou patrocínio officioso, a notificação é feita simultaneamente ao representado ou patrocinado e ao representante ou patrono officioso, independentemente de despacho.
- 3 — Se as cartas dirigidas às partes vierem devolvidas, aplicam-se as regras relativas às notificações aos mandatários.
- 4 — Os prazos para apresentação de quaisquer requerimentos contam-se a partir da notificação ao mandatário, representante ou patrono officioso.

Artigo 25.º

Citações, notificações e outras diligências em tribunal alheio

1 — As citações e notificações que não devam ser feitas por via postal nem por mandatário judicial, bem como as diligências que, no critério do juiz da causa, não exijam conhecimentos especializados, são solicitadas:

- a) Ao tribunal do trabalho com sede na comarca onde tenham de ser efectuadas;
- b) Ao tribunal de comarca, se não houver tribunal do trabalho.

2 — As diligências que exijam conhecimentos especializados são solicitadas, salvo disposição em contrário:

- a) Ao tribunal do trabalho territorialmente competente;
- b) Ao tribunal competente para conhecer de questões do foro laboral, na falta de tribunal do trabalho.

3 — Quando exista mais de um tribunal do trabalho na mesma comarca, a respectiva competência, para efeito do disposto no n.º 1, determina-se de acordo com a área de jurisdição dentro dessa comarca.

CAPÍTULO III

Instância

Artigo 26.º

Processos com natureza urgente e oficiosa

1 — Têm natureza urgente:

- a)* A acção de impugnação da regularidade e licitude do despedimento;
- b)* A acção em que esteja em causa o despedimento de membro de estrutura de representação colectiva dos trabalhadores;
- c)* A acção em que esteja em causa o despedimento de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante ou trabalhador no gozo de licença parental;
- d)* A acção de impugnação de despedimento colectivo;
- e)* As acções emergentes de acidente de trabalho e de doença profissional;
- f)* A acção de impugnação da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas;
- g)* A acção de tutela da personalidade do trabalhador;
- h)* As acções relativas à igualdade e não discriminação em função do sexo.

2 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 143.º do Código de Processo Civil, os actos a praticar nas acções referidas nas alíneas *f)*, *g)* e *h)* do número anterior apenas têm lugar em férias judiciais quando, em despacho fundamentado, tal for determinado pelo juiz.

3 — As acções a que se refere a alínea *e)* do n.º 1 correm oficiosamente.

4 — Na acção emergente de acidente de trabalho, a instância inicia-se com o recebimento da participação.

5 — Na acção de impugnação da regularidade e licitude do despedimento, a instância inicia-se com o recebimento do requerimento a que se refere o n.º 2 do artigo 387.º do Código do Trabalho.

Artigo 27.º

Poderes do juiz

O juiz deve, até à audiência de discussão e julgamento:

- a)* Mandar intervir na acção qualquer pessoa e determinar a realização dos actos necessários ao suprimento da falta de pressupostos processuais susceptíveis de sanção;
- b)* Convidar as partes a completar e a corrigir os articulados, quando no decurso do processo reconheça que deixaram de ser articulados factos que podem interessar à decisão da causa, sem prejuízo de tais factos ficarem sujeitos às regras gerais sobre contraditoriedade e prova.

Artigo 27.º-A

Mediação

Ao processo de trabalho aplicam-se, com as necessárias adaptações, os artigos relativos à mediação previstos no Código de Processo Civil.

Artigo 28.º

Cumulação sucessiva de pedidos e de causas de pedir

1 — É permitido ao autor aditar novos pedidos e causas de pedir, nos termos dos números seguintes.

2 — Se até à audiência de discussão e julgamento ocorrerem factos que permitam ao autor deduzir contra o réu novos pedidos, pode ser aditada a petição inicial, desde que a todos os pedidos corresponda a mesma espécie de processo.

3 — O autor pode ainda deduzir contra o réu novos pedidos, nos termos do número anterior, embora esses pedidos se reportem a factos ocorridos antes da propositura da acção, desde que justifique a sua não inclusão na petição inicial.

4 — Nos casos previstos nos números anteriores, o réu é notificado para contestar tanto a matéria do aditamento como a sua admissibilidade.

Artigo 29.º

Modificações subjectivas da instância

1 — A instância não pode ser modificada por sucessão entre vivos da parte trabalhadora.

2 — Só é reconhecida no processo, quanto à transmissão entre vivos do direito litigioso contra o trabalhador, a substituição resultante de transmissão global do estabelecimento; a substituição não necessita de acordo da parte contrária.

Artigo 30.º

Reconvenção

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 98.º-L, a reconvenção é admissível quando o pedido do réu emerge do facto jurídico que serve de fundamento à acção e nos casos referidos na alínea p) do artigo 85.º da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro, ou na alínea p) do artigo 118.º da Lei n.º 52/2008, de 28 de Agosto, desde que, em qualquer dos casos, o valor da causa exceda a alçada do tribunal.

2 — Não é admissível a reconvenção quando ao pedido do réu corresponda espécie de processo diferente da que corresponde ao pedido do autor.

Artigo 31.º

Apensação de acções

1 — A apensação de acções nos termos do artigo 275.º do Código de Processo Civil pode também ser ordenada oficiosamente ou requerida pelo Ministério Público, ainda que este não represente ou patrocine qualquer das partes.

2 — A apensação de acções emergentes de despedimento colectivo é obrigatória até ao despacho saneador, sendo ordenada oficiosamente logo que conhecida a sua existência.

3 — Para o efeito dos números anteriores, a secretaria deve informar os magistrados das acções que se encontrem em condições de ser apensadas.

CAPÍTULO IV

Dos procedimentos cautelares

SECÇÃO I

Procedimento cautelar comum

Artigo 32.º

Procedimento

1 — Aos procedimentos cautelares aplica-se o regime estabelecido no Código de Processo Civil para o procedimento cautelar comum, com as seguintes especialidades:

- a) Recebido o requerimento inicial, é designado dia para a audiência final;
- b) Sempre que seja admissível oposição do requerido, esta é apresentada até ao início da audiência;
- c) A decisão é sucintamente fundamentada e ditada para a acta.

2 — Nos casos de admissibilidade de oposição, as partes são advertidas para comparecer pessoalmente ou, em caso de justificada impossibilidade de comparência, fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para confessar, desistir ou transigir, na audiência, na qual se procederá à tentativa de conciliação.

3 — Sempre que as partes se fizerem representar nos termos do número anterior, o mandatário deve informar-se previamente sobre os termos em que o mandante aceita a conciliação.

4 — A falta de comparência de qualquer das partes ou dos seus mandatários não é motivo de adiamento.

Artigo 33.º

Aplicação subsidiária

O disposto no artigo anterior é aplicável aos procedimentos cautelares previstos na secção seguinte em tudo quanto nesta se não encontre especialmente regulado.

SECÇÃO II

Procedimentos cautelares especificados

SUBSECÇÃO I

Suspensão de despedimento

Artigo 34.º

Requerimento

1 — Apresentado o requerimento inicial no prazo previsto no artigo 386.º do Código do Trabalho, o juiz ordena a citação do requerido para se opor, querendo, e designa no mesmo acto data para a audiência final, que deve realizar-se no prazo de 15 dias.

2 — Se for invocado despedimento precedido de procedimento disciplinar, o juiz, no despacho referido no número anterior, ordena a notificação do requerido para, no prazo da oposição, juntar o procedimento, que é apensado aos autos.

3 — Nos casos de despedimento colectivo, por extinção do posto de trabalho e por inadaptação, o juiz notifica o requerido para, no prazo da oposição, juntar aos autos os documentos comprovativos do cumprimento das formalidades exigidas.

4 — A impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento deve ser requerida no requerimento inicial, caso não tenha ainda sido apresentado o formulário referido no artigo 98.º-C, sob pena de extinção do procedimento cautelar.

Artigo 35.º

Meios de prova

1 — As partes podem apresentar qualquer meio de prova, sendo limitado a três o número de testemunhas por parte.

2 — O tribunal pode, oficiosamente ou a requerimento fundamentado das partes, determinar a produção de quaisquer provas que considere indispensáveis à decisão.

Artigo 36.º

Audiência final

1 — As partes devem comparecer pessoalmente na audiência final ou, em caso de justificada impossibilidade de comparência, fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para confessar, desistir ou transigir.

2 — Na audiência, o juiz tenta a conciliação e, se esta não resultar, ouve as partes e ordena a produção da prova a que houver lugar, proferindo, de seguida, a decisão.

3 — Se a complexidade da causa o justificar, a decisão pode ser proferida no prazo de 8 dias, se não tiverem decorrido mais de 30 dias a contar da entrada do requerimento inicial.

4 — Requerida a impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento, aplica-se o disposto no n.º 4 do artigo 98.º-F, sendo dispensada a tentativa de conciliação referida no n.º 2.

Artigo 37.º

Falta de comparência das partes

1 — Na falta de comparência injustificada do requerente, ou de ambas as partes, sem que se tenham feito representar por mandatário com poderes especiais, a providência é logo indeferida.

2 — Se o requerido não comparecer nem justificar a falta no próprio acto, ou não se fizer representar por mandatário com poderes especiais, a providência é julgada procedente, salvo se tiver havido cumprimento do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º, caso em que o juiz decide com base nos elementos constantes dos autos e na prova que oficiosamente determinar.

3 — Se alguma ou ambas as partes faltarem justificadamente e não se fizerem representar por mandatário com poderes especiais, o juiz decide nos termos da segunda parte do número anterior.

Artigo 38.º

Falta de apresentação do processo disciplinar

1 — Se o requerido não cumprir injustificadamente o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º, a providência é decretada.

2 — Se o não cumprimento for justificado até ao termo do prazo da oposição, o juiz decide com base nos elementos constantes dos autos e na prova que oficiosamente determinar.

Artigo 39.º

Decisão final

1 — A suspensão é decretada se o tribunal, ponderadas todas as circunstâncias relevantes, concluir pela probabilidade séria de ilicitude do despedimento, designadamente quando o juiz conclua:

a) Pela provável inexistência de processo disciplinar ou pela sua provável nulidade;

b) Pela provável inexistência de justa causa; ou

c) Nos casos de despedimento colectivo, pela provável inobservância das formalidades constantes do artigo 383.º do Código do Trabalho;

2 — A decisão sobre a suspensão tem força executiva relativamente às retribuições em dívida, devendo o empregador, até ao último dia de cada mês subsequente à decisão, juntar documento comprovativo do seu pagamento.

3 — A execução, com trato sucessivo, segue os termos do artigo 90.º, com as necessárias adaptações.

Artigo 40.º

Recurso

1 — Da decisão final cabe sempre recurso de apelação para a Relação.

2 — O recurso tem efeito meramente devolutivo, mas ao recurso da decisão que decretar a providência é atribuído efeito suspensivo se, no acto de interposição, o recorrente depositar no tribunal a

quantia correspondente a seis meses de retribuição do recorrido, acrescida das correspondentes contribuições para a segurança social.

3 — Enquanto subsistir a situação de desemprego pode o trabalhador requerer ao tribunal, por força do depósito, o pagamento da retribuição a que normalmente teria direito.

Artigo 40.º-A

Caducidade da providência

O procedimento cautelar extingue-se e, quando decretada, a providência caduca:

a) Se o trabalhador não propuser a acção de impugnação de despedimento colectivo da qual a providência depende dentro de 30 dias, contados da data em que lhe tenha sido notificada a decisão que a tenha ordenado;

b) Nos demais casos previstos no Código de Processo Civil que não sejam incompatíveis com a natureza do processo do trabalho.

SUBSECÇÃO II

Suspensão de despedimento colectivo

Artigo 41.º

Requerimento e resposta

(Revogado.)

Artigo 42.º

Decisão final

(Revogado.)

Artigo 43.º

Disposições aplicáveis

(Revogado.)

SUBSECÇÃO III

Protecção da segurança, higiene e saúde no trabalho

Artigo 44.º

Âmbito e legitimidade

1 — Sempre que as instalações, locais e processos de trabalho se revelem susceptíveis de pôr em perigo, sério e iminente, a segurança, a higiene ou a saúde dos trabalhadores, para além do risco inerente à perigosidade do trabalho a prestar, podem estes, individual ou colectivamente, bem como os seus representantes, requerer ao tribunal as providências que, em função da gravidade da situação e das demais circunstâncias do caso, se mostrem adequadas a prevenir ou a afastar aquele perigo.

2 — O requerimento das providências a que se refere o número anterior não prejudica o dever de actuação de quaisquer outras autoridades competentes.

Artigo 45.º**Exame**

1 — Apresentado o requerimento, o juiz pode determinar a realização, pela entidade com competência inspectiva em matéria laboral, de exame sumário às instalações, locais e processos de trabalho, com vista à detecção dos perigos alegados pelo requerente.

2 — O relatório do exame a que se refere o número anterior deve ser apresentado em prazo a fixar pelo juiz, não superior a 10 dias.

Artigo 46.º**Deferimento das providências**

1 — Produzidas as provas que forem julgadas necessárias, o juiz ordena as providências adequadas se adquirir a convicção de que, sem elas, o perigo invocado ocorrerá ou subsistirá.

2 — O decretamento das providências não prejudica a responsabilidade civil, criminal ou contra-ordenacional que ao caso couber, nos termos da lei.

SUBSECÇÃO IV**Disposição final****Artigo 47.º****Regime especial**

Os procedimentos cautelares especificados regulados no Código de Processo Civil que forem aplicáveis ao foro laboral seguem o regime estabelecido nesse Código.

CAPÍTULO V**Espécies e formas de processo****Artigo 48.º****Espécies de processos**

1 — O processo é declarativo ou executivo.

2 — O processo declarativo pode ser comum ou especial.

3 — O processo especial aplica-se nos casos expressamente previstos na lei; o processo comum é aplicável nos casos a que não corresponda processo especial.

Artigo 49.º**Processo declarativo comum**

1 — O processo declarativo comum segue a tramitação estabelecida nos artigos 54.º e seguintes.

2 — Nos casos omissos, e sem prejuízo do disposto no artigo 1.º, aplicam-se subsidiariamente as disposições do Código de Processo Civil sobre o processo sumário.

3 — O juiz pode abster-se de fixar a base instrutória, sempre que a selecção da matéria de facto controvertida se revestir de simplicidade.

Artigo 50.º**Formas de processo executivo**

O processo executivo tem formas diferentes, conforme se baseie em decisão judicial de condenação em quantia certa ou noutro título.

TÍTULO IV
Processo de declaração

CAPÍTULO I
Processo comum

SECÇÃO I
Tentativa de conciliação

Artigo 51.º
Tentativa de conciliação

- 1 — A tentativa de conciliação realiza-se obrigatoriamente quando prescrita neste Código.
- 2 — A tentativa de conciliação é presidida pelo juiz e destina-se a pôr termo ao litígio mediante acordo equitativo.

Artigo 52.º
Desnecessidade de homologação

- 1 — A desistência, a confissão ou a transacção efectuadas na audiência de conciliação não carecem de homologação para produzir efeitos de caso julgado.
- 2 — O juiz deve certificar-se da capacidade das partes e da legalidade do resultado da conciliação, que expressamente fará constar do auto.

Artigo 53.º
Elementos do auto de tentativa de conciliação

- 1 — O auto de conciliação deve conter pormenorizadamente os termos do acordo no que diz respeito a prestações, respectivos prazos e lugares de cumprimento.
- 2 — Se houver cumulação de pedidos, o acordo discriminará os pedidos por ele abrangidos.
- 3 — Frustrando-se, total ou parcialmente, a conciliação, ficam consignados no respectivo auto os fundamentos que, no entendimento das partes, justificam a persistência do litígio.

SECÇÃO II
Articulados

Artigo 54.º
Despacho liminar

- 1 — Recebida a petição, se o juiz nela verificar deficiências ou obscuridades, deve convidar o autor a completá-la ou esclarecê-la, sem prejuízo do seu indeferimento nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 234.º-A do Código de Processo Civil.
- 2 — Estando a acção em condições de prosseguir, o juiz designa uma audiência de partes, a realizar no prazo de 15 dias.
- 3 — O autor é notificado e o réu é citado para comparecerem pessoalmente ou, em caso de justificada impossibilidade de comparência, se fazerem representar por mandatário judicial com poderes especiais para confessar, desistir ou transigir.
- 4 — Com a citação é remetido ou entregue ao réu duplicado da petição inicial e cópia dos documentos que a acompanhem.

5 — Se a falta à audiência for julgada injustificada, o faltoso fica sujeito às sanções previstas no Código de Processo Civil para a litigância de má fé.

Artigo 55.º

Audiência de partes

1 — Declarada aberta a audiência, o autor expõe sucintamente os fundamentos de facto e de direito da sua pretensão.

2 — Após a resposta do réu, o juiz procurará conciliar as partes, nos termos e para os efeitos dos artigos 51.º a 53.º.

Artigo 56.º

Outros actos da audiência

Frustrada a conciliação, a audiência prossegue, devendo o juiz:

- a) Ordenar a notificação imediata do réu para contestar no prazo de 10 dias;
- b) Determinar a prática dos actos que melhor se ajustem ao fim do processo, bem como as necessárias adaptações, depois de ouvidas as partes presentes;
- c) Fixar a data da audiência final, com observância do disposto no artigo 155.º do Código de Processo Civil.

Artigo 57.º

Efeitos da revelia

1 — Se o réu não contestar, tendo sido ou devendo considerar-se regularmente citado na sua própria pessoa, ou tendo juntado procuração a mandatário judicial no prazo da contestação, consideram-se confessados os factos articulados pelo autor e é logo proferida sentença a julgar a causa conforme for de direito.

2 — Se a causa se revestir de manifesta simplicidade, a sentença pode limitar-se à parte decisória, precedida da identificação das partes e da fundamentação sumária do julgado; se os factos confessados conduzirem à procedência da acção, a fundamentação pode ser feita mediante simples adesão ao alegado pelo autor.

Artigo 58.º

Prorrogação do prazo para contestar

1 — Quando o Ministério Público patrocine um trabalhador, réu na acção, deve, dentro do prazo inicial para oferecimento da contestação, declarar no processo que assumiu esse patrocínio, contando-se o prazo para contestar a partir dessa declaração.

2 — Verificado o circunstancialismo previsto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 486.º do Código de Processo Civil, pode ser prorrogado, até 10 dias, o prazo para apresentar a contestação.

Artigo 59.º

Notificação do oferecimento da contestação

1 — A apresentação da contestação é notificada ao autor.

2 — Havendo lugar a várias contestações, a notificação tem lugar depois de apresentada a última ou de haver decorrido o prazo para o seu oferecimento.

Artigo 60.º**Resposta à contestação e articulados supervenientes**

1 — Independentemente do valor da causa pode, igualmente, o autor responder à contestação, no prazo de 10 dias, se o réu tiver usado da faculdade prevista no n.º 4 do artigo 398.º do Código do Trabalho.

2 — Não tendo sido deduzida excepção ou não havendo reconvenção, só são admitidos articulados supervenientes nos termos do artigo 506.º do Código de Processo Civil ou para os efeitos do artigo 28.º.

3 — A falta de resposta à excepção ou à reconvenção tem o efeito previsto no artigo 490.º do Código de Processo Civil.

Artigo 60.º-A**Oposição à reintegração do trabalhador**

1 — A oposição à reintegração do trabalhador deve ser deduzida na contestação, salvo se o trabalhador tiver optado pela indemnização na petição inicial.

2 — Tendo havido oposição à reintegração, o autor pode sempre responder à contestação no prazo de 10 dias.

SECÇÃO III**Saneamento do processo e audiência preliminar****Artigo 61.º****Suprimento de excepções dilatórias e convite ao aperfeiçoamento dos articulados**

1 — Findos os articulados, o juiz profere, sendo caso disso, despacho nos termos e para os efeitos do artigo 508.º do Código de Processo Civil, sem prejuízo do disposto no artigo 27.º.

2 — Se o processo já contiver os elementos necessários e a simplicidade da causa o permitir, pode o juiz, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 3.º do Código de Processo Civil, julgar logo procedente alguma excepção dilatória ou nulidade que lhe cumpra conhecer, ou decidir do mérito da causa.

Artigo 62.º**Audiência preliminar**

1 — Concluídas as diligências resultantes do preceituado no n.º 1 do artigo anterior, se a elas houver lugar, é convocada uma audiência preliminar quando a complexidade da causa o justifique.

2 — A audiência preliminar deve realizar-se no prazo de 20 dias, sendo-lhe aplicável o disposto no artigo 508.º-A do Código de Processo Civil, sem prejuízo do preceituado no n.º 3 do artigo 49.º.

3 — Havendo lugar a audiência preliminar, fica sem efeito a data anteriormente designada para a audiência final.

SECÇÃO IV**Instrução****Artigo 63.º****Indicação das provas**

1 — Com os articulados, devem as partes juntar os documentos, apresentar o rol de testemunhas e requerer quaisquer outras provas.

2 — O rol de testemunhas pode ser alterado ou aditado até 20 dias antes da data em que se realize a audiência final, sendo a parte contrária notificada para usar, querendo, de igual faculdade no prazo de 5 dias.

Artigo 64.º

Limite do número de testemunhas

1 — As partes não podem oferecer mais de 10 testemunhas para prova dos fundamentos da acção e da defesa.

2 — No caso de reconvenção, as partes podem oferecer ainda 10 testemunhas para prova dos seus fundamentos e respectiva defesa.

Artigo 65.º

Limite do número de testemunhas por cada facto

Sobre cada facto que se propõe provar não pode a parte produzir mais de três testemunhas, não se contando as que tenham declarado nada saber.

Artigo 66.º

Notificação das testemunhas

As testemunhas residentes na área de jurisdição do tribunal são notificadas para comparecer na audiência de discussão e julgamento, salvo no caso previsto no n.º 2 do artigo 63.º ou se a parte se comprometer a apresentá-las.

Artigo 67.º

Inquirição de testemunhas

As testemunhas depõem na audiência final, presencialmente ou através de teleconferência, nos termos do Código de Processo Civil, sem prejuízo de o juiz poder ordenar, oficiosamente ou a requerimento das partes, que sejam ouvidas presencialmente as testemunhas que residam na área de competência territorial do tribunal.

SECÇÃO V

Discussão e julgamento da causa

Artigo 68.º

Instrução, discussão e julgamento da causa

1 — A instrução, discussão e julgamento da causa incumbem ao tribunal singular, sem prejuízo do disposto no n.º 3.

2 — Quando a decisão admita recurso ordinário, pode qualquer das partes requerer a gravação da audiência ou o tribunal determiná-la oficiosamente.

3 — A instrução, discussão e julgamento da causa incumbem ao tribunal colectivo nas causas de valor superior à alçada da Relação desde que ambas as partes o requeiram e nenhuma tenha requerido a gravação da audiência.

4 — A gravação da audiência ou a intervenção do tribunal colectivo devem ser requeridas na audiência preliminar, se a esta houver lugar, ou até 20 dias antes da data fixada para a audiência de julgamento.

5 — A matéria de facto é decidida imediatamente por despacho, ou por acórdão, se o julgamento tiver decorrido perante tribunal colectivo.

Artigo 69.º**Instrução, discussão e julgamento da causa por tribunal colectivo**

1 — Efectuadas as diligências de prova que devam ter lugar antes da audiência de discussão e julgamento, o processo vai com vista, por três dias, a cada um dos juízes-adjuntos se a complexidade da causa o justificar.

2 — O tribunal reunirá imediatamente antes da audiência para que tomem conhecimento do processo os juízes a quem este não foi com vista.

Artigo 70.º**Tentativa obrigatória de conciliação e causas de adiamento da audiência**

1 — Feita a chamada das pessoas que tenham sido convocadas, o juiz procura conciliar as partes.

2 — A desistência, a confissão ou a transacção seguem os termos dos artigos 52.º e 53.º.

3 — Frustrada a conciliação, é aberta a audiência, sendo o resultado da tentativa registado na respectiva acta.

4 — A audiência só pode ser adiada, e por uma vez, se houver acordo das partes e fundamento legal.

Artigo 71.º**Consequências da não comparência das partes em julgamento**

1 — O autor e o réu devem comparecer pessoalmente no dia marcado para o julgamento.

2 — Se alguma das partes faltar injustificadamente e não se fizer representar por mandatário judicial, consideram-se provados os factos alegados pela outra parte que forem pessoais do faltoso.

3 — Se ambas as partes faltarem injustificadamente e não se fizerem representar por mandatário judicial, consideram-se provados os factos alegados pelo autor que sejam pessoais do réu.

4 — Se alguma ou ambas as partes apenas se fizerem representar por mandatário judicial, o juiz ordenará a produção da prova que haja sido requerida e se revele possível e a demais que considere indispensável, julgando a causa conforme for de direito.

Artigo 72.º**Discussão e julgamento da matéria de facto**

1 — Se no decurso da produção da prova surgirem factos que, embora não articulados, o tribunal considere relevantes para a boa decisão da causa, deve ampliar a base instrutória ou, não a havendo, tomá-los em consideração na decisão da matéria de facto, desde que sobre eles tenha incidido discussão.

2 — Se for ampliada a base instrutória nos termos do número anterior, podem as partes indicar as respectivas provas, respeitando os limites estabelecidos para a prova testemunhal; as provas são requeridas imediatamente ou, em caso de reconhecida impossibilidade, no prazo de cinco dias.

3 — Abertos os debates, é dada a palavra, por uma só vez e por tempo não excedente a uma hora, primeiro ao advogado do autor e depois ao advogado do réu, para fazerem as suas alegações, tanto sobre a matéria de facto como sobre a matéria de direito.

4 — Findos os debates, pode ainda o tribunal ampliar a matéria de facto, desde que tenha sido articulada, resulte da discussão e seja relevante para a boa decisão da causa.

5 — Os juízes sociais intervêm na decisão da matéria de facto votando em primeiro lugar, segundo a ordem estabelecida pelo presidente do tribunal, seguindo-se os juízes do colectivo por ordem crescente de antiguidade, mas sendo o presidente o último a votar.

6 — O tribunal pode, em qualquer altura, antes dos debates, durante eles ou depois de findos, ouvir o técnico designado nos termos do artigo 649.º do Código de Processo Civil.

SECÇÃO VI

Sentença

Artigo 73.º

Sentença

- 1 — A sentença é proferida no prazo de 20 dias.
- 2 — Se a simplicidade das questões de direito o justificar, a sentença pode ser imediatamente lavrada por escrito ou ditada para a acta.
- 3 — No caso do número anterior, a sentença pode limitar-se à parte decisória, precedida da identificação das partes e da sucinta fundamentação de facto e de direito do julgado.

Artigo 74.º

Condenação *extra vel ultra petitem*

O juiz deve condenar em quantidade superior ao pedido ou em objecto diverso dele quando isso resulte da aplicação à matéria provada, ou aos factos de que possa servir-se, nos termos do artigo 514.º do Código de Processo Civil, de preceitos inderrogáveis de leis ou instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho.

Artigo 74.º-A

Condenação na reintegração do trabalhador

- 1 — A reintegração deve ser comprovada no processo mediante a junção aos autos do documento que demonstre o reinício do pagamento da retribuição.
- 2 — Transitada em julgado a sentença, sem que se mostre efectuada a reintegração, pode o trabalhador requerer também a aplicação de sanção pecuniária compulsória ao empregador, nos termos previstos no Código de Processo Civil para a execução de prestação de facto.

Artigo 75.º

Condenação no caso de obrigação pecuniária

- 1 — Sempre que a acção tenha por objecto o cumprimento de obrigação pecuniária, o juiz deve orientá-la por forma que a sentença, quando for condenatória, possa fixar em quantia certa a importância devida.
- 2 — No caso em que tenha sido deduzido o montante do subsídio de desemprego nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 390.º do Código do Trabalho, o tribunal deve comunicar a decisão ao serviço competente do ministério responsável pela área da segurança social.

Artigo 76.º

Documento comprovativo da extinção da dívida

(*Revogado.*)

Artigo 77.º

Arguição de nulidades da sentença

- 1 — A arguição de nulidades da sentença é feita expressa e separadamente no requerimento de interposição de recurso.

2 — Quando da sentença não caiba recurso, a arguição das nulidades da sentença é feita em requerimento dirigido ao juiz que a proferiu.

3 — A competência para decidir sobre a arguição pertence ao tribunal superior ou ao juiz, conforme o caso, mas o juiz pode sempre suprir a nulidade antes da subida do recurso.

Artigo 78.º

Caso julgado em situações especiais

1 — Na hipótese prevista no artigo 3.º, a sentença constitui caso julgado em relação a todos os trabalhadores.

2 — Nas hipóteses previstas no artigo 5.º, a sentença constitui caso julgado em relação ao trabalhador que renunciou à intervenção no processo.

SECÇÃO VII

Recursos

Artigo 79.º

Decisões que admitem sempre recurso

Sem prejuízo do disposto no artigo 678.º do Código de Processo Civil e independentemente do valor da causa e da sucumbência, é sempre admissível recurso para a Relação:

- a) Nas acções em que esteja em causa a determinação da categoria profissional, o despedimento do trabalhador, a sua reintegração na empresa e a validade ou subsistência do contrato de trabalho;
- b) Nos processos emergentes de acidente de trabalho ou de doença profissional;
- c) Nos processos do contencioso das instituições de previdência, abono de família e associações sindicais.

Artigo 79.º-A

Recurso de apelação

1 — Da decisão do tribunal de 1.ª instância que ponha termo ao processo cabe recurso de apelação.

2 — Cabe ainda recurso de apelação das seguintes decisões do tribunal de 1.ª instância:

- a) Da decisão que aprecie o impedimento do juiz;
- b) Da decisão que aprecie a competência do tribunal;
- c) Da decisão que ordene a suspensão da instância;
- d) Dos despachos que excluam alguma parte do processo ou constituam, quanto a ela, decisão final, bem como da decisão final proferida nos incidentes de intervenção de terceiro e de habilitação;
- e) Da decisão prevista na alínea a) do n.º 3 do artigo 98.º-J;
- f) Do despacho que, nos termos do n.º 2 do artigo 115.º, recuse a homologação do acordo;
- g) Dos despachos proferidos depois da decisão final;
- h) Decisões cuja impugnação com o recurso da decisão final seria absolutamente inútil;
- i) Nos casos previstos nas alíneas c), d), e), h), i), j) e l) do n.º 2 do artigo 691.º do Código de Processo Civil e nos demais casos expressamente previstos na lei.

3 — As restantes decisões proferidas pelo tribunal de 1.ª instância podem ser impugnadas no recurso que venha a ser interposto da decisão final.

4 — No caso previsto no número anterior, o tribunal só dá provimento às decisões impugnadas conjuntamente com a decisão final quando a infracção cometida possa modificar essa decisão ou quando, independentemente desta, o provimento tenha interesse para o recorrente.

5 — Se não houver recurso da decisão final, as decisões interlocutórias que tenham interesse para o apelante independentemente daquela decisão podem ser impugnadas num recurso único, a interpor após o trânsito da referida decisão.

Artigo 80.º

Prazo de interposição

- 1 — O prazo de interposição do recurso de apelação ou de revista é de 20 dias.
- 2 — Nos casos previstos nos n.ºs 2 e 4 do artigo 79.º-A e nos casos previstos nos n.ºs 2 e 4 do artigo 721.º do Código de Processo Civil, o prazo para a interposição de recurso reduz-se para 10 dias.
- 3 — Se o recurso tiver por objecto a reapreciação da prova gravada, aos prazos referidos na parte final dos números anteriores acrescem 10 dias.

Artigo 81.º

Modo de interposição dos recursos

- 1 — O requerimento de interposição de recurso deve conter a alegação do recorrente, além da identificação da decisão recorrida, especificando, se for caso disso, a parte dela a que o recurso se restringe.
- 2 — O recorrido dispõe de prazo igual ao da interposição do recurso, contado desde a notificação oficiosa do requerimento do recorrente, para apresentar a sua alegação.
- 3 — Na alegação pode o recorrido impugnar a admissibilidade ou a tempestividade do recurso, bem como a legitimidade do recorrente.
- 4 — Havendo recurso subordinado, deve ser interposto no mesmo prazo da alegação do recorrido, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o disposto nos números anteriores.
- 5 — À interposição do recurso de revista aplica-se o regime estabelecido no Código de Processo Civil.

Artigo 82.º

Admissão, indeferimento ou retenção de recurso

- 1 — O juiz mandará subir o recurso desde que a decisão seja recorrível, o recurso tenha sido interposto tempestivamente e o recorrente tenha legitimidade.
- 2 — Se o juiz não mandar subir o recurso, o recorrente pode reclamar.
- 3 — Recebida a reclamação, o juiz, no caso de a deferir, mandará subir o recurso.
- 4 — Se o juiz indeferir a reclamação, manda ouvir a parte contrária, salvo se tiver sido impugnada unicamente a admissibilidade do recurso, subindo ao tribunal superior para que o relator decida a questão no prazo de cinco dias.
- 5 — Decidida a admissibilidade ou tempestividade do recurso, este seguirá os seus termos normais.

Artigo 83.º

Efeito dos recursos

- 1 — A apelação tem efeito meramente devolutivo, sem necessidade de declaração.
- 2 — O recorrente pode obter o efeito suspensivo se no requerimento de interposição de recurso requerer a prestação de caução da importância em que foi condenado por meio de depósito efectivo na Caixa Geral de Depósitos, ou por meio de fiança bancária ou seguro-caução.
- 3 — A apelação tem ainda efeito suspensivo nos casos previstos nas alíneas *b)* a *e)* do n.º 3 do artigo 692.º do Código de Processo Civil e nos demais casos previstos na lei.
- 4 — O juiz fixa prazo, não excedente a 10 dias, para a prestação de caução e se esta não for prestada no prazo fixado, a sentença pode ser desde logo executada.
- 5 — O incidente de prestação de caução referido no n.º 1 é processado nos próprios autos.

Artigo 83.º-A**Subida dos recursos**

1 — Sobem nos próprios autos as apelações das decisões previstas no n.º 1 do artigo 691.º-A do Código de Processo Civil.

2 — Sobem em separado as apelações não compreendidas no número anterior.

Artigo 84.º**Agravos que sobem imediatamente**

(Revogado.)

Artigo 85.º**Agravos que sobem em separado**

(Revogado.)

Artigo 86.º**Subida diferida**

(Revogado.)

Artigo 87.º**Julgamento dos recursos**

1 — O regime do julgamento dos recursos é o que resulta, com as necessárias adaptações, das disposições do Código de Processo Civil que regulamentam o julgamento do recurso de apelação e de revista.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, quando funcionar como tribunal de revista, o Supremo Tribunal de Justiça tem os poderes estabelecidos no Código de Processo Civil.

3 — Antes do julgamento dos recursos, o Ministério Público, não sendo patrono ou representante de qualquer das partes, tem vista no processo para, em 10 dias, emitir parecer sobre a decisão final a proferir, devendo observar-se, em igual prazo, o contraditório.

TÍTULO V**Processo de execução****CAPÍTULO I****Título executivo****Artigo 88.º****Espécies de títulos executivos**

Podem servir de base à execução:

- a) Todos os títulos a que o Código de Processo Civil ou lei especial atribuam força executiva;
- b) Os autos de conciliação.

CAPÍTULO II**Execução baseada em sentença de condenação em quantia certa****Artigo 89.º****Notificação para nomeação de bens à penhora**

(Revogado.)

Artigo 90.º**Execução de direitos irrenunciáveis**

1 — Tratando-se de direitos irrenunciáveis, o autor tem o prazo de 30 dias após o trânsito em julgado da sentença de condenação em quantia certa, prorrogável pelo juiz, para iniciar a execução do título executivo.

2 — Se o autor não iniciar a execução no prazo fixado, e não tiver sido junto ao processo documento comprovativo da extinção da dívida no prazo referido no número anterior, o tribunal, oficiosamente, ordena o início do processo executivo, cujas diligências de execução são realizadas por oficial de justiça.

3 — *(Revogado.)*

4 — *(Revogado.)*

5 — *(Revogado.)*

6 — *(Revogado.)*

Artigo 91.º**Termos a seguir em caso de oposição**

(Revogado.)

Artigo 92.º**Pluralidade de execuções sobre os mesmos bens**

(Revogado.)

Artigo 93.º**Comunicação ao tribunal da penhora**

(Revogado.)

Artigo 94.º**Sustação da execução com penhora anterior**

(Revogado.)

Artigo 95.º**Suspensão e extinção da execução**

(Revogado.)

Artigo 96.º**Dispensa de publicação de anúncios**

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 38/2003, de 8 de Março.)

CAPÍTULO II

Execução baseada em outros títulos

Artigo 97.º

Execução baseada em título diverso de sentença condenatória em quantia certa

(Revogado.)

CAPÍTULO III

Disposições finais

Artigo 98.º

Exclusão da reclamação de créditos

1 — Sem prejuízo do preceituado nos capítulos anteriores, nas execuções para pagamento de quantia certa, baseadas em qualquer título, em que o seu valor não exceda a alçada do tribunal de 1.ª instância e a penhora recaia sobre bens móveis ou direitos que não tenham sido dados de penhor, com excepção do estabelecimento comercial, não é admitida a reclamação de créditos.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior:

a) Os créditos que gozem de direito de retenção sobre os bens penhorados, desde que o titular o invoque no acto da penhora;

b) Os créditos que sobre os mesmos bens gozem de garantia real, com registo anterior ou posterior ao registo da penhora.

3 — Os credores com garantia real com registo anterior ao da penhora são citados para reclamar os seus créditos.

4 — Os titulares dos créditos referidos na alínea *b)* do n.º 2 que registem a garantia real depois do registo da penhora podem reclamá-los, independentemente de citação, no prazo de 15 dias, contado da junção aos autos da certidão dos direitos, ónus ou encargos inscritos.

Artigo 98.º-A

Remissão

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente título aplicam-se as regras do Código de Processo Civil relativas ao processo de execução.

TÍTULO VI

Processos especiais

CAPÍTULO I

Acção de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento

Artigo 98.º-B

Constituição obrigatória de advogado

Só é obrigatória a constituição de advogado após a audiência de partes, com a apresentação dos articulados.

Artigo 98.º-C
Início do processo

1 — Nos termos do artigo 387.º do Código do Trabalho, no caso em que seja comunicada por escrito ao trabalhador a decisão de despedimento individual, seja por facto imputável ao trabalhador, seja por extinção do posto de trabalho, seja por inadaptação, a acção de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento inicia-se com a entrega, pelo trabalhador, junto do tribunal competente, de requerimento em formulário electrónico ou em suporte de papel, do qual consta declaração do trabalhador de oposição ao despedimento, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — Caso tenha sido apresentada providência cautelar de suspensão preventiva do despedimento, nos termos previstos nos artigos 34.º e seguintes, o requerimento inicial do procedimento cautelar do qual conste que o trabalhador requer a impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento dispensa a apresentação do formulário referido no número anterior.

Artigo 98.º-D
Formulário

1 — A entrega em suporte de papel do formulário referido no artigo anterior é feita, num único exemplar, na secretaria judicial.

2 — O modelo do formulário é aprovado por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da justiça e do trabalho.

Artigo 98.º-E
Recusa do formulário pela secretaria

A secretaria recusa o recebimento do formulário indicando por escrito o fundamento da rejeição quando:

- a) Não conste de modelo próprio;
- b) Omita a identificação das partes;
- c) Não tenha sido junta a decisão de despedimento;
- d) Não esteja assinado.

Artigo 98.º-F
Notificação para audiência de partes

1 — Recebido o requerimento, o juiz designa data para a audiência de partes, a realizar no prazo de 15 dias.

2 — O trabalhador é notificado e o empregador citado para comparecerem pessoalmente ou, em caso de justificada impossibilidade de comparência, se fazerem representar por mandatário judicial com poderes especiais para confessar, transigir ou desistir.

3 — Tendo sido requerida a suspensão de despedimento, a audiência de partes referida no n.º 1 antecede a audiência final do procedimento cautelar.

Artigo 98.º-G
Efeitos da não comparência do empregador

1 — Se o empregador não comparecer na audiência de partes, nem se fizer representar nos termos do n.º 2 do artigo anterior, tendo sido ou devendo considerar-se regularmente citado, o juiz:

a) Ordena a notificação do empregador para apresentar articulado para motivar o despedimento, juntar o procedimento disciplinar ou os documentos comprovativos do cumprimento das formalidades exigidas, apresentar o rol de testemunhas e requerer quaisquer outras provas;

b) Fixa a data da audiência final.

2 — Se a falta à audiência de partes for julgada injustificada, o empregador fica sujeito às sanções previstas no Código de Processo Civil para a litigância de má fé.

Artigo 98.º-H

Efeitos da não comparência do trabalhador ou de ambas as partes

1 — Se o trabalhador não comparecer na audiência de partes, nem se fizer representar nos termos do n.º 2 do artigo 98.º-F, nem justificar a sua falta nos 10 dias subsequentes, tendo sido ou devendo considerar-se regularmente notificado, o juiz determina a absolvição do pedido.

2 — Caso a falta seja considerada justificada, procede-se à marcação de nova data para a realização da audiência de partes.

3 — Se o trabalhador, tendo sido ou devendo considerar-se regularmente notificado, não comparecer na data marcada nos termos do número anterior, nem se fizer representar nos termos do n.º 2 do artigo 98.º-F:

a) O juiz ordena a notificação do empregador e fixa a data da audiência final, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 98.º-G, caso a falta seja considerada justificada;

b) O juiz determina a absolvição do pedido, caso a falta seja considerada injustificada.

4 — O disposto no n.º 2 e na alínea b) do número anterior é aplicável, com as necessárias adaptações, no caso de ambas as partes faltarem à audiência de partes.

Artigo 98.º-I

Audiência de partes

1 — Declarada aberta a audiência pelo juiz, o empregador expõe sucintamente os fundamentos de facto que motivam o despedimento.

2 — Após a resposta do trabalhador, o juiz procurará conciliar as partes, nos termos e para os efeitos dos artigos 52.º e 53.º.

3 — Caso verifique que à pretensão do trabalhador é aplicável outra forma de processo, o juiz abstém-se de conhecer do pedido, absolve da instância o empregador, e informa o trabalhador do prazo de que dispõe para intentar acção com processo comum.

4 — Frustrada a tentativa de conciliação, na audiência de partes o juiz:

a) Procede à notificação imediata do empregador para, no prazo de 15 dias, apresentar articulado para motivar o despedimento, juntar o procedimento disciplinar ou os documentos comprovativos do cumprimento das formalidades exigidas, apresentar o rol de testemunhas e requerer quaisquer outras provas;

b) Fixa a data da audiência final.

Artigo 98.º-J

Articulado do empregador

1 — O empregador apenas pode invocar factos e fundamentos constantes da decisão de despedimento comunicada ao trabalhador.

2 — No caso de pretender que o tribunal exclua a reintegração do trabalhador nos termos previstos no artigo 392.º do Código do Trabalho, o empregador deve requerê-lo desde logo no mesmo articulado, invocando os factos e circunstâncias que fundamentam a sua pretensão, e apresentar os meios de prova para o efeito.

3 — Se o empregador não apresentar o articulado referido no número anterior, ou não juntar o procedimento disciplinar ou os documentos comprovativos do cumprimento das formalidades exigidas, o juiz declara a ilicitude do despedimento do trabalhador, e:

a) Condena o empregador a reintegrar o trabalhador, ou, caso este tenha optado por uma indemnização em substituição da reintegração, a pagar ao trabalhador, no mínimo, uma indemnização correspondente a 30 dias de retribuição base e diuturnidades por cada ano completo ou fracção de antiguidade, sem prejuízo dos n.ºs 2 e 3 do artigo 391.º do Código do Trabalho;

b) Condena ainda o empregador no pagamento das retribuições que o trabalhador deixou de auferir desde a data do despedimento até trânsito em julgado;

c) Ordena a notificação do trabalhador para, querendo, no prazo de 15 dias, apresentar articulado no qual peticione créditos emergentes do contrato de trabalho, da sua violação ou cessação.

4 — Na mesma data, o empregador é notificado da sentença quanto ao referido nas alíneas a) e b) do número anterior.

Artigo 98.º-L **Contestação**

1 — Apresentado o articulado referido no artigo anterior, o trabalhador é notificado para, no prazo de 15 dias, contestar, querendo.

2 — Se o trabalhador não contestar, tendo sido ou devendo considerar-se regularmente notificado na sua própria pessoa, ou tendo juntado procuração a mandatário judicial no prazo da contestação, consideram-se confessados os factos articulados pelo empregador, sendo logo proferida sentença a julgar a causa conforme for de direito.

3 — Na contestação, o trabalhador pode deduzir reconvenção nos casos previstos no n.º 2 do artigo 274.º do CPC, bem como para peticionar créditos emergentes do contrato de trabalho, independentemente do valor da acção.

4 — Se o trabalhador se tiver defendido por excepção, pode o empregador responder à respectiva matéria no prazo de 10 dias; havendo reconvenção, o prazo para resposta é alargado para 15 dias.

5 — É correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 60.º e no n.º 6 do artigo 274.º do Código de Processo Civil.

6 — As partes devem apresentar ou requerer a produção de prova nos respectivos articulados ou no prazo destes.

Artigo 98.º-M **Termos posteriores aos articulados**

1 — Terminada a fase dos articulados, o processo segue os termos previstos nos artigos 61.º e seguintes, devendo a prova a produzir em audiência de julgamento iniciar-se com a oferecida pelo empregador.

2 — Se for invocado despedimento precedido de procedimento disciplinar, é ainda aplicável o disposto no n.º 4 do artigo 387.º do Código do Trabalho.

Artigo 98.º-N **Pagamento de retribuições intercalares pelo Estado**

1 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 390.º do Código do Trabalho, o tribunal determina, na decisão em 1.ª instância que declare a ilicitude do despedimento, que o pagamento das retribuições devidas ao trabalhador após o decurso de 12 meses desde a apresentação do formulário referido no artigo 98.º-C até à notificação da decisão de 1.ª instância seja efectuado pela entidade competente da área da segurança social.

2 — A entidade competente da área da segurança social é sempre notificada da decisão referida no número anterior, da interposição de recurso da decisão que declare a ilicitude do despedimento, bem como da decisão proferida em sede de recurso.

3 — A entidade competente da área da segurança social efectua o pagamento ao trabalhador das retribuições referidas no n.º 1 até 30 dias após o trânsito em julgado da decisão que declare a ilicitude do despedimento.

4 — A dotação orçamental para suportar os encargos financeiros da entidade competente da área da segurança social decorrentes do n.º 1 é inscrita anualmente no Orçamento do Estado, em rubrica própria.

Artigo 98.º-O

Deduções

1 — No período de 12 meses referido no artigo anterior não se incluem:

- a) Os períodos de suspensão da instância, nos termos do artigo 276.º do Código de Processo Civil;
- b) O período correspondente à mediação, tentativa de conciliação e ao aperfeiçoamento dos articulados;
- c) Os períodos de férias judiciais.

2 — Às retribuições referidas no artigo anterior deduzem-se as importâncias referidas no n.º 2 do artigo 390.º do Código do Trabalho.

Artigo 98.º-P

Valor da causa

1 — Para efeitos de pagamento de custas, aplica-se à acção de impugnação judicial de regularidade e licitude do despedimento o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento das Custas Processuais.

2 — O valor da causa é sempre fixado a final pelo juiz tendo em conta a utilidade económica do pedido, designadamente o valor de indemnização, créditos e salários que tenham sido reconhecidos.

3 — Se for interposto recurso antes da fixação do valor da causa pelo juiz, deve este fixá-lo no despacho que admite o recurso.

CAPÍTULO II

Processos emergentes de acidente de trabalho e de doença profissional

SECÇÃO I

Processo para a efectivação de direitos resultantes de acidente de trabalho

SUBSECÇÃO I

Fase conciliatória

DIVISÃO I

Disposições preliminares

Artigo 99.º

Início do processo

1 — O processo inicia-se por uma fase conciliatória dirigida pelo Ministério Público e tem por base a participação do acidente.

2 — Quando a participação seja feita por uma entidade seguradora, deve ser acompanhada de toda a documentação clínica e nosológica disponível, de cópia da apólice e seus adicionais em vigor, bem como da declaração de remunerações do mês anterior ao do acidente, e nota discriminativa das incapacidades e internamentos e de cópia dos documentos comprovativos das indemnizações pagas desde o acidente.

Artigo 100.º

Processamento no caso de morte

1 — Recebida a participação, se for caso de morte, o Ministério Público, conforme as circunstâncias, determina a realização da autópsia ou a junção aos autos do respectivo relatório e ordena as diligências indispensáveis à determinação dos beneficiários legais dos sinistrados e à obtenção das provas de parentesco.

2 — Instruído o processo com a certidão de óbito, o relatório da autópsia e certidões comprovativas do parentesco dos beneficiários com a vítima, o Ministério Público designa data para a tentativa de conciliação, se não tiver sido junto o acordo extrajudicial previsto na lei.

3 — Tendo sido junto o acordo, o Ministério Público designa data para declarações dos beneficiários e, se estas confirmarem as bases do acordo, submete-o à homologação do juiz, sem prejuízo do disposto no artigo 114.º.

4 — Não se conseguindo determinar quaisquer titulares de direitos, procede-se à citação edital; se nenhum comparecer, arquiva-se o processo.

5 — O arquivamento a que se refere o número anterior é provisório durante um ano, sendo o processo reaberto se, nesse prazo, comparecer algum titular.

6 — Expirado o prazo referido no número anterior e não tendo comparecido qualquer titular, o processo é reaberto para efectivação do direito previsto no n.º 6 do artigo 20.º da Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro.

Artigo 101.º

Processamento nos restantes casos de incapacidade permanente

1 — No caso de ter resultado do acidente incapacidade permanente, o Ministério Público solicita aos serviços médico-legais a realização de perícia médica, seguida de tentativa de conciliação.

2 — Se com a participação for junto acordo ou se este for apresentado até à data designada, o Ministério Público dispensa a tentativa de conciliação; se, porém, a perícia médica, as declarações do sinistrado, que nessa ocasião deve tomar, e as diligências a que proceder não confirmarem as bases em que o mesmo acordo tenha sido elaborado, designa data para a tentativa de conciliação.

Artigo 102.º

Processamento noutros casos

1 — Se o sinistrado ainda não estiver curado quando for recebida a participação e estiver sem tratamento adequado ou sem receber a indemnização devida por incapacidade temporária, o Ministério Público solicita perícia médica, seguida de tentativa de conciliação, nos termos do artigo 108.º; o mesmo se observa no caso de o sinistrado se não conformar com a alta, a natureza da incapacidade ou o grau de desvalorização por incapacidade temporária que lhe tenha sido atribuído, ou ainda se esta se prolongar por mais de 12 meses.

2 — Se o sinistrado, quando vier a juízo, se declarar curado sem desvalorização e apenas reclamar a indemnização devida por incapacidade temporária, ou qualquer outra quantia a que acessoriamente tiver direito, pode ser dispensada a perícia médica.

Artigo 103.º

Entrega de cópia da participação aos não participantes

Com a notificação para a tentativa de conciliação é entregue cópia da participação aos convocados que não forem participantes.

Artigo 104.º

Instrução do processo

1 — O Ministério Público deve assegurar-se, pelos necessários meios de investigação, da veracidade dos elementos constantes do processo e das declarações das partes, para os efeitos dos artigos 109.º e 114.º.

2 — Até ao início da fase contenciosa, o Ministério Público pode requisitar aos serviços da entidade com competência inspectiva em matéria laboral, sem prejuízo da competência legalmente atribuída a outras entidades, a realização de inquérito urgente e sumário sobre as circunstâncias em que ocorreu o acidente, quando:

- a) Do acidente tenha resultado a morte ou incapacidade grave;
- b) O sinistrado não estiver a ser tratado;
- c) Houver motivos para presumir que o acidente ou as suas consequências resultaram da falta de observância das condições de higiene ou de segurança no trabalho;
- d) Houver motivos para presumir que o acidente foi dolosamente ocasionado.

3 — Para efeitos do disposto nos números anteriores, quaisquer entidades públicas ou privadas têm o dever de prestar a sua colaboração ao Ministério Público, sob pena de condenação em multa.

4 — Sempre que, em resultado de um acidente, não seja de excluir a existência de responsabilidade criminal, o Ministério Público deve dar conhecimento do facto ao foro criminal competente, remetendo, nomeadamente, o inquérito elaborado pela entidade com competência inspectiva em matéria laboral.

DIVISÃO II

Exame médico

Artigo 105.º

Perícia médica

1 — O local e a competência para a realização da perícia médica são definidos nos termos da lei que estabelece o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses.

2 — *(Revogado.)*

3 — Sem prejuízo do disposto na lei que estabelece o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses, quando a perícia exigir elementos auxiliares de diagnóstico ou conhecimento de alguma especialidade clínica não acessíveis a quem deva realizá-lo, são requisitados tais elementos ou o parecer de especialistas aos serviços médico-sociais da respectiva área e se estes não estiverem habilitados a fornecê-los em tempo oportuno são requisitados a estabelecimentos ou serviços adequados ou a médicos especialistas; fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, se os não houver na respectiva circunscrição, o Ministério Público pode solicitar a outro tribunal com competência em matéria de trabalho a obtenção desses elementos ou pareceres, bem como a obtenção da perícia.

4 — A perícia é secreta, podendo o Ministério Público, em qualquer caso, propor questões sempre que o seu resultado lhe ofereça dúvidas; o resultado da perícia é notificado, sem necessidade de despacho, ao sinistrado e às pessoas convocadas para a tentativa de conciliação.

Artigo 106.º**Formalismo**

1 — No relatório pericial, o perito médico deve indicar o resultado da sua observação clínica, incluindo o relato do evento fornecido pelo sinistrado e a apreciação circunstanciada dos elementos constantes do processo, a natureza das lesões sofridas, a data de cura ou consolidação, as sequelas e as incapacidades correspondentes, ainda que sob reserva de confirmação ou alteração do seu parecer após obtenção de outros elementos clínicos ou auxiliares de diagnóstico.

2 — Sempre que o perito médico não se considerar habilitado a completar o relatório com as respectivas conclusões, fixa provisoriamente a natureza e grau de incapacidade do sinistrado com base em todos os elementos disponíveis nessa altura; se a perícia não se efectuar dentro de 20 dias, o Ministério Público tenta, com base nesse relatório, a conciliação para efeitos do artigo 114.º.

3 — Se a perícia não for imediatamente seguida de tentativa de conciliação, o Ministério Público, finda aquela, toma declarações ao sinistrado sobre as circunstâncias em que o acidente ocorreu e mais elementos necessários à realização daquela tentativa ou à confirmação do acordo extrajudicial que tenha sido apresentado.

Artigo 107.º**Perícia aos beneficiários legais**

O disposto nos artigos anteriores é aplicável, com as necessárias adaptações, à apreciação da existência de doença física ou mental dos beneficiários legais susceptível de afectar sensivelmente a sua capacidade de trabalho, nos termos e para os efeitos do estabelecido no artigo 20.º da Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, e do respectivo diploma regulamentar.

DIVISÃO III**Tentativa de conciliação****Artigo 108.º****Intervenientes**

1 — À tentativa de conciliação são chamadas, além do sinistrado ou dos seus beneficiários legais, as entidades empregadoras ou seguradoras, conforme os elementos constantes da participação.

2 — Se das declarações prestadas na tentativa de conciliação resultar a necessidade de convocação de outras entidades, o Ministério Público designa data para nova tentativa, a realizar num dos 15 dias seguintes.

3 — A presença do sinistrado ou beneficiário pode ser dispensada em casos justificados de manifesta dificuldade de comparência ou de ausência em parte incerta; a sua representação pertence, nesse caso, ao substituto legal de quem, no exercício de funções do Ministério Público, presidir à diligência.

4 — Não comparecendo a entidade responsável, tomam-se declarações ao sinistrado ou beneficiário sobre as circunstâncias em que ocorreu o acidente e mais elementos necessários à determinação do seu direito, designando-se logo data para nova tentativa de conciliação.

5 — Faltando de novo a entidade responsável ou não sendo conhecido o seu paradeiro, é dispensada a tentativa de conciliação, presumindo-se verdadeiros, até prova em contrário, os factos declarados nos termos do número anterior se a ausência for devida a falta injustificada e a entidade responsável residir ou tiver sede no continente ou na ilha onde se realiza a diligência.

6 — Nos tribunais sediados nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto não há lugar à deprecada para exame médico e tentativa de conciliação.

Artigo 109.º**Acordo**

Na tentativa de conciliação, o Ministério Público promove o acordo de harmonia com os direitos consignados na lei, tomando por base os elementos fornecidos pelo processo, designadamente o resultado da perícia médica e as circunstâncias que possam influir na capacidade geral de ganho do sinistrado.

Artigo 110.º**Acordo provisório ou temporário**

1 — Quando o grau de incapacidade fixado tiver carácter provisório ou temporário, o acordo tem também, na parte que se lhe refere, validade provisória ou temporária e o Ministério Público rectifica as pensões ou indemnizações segundo o resultado das perícias ulteriores, notificando dessas rectificações as entidades responsáveis; as rectificações consideram-se como fazendo parte do acordo.

2 — Se na última perícia médica vier a ser atribuída à incapacidade natureza permanente e fixado um grau de desvalorização não provisório ou se o sinistrado for dado como curado sem desvalorização, realiza-se nova tentativa de conciliação e seguem-se os demais termos do processo.

Artigo 111.º**Conteúdo dos autos de acordo**

Dos autos de acordo constam, além da identificação completa dos intervenientes, a indicação precisa dos direitos e obrigações que lhes são atribuídos e ainda a descrição pormenorizada do acidente e dos factos que servem de fundamento aos referidos direitos e obrigações.

Artigo 112.º**Conteúdo dos autos na falta de acordo**

1 — Se se frustrar a tentativa de conciliação, no respectivo auto são consignados os factos sobre os quais tenha havido acordo, referindo-se expressamente se houve ou não acordo acerca da existência e caracterização do acidente, do nexó causal entre a lesão e o acidente, da retribuição do sinistrado, da entidade responsável e da natureza e grau da incapacidade atribuída.

2 — O interessado que se recuse a tomar posição sobre cada um destes factos, estando já habilitado a fazê-lo, é, a final, condenado como litigante de má fé.

Artigo 113.º**Recolha de elementos para apresentação da petição inicial**

Não se realizando acordo, o Ministério Público recolhe logo os elementos necessários à elaboração e apresentação da petição inicial.

DIVISÃO IV**Acordo acerca das prestações****Artigo 114.º****Homologação do acordo**

1 — Realizado o acordo, é imediatamente submetido ao juiz, que o homologa por simples despacho exarado no próprio auto e seus duplicados, se verificar a sua conformidade com os elementos fornecidos pelo processo e com as normas legais, regulamentares ou convencionais.

2 — Se tiver sido junto acordo extrajudicial e o Ministério Público o considerar em conformidade com o resultado das perícias médicas, com os restantes elementos fornecidos pelo processo e com as informações complementares que repute necessárias, submete-o, com o seu parecer, a homologação do juiz; se essa conformidade se não verificar, o Ministério Público promove tentativa de conciliação nos termos dos artigos anteriores.

3 — Tendo sido deprecada a realização da tentativa de conciliação, a homologação do acordo cabe ao juiz do tribunal deprecado.

Artigo 115.º

Regime de eficácia do acordo

1 — O acordo produz efeitos desde a data da sua realização.

2 — O Ministério Público, se o acordo não for homologado e considerar possível a remoção dos obstáculos à sua homologação, tenta a celebração de novo acordo para substituir aquele cuja homologação foi recusada.

3 — A não homologação do acordo é notificada aos interessados, mas aquele continua a produzir efeitos até à homologação do que o vier substituir ou, na falta deste, até à decisão final.

Artigo 116.º

Julgamento

Se as entidades responsáveis reconhecerem as obrigações legais correspondentes aos elementos de facto verificados através do processo e o sinistrado ou os respectivos beneficiários se limitarem à recusa do que lhes é devido, o Ministério Público promove que o juiz profira decisão sobre o mérito da causa e lhe fixe o respectivo valor, observando-se o disposto no n.º 3 do artigo 73.º.

SUBSECÇÃO II

Fase contenciosa

DIVISÃO I

Disposições gerais

Artigo 117.º

Início da fase contenciosa

1 — A fase contenciosa tem por base:

a) Petição inicial, em que o sinistrado, doente ou respectivos beneficiários formulam o pedido, expondo os seus fundamentos;

b) Requerimento, a que se refere o n.º 2 do artigo 138.º, do interessado que se não conformar com o resultado da perícia médica realizada na fase conciliatória do processo, para efeitos de fixação de incapacidade para o trabalho.

2 — O requerimento referido na alínea b) do número anterior deve ser fundamentado ou vir acompanhado de quesitos.

3 — A fase contenciosa corre nos autos em que se processou a fase conciliatória.

Artigo 118.º**Desdobramento do processo**

Nesta fase o processo desdobra-se, se for caso disso, em:

- a) Processo principal;
- b) Apenso para fixação da incapacidade para o trabalho.

Artigo 119.º**Petição inicial**

1 — Não se tendo realizado o acordo ou não tendo este sido homologado e não se verificando a hipótese prevista no artigo 116.º, o Ministério Público, sem prejuízo do disposto no artigo 8.º, quanto ao dever de recusa, e no artigo 9.º, assume o patrocínio do sinistrado ou dos beneficiários legais, apresentando, no prazo de 20 dias, a petição inicial ou o requerimento a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 117.º.

2 — Se se verificar insuficiência nos elementos de facto necessários à elaboração da petição inicial, o Ministério Público requer que o prazo seja prorrogado por igual período de tempo e diligência pela obtenção desses elementos.

3 — Se o sinistrado ou os beneficiários legais se recusarem a fornecer os elementos a que se refere o número anterior e em diligências posteriores se verificar que a recusa derivou do facto de ter havido acordo particular sobre a reparação do acidente, o Ministério Público promove a condenação como litigante de má fé da entidade com quem tenha sido feito o acordo.

4 — Findo o prazo referido no n.º 1 ou a sua prorrogação nos termos do n.º 2, o processo é conclusivo ao juiz, que declara suspensa a instância, sem prejuízo de o Ministério Público dever apresentar a petição logo que tenha reunido os elementos necessários.

Artigo 120.º**Valor da causa**

1 — Nos processos de acidentes de trabalho, tratando-se de pensões, o valor da causa é igual ao do resultado da multiplicação de cada pensão pela respectiva taxa constante das tabelas práticas aplicáveis ao cálculo do capital da remição, acrescido das demais prestações.

2 — Tratando-se de indemnizações por incapacidade temporária, o valor é igual a cinco vezes o valor anual da indemnização; tratando-se de indemnizações vencidas, o valor da causa é igual ao da soma de todas as prestações.

3 — Em qualquer altura o juiz pode alterar o valor fixado em conformidade com os elementos que o processo fornecer.

DIVISÃO II**Fixação de pensão ou de indemnização provisória****Artigo 121.º****Pensão ou indemnização provisória em caso de acordo**

1 — Se houver acordo acerca da existência e caracterização do acidente como acidente de trabalho, o juiz, se o autor o requerer ou se assim resultar directamente da lei aplicável, fixa provisoriamente a pensão ou indemnização que for devida pela morte ou pela incapacidade atribuída pelo exame médico, com base na última remuneração auferida pelo sinistrado, se outra não tiver sido reconhecida na tentativa de conciliação.

2 — Se o grau de incapacidade fixado tiver carácter provisório ou temporário, o juiz rectifica a pensão ou indemnização logo que seja conhecido o resultado final do exame médico que define a incapacidade ou lhe reconhece natureza permanente.

3 — Se houver desacordo sobre a transferência da responsabilidade, a pensão ou indemnização fica a cargo do segurador cuja apólice abranja a data do acidente; se não tiver sido junta a apólice, a pensão ou indemnização é paga pela entidade patronal, salvo se esta ainda não estiver determinada ou se encontrar em qualquer das situações previstas no n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, caso em que se aplica o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo seguinte.

4 — Se não for possível determinar a última remuneração do sinistrado, o juiz toma por base uma remuneração que não ultrapasse o mínimo que presumivelmente deva ser reconhecido como base para o cálculo da pensão ou indemnização.

5 — Se o sinistrado ainda necessitar de tratamento, o juiz determina que este seja custeado pela entidade a cargo de quem ficar a pensão ou indemnização provisória.

Artigo 122.º

Pensão ou indemnização provisória em caso de falta de acordo

1 — Quando houver desacordo sobre a existência ou a caracterização do acidente como acidente de trabalho, o juiz, a requerimento da parte interessada ou se assim resultar directamente da lei aplicável, fixa, com base nos elementos fornecidos pelo processo, pensão ou indemnização provisória nos termos do artigo anterior, se considerar tais prestações necessárias ao sinistrado, ou aos beneficiários, se do acidente tiver resultado a morte ou uma incapacidade grave ou se se verificar a situação prevista na primeira parte do n.º 1 do artigo 102.º.

2 — A pensão ou indemnização provisória e os encargos com o tratamento do sinistrado são adiantados ou garantidos pelo fundo a que se refere o n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro, se não forem suportados por outra entidade.

3 — Pode o juiz condenar imediatamente na pensão ou indemnização provisória a entidade que considerar responsável, se os autos fornecerem elementos bastantes para se convencer de que a falta de acordo na tentativa de conciliação teve por fim eximir-se à condenação provisória; se no julgamento se confirmar essa convicção, o juiz condena o réu como litigante de má fé.

4 — Na sentença final, se for condenatória, o juiz transfere para a entidade responsável o pagamento da pensão ou indemnização e demais encargos e condena-a a reembolsar todas as importâncias adiantadas.

Artigo 123.º

Fixação da pensão ou indemnização provisória depois de apurada a entidade responsável

1 — Julgadas as questões suscitadas no processo principal, se ainda não for possível a condenação definitiva da entidade responsável, o juiz fixa a pensão ou indemnização provisória a pagar por aquela.

2 — Se a pensão ou indemnização provisória já fixada estiver a cargo de outra entidade, o juiz determina que a entidade responsável indemnize aquela que até aí suportou as pensões, indemnizações e demais encargos, com juros de mora.

Artigo 124.º

Irrecorribilidade e imediata exequibilidade da decisão que fixar a pensão ou indemnização provisória

1 — Da decisão que fixar a pensão ou indemnização provisória não há recurso, mas o responsável pode reclamar com o fundamento de se não verificarem as condições da sua atribuição.

2 — Da pensão ou indemnização fixada nos termos do artigo 122.º pode, igualmente, o fundo a que se refere o seu n.º 2 reclamar com fundamento em o sinistrado ou os beneficiários não terem dela necessidade.

3 — A decisão que fixe pensão ou indemnização provisória é imediatamente exequível, dispensando-se a prestação de caução.

Artigo 125.º

Encargo com o tratamento

1 — O juiz pode determinar, em qualquer altura do processo, que a entidade que anteriormente tiver custeado o tratamento do sinistrado continue a suportar esse encargo, quando este o pedir em requerimento fundamentado e for de entender que o pedido é fundado à face dos exames, perícias e outros elementos constantes do processo e diligências que repare necessárias, sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 121.º.

2 — A decisão não prejudica as questões por decidir.

DIVISÃO III

Processo principal

Artigo 126.º

Questões a decidir no processo principal

1 — No processo principal decidem-se todas as questões, salvo a da fixação de incapacidade para o trabalho, quando esta deva correr por apenso.

2 — No mesmo processo é fixada a pensão ou indemnização provisória, se tiver sido requerida ou assim resultar directamente da lei.

Artigo 127.º

Pluralidade de entidades responsáveis

1 — Quando estiver em discussão a determinação da entidade responsável, o juiz pode, até ao encerramento da audiência, mandar intervir na acção qualquer entidade que julgue ser eventual responsável, para o que é citada, sendo-lhe entregue cópia dos articulados já oferecidos.

2 — Os actos processuais praticados por uma das entidades rés aproveitam às outras; na medida em que derem origem a quaisquer obrigações ou as reconhecerem, tais actos são, no entanto, próprios da parte que os praticou.

3 — São lícitos os acordos pelos quais a entidade patronal e a entidade seguradora atribuam a uma delas a intervenção no processo a partir da citação da última, sem prejuízo da questão da transferência da responsabilidade; o acordo é eficaz tanto no que beneficie como no que prejudique as partes.

4 — As sentenças e despachos proferidos constituem caso julgado contra todos os réus, independentemente da falta de intervenção de algum deles.

Artigo 128.º

Citação

O réu é citado para contestar no prazo de 15 dias a contar da citação, ou da última citação, havendo vários réus, sendo-lhe entregue duplicado da petição inicial.

Artigo 129.º
Contestação

- 1 — Na contestação, além de invocar os fundamentos da sua defesa, pode o réu:
- a) Requerer a fixação de incapacidade nos mesmos termos que o autor;
 - b) Indicar outra entidade como eventual responsável, que é citada para contestar nos termos do artigo anterior.
- 2 — A contestação de algum dos réus aproveita a todos.
- 3 — Se estiver em discussão a determinação da entidade responsável, ao autor e a cada um dos réus é entregue cópia da contestação dos outros réus, podendo cada um responder no prazo de cinco dias, mas apenas sobre aquela questão.

Artigo 130.º
Falta de contestação

Na falta de contestação de todos os réus, seguem-se, com as necessárias adaptações, os termos previstos no artigo 57.º, sem prejuízo do disposto no artigo 74.º.

Artigo 131.º
Despacho saneador

- 1 — Findos os articulados, o juiz profere, no prazo de 15 dias, despacho saneador destinado a:
- a) Conhecer das excepções dilatórias e nulidades processuais que hajam sido suscitadas pelas partes, ou que, face aos elementos constantes dos autos, deva apreciar oficiosamente;
 - b) Conhecer imediatamente do mérito da causa, sempre que o estado do processo permitir, sem necessidade de mais provas, a apreciação, total ou parcial, do ou dos pedidos deduzidos ou de alguma excepção peremptória;
 - c) Considerar assentes os factos sobre que tenha havido acordo na tentativa de conciliação e nos articulados;
 - d) Seleccionar a matéria de facto relevante para a decisão da causa, segundo as várias soluções plausíveis da questão de direito, que deva considerar-se controvertida;
 - e) Ordenar o desdobraimento do processo, se for caso disso.
- 2 — Seguidamente observam-se os termos do processo comum regulados nos artigos 63.º e seguintes, salvo o disposto nos artigos subsequentes.

Artigo 132.º
Processo principal e apenso

- 1 — A fixação da incapacidade para o trabalho corre por apenso, se houver outras questões a decidir no processo principal.
- 2 — O juiz pode também ordenar que corra em separado, se o entender conveniente, qualquer incidente; se o não fizer, este corre nos autos a que respeitar.
- 3 — Sempre que a simultaneidade na movimentação do processo principal e seu apenso seja incompatível com a sua apensação, o juiz pode determinar a desapensação.

Artigo 133.º

Indicação das testemunhas

O rol de testemunhas pode ser apresentado no prazo de 10 dias a contar da notificação do despacho saneador.

Artigo 134.º

Comparência de peritos na audiência de discussão e julgamento

Os peritos médicos comparecem na audiência de discussão e julgamento quando o juiz o determinar, sempre que a sua audição não possa ou não deva ter lugar através dos meios técnicos processualmente previstos.

Artigo 135.º

Sentença final

Na sentença final o juiz considera definitivamente assentes as questões que não tenham sido discutidas na fase contenciosa, integra as decisões proferidas no processo principal e no apenso, cuja parte decisória deve reproduzir, e fixa também, se forem devidos, juros de mora pelas prestações pecuniárias em atraso.

Artigo 136.º

Falta de comparência e incumprimento

A não comparência de qualquer pessoa a diligências para que tenha sido convocada e a falta de cumprimento de qualquer determinação do tribunal são punidas com multa, salvo se à infracção corresponder outra sanção.

Artigo 137.º

Documentos a enviar ao Instituto de Seguros de Portugal

1 — Quando deva ser prestada caução ou constituída reserva matemática, envia-se ao Instituto de Seguros de Portugal um exemplar do acordo com o despacho de homologação, se o houver, ou certidão da decisão que condenar no pagamento da pensão, de que conste o teor da sua parte dispositiva, e, em todos os casos, as certidões necessárias aos respectivos cálculos.

2 — Se a obrigação de pagamento de pensão vier a cessar ou for modificada, envia-se à entidade referida no número anterior certidão da decisão que declarar prescrito ou extinto o direito à pensão ou que conceder a sua revisão, ou certidão do termo de pagamento do capital, ou um exemplar do acordo extrajudicial de remição, com nota de ter sido homologado.

DIVISÃO IV

Fixação de incapacidade para o trabalho

Artigo 138.º

Requerimento de junta médica

1 — Quando não se conformar com o resultado da perícia realizada na fase conciliatória do processo, a parte requer, na petição inicial ou na contestação, perícia por junta médica.

2 — Se na tentativa de conciliação apenas tiver havido discordância quanto à questão da incapacidade, o pedido de junta médica é deduzido em requerimento a apresentar no prazo a que se refere o n.º 1 do artigo 119.º; se não for apresentado, o juiz profere decisão sobre o mérito, fixando a natureza e grau de incapacidade e o valor da causa, observando-se o disposto no n.º 3 do artigo 73.º.

Artigo 139.º

Perícias

1 — A perícia por junta médica, constituída por três peritos, tem carácter urgente, é secreta e presidida pelo juiz.

2 — Se na fase conciliatória a perícia tiver exigido pareceres especializados, intervêm na junta médica, pelo menos, dois médicos das mesmas especialidades.

3 — Fora das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, se não for possível constituir a junta nos termos dos números anteriores, a perícia é deprecada ao tribunal com competência em matéria de trabalho mais próximo da residência da parte, onde a junta possa constituir-se.

4 — Sempre que possível, intervêm na perícia peritos dos serviços médico-legais que não tenham intervindo na fase conciliatória.

5 — Os peritos das partes devem ser apresentados até ao início da diligência; se o não forem, o tribunal nomeia-os oficiosamente.

6 — É facultativa a formulação de quesitos para perícias médicas, mas o juiz deve formulá-los, ainda que as partes o não tenham feito, sempre que a dificuldade ou a complexidade da perícia o justificarem.

7 — O juiz, se o considerar necessário, pode determinar a realização de exames e pareceres complementares ou requisitar pareceres técnicos.

8 — É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 1 do artigo 105.º.

Artigo 140.º

Decisão

1 — Se a fixação da incapacidade tiver lugar no processo principal, o juiz profere decisão sobre o mérito, realizadas as perícias referidas no artigo anterior, fixando a natureza e grau de incapacidade e o valor da causa, observando-se o disposto no n.º 3 do artigo 73.º.

2 — Se a fixação da incapacidade tiver lugar no apenso, o juiz, realizadas as perícias referidas no número anterior, profere decisão, fixando a natureza e grau de incapacidade; a decisão só pode ser impugnada no recurso a interpor da sentença final.

3 — A fixação da incapacidade não obsta à sua modificação nos termos do que se dispõe para o incidente de revisão.

DIVISÃO V

Reforma do pedido em caso de falecimento do autor

Artigo 141.º

Suspensão da instância e habilitação

Se na pendência da causa o autor falecer, suspende-se a instância e citam-se por éditos, com dispensa de anúncios, os herdeiros do sinistrado para, querendo, deduzirem habilitação.

Artigo 142.º**Investigação das causas da morte e tentativa de conciliação**

1 — Logo que haja conhecimento da morte do sinistrado, o Ministério Público deve averiguar se ela resultou directa ou indirectamente do acidente.

2 — Se houver elementos para presumir a relação de causalidade referida no número anterior, o Ministério Público organiza o processo regulado no artigo 100.º por apenso ao processo principal.

3 — Frustrando-se a tentativa de conciliação ou não sendo homologado o acordo, o Ministério Público deduz, nos termos do n.º 1 do artigo 119.º e sem necessidade de habilitação, o pedido que corresponder aos direitos dos beneficiários legais do sinistrado.

4 — Apresentada a respectiva petição inicial e rectificado o valor da causa, o réu é notificado para responder no prazo de 10 dias, seguindo-se os demais termos do processo.

5 — As novas partes têm de aceitar os articulados das partes que substituem, mantendo-se os actos e termos já processados, salvo se em manifesta oposição com as novas circunstâncias.

Artigo 143.º**Interrupção da instância**

Se a suspensão prevista no artigo 141.º durar mais de um ano, interrompe-se a instância.

Artigo 144.º**Renovação da instância**

Se o falecimento do autor ocorrer depois do julgamento da causa ou da extinção da instância por outro motivo, esta renova-se nos mesmos autos para os efeitos dos artigos anteriores.

SUBSECÇÃO III**Revisão da incapacidade ou da pensão****Artigo 145.º****Revisão da incapacidade em juízo**

1 — Quando for requerida a revisão da incapacidade, o juiz manda submeter o sinistrado a perícia médica.

2 — O pedido de revisão é deduzido em simples requerimento e deve ser fundamentado ou vir acompanhado de quesitos.

3 — O local de realização da perícia médica é definido nos termos da lei que estabelece o regime jurídico da realização das perícias médico-legais e forenses.

4 — Finda a perícia, o seu resultado é notificado ao sinistrado e à entidade responsável pela reparação dos danos resultantes do acidente.

5 — Se alguma das partes não se conformar com o resultado da perícia, pode requerer, no prazo de 10 dias, perícia por junta médica nos termos previstos no n.º 2; se nenhuma das partes o requerer, pode a perícia ser ordenada pelo juiz, se a considerar indispensável para a boa decisão do incidente.

6 — Se não for realizada perícia por junta médica, ou feita esta, e efectuadas quaisquer diligências que se mostrem necessárias, o juiz decide por despacho, mantendo, aumentando ou reduzindo a pensão ou declarando extinta a obrigação de a pagar.

7 — O incidente corre no apenso previsto na alínea b) do artigo 118.º, quando o houver.

8 — O disposto nos números anteriores é aplicável, com as necessárias adaptações, aos casos em que, sendo responsável uma seguradora, o acidente não tenha sido participado ao tribunal por o sinistrado ter sido considerado curado sem incapacidade.

Artigo 146.º

Discussão da responsabilidade do agravamento

1 — Se a entidade responsável pretender discutir a responsabilidade total ou parcial do agravamento e a questão só puder ser decidida com a produção de outros meios de prova, assim o declara no prazo fixado para requerer perícia por junta médica e apresentará dentro de 10 dias a sua alegação e meios de prova; se for requerida perícia, o prazo conta-se a partir da realização deste.

2 — Notificado o sinistrado, este pode responder, com indicação dos respectivos meios de prova, no prazo de 10 dias.

3 — A partir da resposta, seguem-se, com as necessárias adaptações, os termos do processo comum regulados a partir do n.º 2 do artigo 63.º, com salvaguarda do disposto no artigo 134.º e no número seguinte.

4 — A instrução, discussão e julgamento incumbem sempre ao tribunal singular.

Artigo 147.º

Revisão da pensão dos beneficiários legais

1 — Quando o beneficiário legal requeira a revisão da respectiva pensão com fundamento em agravamento ou superveniência de doença física ou mental que afecte a sua capacidade de ganho, o incidente corre por apenso ao processo a que disser respeito, observando-se o disposto no artigo 145.º.

2 — Se o aumento da pensão depender de facto que só possa ser provado documentalmente, o juiz, feita a prova e ouvidos a parte contrária e o Ministério Público, se não for o requerente, decide sem mais formalidades.

SUBSECÇÃO IV

Remição de pensões

Artigo 148.º

Remição facultativa

1 — Requerida a remição, o juiz, ouvidos o Ministério Público e a parte não requerente e efectuadas, se necessário, diligências sumárias, decide por despacho fundamentado, admitindo ou recusando a remição.

2 — A remição, depois de recusada, só pode ser pedida de novo passado um ano e só é concedida quando se provar não subsistir o motivo que fundamentou a recusa.

3 — Quando a remição for admitida, a secretaria procede ao cálculo do capital que o pensionista tenha direito a receber.

4 — Em seguida, o processo vai ao Ministério Público, que, após verificar o cálculo, ordena as diligências necessárias à entrega do capital.

5 — Nos tribunais sediados nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto não há lugar à deprecada para a entrega do capital da remição.

Artigo 149.º

Remição obrigatória

Fixada a pensão, se esta for obrigatoriamente remível, observar-se-á o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo anterior.

Artigo 150.º**Entrega do capital**

A entrega ao pensionista do capital da remição ou de parte dele é feita por termo nos autos, sob a presidência do Ministério Público.

SECÇÃO II**Processo para declaração de extinção de direitos resultantes de acidente de trabalho****Artigo 151.º****Processo aplicável**

1 — As acções para declaração de prescrição ou de suspensão de direito a pensões e para declaração de perda de direito a indemnizações seguem, com as necessárias adaptações, os termos do processo comum, com excepção dos artigos 61.º e 62.º, mas o juiz pode oficiosamente ordenar exames ou outras diligências que considere necessárias.

2 — A instrução, discussão e julgamento incumbem sempre ao tribunal singular.

Artigo 152.º**Caducidade do direito a pensões**

1 — Quando o direito a pensão caducar em razão da idade, morte, segundas núpcias ou união de facto, a entidade responsável deve requerer que seja declarada a caducidade, apresentando os respectivos meios de prova.

2 — Em caso de morte do sinistrado, o processo vai com vista ao Ministério Público para os efeitos do disposto nos artigos 142.º e 144.º; nos demais casos, o juiz ouve a parte contrária e o Ministério Público.

3 — Produzida a prova requerida e realizadas as diligências oficiosamente ordenadas, se verificar que não há pensões, indemnizações ou quaisquer outras prestações a satisfazer, o juiz decide o incidente.

Artigo 153.º**Processamento por apenso**

A acção prevista no artigo 151.º e o incidente a que se refere o artigo 152.º correm por apenso ao processo a que disserem respeito, se o houver.

SECÇÃO III**Processo para efectivação de direitos de terceiros conexos com acidente de trabalho****Artigo 154.º****Processo**

1 — O processo destinado à efectivação de direitos conexos com acidente de trabalho sofrido por outrem segue os termos do processo comum, por apenso ao processo resultante do acidente, se o houver.

2 — As decisões transitadas em julgado que tenham por objecto a qualificação do sinistro como acidente de trabalho ou a determinação da entidade responsável têm valor de caso julgado para estes processos.

SECÇÃO IV**Processo para efectivação de direitos resultantes de doença profissional****Artigo 155.º****Doença profissional**

1 — O disposto nos artigos 117.º e seguintes aplica-se, com as necessárias adaptações, aos casos de doença profissional em que o doente discorde da decisão do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais.

2 — Nesses casos, o tribunal requisita o processo organizado naquela instituição, que é apensado ao processo judicial e devolvido a final.

CAPÍTULO III**Processo de impugnação de despedimento colectivo****Artigo 156.º****Contestação**

1 — Nas acções de impugnação de despedimento colectivo, apresentada a petição, o réu é citado para, no prazo de 15 dias, contestar.

2 — Com a contestação deve o réu juntar os documentos comprovativos do cumprimento das formalidades previstas nas normas reguladoras do despedimento colectivo.

3 — No prazo referido no n.º 1, deve ainda o réu requerer o chamamento para intervenção dos trabalhadores que, não sendo autores, tenham sido abrangidos pelo despedimento.

4 — A admissão do chamamento referido no número anterior é decidida sem audição da parte contrária.

Artigo 157.º**Assessoria técnica**

1 — Terminados os articulados, se tiver sido formulado pedido de declaração de improcedência dos fundamentos invocados para o despedimento, o juiz nomeia um assessor qualificado na matéria.

2 — A requerimento de qualquer das partes, no prazo de 10 dias contados da notificação da nomeação do assessor a que se refere o número anterior, o juiz nomeia mais dois assessores qualificados na matéria.

3 — Após a notificação das partes da nomeação do assessor a que se refere o n.º 1, podem aquelas, no prazo de 10 dias, designar um técnico cada uma para assistir o assessor ou assessores no desempenho das suas funções.

4 — Se da parte dos trabalhadores não houver acordo na designação do técnico, considera-se o que for designado pela maioria, prevalecendo, em caso de empate, a designação apresentada em primeiro lugar.

5 — Aos assessores é aplicável o regime de impedimentos, suspeições, escusa e dispensa legal previsto no Código de Processo Civil para os peritos.

Artigo 158.º**Relatório**

1 — Os assessores nomeados juntarão aos autos relatório de que constem as verificações materiais realizadas, as informações recolhidas e sua origem e, bem assim, parecer sobre os factos que fundamentaram o despedimento colectivo e sobre se este encontra ou não justificação.

2 — O relatório referido no número anterior é junto nos 30 dias posteriores ao termo do prazo para a designação dos técnicos ou, no caso referido no n.º 2 do artigo anterior, da nomeação dos assessores aí previstos.

3 — Os técnicos de parte, se não se conformarem com as conclusões do relatório, podem apresentar nos cinco dias seguintes declaração fundamentada das razões da sua discordância.

4 — Por proposta do assessor, o prazo referido no n.º 1 pode ser prorrogado por uma vez, pelo tempo que o juiz fixar.

Artigo 159.º

Diligências auxiliares

1 — Para a elaboração do relatório a que se refere o artigo anterior os assessores podem solicitar às partes os documentos e demais elementos que considerem pertinentes e averiguar, se necessário nas instalações do próprio réu, os factos invocados para o despedimento.

2 — Os assessores informarão os técnicos de parte das diligências que pretendam promover, podendo estes acompanhá-los.

Artigo 160.º

Audiência preliminar

1 — Junto o relatório e documentos a que se referem os artigos anteriores, é convocada audiência preliminar nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 508.º-A do Código de Processo Civil.

2 — Sendo proferido despacho saneador, este destina-se também a decidir:

- a) Se foram cumpridas as formalidades legais do despedimento colectivo;
- b) Se procedem os fundamentos invocados para o despedimento colectivo.

3 — Não pode ser relegada para momento posterior ao despacho saneador a decisão sobre as questões referidas nas alíneas a) e b) do número anterior, bem como quaisquer excepções que obstem ao respectivo conhecimento.

4 — A decisão proferida sobre as questões referidas nas alíneas a) e b) do n.º 2 tem, para todos os efeitos, o valor de sentença.

Artigo 161.º

Termos subsequentes

Se o processo houver de prosseguir, a audiência de discussão e julgamento pode ser marcada separadamente com referência a cada um dos trabalhadores, observando-se, quanto ao mais, as regras do processo comum.

CAPÍTULO IV

Processo do contencioso de instituições de previdência, abono de família, associações sindicais, associações de empregadores ou comissões de trabalhadores

SECÇÃO I

Disposição geral

Artigo 162.º

Forma dos processos

1 — Os processos do contencioso de instituições de previdência, abono de família, associações sindicais, associações de empregadores ou comissões de trabalhadores seguem os termos do processo comum previsto neste Código, salvo o disposto nos artigos seguintes.

2 — Nos processos referidos no número anterior não há lugar a audiência preliminar.

SECÇÃO II

Convocação de assembleias gerais

Artigo 163.º

Convocação

1 — O requerimento de convocação de assembleia geral ou órgão equivalente de instituição de previdência ou de associação sindical deve ser acompanhado dos documentos necessários para prova da legitimidade dos requerentes e da verificação das condições legais ou estatutárias do requerimento.

2 — Se pela documentação apresentada reconhecer fundamento ao pedido, o juiz ordena que a entidade competente, segundo a lei e os estatutos, convoque a assembleia ou justifique, no prazo de 10 dias, a recusa da convocação.

3 — Não sendo convocada a assembleia nem apresentada justificação que seja admitida pelo juiz, este determina que a assembleia se realize, procedendo-se através do tribunal, mas à custa da instituição ou associação, às formalidades da convocação.

4 — O juiz fixa a data e o local da reunião, podendo determinar que o local seja diferente do designado nos estatutos; pode ainda nomear a pessoa que presidirá à assembleia.

SECÇÃO III

Impugnação de estatutos, deliberações de assembleias gerais ou actos eleitorais

Artigo 164.º

Acção de declaração de nulidade

1 — As deliberações e outros actos de órgãos de instituições de previdência, associações sindicais, associações de empregadores ou comissões de trabalhadores viciados por violação da lei, quer de fundo quer de forma, ou violação dos estatutos podem ser declarados inválidos em acção intentada por quem tenha interesse legítimo, salvo se dos mesmos couber recurso.

2 — A acção deve ser intentada no prazo de 20 dias, a contar da data em que o interessado teve conhecimento da deliberação, mas antes de passados 5 anos sobre esta; se, porém, a acção tiver por fim a impugnação de deliberações relativas à eleição dos corpos gerentes, o prazo é de 15 dias e conta-se sempre a partir da data da sessão em que tenham sido tomadas essas deliberações.

3 — A petição inicial da acção deve ser acompanhada de documento comprovativo do teor da deliberação ou, não sendo possível, do oferecimento da prova que o requerente possuir a esse respeito.

Artigo 164.º-A

Impugnação de estatutos

1 — Os estatutos das entidades referidas no artigo anterior podem ser impugnados pelo Ministério Público, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer interessado.

2 — A petição inicial deve ser acompanhada de cópia dos referidos estatutos.

Artigo 164.º-B

Impugnação de actos eleitorais

Os actos eleitorais para os órgãos das entidades referidas nesta secção podem ser impugnados com fundamento na sua ilegalidade por quem tenha ficado vencido na respectiva eleição, no prazo de 10 dias a contar dessa eleição ou do conhecimento da irregularidade, se posterior.

Artigo 165.º

Citação e contestação

1 — O juiz manda citar o réu e ordena que este apresente os documentos relativos à situação objecto de impugnação que ainda não tenham sido juntos aos autos.

2 — O réu pode contestar no prazo de 10 dias e, ainda que não conteste, deve enviar ao tribunal os documentos referidos no número anterior.

Artigo 166.º

Proposição da prova

Com os articulados são requeridas quaisquer diligências de prova.

Artigo 167.º

Recurso

O recurso da sentença tem efeito suspensivo.

Artigo 168.º

Suspensão de eficácia

Se na petição inicial o autor requerer a suspensão de eficácia dos actos ou disposições impugnados, demonstrando que da sua execução pode resultar dano apreciável, o juiz pode decretar a suspensão nesse momento ou após a contestação.

Artigo 169.º

Declaração de invalidade de actos de outros órgãos

Nos casos em que de acto de qualquer outro órgão gerente ou directivo de instituição de previdência ou associação sindical não possa ser interposto recurso para outro órgão, a declaração de invalidade é pedida através de processo regulado nesta secção.

SECÇÃO IV

Impugnação judicial de decisão disciplinar

Artigo 170.º

Impugnação

1 — O arguido em processo disciplinar que pretenda impugnar a respectiva decisão deve apresentar no tribunal o seu requerimento no prazo de 15 dias, contados da notificação da decisão.

2 — O requerimento é instruído com a notificação da decisão e os documentos que o requerente entenda dever juntar; no requerimento são requeridas todas as diligências de prova.

Artigo 171.º

Citação e diligências subsequentes

1 — A entidade é citada para responder no prazo de 10 dias, devendo juntar o processo disciplinar e podendo requerer diligências de prova.

2 — O envio do processo disciplinar ao tribunal é obrigatório, ainda que não seja apresentada resposta.

Artigo 172.º**Decisão**

1 — O juiz declara nulo o processo disciplinar quando o arguido não tenha sido ouvido ou não tenham sido efectuadas no processo diligências requeridas pelo arguido que repute essenciais.

2 — Se o juiz verificar que houve erro de direito ou de facto, anula a decisão.

3 — Na sentença proferida sobre a decisão disciplinar são especificados os fundamentos de facto e de direito e dela cabe apenas recurso para a Relação.

SECÇÃO V**Liquidação e partilha dos bens de instituições de previdência, de associações sindicais, de associações de empregadores ou de comissões de trabalhadores****Artigo 173.º****Processo**

1 — A liquidação e a partilha de bens de instituições de previdência, de associações sindicais, de associações de empregadores ou de comissões de trabalhadores efectuam-se como estiver determinado na lei e nos estatutos.

2 — Quando a liquidação e a partilha devam fazer-se judicialmente, segue-se o disposto nos artigos seguintes.

Artigo 174.º**Início do processo**

1 — A entrada em liquidação de instituições de previdência, de associações sindicais, de associações de empregadores ou de comissões de trabalhadores é participada ao tribunal pela última direcção, ou pelo presidente da mesa da assembleia geral, no prazo de 30 dias a contar do acto que tenha determinado a dissolução.

2 — Não sendo feita a participação referida no número anterior, podem fazê-la o Ministério Público ou qualquer associado.

3 — Quando a lei ou os estatutos determinem a transferência global do património para outra instituição, associação ou comissão, compete à última direcção, havendo-a, efectuar essa transferência.

Artigo 175.º**Nomeação, exoneração e substituição de liquidatários**

1 — Compete ao juiz nomear, exonerar e substituir os liquidatários, excepto no caso previsto no n.º 3 do artigo anterior.

2 — Recebida a participação, o juiz nomeia um ou mais liquidatários, em conformidade com o disposto nos estatutos; se estes nada dispuserem, o juiz nomeia liquidatários idóneos, dando preferência aos associados ou beneficiários.

3 — Até à nomeação dos liquidatários, os corpos gerentes anteriores devem conservar os bens e direitos e satisfazer as obrigações que se forem vencendo.

Artigo 176.º**Competência dos liquidatários**

1 — Os liquidatários recebem, por termo, os bens e direitos, incluindo livros e documentos, procedendo, no prazo que lhes for fixado pelo juiz, à alienação de bens e direitos e à satisfação de obrigações,

de modo a reduzir o património a uma massa de bens de natureza adequada à forma de partilha prescrita na lei ou nos estatutos.

2 — O juiz pode estabelecer para a actividade dos liquidatários os condicionamentos que julgar convenientes, entendendo-se, na falta deles, que os liquidatários podem, sem autorização judicial, alienar quaisquer bens ou direitos e satisfazer todas as obrigações legalmente constituídas.

Artigo 177.º

Contas de liquidação e projecto de partilha

1 — Os liquidatários, antes da partilha, devem apresentar as contas dos seus actos e propor a forma daquela.

2 — As contas da liquidação e o projecto de partilha ficam patentes pelo prazo de 20 dias.

3 — À porta do tribunal e da última sede da instituição ou associação são afixados editais anunciando a possibilidade de reclamação, durante o prazo referido no número anterior, por qualquer interessado; o Ministério Público pode também reclamar no mesmo prazo.

4 — Havendo reclamações, o juiz ouve sobre elas os liquidatários e depois o Ministério Público, se não for o reclamante, e, haja ou não reclamação, pode requisitar pareceres ou ordenar diligências indispensáveis ao julgamento das contas.

Artigo 178.º

Julgamento

1 — As contas da liquidação e da partilha são sempre julgadas pelo tribunal, sem prejuízo da sua prévia apreciação por outras entidades, quando assim for previsto na lei ou nos estatutos.

2 — A sentença deve conter os nomes dos liquidatários, as datas do começo e fim da liquidação, a importância do passivo pago e o saldo apurado.

3 — Transitada em julgado a sentença, é remetida oficiosamente certidão ao ministério que da mesma deva ter conhecimento.

Artigo 179.º

Contas da partilha

1 — Os liquidatários devem prestar contas, cessando as suas funções com a aprovação das mesmas.

2 — Não sendo aprovadas as contas da liquidação ou da partilha, o Ministério Público ou qualquer interessado requer as diligências que julgue adequadas, incluindo a substituição dos liquidatários.

Artigo 180.º

Prolongamento das funções de liquidatário

1 — O juiz pode determinar que todos ou alguns dos liquidatários se mantenham em funções por um prazo não superior a três anos, contados desde a aprovação das contas da partilha, apenas para efeitos de representarem a instituição, associação ou comissão em juízo ou fora dele ou ainda para efectivarem direitos ou satisfazerem obrigações de que só haja conhecimento depois de efectuada a partilha ou cuja subsistência o juiz tenha entendido não dever impedir a partilha.

2 — Se durante o período referido no número anterior não findar algum processo em que a instituição, associação ou comissão sejam partes, o liquidatário mantém-se em funções até ao termo do processo.

Artigo 181.º

Desconhecimento dos interessados com direito ao saldo

1 — Se não for possível apurar quais sejam as pessoas que, segundo os estatutos, têm direito à partilha do saldo, feita a nomeação de liquidatários, seguem-se os termos aplicáveis do processo especial de liquidação no caso de herança vaga em benefício do Estado, previsto no Código de Processo Civil.

2 — Se ninguém aparecer a habilitar-se ou quando na habilitação decaírem todos os requerentes, terminada a liquidação o saldo é mandado pôr à ordem do ministério competente.

Artigo 182.º

Regime supletivo

Em tudo o que não vai previsto nesta secção deve observar-se, na parte aplicável, o processo especial de liquidação judicial de sociedades regulado no Código de Processo Civil.

SECÇÃO VI

Ação de anulação e interpretação de cláusulas de convenções colectivas de trabalho

Artigo 183.º

Requisitos da petição

1 — Nas acções respeitantes à anulação e interpretação de cláusulas de convenções colectivas de trabalho, deve o autor, na petição, identificar todas as entidades outorgantes e expor os fundamentos da sua pretensão.

2 — Com a petição é junta cópia do *Boletim do Trabalho e Emprego* onde esteja publicada a convenção colectiva e oferecida a prova pertinente.

Artigo 184.º

Alegações

1 — Os outorgantes são citados para, no prazo de 20 dias, apresentarem as suas alegações por escrito.

2 — Com as alegações é oferecida toda a prova.

3 — A falta de alegações não tem efeitos cominatórios.

Artigo 185.º

Forma, valor do processo e efeitos do recurso

1 — As acções a que se referem os artigos anteriores seguem, depois dos articulados, os termos do processo comum, com exclusão da audiência preliminar e da tentativa de conciliação.

2 — Da decisão final cabe sempre recurso de revista até ao Supremo Tribunal de Justiça.

3 — O recurso da decisão de mérito tem efeito suspensivo.

Artigo 186.º

Valor do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça

O acórdão do Supremo Tribunal de Justiça sobre as questões a que se refere o artigo 183.º tem o valor ampliado da revista em processo civil e é publicado na 1.^a série do jornal oficial e no *Boletim do Trabalho e Emprego*.

CAPÍTULO V

Impugnação da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas

Artigo 186.º-A

Requerimento

1 — No caso de se pretender a impugnação da confidencialidade de informações ou da recusa da sua prestação ou da realização de consultas, o autor alega os fundamentos do pedido, indica os pontos de facto que interessa averiguar e requer as providências que repute convenientes.

2 — O réu é citado para contestar no prazo de 15 dias.

Artigo 186.º-B

Termos posteriores

1 — Findos os articulados, o juiz conhece imediatamente do pedido, salvo se entender que se justifica proceder a diligências complementares de prova, caso em que ordena aquelas que repute convenientes.

2 — O processo tem natureza urgente.

Artigo 186.º-C

Decisão

1 — A decisão de condenação determina as informações que devem ser prestadas e o prazo para a sua prestação.

2 — A requerimento do autor pode ser fixada uma sanção pecuniária compulsória.

3 — A decisão é apenas susceptível de recurso para o Tribunal da Relação, com efeito suspensivo.

CAPÍTULO VI

Tutela da personalidade do trabalhador

Artigo 186.º-D

Requerimento

O pedido de providências destinadas a evitar a consumação de qualquer violação dos direitos de personalidade do trabalhador ou atenuar os efeitos da ofensa já praticada é formulado contra o autor da ameaça ou ofensa e, igualmente, contra o empregador.

Artigo 186.º-E

Termos posteriores

1 — Os requeridos são citados para contestar no prazo de 10 dias.

2 — Independentemente de haver ou não contestação, o tribunal decide após a apreciação das provas produzidas.

Artigo 186.º-F

Natureza urgente

O processo tem natureza urgente.

CAPÍTULO VII

Igualdade e não discriminação em função do sexo

Artigo 186.º-G

Remissão

1 — Nas acções relativas à igualdade e não discriminação em função do sexo aplicam-se as disposições correspondentes do processo comum, com as especificações dos artigos seguintes, sem prejuízo do disposto no n.º 2.

2 — A declaração judicial de nulidade de disposição de convenção colectiva em matéria de igualdade e não discriminação nos termos do artigo 479.º do Código do Trabalho segue os trâmites da acção prevista nos artigos 183.º e seguintes.

186.º-H

Informação sobre decisões judiciais registadas

Até à audiência de discussão e julgamento, o juiz solicita oficiosamente à entidade que tenha competência na área da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres no trabalho, no emprego e na formação profissional informação sobre o registo de qualquer decisão judicial relevante para a causa.

Artigo 186.º-I

Comunicação da decisão

O juiz deve comunicar a decisão à entidade competente na área da igualdade e não discriminação entre homens e mulheres no trabalho, no emprego e na formação profissional, para efeitos de registo.

TÍTULO VII

Processo de contra-ordenação

Artigo 186.º-J

Remissão

A impugnação de decisões de autoridades administrativas que apliquem coimas em processo laboral segue os termos do regime processual das contra-ordenações laborais, que consta de lei específica.

LIVRO II

Do processo penal

TÍTULO I

Da acção

CAPÍTULO I

Acção penal

Artigo 187.º

Natureza e exercício da acção penal

1 — A acção penal é pública, cabendo o seu exercício exclusivamente ao Ministério Público.

2 — O Ministério Público exerce a acção penal mediante denúncia verbal ou escrita ou em resultado da remessa a juízo de auto de notícia levantado pelas entidades competentes.

Artigo 188.º

Intervenção do Ministério Público

1 — Remetido ao tribunal qualquer auto que faça fé em juízo, o Ministério Público promove a designação de data para julgamento; se o auto não satisfizer os requisitos legais, pode por si completar a instrução ou devolvê-lo para a sua regularização.

2 — Se verificar não ter havido infracção, ou estar extinta a acção penal, ou se houver elementos de facto que comprovem a irresponsabilidade do arguido, o Ministério Público abstém-se de acusar, declarando nos autos as razões de facto ou de direito justificativas.

3 — O despacho a que se refere o número anterior é notificado ao denunciante, se o houver, o qual, se tiver a faculdade de se constituir assistente, pode reclamar para o imediato superior hierárquico, no prazo de 5 dias, por requerimento entregue na secretaria, que é junto ao processo; a reclamação é decidida no prazo de 15 dias.

Artigo 189.º

Notificação dos interessados

1 — O tribunal notifica os interessados da data designada para a audiência de julgamento, desde que a residência seja conhecida no processo.

2 — Podem intervir como assistentes em processo penal do trabalho os ofendidos, considerando-se como tais os titulares dos interesses que a lei penal especialmente quis proteger com a incriminação, e as associações sindicais, nos mesmos casos em que tenham legitimidade para a acção cível, segundo o n.º 1 do artigo 5.º deste Código.

Artigo 190.º

Prescrição

1 — A acção penal relativa a qualquer infracção da competência dos tribunais do trabalho extingue-se por prescrição, desde que não seja exercida no decurso do prazo de dois anos a contar da data em que a infracção se consumou.

2 — A prescrição da acção penal interrompe-se com a acusação ou acto equivalente.

Artigo 191.º

Pessoa colectiva e sociedade

Sendo o infractor pessoa colectiva ou sociedade, respondem pelo pagamento da multa, solidariamente com aquela, os administradores, gerentes ou directores que forem julgados responsáveis pela infracção.

CAPÍTULO II

Acção cível em processo penal

Artigo 192.º

Acção

1 — Não tendo sido proposta acção cível, o pedido respeitante à obrigação cujo incumprimento constitui a infracção pode ser formulado no respectivo processo penal.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior as acções cíveis emergentes de acidente de trabalho e de doença profissional, bem como de impugnação de despedimento colectivo.

3 — Para os efeitos do disposto no n.º 1, com a notificação do despacho que designa data para julgamento, deve o ofendido ser também notificado para deduzir no prazo de 10 dias, querendo, por simples requerimento, pedido cível.

4 — O ofendido que deduza pedido cível nos termos do número anterior não carece de patrocínio judiciário.

Artigo 193.º

Interrupção e suspensão da prescrição de obrigações pecuniárias

O levantamento do auto de notícia interrompe a prescrição das obrigações pecuniárias cujo incumprimento, por parte do arguido, constitua a infracção; a prescrição não corre a partir da acusação ou acto equivalente e enquanto estiver pendente o respectivo processo.

Artigo 194.º

Prazo de cumprimento de obrigações pecuniárias

1 — O cumprimento de obrigações pecuniárias resultantes de infracção em que tenha havido condenação em multa deve efectuar-se no prazo para pagamento da multa.

2 — O montante das importâncias em dívida é incluído na conta.

TÍTULO II

Do processo

CAPÍTULO I

Distribuição

Artigo 195.º

Espécies

Para efeito de distribuição, às espécies previstas no artigo 21.º acrescem, em matéria penal, as seguintes:

13.ª Autos ou participações de transgressão de normas legais ou convencionais reguladoras das relações de trabalho;

14.ª Autos ou participações de transgressão de normas legais ou regulamentares sobre encerramento de estabelecimentos industriais e comerciais;

15.ª Autos ou participações de transgressão das normas legais ou regulamentares sobre higiene, salubridade e condições de segurança dos locais de trabalho;

16.ª Autos ou participações de transgressão das disposições respeitantes a acidentes de trabalho e doenças profissionais;

17.ª Autos ou participações de transgressão das disposições referentes à greve;

18.ª Autos ou participações não previstos nos números anteriores.

CAPÍTULO II

Instrução e julgamento

Artigo 196.º

Pagamento voluntário

1 — O pagamento voluntário da multa, na pendência do processo judicial, não é admitido enquanto o arguido não tiver cumprido as obrigações pecuniárias correspondentes.

2 — A satisfação das obrigações pecuniárias tem lugar no processo; excepcionalmente pode o juiz considerar válido o pagamento mediante a apresentação de recibo, desde que, ouvido o interessado, se certifique de que foi satisfeita a obrigação.

3 — Se do processo não constarem ainda os elementos necessários à determinação do montante devido, deve ser prestado, para os efeitos do número anterior, o que for indicado pelo credor, que para isso é ouvido em declarações.

Artigo 197.º

Inquirição por carta

É admissível a inquirição de testemunhas por carta precatória nos termos do artigo 67.º.

Artigo 198.º

Oralidade da audiência

Os actos de audiência não são documentados.

Artigo 199.º

Recurso

O recurso da decisão final é circunscrito à matéria de direito.

Artigo 200.º

Regime supletivo

É subsidiariamente aplicável, com as necessárias adaptações, o regime do processo de transgressão e, no que neste não esteja previsto, o Código de Processo Penal.

Ministério da Saúde

Decreto-Lei n.º 291/2009

de 12 de Outubro de 2009

A avaliação da incapacidade das pessoas com deficiência processa-se nos termos do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, que estabeleceu o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei, que remetia para a Tabela Nacional de Incapacidades aprovada pelo Decreto-Lei n.º 341/93, de 30 de Setembro, tal como definida no artigo 2.º da Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto.

Entretanto, esta Tabela Nacional foi revogada pela Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais (TNI), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de Outubro.

Importa, por isso, adequar os procedimentos previstos no Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, às instruções previstas na TNI, de forma a salvaguardar as especificidades próprias das incapacidades das pessoas com deficiência, garantindo que nos processos de revisão ou reavaliação o grau de incapacidade resultante da aplicação da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais vigente à data da avaliação ou da última reavaliação é mantido sempre que, de acordo com declaração da junta médica, se mostre mais favorável ao avaliado.

Tendo em vista facilitar os processos de avaliação da incapacidade de pessoas com deficiência e incapacidades cuja limitação condicione gravemente a sua deslocação, passa a admitir-se, com carácter excepcional, que um dos elementos da junta médica, previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, se desloque à sua residência habitual.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Assim:

Nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro

Os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 174/97, de 19 de Julho, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

O presente decreto-lei estabelece o regime de avaliação das incapacidades das pessoas com deficiência, tal como definido no artigo 2.º da Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto, para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei para facilitar a sua plena participação na comunidade.

Artigo 2.º

[...]

1 — Sem prejuízo das competências específicas das juntas de saúde dos ramos das Forças Armadas e da Polícia de Segurança Pública e das juntas médicas da Guarda Nacional Republicana, a avaliação das incapacidades das pessoas com deficiência compete a juntas médicas para o efeito constituídas.

2 — As juntas médicas são constituídas no âmbito das administrações regionais de saúde por autoridades de saúde, sendo nomeadas por despacho do delegado regional de saúde, com a seguinte composição:

a) Um presidente, dois vogais efectivos e dois vogais suplentes, sendo o presidente substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

b) (Revogada.)

3 — (Revogado.)

4 — (Revogado.)

Artigo 3.º

[...]

1 — Os requerimentos de avaliação das incapacidades das pessoas com deficiência são dirigidos ao adjunto do delegado regional de saúde e entregues ao delegado de saúde da residência habitual dos interessados, devendo ser acompanhados de relatório médico e dos meios auxiliares de diagnóstico complementares que os fundamentam.

2 — O delegado de saúde deve instruir o requerimento com os elementos eventualmente disponíveis e necessários e enviá-lo ao adjunto do delegado regional de saúde.

3 — Sempre que possível e com carácter excepcional, nas situações de pessoas com deficiência e incapacidades cuja limitação condicione gravemente a sua deslocação, um dos elementos das juntas médicas pode deslocar-se à residência habitual do interessado.

4 — Nas situações abrangidas pelo número anterior, na impossibilidade de deslocação do elemento da junta médica, esta pode solicitar informação clínica ao delegado de saúde da área da residência habitual do interessado, para efeitos de avaliação.

5 — (*Anterior n.º 3.*)

Artigo 4.º

[...]

1 — A avaliação da incapacidade é calculada de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de Outubro, tendo por base o seguinte:

a) Na avaliação da incapacidade das pessoas com deficiência, de acordo com o definido no artigo 2.º da Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto, devem ser observadas as instruções gerais constantes do anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, bem como em tudo o que não as contrarie, as instruções específicas constantes de cada capítulo ou número daquela Tabela;

b) Não se aplicam, no âmbito desta avaliação de incapacidade, as instruções gerais constantes daquela Tabela.

2 — Findo o exame, o presidente da junta médica emite, por via informática ou manual, o respectivo atestado médico de incapacidade multiuso, o qual obedece ao modelo aprovado por despacho do director-geral da Saúde, em que se indica expressamente qual a percentagem de incapacidade do avaliado.

3 —

4 —

5 —

6 —

7 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, nos processos de revisão ou reavaliação, o grau de incapacidade resultante da aplicação da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais vigente à data da avaliação ou da última reavaliação é mantido sempre que, de acordo com declaração da junta médica, se mostre mais favorável ao avaliado.

8 — Para os efeitos do número anterior, considera-se que o grau de incapacidade é desfavorável ao avaliado quando a alteração do grau de incapacidade resultante de revisão ou reavaliação implique a perda de direitos que o mesmo já esteja a exercer ou de benefícios que já lhe tenham sido reconhecidos.

9 — No processo de revisão ou reavaliação, o grau de incapacidade resultante da aplicação da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais mantém-se inalterado sempre que resulte num grau de incapacidade inferior ao grau determinado à data da avaliação ou última reavaliação.»

Artigo 2.º

Norma revogatória

São revogados a alínea b) do n.º 2 e os n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º, bem como o anexo II, todos do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro.

Artigo 3.º

Republicação

É republicado, em anexo ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, na sua redacção actual.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 20 de Agosto de 2009. — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *Fernando Teixeira dos Santos* — *Fernando Medina Maciel Almeida Correia* — *Ana Maria Teodoro Jorge*.

Promulgado em 6 de Outubro de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 7 de Outubro de 2009.

O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

ANEXO

Republicação do Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro

Artigo 1.º

Objecto e âmbito de aplicação

O presente decreto-lei estabelece o regime de avaliação das incapacidades das pessoas com deficiência, tal como definido no artigo 2.º da Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto, para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei para facilitar a sua plena participação na comunidade.

Artigo 2.º

Competências e composição

1 — Sem prejuízo das competências específicas das juntas de saúde dos ramos das Forças Armadas e da Polícia de Segurança Pública e das juntas médicas da Guarda Nacional Republicana, a avaliação das incapacidades das pessoas com deficiência compete a juntas médicas para o efeito constituídas.

2 — As juntas médicas são constituídas no âmbito das administrações regionais de saúde por autoridades de saúde, sendo nomeadas por despacho do delegado regional de saúde, com a seguinte composição:

a) Um presidente, dois vogais efectivos e dois vogais suplentes, sendo o presidente substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

b) *(Revogada.)*

3 — *(Revogado.)*

4 — *(Revogado.)*

Artigo 3.º

Procedimentos

1 — Os requerimentos de avaliação das incapacidades das pessoas com deficiência são dirigidos ao adjunto do delegado regional de saúde e entregues ao delegado de saúde da residência habitual dos interessados, devendo ser acompanhados de relatório médico e dos meios auxiliares de diagnóstico complementares que os fundamentam.

2 — O delegado de saúde deve instruir o requerimento com os elementos eventualmente disponíveis e necessários e enviá-lo ao adjunto do delegado regional de saúde.

3 — Sempre que possível e com carácter excepcional, nas situações de pessoas com deficiência e incapacidades cuja limitação condicione gravemente a sua deslocação, um dos elementos das juntas médicas pode deslocar-se à residência habitual do interessado.

4 — Nas situações abrangidas pelo número anterior, na impossibilidade de deslocação do elemento da junta médica, esta pode solicitar informação clínica ao delegado de saúde da área da residência habitual do interessado, para efeitos de avaliação.

5 — O adjunto do delegado regional de saúde deverá convocar a junta médica e notificar o requerente da data do exame, a realizar no prazo de 60 dias a contar da data da entrega do requerimento.

Artigo 4.º

Avaliação de incapacidade

1 — A avaliação da incapacidade é calculada de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de Outubro, tendo por base o seguinte:

a) Na avaliação da incapacidade das pessoas com deficiência, de acordo com o definido no artigo 2.º da Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto, devem ser observadas as instruções gerais constantes do anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, bem como em tudo o que não as contrarie, as instruções específicas constantes de cada capítulo ou número daquela tabela;

b) Não se aplicam, no âmbito desta avaliação de incapacidade, as instruções gerais constantes daquela Tabela.

2 — Findo o exame, o presidente da junta médica emite, por via informática ou manual, o respectivo atestado médico de incapacidade multiuso, o qual obedece ao modelo aprovado por despacho do director-geral da Saúde, em que se indica expressamente qual a percentagem de incapacidade do avaliado.

3 — Quando o grau de incapacidade arbitrado for susceptível de variação futura a junta deve indicar a data do novo exame, levando em consideração o previsto na Tabela Nacional de Incapacidades ou na fundamentação clínica que lhe tenha sido presente.

4 — Sempre que a lei faça depender a atribuição de benefícios de determinados requisitos específicos, o atestado de incapacidade deve indicar o fim a que se destina e respectivos efeitos e condições legais, bem como a natureza das deficiências e os condicionalismos relevantes para a concessão do benefício.

5 — Sempre que a junta médica entender ser necessário esclarecimento adicional no âmbito de especialidade médico-cirúrgica, deverá o presidente solicitar exames complementares, técnicos ou de especialidade, cujo relatório deve ser apresentado no prazo de 30 dias.

6 — Os atestados de incapacidade podem ser utilizados para todos os fins legalmente previstos, adquirindo uma função multiuso, devendo todas as entidades públicas ou privadas, perante quem sejam exibidos, devolvê-los aos interessados ou seus representantes após anotação de conformidade com o original, aposta em fotocópias simples.

7 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, nos processos de revisão ou reavaliação, o grau de incapacidade resultante da aplicação da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais vigente à data da avaliação ou da última reavaliação é mantido sempre que, de acordo com declaração da junta médica, se mostre mais favorável ao avaliado.

8 — Para os efeitos do número anterior, considera-se que o grau de incapacidade é desfavorável ao avaliado quando a alteração do grau de incapacidade resultante de revisão ou reavaliação implique a perda de direitos que o mesmo já esteja a exercer ou de benefícios que já lhe tenham sido reconhecidos.

9 — No processo de revisão ou reavaliação, o grau de incapacidade resultante da aplicação da tabela nacional de incapacidades por acidentes de trabalho e doenças profissionais mantém-se inalterado sempre que resulte num grau de incapacidade inferior ao grau determinado à data da avaliação ou última reavaliação.

Artigo 5.º**Recursos**

1 — Da avaliação de incapacidade cabe recurso hierárquico necessário para o director-geral da Saúde, a apresentar ao delegado regional de saúde no prazo de 30 dias.

2 — O director-geral da Saúde poderá determinar a reavaliação por nova junta médica constituída pelo delegado regional de saúde da área da residência habitual do interessado, que presidirá, e por dois vogais que não tenham participado na avaliação impugnada, podendo um deles ser proposto pelo interessado.

3 — Da homologação da segunda avaliação, pelo director-geral, cabe recurso contencioso, nos termos gerais.

Artigo 6.º**Comissão de normalização**

Compete ao director-geral da Saúde nomear uma comissão de normalização e acompanhamento das avaliações de incapacidade, bem como homologar as propostas de uniformização de metodologias e práticas de avaliação que a mesma lhe submeta.

Artigo 7.º**Entrada em vigor**

1 — O presente diploma entra em vigor no último dia do mês seguinte ao da sua publicação.

2 — O presente diploma aplica-se com as devidas adaptações aos processos em curso.

ANEXO I**Instruções gerais**

1 — As instruções agora estabelecidas constituem princípios gerais que devem ser seguidos aquando da utilização da Tabela Nacional de Incapacidades para a avaliação de incapacidade em deficientes civis.

2 — As disfunções (congénitas ou adquiridas) de que resultem incapacidades permanentes são designadas em números, subnúmeros e alíneas, agrupados em capítulos.

3 — A cada situação de disfunção corresponde um coeficiente expresso em percentagem, que traduz a proporção da deficiência funcional, sendo a disfunção total expressa pela unidade.

4 — Os coeficientes ou intervalos de variação correspondem a percentagens de desvalorização funcional, que constituem o elemento base para o cálculo da incapacidade total.

5 — Na determinação do valor final da incapacidade devem ser observadas as seguintes normas gerais, para além e sem prejuízo das que são específicas de cada capítulo ou número, desde que não contraditórias destas:

a) No caso das lesões múltiplas, o coeficiente global será obtido pela soma dos coeficientes parciais, segundo o princípio da capacidade restante, colocando-se o primeiro coeficiente por referência à capacidade integral e os demais à capacidade restante, fazendo-se a dedução sucessiva do coeficiente ou coeficientes já tomados em conta no mesmo cálculo;

b) Os coeficientes previstos têm um valor indicativo, que a junta médica ajustará em cada caso concreto em função da extensão e gravidade do défice funcional e tendo ainda em atenção todos os elementos susceptíveis de influenciarem tal gravidade, nomeadamente o estado clínico, a idade, a indispensabilidade da função relativamente às actividades consideradas normais, bem como a necessidade de cuidados médicos de forma continuada;

c) Excepcionalmente, a junta médica pode afastar-se dos coeficientes previstos na Tabela, para menos ou para mais (e nesta situação mesmo para os coeficientes iguais a 0,00), expondo claramente e

fundamentando as razões que a tal conduzem e indicando o sentido e a medida do desvio em relação ao coeficiente em princípio aplicável à situação concreta em avaliação;

d) As incapacidades que derivem de deficiências não previstas na Tabela devem ser avaliadas por coeficiente relativo à deficiência responsável por disfunção análoga ou equivalente;

e) Sempre que a disfunção possa ser atenuada, no todo ou em parte, pela aplicação de meios de correcção ou compensação (próteses, ortóteses ou outros), o coeficiente de capacidade arbitrado deve ser correspondente à disfunção residual após aplicação de tais meios, sem limites máximos de redução dos coeficientes previstos na Tabela;

f) Sempre que necessário para um diagnóstico diferencial seguro, devem ser solicitados os exames complementares, técnicos ou de especialidade mais actualizados e adequados para uma avaliação rigorosa do défice funcional em apreciação;

g) O valor final global da incapacidade será apresentado em percentagem e arredondado (por excesso ou por defeito) para a unidade mais próxima.

ANEXO II

(Revogado.)

II — PORTARIAS

Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Defesa Nacional

Portaria n.º 1 271/2009 de 19 de Outubro de 2009

O Decreto-Lei n.º 215/2009, de 4 de Setembro, definiu a missão, as atribuições e os órgãos do Instituto de Acção Social das Forças Armadas, I. P., importa agora, no desenvolvimento daquele decreto-lei, determinar a sua organização interna.

Assim:

Ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

São aprovados os Estatutos do Instituto de Acção Social das Forças Armadas, I. P., abreviadamente designado por IASFA, I. P., publicados em anexo à presente portaria e que dela fazem parte integrante.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.

Em 14 de Setembro de 2009.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

ANEXO

ESTATUTOS DO INSTITUTO DE ACÇÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS, I. P.

Artigo 1.º

Estrutura orgânica

1 — A estrutura orgânica do IASFA, I. P., é composta por:

- a) Unidades orgânicas de nível I e nível II, designadas respectivamente por direcções e gabinetes, que se subordinam hierárquica e funcionalmente ao conselho directivo;
- b) Unidades flexíveis, designadas por divisões, que funcionam na dependência directa das unidades orgânicas de nível I ou directamente do conselho directivo quando assim for determinado.

2 — São unidades orgânicas de nível I:

- a) A Direcção de Serviços de Recursos e Relações Públicas, (DSRRP);
- b) A Direcção de Serviços de Apoio Social, (DSAS);
- c) A Direcção de Serviços de Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas (DSADM).

3 — São unidades orgânicas de nível II:

- a) O Gabinete de Apoio Jurídico;
- b) O Gabinete de Sistemas de Informação e Comunicações;
- c) Os equipamentos sociais, nos termos previstos no artigo 7.º.

4 — A organização e o funcionamento dos serviços previstos nos presentes Estatutos são fixados no respectivo regulamento interno.

Artigo 2.º

Direcção de Serviços de Recursos e Relações Públicas

1 — Incumbe à Direcção de Serviços de Recursos e Relações Públicas promover e assegurar a eficácia das acções inerentes à gestão e administração dos recursos humanos, financeiros e materiais do IASFA, I. P.

2 — No âmbito da gestão e administração dos recursos humanos, compete-lhe nomeadamente:

- a) Assegurar a execução da política de gestão de recursos humanos;
- b) Promover a gestão dos recursos humanos, designadamente no que respeita a recrutamento, afectação, formação, avaliação, registo e controlo, mantendo para o efeito a ligação com os restantes serviços do IASFA e, no que respeita aos militares, com os órgãos competentes dos ramos das Forças Armadas;
- c) Organizar e manter actualizado o ficheiro e o mapa de pessoal;
- d) Processar os vencimentos e outras prestações pecuniárias;
- e) Elaborar o balanço social do IASFA, I. P.

3 — No âmbito da gestão dos recursos financeiros, compete-lhe nomeadamente:

- a) Assegurar a gestão dos recursos financeiros e patrimoniais do Instituto;
- b) Proceder à elaboração do orçamento privativo do Instituto;
- c) Gerir os orçamentos aprovados, praticando e promovendo todos os actos necessários para o efeito, mantendo permanentemente disponível e actualizada a informação de gestão relativa aos diferentes níveis de execução;
- d) Processar as receitas e despesas do Instituto;

e) Coordenar e supervisionar a execução orçamental dos centros de apoio social (CAS) e do Centro de Repouso de Porto Santo (CEREPOSA);

f) Acompanhar a evolução da situação orçamental, propondo superiormente os reajustamentos necessários;

g) Executar as operações de tesouraria;

h) Organizar a conta de gerência anual.

4 — No âmbito da gestão dos recursos materiais, compete-lhe nomeadamente:

a) Executar os procedimentos administrativo-logísticos conducentes à aquisição de bens e serviços, incluindo os respeitantes a obras e empreitadas;

b) Proceder à aquisição, armazenagem e distribuição dos bens consumíveis;

c) Manter actualizado o cadastro dos bens inventariáveis, que constituem o património afecto ao IASFA, com excepção dos imóveis.

5 — No âmbito da informação e relações públicas compete-lhe programar acções que visem o melhor conhecimento da acção do IASFA, I. P., aos seus beneficiários e à sociedade em geral e, designadamente:

a) Assegurar uma adequada comunicação interna entre os órgãos, os serviços e os equipamentos sociais do IASFA, I. P.;

b) Estabelecer relações com os órgãos equivalentes do Ministério da Defesa Nacional e dos ramos das Forças Armadas e com os órgãos de comunicação social;

c) Garantir a actualização dos conteúdos do portal do IASFA, I. P., e promover a publicação do boletim informativo;

d) Assegurar as actividades de protocolo;

e) Apoiar o presidente do conselho directivo.

Artigo 3.º

Direcção de Serviços de Apoio Social

1 — A Direcção de Serviços de Apoio Social é responsável pelo estudo e implementação das medidas conducentes à melhoria do apoio social e concessão de auxilio, bem como pela gestão, utilização e manutenção dos equipamentos sociais do IASFA, I. P.

2 — No cumprimento das suas atribuições relativas ao estudo de assuntos sociais e prestação de apoio social, compete-lhe nomeadamente:

a) Efectuar o registo e controlo dos beneficiários;

b) Realizar estudos visando o conhecimento da família militar e dos seus problemas específicos, tendo como finalidade a adequação das modalidades de acção social complementar à evolução socioeconómica dos beneficiários;

c) Estudar e analisar os casos concretos, propondo a tomada de medidas especiais para fazer face a situações socialmente mais gravosas ou urgentes;

d) Promover a celebração de acordos e contratos com entidades públicas ou privadas que possam garantir aos beneficiários a complementaridade de apoio social prestado pelo IASFA, I. P.;

e) Elaborar os normativos reguladores das condições de acesso às diversas prestações sociais complementares e analisar, informar e submeter a despacho do conselho directivo os processos de habilitação às mesmas;

f) Elaborar os normativos reguladores das condições de acesso aos diversos equipamentos sociais;

g) Coordenar o funcionamento dos gabinetes de atendimento nas suas tarefas de receber e analisar os pedidos, encaminhando os assuntos para os serviços competentes.

3 — No cumprimento das suas atribuições relativas à gestão dos equipamentos sociais, compete-lhe nomeadamente:

- a) Organizar e dirigir a realização de actividades ocupacionais e de animação sócio-cultural;
- b) Estudar e propor, em coordenação com os serviços competentes, programas de investimentos em equipamentos sociais;
- c) Assegurar a gestão do parque habitacional;
- d) Elaborar os normativos reguladores das condições de acesso aos diversos equipamentos.

4 — No cumprimento das suas atribuições relativas à assistência financeira, compete-lhe nomeadamente:

- a) Elaborar os normativos reguladores das condições de acesso dos beneficiários aos apoios financeiros;
- b) Analisar, informar e submeter a despacho do conselho directivo os processos de habilitação aos empréstimos normais;
- c) Colaborar com a DSRRP no controlo do pagamento dos juros e amortizações referentes aos empréstimos concedidos;
- d) Analisar e propor os procedimentos referentes ao funcionamento dos postos clínicos, nomeadamente no que respeita às suas instalações e fixação dos preços a praticar, bem como efectuar a recolha e tratamento de dados estatísticos relativos à sua actividade;
- e) Continuar a execução, até à sua extinção, do processamento dos empréstimos hipotecários transferidos do Cofre de Previdência das Forças Armadas (CPFA);
- f) Processar os subsídios pecuniários previstos no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 42 945, de 26 de Abril de 1960 (Estatuto do CPFA), e transmitir à DSRRP instruções para a sua liquidação;
- g) Organizar e manter actualizados os registos e ficheiros dos subscritores do CPFA.

5 — No âmbito da gestão das infra-estruturas, compete-lhe nomeadamente:

- a) Identificar as necessidades, elaborar o plano e respectivo programa da construção e conservação das infra-estruturas para aprovação superior;
- b) Promover, preparar e efectuar a construção de infra-estruturas novas ou a remodelação das já existentes, bem como a sua conservação;
- c) Gerir tecnicamente, incluindo programas de conservação e de manutenção, as infra-estruturas e equipamentos nelas incorporados;
- d) Estabelecer regulamentação técnica em todas as áreas da sua competência;
- e) Inspeccionar a qualidade das infra-estruturas e equipamentos a elas associados;
- f) Manter actualizado o inventário das infra-estruturas existentes e determinar as suas potencialidades, disponibilizando a informação à DSRRP;
- g) Promover o acompanhamento das matérias relativas à propriedade dos prédios do IASFA ou a ele afectos;
- h) Promover a aceitação de todas as infra-estruturas após a sua conclusão bem como a entrega aos órgãos do IASFA que as vão utilizar;
- i) Promover o aumento e o abate à carga dos equipamentos considerados como fazendo parte integrante das infra-estruturas e respectivos sobressalentes.

Artigo 4.º

Direcção de Serviços de Assistência na Doença aos Militares

1 — A Direcção de Serviços de Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas é responsável por organizar, dirigir, executar e controlar a gestão da assistência na doença aos seus beneficiários.

2 — No cumprimento das suas atribuições relativas ao processamento da facturação, compete-lhe nomeadamente:

- a)* Preparar, tratar e processar a facturação relativa à prestação de cuidados de saúde no âmbito do regime convencionado e farmácias;
- b)* Remeter as notas de liquidação correspondentes à facturação processada para a DSRRP, para pagamento;
- c)* Processar os documentos de despesa relativos às participações directas;
- d)* Submeter a despacho as propostas que careçam de autorização para tratamento no território nacional ou estrangeiro;
- e)* Propor o adiantamento das verbas necessárias às deslocações dos beneficiários para prestação de cuidados de saúde no estrangeiro.

3 — No cumprimento das suas atribuições relativas à administração e informação, compete-lhe nomeadamente:

- a)* Emitir o respectivo cartão de identificação em conformidade com a inscrição efectuada pelos ramos das Forças Armadas;
- b)* Promover a actualização do ficheiro de beneficiários em coordenação com os ramos das Forças Armadas;
- c)* Proceder à requisição dos cartões europeus de seguro na doença (CESD);
- d)* Avaliar as reclamações dos beneficiários referentes às entidades prestadoras de cuidados de saúde;
- e)* Emitir declarações individuais de despesas submetidas à assistência na doença aos militares (ADM) não participadas, para efeitos de imposto sobre rendimento de singulares.

4 — No cumprimento das suas atribuições relativas às operações de estudos e estatística, compete-lhe nomeadamente:

- a)* Organizar, instruir e submeter à aprovação do conselho directivo os processos referentes à celebração de acordos com entidades prestadoras de cuidados de saúde que reúnam as condições legalmente estabelecidas;
- b)* Garantir o cumprimento dos acordos celebrados;
- c)* Promover o controlo de gestão dos recursos financeiros atribuídos à ADM através de recolha de dados estatísticos adequados;
- d)* Submeter à consideração superior as medidas necessárias e possíveis alterações do sistema de assistência;
- e)* Proceder à elaboração de propostas orçamentais a apresentar ao conselho directivo de modo a permitir a execução das modalidades de assistência;
- f)* Elaborar o relatório de actividades da ADM.

Artigo 5.º

Gabinete de Apoio Jurídico

Ao Gabinete de Apoio Jurídico compete assessorar juridicamente o conselho directivo e, designadamente:

- a)* Emitir pareceres, elaborar informações e proceder a estudos de natureza jurídica sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos pelo conselho directivo;
- b)* Participar na análise e preparação de projectos de diplomas legais e de regulamentos no domínio da actividade do IASFA, I. P.;

- c) Elaborar ou apreciar minutas de contratos, acordos, protocolos e despachos que lhe sejam solicitados pelo conselho directivo;
- d) Prestar apoio jurídico aos serviços do IASFA, I. P.;
- e) Acompanhar o contencioso em que o IASFA, I. P., seja parte;
- f) Apoiar o conselho directivo no exercício das suas competências de controlo e avaliação;
- g) Em coordenação com todos os serviços do IASFA, I. P., efectuar a recolha dos elementos necessários à elaboração do relatório de actividades e colaborar de forma activa na concepção e elaboração do plano de actividades.

Artigo 6.º

Gabinete de Sistemas de Informação e Comunicações

Ao Gabinete de Sistemas de Informação e Comunicações compete-lhe conceber, implementar e administrar os sistemas de informação e comunicações, bem como as correspondentes infra-estruturas, e, designadamente:

- a) Analisar as necessidades informacionais de forma a implementar soluções integradas;
- b) Estabelecer planos, normas e procedimentos visando a correcta utilização de equipamentos e sistemas de informação;
- c) Promover a compatibilização, normalização, identificação e registo de todos os materiais e serviços no âmbito dos sistemas de informação e comunicações no IASFA, I. P.

Artigo 7.º

Equipamentos sociais

1 — São equipamentos sociais do IASFA, I. P.:

- a) Os Centros de Apoio Social do Alfeite, Braga, Coimbra, Évora, Funchal, Lisboa, Oeiras, Porto, Ponta Delgada, Runa, Tomar e Viseu;
- b) O Centro de Repouso de Porto Santo.

2 — Os equipamentos sociais contemplam, entre outras, instalações destinadas a servir como centros de dia, de acolhimento, de recuperação e de residência temporária, bem como postos clínicos, creches, jardins-de-infância e residências para estudantes.

3 — A criação de novos equipamentos sociais, bem como a extinção e fixação das valências dos equipamentos sociais do IASFA, I. P., é feita por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Defesa Nacional, sob proposta do conselho directivo do IASFA, I. P., precedida da audição do conselho consultivo.

4 — A coordenação das actividades desenvolvidas pelos diversos equipamentos sociais é exercida de acordo com as directrizes e instruções fixadas pelo conselho directivo do IASFA, I. P.

5 — Os centros de apoio social e o centro de repouso são dirigidos por directores equiparados a chefe de divisão.

6 — A organização, as competências e o modo de funcionamento dos equipamentos sociais são fixados no respectivo regulamento interno, cuja aprovação é da competência do conselho directivo do IASFA, I. P.

7 — O IASFA, I. P., pode ceder a exploração dos equipamentos sociais, total ou parcialmente, a entidades públicas ou privadas.

8 — O IASFA, I. P., pode recorrer a equipamentos sociais de outras entidades quando não disponha de equipamentos próprios adequados, tenha excedido a capacidade destes ou esta medida se revele económica ou socialmente mais conveniente.

Portaria n.º 1 272/2009
de 19 de Outubro de 2009

O Decreto Regulamentar n.º 22/2009, de 4 de Setembro, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna do Instituto da Defesa Nacional. Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto regulamentar, determinar a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Ao abrigo do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º

Estrutura nuclear do Instituto da Defesa Nacional

O Instituto da Defesa Nacional contempla uma unidade orgânica designada por Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão de Recursos.

Artigo 2.º

Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão de Recursos

À Direcção de Serviços de Planeamento e Gestão de Recursos (DSPGR) compete:

- a) Assegurar os procedimentos de coordenação, programação e divulgação dos cursos ministrados no IDN;
- b) Acompanhar o planeamento dos actos necessários ao desenvolvimento de projectos de investigação, estudos e trabalhos nos domínios científicos;
- c) Apoiar a produção de artigos científicos nos domínios da actividade do IDN;
- d) Elaborar o plano e relatório anual de actividades;
- e) Assegurar os procedimentos de candidatura adequados a pedidos de financiamento e à participação em programas de financiamento das actividades do IDN;
- f) Orientar a realização das actividades de formação e de debate no âmbito das atribuições do Instituto;
- g) Coordenar os procedimentos de implementação dos sistemas de avaliação de desempenho dos recursos humanos do IDN, nos termos legais;
- h) Assegurar o planeamento e a gestão dos recursos humanos e financeiros, bem como implementar as medidas de política definidas para os serviços do MDN;
- i) Assegurar o funcionamento e gestão patrimonial, documental e logística dos serviços e equipamentos;
- j) Proceder à gestão do Centro Editorial, Arquivo e Biblioteca do IDN;
- l) Assegurar a coordenação da produção, recolha, difusão e depósito das publicações e qualquer outro material de apoio as actividades do IDN;
- m) Acompanhar o estabelecimento de protocolos de cooperação com organismos e instituições nacionais, estrangeiras e internacionais com competência específica congéneres;
- n) Promover a edição de monografias, revistas, livros e outros meios de divulgação;
- o) Definir e executar um plano de classificação e manter actualizado o catálogo documental e bibliográfico.

Artigo 3.º
Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.

Em 14 de Setembro de 2009.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Portaria n.º 1 273/2009
de 19 de Outubro de 2009

O Decreto Regulamentar n.º 21/2009, de 4 de Setembro, definiu a missão atribuições e tipo de organização interna da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar. Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto regulamentar, determinar a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Ao abrigo do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º
Estrutura nuclear da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

1 — A Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

- a) A Direcção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional (DSRHDN);
- b) A Direcção de Serviços de Recrutamento e Assuntos de Serviço Militar (DSRASM);
- c) A Direcção de Serviços de Saúde e Assuntos Sociais (DSSAS);
- d) A Direcção de Serviços de Apoio aos Antigos Combatentes (DSAAC).

2 — São órgãos de consulta do director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar:

- a) O conselho consultivo para os assuntos dos deficientes das Forças Armadas (CCADFA);
- b) O conselho consultivo de apoio aos antigos combatentes (CCAAC).

Artigo 2.º
Direcção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional

À Direcção de Serviços de Recursos Humanos da Defesa Nacional (DSRHDN) compete:

- a) Planear e controlar os recursos humanos necessários à Defesa Nacional, bem como conceber e gerir o sistema dos recursos humanos da Defesa Nacional, definindo as normas que permitam garantir a actualização permanente do mesmo;
- b) Implementar um sistema integrado de indicadores necessários à definição, acompanhamento e avaliação das políticas e planos estratégicos e de desenvolvimento do emprego dos recursos humanos da Defesa Nacional, assim como efectuar a identificação dos seus perfis profissionais;
- c) Estudar e propor a definição de linhas de política estratégica sobre a qualificação e o desenvolvimento de competências para as Forças Armadas (FA);

d) Exercer, nos termos da lei, as competências relativas ao processo de certificação das entidades formadoras dos ramos das (FA), em particular através da colaboração com as entidades competentes em matéria de reconhecimento e certificação de qualificações profissionais;

e) Realizar estudos, emitir pareceres e elaborar e colaborar na preparação de projectos de diplomas, regulamentos e directivas relativos ao Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) e respectiva legislação derivada ou complementar, bem como apreciar projectos de diploma relativos a uniformes das FA e das forças de segurança e dar parecer no âmbito do procedimento de aprovação dos modelos de uniforme das entidades autorizadas a prestar serviços de segurança privada;

f) Assegurar a representação do Ministério da Defesa Nacional no âmbito da participação na Comissão da Organização do Tratado do Atlântico Norte sobre o Papel das Mulheres nas FA e no conselho consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género;

g) Participar em processos de audição e negociação colectiva com organizações representativas dos trabalhadores;

h) Emitir pareceres sobre o número de vagas de admissão aos cursos de formação habilitantes ao ingresso nos quadros permanentes (QP), para aprovação do Ministro da Defesa Nacional;

i) Assegurar a actualização permanente do registo de efectivos do pessoal das Forças Armadas, nos diferentes regimes, situações e formas de prestação de serviço, incluindo os dados respeitantes ao alistamento e distribuição.

Artigo 3.º

A Direcção de Serviços de Recrutamento e Assuntos de Serviço Militar

À Direcção de Serviços de Recrutamento e Assuntos de Serviço Militar (DSRASM) compete:

a) Planear, dirigir e coordenar o processo de recrutamento militar, nos termos da Lei do Serviço Militar (LSM) e do respectivo Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM);

b) No que se refere à LSM:

i) Emitir pareceres sobre a LSM e respectivo Regulamento, apreciando e elaborando propostas tendentes ao seu aperfeiçoamento e aplicação harmonizada;

ii) Instruir e emitir parecer sobre os recursos hierárquicos relativos ao resultado das provas de classificação e selecção dos militares em regime de voluntariado (RV) e em regime de contrato (RC) nos termos do n.º 3 do artigo 16.º da LSM;

iii) Apreciar requerimentos de qualificação de amparo e instruir os respectivos processos nos termos do artigo 42.º da LSM;

iv) Obter a informação decorrente do cumprimento de penas e coimas aplicadas nos termos do artigo 58.º da LSM, bem como;

v) Emitir parecer sobre as decisões proferidas no âmbito dos processos relativos a contra-ordenações;

vi) Instruir e decidir os processos relativos a situações de incumprimento dos deveres militares e garantir a gestão do sistema contra-ordenacional;

c) Emitir pareceres sobre o Regulamento de Incentivos à Prestação de Serviço Militar nos Regimes de Contrato e de Voluntariado, apreciando e elaborando propostas tendentes ao seu aperfeiçoamento e aplicação harmonizada;

d) Elaborar e difundir directivas harmonizadoras dos procedimentos atinentes ao recrutamento normal, recrutamento especial e recrutamento excepcional;

e) Conceber, gerir e manter actualizado o sistema de caracterização e controlo dos cidadãos na reserva de recrutamento e na reserva de disponibilidade;

f) Elaborar estudos no âmbito dos deveres militares, de forma a promover a evolução sustentada do processo de profissionalização das Forças Armadas e a contribuir para a sua monitorização;

g) Conceber, planear e executar, com a colaboração dos ramos das FA e outras entidades, a política de promoção e divulgação do voluntariado militar, assim como a política de apoio à reinserção profissional dos militares que prestem serviço militar nos regimes de voluntariado e de contrato;

h) Conceber, planear e executar, com a colaboração dos ramos das FA e outras entidades, a realização do recenseamento militar.

i) Conceber, planear e executar, com a colaboração dos ramos das FA e outras entidades, a realização do Dia da Defesa Nacional, assim como garantir o apoio técnico-administrativo à Comissão para o Planeamento e Concepção do Dia da Defesa Nacional;

j) Instruir e decidir sobre processos de adiamento, de dispensa e de isenção do Dia da Defesa Nacional;

l) Emitir pareceres no âmbito da requisição, convocação e mobilização dos cidadãos;

m) Assegurar, em colaboração com a DGPDN, o apoio técnico, ao nível dos deveres militares, do recrutamento militar e do apoio à reinserção, no âmbito de projectos de cooperação com os países pertencentes a organizações internacionais das quais Portugal faz parte.

Artigo 4.º

A Direcção de Serviços de Saúde e Assuntos Sociais

À Direcção de Serviços de Saúde e Assuntos Sociais (DSSAS) compete:

a) Participar, em articulação com o Conselho de Saúde Militar (CSM), na definição e acompanhamento da execução das políticas de saúde militar, assim como nas políticas de formação do pessoal e de investigação no âmbito da saúde militar;

b) Participar em estudos tendentes à racionalização dos serviços e optimização das infra-estruturas e equipamentos de saúde militar, bem como sobre medidas de prevenção da doença e acidentes, higiene, saneamento e ambiente e acompanhar a respectiva execução;

c) Coordenar a actividade de representação nacional da saúde militar no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e outras organizações internacionais, bem como o estabelecimento de relações com entidades congéneres de outros países no âmbito da saúde militar;

d) Participar na concepção de medidas de prevenção no âmbito de doenças infecciosas que, pelas suas características epidemiológicas, constituam sérios riscos para a saúde do pessoal das FA;

e) Proceder, no âmbito da Estrutura de Normalização de Defesa Nacional, à divulgação e verificação da implementação dos acordos de normalização (STANAG) no domínio da saúde militar;

f) Garantir apoio técnico ao CSM;

g) Propor e avaliar as políticas de protecção social dirigidas aos militares das FA e acompanhar a respectiva execução;

h) Promover medidas orientadas para o reforço da eficácia e modernização da acção destinada a efectivar o direito à segurança social dos militares das FA;

i) Propor e avaliar as políticas de reabilitação dos deficientes das Forças Armadas (DFA) acompanhando a respectiva execução e assegurando a actualização permanente dos dados de caracterização relativos aos DFA;

j) Conceber e propor medidas, no âmbito dos regimes da segurança social, da acção social complementar e da assistência na doença, que contribuam para a melhoria das condições de vida dos deficientes das FA;

l) Propor medidas de carácter inovador no âmbito do regime de protecção social dos militares das FA;

m) Coordenar, acompanhar e avaliar a execução do Programa para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas FA.

Artigo 5.º

A Direcção de Serviços de Apoio aos Antigos Combatentes

À Direcção de Serviços de Apoio aos Antigos Combatentes (DAAC) compete:

- a) Propor e avaliar a política de apoio aos antigos combatentes, seus dependentes ou herdeiros;
- b) Assegurar a articulação com os diversos organismos públicos, no sentido de garantir resposta às solicitações formuladas aos pelos antigos combatentes;
- c) Proceder à divulgação das diversas medidas de apoio junto dos antigos combatentes;
- d) Apoiar o associativismo de antigos combatentes, nomeadamente dos deficientes, preparando e acompanhando a execução de protocolos de cooperação a celebrar com as respectivas associações;
- e) Estudar, propor e acompanhar a adopção de medidas destinadas a perpetuar a memória dos antigos combatentes;
- f) Assegurar a actualização dos dados de caracterização relativos aos diversos grupos de antigos combatentes.

Artigo 6.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.

Em 14 de Setembro de 2009.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

**Portaria n.º 1 274/2009
de 19 de Outubro de 2009**

O Decreto Regulamentar n.º 19/2009, de 4 de Setembro, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional. Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto regulamentar, determinar a estrutura nuclear dos serviços e as atribuições e competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Ao abrigo do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º

Estrutura nuclear da Secretaria-Geral

A Secretaria-Geral (SG) estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

- a) Direcção de Serviços de Planeamento e Coordenação (DSPC);
- b) Direcção de Serviços de Assuntos Jurídicos (DSAJ);
- c) Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos (DSGRH);
- d) Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros (DSAF);
- e) Gabinete de Comunicação e Relações Públicas (GCRP);
- f) Direcção de Serviços de Coordenação dos Sistemas de Informação/Tecnologias de Informação e Comunicação e do Sistema Integrado de Gestão (DSSITIC/SIG);
- g) Centro de Dados da Defesa (CDD).

Artigo 2.º**Direcção de Serviços de Planeamento e Coordenação**

À DSPC compete:

- a) Elaborar planos, projectos, estudos ou pareceres que contribuam para a racionalização, inovação e modernização da defesa nacional e para a fundamentação das decisões superiores, no âmbito das políticas financeira e orçamental;
- b) Elaborar o plano anual de actividades e o relatório anual de actividades da SG;
- c) Planear e executar as acções necessárias à preparação, acompanhamento, execução e controlo do orçamento de Defesa Nacional (ODN);
- d) Gerir e participar nas actividades das organizações internacionais e órgãos de alianças de que Portugal faça parte, na vertente orçamental e financeira;
- e) Assegurar a recolha, tratamento e análise dos elementos de base à produção de estatísticas, indicadores e de outra informação de gestão, bem como a sua divulgação;
- f) Proceder à avaliação do cumprimento dos objectivos planeados e aprovados, identificando desvios e definindo os factores críticos de sucesso através de indicadores de desempenho uniformes que permitam a avaliação transversal dos serviços centrais de suporte;
- g) Avaliar programas, actividades e documentos de prestação de contas dos organismos integrados no Ministério da Defesa Nacional (MDN), bem como das entidades por ele tuteladas.

Artigo 3.º**Direcção de Serviços de Assuntos Jurídicos**

À DSAJ compete:

- a) Prestar assessoria jurídica aos membros do Governo, bem como aos demais serviços centrais de suporte do MDN;
- b) Elaborar pareceres e informações e proceder a estudos de natureza jurídica que não sejam da competência própria de outro serviço;
- c) Assegurar a representação do Ministério em processos de contencioso administrativo, bem como apoiar o Ministério Público nos processos em que este represente o Estado, procedendo à análise das respectivas decisões judiciais, e propondo a sua divulgação pelos organismos integrados no MDN;
- d) Acompanhar os processos de contratação pública no âmbito dos serviços centrais de suporte do Ministério;
- e) Participar na preparação, elaboração e análise de projectos de diplomas legais, produzindo, quando tal lhe seja determinado, os prévios estudos jurídicos;
- f) Intervir, quando solicitada, em quaisquer processos de sindicância, inquéritos, ou disciplinares, desde que para a respectiva instrução se torne necessária a nomeação de pessoa com formação jurídica.

Artigo 4.º**Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos**

À DSGRH compete, no âmbito da SG, dos gabinetes dos membros do Governo e dos serviços centrais de suporte do MDN abrangidos pela centralização de funções e actividades comuns:

- a) Coordenar e promover a aplicação da política de gestão de recursos humanos no MDN;
- b) Gerir o pessoal colocado em situação de mobilidade especial no MDN;

c) Acompanhar o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública — SIADAP 2 (dirigentes) e 3 (trabalhadores) do MDN, bem como assegurar a gestão do processo de avaliação do desempenho e a aplicação de medidas de reconhecimento e recompensa, no âmbito da SG;

d) Elaborar anualmente o balanço social da SG e dos serviços centrais de suporte do MDN, bem como o balanço social consolidado;

e) Organizar e manter actualizado um sistema de comunicação e informação tendente à caracterização permanente dos recursos humanos no MDN e à elaboração de indicadores de gestão, em coordenação com a DSPC;

f) Coordenar e gerir a relação jurídica de emprego público, incluindo a promoção, coordenação e apoio às acções de recrutamento, selecção e integração de recursos humanos;

g) Coordenar e executar a elaboração dos mapas de pessoal;

h) Propor, desenvolver e coordenar a política de formação profissional, desenvolvimento de competências e gestão do conhecimento, bem como assegurar a observância das normas sobre higiene, segurança e saúde no trabalho;

i) Assegurar a execução de todas as acções relativas à gestão de pessoal, bem como gerir os sistemas de informação de recursos humanos;

j) Informar, analisar e dar parecer no âmbito da sua área de actuação, bem como exercer as demais competências previstas na lei em matéria de política e gestão de recursos humanos.

Artigo 5.º

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros

1 — À DSAF compete, no âmbito da SG, dos gabinetes dos membros do Governo e dos serviços centrais de suporte do MDN abrangidos pela centralização de funções e actividades comuns:

a) Elaborar o orçamento de funcionamento da SG;

b) Desenvolver procedimentos nas áreas das suas competências, com vista à adesão aos mesmos por parte das entidades e organismos integrados no MDN, numa lógica de ganhos de eficiência e de redução de custos;

c) Gerir e executar os orçamentos, efectuar a prestação de contas, praticando e promovendo todos os actos necessários para o efeito;

d) Executar os procedimentos tendentes à aquisição ou locação de bens e serviços, bem como desenvolver os processos de negociação, que conduzam à racionalização e diminuição dos encargos;

e) Organizar e manter actualizado o cadastro e inventário de bens;

f) Assegurar a gestão do parque automóvel;

g) Assegurar a gestão dos edifícios afectos aos serviços centrais de suporte do MDN e de outras instalações e equipamentos que lhe estejam afectas, designadamente no que se refere à necessidade de restauro e conservação.

2 — A DSAF exerce funções de unidade ministerial de compras (UMC).

3 — À DSAF, enquanto UMC, compete:

a) Apoiar a Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP) na execução da política de compras públicas, de forma a assegurar melhores condições negociais aos serviços e organismos integrados no Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e racionalizar os processos e custos de aquisição;

b) Centralizar todos os processos de contratação pública, de acordo com as condições definidas superiormente, as necessidades apresentadas pelo Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), ramos das Forças Armadas e serviços centrais de suporte ou identificadas pela UMC;

c) Gerir centralmente todos os acordos quadro de bens e serviços celebrados a favor do EMGFA, ramos das Forças Armadas e serviços centrais de suporte;

d) Propor soluções tendo em vista a definição de sistemas suporte de informação e da definição de modelos processuais e organizativos da função compras;

e) Conduzir os processos que visam a utilização de catálogos electrónicos, plataformas de compras electrónicas e outros procedimentos electrónicos;

f) Proceder ao tratamento e análise estatística da informação enviada pelo EMGFA, ramos das Forças Armadas e serviços centrais de suporte e respectivos fornecedores relativa aos consumos efectuados, com vista à construção de indicadores de gestão para a avaliação dos resultados obtidos, elaborando relatórios semestrais sobre as reduções de custos unitários que se traduzam em poupança efectiva, em coordenação com a DSPC.

Artigo 6.º

Gabinete de Comunicação e Relações Públicas

Ao GCRP compete:

a) Assegurar as actividades de comunicação e de relações públicas dos membros do Governo e dos serviços centrais de suporte do Ministério;

b) Produzir e coordenar a realização de acções de relações públicas, assegurando o serviço de protocolo nas cerimónias e actos oficiais dos serviços centrais de suporte do Ministério, e, em especial, dos membros do Governo;

c) Promover e assegurar, em articulação com os diversos serviços centrais de suporte do Ministério, a gestão do atendimento e informação ao público;

d) Assegurar a recolha, produção e disponibilização de conteúdos informativos com interesse para a defesa nacional;

e) Assegurar a gestão da identidade da comunicação e da imagem institucional do Ministério;

f) Assegurar a gestão funcional do Forte de S. Julião da Barra;

g) Assegurar a gestão da documentação e dos arquivos do Ministério.

Artigo 7.º

Direcção de Serviços de Coordenação dos Sistemas de Informação/Tecnologias de Informação e Comunicação e do Sistema Integrado de Gestão

1 — Compete à DSSITI/SIG, no âmbito da coordenação dos SI/TIC:

a) Elaborar e propor as orientações para a integração dos SI/TIC da defesa nacional, em colaboração com a estrutura das Forças Armadas;

b) Elaborar e propor o plano estratégico e o modelo de governação dos SI/TIC da defesa nacional;

c) Assegurar a gestão de informação e a administração de dados da defesa, no âmbito das atribuições previstas no modelo de governação dos SI/TIC da defesa;

d) Coordenar as actividades dos SI/TIC no universo da defesa nacional, garantindo a articulação dos SI/TIC de gestão com os sistemas de informação de comando e controlo militares, e exercer as competências de entidade de coordenação sectorial;

e) Conceber, desenvolver e administrar os sistemas de informação de gestão comuns;

f) Garantir a normalização, qualidade e segurança dos SI/TIC de gestão;

g) Dar parecer sobre os projectos de SI/TIC dos vários organismos da defesa, no âmbito do modelo de governação dos SI/TIC;

h) Apoiar as entidades competentes na realização de auditorias aos SI/TIC dos serviços e organismos da defesa, assegurando a adopção de boas práticas.

2 — Compete à DSSITI/SIG, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão:

a) Garantir a gestão global do Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional (SIGDN);

b) Planear e implementar novas funcionalidades;

- c) Garantir apoio específico com vista ao arranque em produtivo de novas entidades;
- d) Executar acções de manutenção correctiva e evolutiva ao sistema em produtivo;
- e) Elaborar e distribuir documentação técnica de suporte ao sistema;
- f) Executar acções de apoio funcional e técnico aos utilizadores, com vista à resolução de incidentes que resultem de erros de parametrização.

Artigo 8.º

Centro de Dados da Defesa

Compete ao CDD:

- a) Assegurar a prestação de serviços de TIC a todos os organismos da defesa, no âmbito das atribuições previstas no modelo de governação dos SI/TIC da defesa;
- b) Assegurar a administração da infra-estrutura tecnológica partilhada que suporta os sistemas de informação de gestão;
- c) Assegurar a administração de sistemas aplicativos e de bases de dados da defesa, no âmbito das atribuições previstas no modelo de governação dos SI/TIC da defesa;
- d) Assegurar a administração da rede informática da defesa, garantindo a sua adequada segurança, capacidade, disponibilidade, bem como a interoperabilidade e interconexão entre todos os serviços e organismos da área da defesa e outras entidades nacionais e internacionais, no âmbito das atribuições previstas no modelo de governação dos SI/TIC da defesa;
- e) Assegurar o apoio centralizado aos utilizadores dos SI/TIC de gestão.

Artigo 9.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.

Em 14 de Setembro de 2009.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Portaria n.º 1 275/2009 de 19 de Outubro de 2009

O Decreto Regulamentar n.º 23/2009, de 4 de Setembro, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa. Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto regulamentar, determinar a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Ao abrigo do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º

Estrutura nuclear da Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa

1 — A Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

a) Direcção de Serviços de Programação, Cooperação, Investigação e Desenvolvimento (DSPCID);

b) Direcção de Serviços de Projectos e Contratação (DSPC);

c) Direcção de Serviços de Indústria e Logística (DSIL);

d) Direcção de Serviços de Infra-Estruturas e Património (DSIEP);

e) Direcção de Serviços de Qualidade, Ambiente, Normalização e Catalogação (DSQANC).

2 — Funciona junto à DGAIED o gabinete do oficial de ligação junto da Agência OTAN de Manutenção e Abastecimento (POLO NAMSA), no Luxemburgo.

3 — No âmbito das responsabilidades nacionais, a DGAIED tem ainda sob sua dependência administrativa e financeira a Estação Ibéria NATO.

Artigo 2.º

Direcção de Serviços de Programação, Cooperação, Investigação e Desenvolvimento

À Direcção de Serviços de Programação, Cooperação, Investigação e Desenvolvimento (DSPCID) compete:

a) Elaborar os estudos necessários à definição das políticas de defesa nos domínios do armamento, equipamentos e infra-estruturas das Forças Armadas, quer no âmbito nacional quer no âmbito internacional;

b) Elaborar, propor e actualizar com a colaboração das Forças Armadas os planos decorrentes da análise das necessidades previstas nas capacidades militares e, quando aplicável, das forças de segurança e acompanhar a respectiva execução;

c) Participar nas actividades de programação inerentes ao ciclo de planeamento de forças e de desenvolvimento de capacidades e ao desenvolvimento dos programas de infra-estruturas militares, coordenando a elaboração da Lei de Programação Militar e da Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares;

d) Promover, coordenar e assegurar a participação e representação nacional em organizações internacionais e outros organismos de âmbito bilateral e multilateral, no domínio do armamento, sistemas, equipamentos e infra-estruturas de defesa e no domínio aeroespacial;

e) Promover, negociar e acompanhar programas de cooperação internacional no domínio do armamento, sistemas, equipamentos e infra-estruturas de defesa e no domínio aeroespacial;

f) Elaborar, propor, promover e rever a estratégia de investigação e desenvolvimento de defesa, assegurando a integração e alinhamento com as directivas governamentais para a investigação e desenvolvimento, no âmbito do tecido científico, tecnológico e industrial nacional;

g) Propor, promover e executar os planos e projectos de investigação e desenvolvimento nas áreas tecnológicas de interesse para a defesa nacional, em cooperação com as Forças Armadas ou com as forças de segurança.

Artigo 3.º

Direcção de Serviços de Projectos e Contratação

À Direcção de Serviços de Projectos e Contratação (DSPC) compete:

a) Promover, coordenar e executar, em cooperação com o EMGFA, os ramos das Forças Armadas e demais entidades intervenientes, os procedimentos de contratação no âmbito do armamento, equipamentos, infra-estruturas e serviços de defesa;

b) Acompanhar a execução dos programas plurianuais relativos ao reequipamento das Forças Armadas, contribuindo para a elaboração e revisão dos respectivos planos;

c) Promover, coordenar e executar os processos de alienação de armamento e equipamentos de defesa;

d) Coordenar e assegurar a participação nacional e a representação do Ministério da Defesa Nacional em organismos e grupos de trabalho de âmbito nacional ou internacional, relacionados com as suas competências.

Artigo 4.º

Direcção de Serviços de Indústria e Logística

À Direcção de Serviços de Indústria e Logística (DSIL) compete:

a) Colaborar na formulação e execução da política industrial de defesa e manter actualizado o conhecimento das capacidades oferecidas pela base tecnológica e industrial de defesa nacional;

b) Estabelecer normas e procedimentos, gerir os processos relativos à transferência, importação e exportação de bens, serviços e tecnologias de defesa, bem como os que respeitam ao exercício das actividades de indústria e comércio de armamento pelas empresas nacionais interessadas, supervisionando o cumprimento das disposições legais aplicáveis;

c) Estudar e propor, em coordenação com os ramos e em ligação às organizações internacionais de defesa de que o País é membro, particularmente NATO e UE, a doutrina logística nacional, assim com as políticas, normativos e procedimentos relativos ao apoio logístico das Forças Armadas;

d) Colaborar com o Planeamento Civil de Emergência, assegurando a representação na Comissão de Planeamento Industrial de Emergência e coordenando, se necessário, a execução dos planos de emergência relativos às indústrias relacionadas com o sector da defesa;

e) Coordenar e assegurar, na área das suas competências, a participação nacional e a representação do Ministério da Defesa Nacional em organismos e grupos de trabalho de âmbito nacional ou internacional e a execução dos compromissos daí decorrentes.

Artigo 5.º

Direcção de Serviços de Infra-Estruturas e Património

À Direcção de Serviços de Infra-Estruturas e Património (DSIEP) compete:

a) Participar nas acções de programação e coordenar as acções de execução e manutenção de infra-estruturas no âmbito de projectos conjuntos, em articulação com o EMGFA e os ramos das Forças Armadas, bem como no âmbito de projectos da OTAN e de outros compromissos internacionais;

b) Propor e coordenar os procedimentos e as acções relativos à aquisição, gestão, administração, disposição e rentabilização das infra-estruturas e demais património imobiliário afecto à defesa nacional;

c) Propor e controlar a aplicação de fundos especiais destinados à construção e à manutenção de infra-estruturas militares;

d) Contribuir para a definição e execução da política de defesa no âmbito do ordenamento do território e do urbanismo, intervindo na produção, alteração, revisão e execução dos instrumentos de gestão do território;

e) Participar no estudo e coordenar os actos e procedimentos relativos à constituição, modificação e extinção das servidões militares e outras restrições de utilidade pública;

f) Emitir pareceres e autorizações no âmbito dos licenciamentos;

g) Contribuir para a definição, coordenação e acompanhamento da execução da política de defesa no âmbito da informação geográfica;

h) Coordenar e assegurar a participação nacional e a representação do Ministério da Defesa Nacional em organismos e grupos de trabalho de âmbito nacional ou internacional, relacionados com as suas competências.

Artigo 6.º

Direcção de Serviços da Qualidade, Ambiente, Normalização e Catalogação

À Direcção de Serviços da Qualidade, Ambiente, Normalização e Catalogação (DSQANC) compete:

a) Exercer as competências de autoridade nacional para a garantia governamental da qualidade, intervir como órgão técnico na garantia da qualidade de sistemas, equipamentos e produtos de defesa, coordenando ou executando inspecções técnicas e estabelecendo normas e procedimentos neste domínio;

b) Coordenar e gerir o sistema de normalização de defesa nacional, fomentar a normalização dos sistemas, equipamentos, produtos e infra-estruturas de interesse para as Forças Armadas nos domínios técnico, administrativo, logístico e operacional, perseguindo objectivos de interoperabilidade;

c) Elaborar e propor a política de defesa no âmbito do ambiente, coordenar e acompanhar a respectiva execução;

d) Propor, implementar e coordenar as actividades de carácter ambiental, de gestão da energia e dos recursos naturais, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável;

e) Intervir, como órgão técnico no domínio do ambiente, nos processos relativos ao armamento, equipamento, infra-estruturas e serviços de defesa, e cooperar com os ramos das Forças Armadas na implementação e na manutenção de sistemas de gestão ambiental;

f) Promover e coordenar acções de sensibilização, de consciencialização, de formação e a difusão de informação no âmbito da higiene e da segurança;

g) Assegurar a gestão e coordenação do Sistema Nacional de Catalogação em articulação com o Sistema OTAN de Catalogação, bem como a gestão e coordenação dos dados do material nos domínios técnico, administrativo e logístico, perseguindo objectivos de interoperabilidade;

h) Coordenar e assegurar a participação nacional e a representação do Ministério da Defesa Nacional em organismos e grupos de trabalho de âmbito nacional ou internacional, relacionados com as suas competências.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.

Em 14 de Setembro de 2009.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*

**Portaria n.º 1 276/2009
de 19 de Outubro de 2009**

O Decreto-Lei n.º 214/2009, de 4 de Setembro, definiu a missão atribuições e tipo de organização interna da Inspeção-Geral da Defesa Nacional. Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto-lei, determinar a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Ao abrigo do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º**Estrutura nuclear da Inspeção-Geral da Defesa Nacional**

A Inspeção-Geral da Defesa Nacional estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

- a) Direcção de Serviços de Inspeção e Auditoria;
- b) Direcção de Serviços de Planeamento, Organização e Administração.

Artigo 2.º**Direcção de Serviços de Inspeção e Auditoria**

À Direcção dos Serviços de Inspeção e Auditoria (DSI) compete:

- a) Assegurar a realização de auditorias, inspecções e análise de sistemas no âmbito do sector de actuação do Ministério da Defesa Nacional, visando ampliar e reforçar as áreas de intervenção e atribuições da IGDN;
- b) Assegurar a realização de inquéritos, sindicâncias, peritagens ou outras acções que lhe sejam atribuídas superiormente;
- c) Monitorizar o cumprimento das orientações estratégicas para o sector empresarial do Estado no domínio da defesa nacional, sem prejuízo das competências cometidas a outra entidade;
- d) Auditar os sistemas e procedimentos de controlo interno dos serviços e organismos do Ministério da Defesa Nacional, ou sujeitos à tutela do respectivo Ministro, no quadro das responsabilidades cometidas ao Sistema de Controlo Interno da Administração Financeira do Estado pela Lei de Enquadramento Orçamental;
- e) Elaborar estudos, informações e relatórios no domínio da análise de risco, sobre matérias da competência da IGDN;
- f) Desenvolver políticas, procedimentos e técnicas de auditoria e inspecção em áreas de risco materialmente relevantes no âmbito de actuação do Ministério da Defesa Nacional;
- g) Participar nos grupos de trabalho criados no âmbito do Sistema de Controlo Interno do Estado;
- h) Organizar e disponibilizar os dados sobre a actividade inspectiva para efeitos de monitorização dos indicadores de desempenho e elaboração dos instrumentos de gestão da IGDN;
- i) Apreciar as queixas, reclamações ou denúncias apresentadas por eventuais violações da legalidade ou por suspeitas de irregularidade ou deficiências no funcionamento dos serviços.

Artigo 3.º**Direcção de Serviços de Planeamento, Organização e Administração**

À Direcção dos Serviços de Planeamento, Organização e Administração (DSPOA) compete:

- a) Desenvolver o sistema de informação estratégica e operacional da IGDN, tendo em vista assegurar a obtenção e o fornecimento de indicadores de desempenho relevantes para a sua gestão e para as restantes funções de suporte à governação;
- b) Assegurar, em coordenação com os restantes serviços, a recolha e tratamento dos dados necessários ao adequado controlo e monitorização dos indicadores de desempenho da IGDN;
- c) Elaborar os projectos do plano e do relatório anual de actividades da IGDN, com a colaboração dos demais serviços e órgãos;
- d) Coordenar, em articulação com o EMGFA e com os ramos das Forças Armadas, a cooperação e a partilha de informação com os órgãos ou serviços de controlo e avaliação dos respectivos comandos, de forma a garantir a racionalidade, complementaridade e sinergia das intervenções;
- e) Participar na elaboração de estudos, informações e pareceres sobre matérias das atribuições da inspecção-geral, assim como participar na elaboração de diplomas legais;

f) Desenvolver um conjunto de práticas que facilitem a identificação, tratamento, retenção e partilha do conhecimento existente nos recursos humanos da IGDN;

g) Promover a divulgação das normas em vigor, assegurando ou propondo a realização das acções de sensibilização, informação e formação;

h) Executar e divulgar a política interna de recursos humanos;

i) Integrar e identificar as necessidades de formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal da IGDN e elaborar e submeter a decisão superior o respectivo planeamento;

j) Certificar a segurança, disponibilidade, qualidade e a correcta utilização de todos os componentes da rede informática da IGDN;

l) Assegurar os processos técnico-administrativos relacionados com a gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais e logística;

m) Assegurar os serviços de expediente e arquivo geral.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.

Em 14 de Setembro de 2009.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Portaria n.º 1 277/2009 de 19 de Outubro de 2009

O Decreto Regulamentar n.º 20/2009, de 4 de Setembro, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN). Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto regulamentar, determinar a estrutura nuclear dos serviços e competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Ao abrigo do n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º

Estrutura nuclear da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional

A DGPDN estrutura-se nas seguintes unidades orgânicas nucleares:

a) Direcção de Serviços de Planeamento Estratégico de Defesa, Estudos e de Apoio à Gestão;

b) Direcção de Serviços de Relações Internacionais;

c) Direcção de Serviços de Cooperação Técnico-Militar.

Artigo 2.º

Direcção de Serviços de Planeamento Estratégico de Defesa, Estudos e de Apoio à Gestão

1 — À Direcção de Serviços de Planeamento Estratégico de Defesa, Estudos e de Apoio à Gestão (DPDEAG) compete, no âmbito do planeamento estratégico de defesa:

a) Acompanhar e analisar a evolução da conjuntura internacional, elaborando estudos de situação e análises prospectivas sobre as implicações estratégicas na área da segurança e defesa, contribuindo para a melhoria da capacidade de resposta da componente militar da defesa nacional;

b) Estudar e elaborar pareceres, propostas e recomendações sobre os princípios conceptuais da componente militar da política de defesa, conducentes à enunciação dos objectivos nacionais no âmbito da segurança e defesa;

c) Assegurar, na área do planeamento estratégico de defesa, a articulação e a coerência das prioridades estratégicas superiormente definidas e as posições adoptadas por Portugal no quadro da Aliança Atlântica e da União Europeia, coordenando a sua concretização;

d) Preparar e acompanhar a execução das medidas superiormente determinadas relativas à componente militar da política de defesa nacional, reunindo e tratando a informação necessária à produção dos elementos estatísticos essenciais à permanente percepção da taxa de esforço nacional quanto à participação em missões internacionais;

e) Propor medidas relativas à componente militar da defesa nacional, incluindo as respeitantes à participação dos efectivos e contingentes das Forças Armadas em missões internacionais, monitorizando estes empenhamentos;

f) Colaborar, no quadro da Aliança Atlântica e da União Europeia, no desenvolvimento dos sistemas de gestão de crises e na preparação e condução dos respectivos exercícios, tendo em vista extrair ensinamentos para aplicação em mecanismos de resposta nacionais;

g) Participar, no âmbito da sua área de actividade, em grupos de trabalho pluridisciplinares e interdepartamentais, assegurando o apoio às reuniões em que o Ministério da Defesa Nacional participe.

2 — À Direcção de Serviços de Planeamento Estratégico de Defesa, Estudos e de Apoio à Gestão (DPEDEAG) compete, no âmbito de estudos e apoio à gestão:

a) Elaborar estudos e pareceres pluridisciplinares ou de natureza específica do âmbito organizativo e funcional, seja por iniciativa própria, seja por determinação superior, visando a melhoria da qualidade do desempenho da DGPDN;

b) Prestar apoio jurídico à actividade da DGPDN, designadamente no âmbito da preparação e negociações de acordos internacionais ou outros instrumentos de relacionamento internacional na área da defesa;

c) Supervisionar os processos de recrutamento, selecção, contratação e posicionamento nas carreiras dos recursos humanos afectos à DGPDN;

d) Assegurar, sob orientação do director-geral, a elaboração, nos prazos determinados, dos processos de avaliação do serviço, dos dirigentes e dos funcionários da DGPDN;

e) Elaborar a proposta orçamental, os planos e os relatórios superiormente determinados e assegurar a compilação e actualização dos contributos da DGPDN para o *Anuário Estatístico* e para a página da Internet do Ministério da Defesa Nacional;

f) Planear e assegurar, em estreita articulação com as direcções de serviços responsáveis pela respectiva actividade, o apoio e o acompanhamento das entidades e delegações da DGPDN, bem como de outras entidades nacionais ou estrangeiras, seja no território nacional seja no exterior;

g) Planear e coordenar a implementação das medidas de segurança respeitantes à informação, ao pessoal, ao material e às instalações.

Artigo 3.º

Direcção de Serviços de Relações Internacionais

À Direcção de Serviços de Relações Internacionais (DRI) compete:

a) Promover o desenvolvimento das relações externas de defesa, apoiando a participação do Ministério da Defesa Nacional em reuniões e outros eventos de carácter internacional, em especial no quadro das alianças de que Portugal é membro, participando activamente no processo decisório de natureza multilateral;

b) Apoiar a formulação da política de cooperação bilateral na área da defesa, propondo a negociação de novos acordos e garantindo a correcta aplicação dos existentes;

c) Integrar as comissões bilaterais e as comissões mistas criadas no âmbito dos acordos mencionados na alínea anterior, coordenando a elaboração e a concretização dos respectivos planos de actividades;

d) Propor as medidas necessárias à aplicação, no âmbito nacional, de instrumentos internacionais em matéria de desarmamento e contraproliferação, contribuindo para a definição da posição nacional;

e) Coordenar, de acordo com as orientações superiormente definidas e sem prejuízo do disposto na alínea c) do artigo 6.º, a acção político-estratégica dos adidos de defesa colocados junto de missões diplomáticas portuguesas no estrangeiro;

f) Recolher informação, elaborar estudos, emitir pareceres e apresentar propostas de actuação sobre todos os assuntos atinentes às matérias da sua competência.

Artigo 4.º

Direcção de Serviços de Cooperação Técnico-Militar

À Direcção de Serviços de Cooperação Técnico-Militar (DCTM) compete:

a) Coordenar a cooperação técnico-militar com os países da África Subsaariana e com Timor-Leste, designadamente participando nos órgãos, estruturas ou comissões previstos em acordos de cooperação técnico-militar e preparando e negociando os programas-quadro celebrados com os países de língua oficial portuguesa no quadro daquela cooperação;

b) Acompanhar e avaliar a execução dos projectos de cooperação técnico-militar, garantindo a oportunidade e a eficácia dos mesmos, em estreita ligação com as Forças Armadas e sem prejuízo da respectiva autonomia de execução técnica;

c) Coordenar, em matéria de cooperação técnico-militar, a acção dos adidos de defesa nos países da África Subsaariana e em Timor-Leste, de acordo com as orientações gerais superiormente definidas;

d) Preparar a proposta de orçamento anual da cooperação técnico-militar, proceder à respectiva gestão e garantir a sua correcta execução;

e) Elaborar o programa anual de formação em Portugal, em articulação com os estabelecimentos de ensino superior público militar, com os estabelecimentos militares de ensino, com o Instituto de Defesa Nacional e com o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento;

f) Elaborar estudos e análises prospectivas sobre o desenvolvimento do sector da paz e segurança na África Subsaariana e em Timor-Leste, acompanhando as políticas e as acções das organizações internacionais e dos parceiros bilaterais;

g) Orientar e coordenar a participação do Ministério da Defesa Nacional na componente de defesa da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP);

h) Propor medidas e acções de desenvolvimento do Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA).

Artigo 5.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.

Em 14 de Setembro de 2009.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*

Portaria n.º 1 278/2009
de 19 de Outubro de 2009

O Decreto Regulamentar n.º 19/2009, de 4 de Setembro, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SG/MDN). Importa agora fixar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da SG/MDN.

Assim:

Ao abrigo do n.º 5 do artigo 21.º e do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro:
Manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º
Unidades orgânicas flexíveis

O número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Secretaria-Geral é fixado em seis.

Artigo 2.º
Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.

O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*, em 14 de Setembro de 2009.

Portaria n.º 1 279/2009
de 19 de Outubro de 2009

O Decreto-Lei n.º 214/2009, de 4 de Setembro, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Inspeção-Geral da Defesa Nacional. Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto-lei, fixar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis dos serviços, bem como a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares.

Assim:

Ao abrigo do n.º 5 do artigo 21.º e do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º
Unidades orgânicas flexíveis

O número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Inspeção-Geral da Defesa Nacional é fixado em três.

Artigo 2.º
Chefes de equipas multidisciplinares

A dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares é fixada em duas.

Artigo 3.º
Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.

O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*, em 14 de Setembro de 2009.

Portaria n.º 1 280/2009
de 19 de Outubro de 2009

O Decreto Regulamentar n.º 23/2009, de 4 de Setembro, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa. Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto regulamentar, fixar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis dos serviços, bem como a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares.

Assim:

Ao abrigo do n.º 5 do artigo 21.º e do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º
Unidades orgânicas flexíveis

O número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa é fixado em nove.

Artigo 2.º
Chefes de equipas multidisciplinares

A dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares é fixada em duas.

Artigo 3.º
Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.

O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*, em 14 de Setembro de 2009.

Portaria n.º 1 281/2009
de 19 de Outubro de 2009

O Decreto Regulamentar n.º 20/2009, de 4 de Setembro, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN).

Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto regulamentar, fixar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis dos serviços.

Assim:

Ao abrigo do n.º 5 do artigo 21.º e do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º

Unidades orgânicas flexíveis

O número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional é fixado em três.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.

O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*, em 14 de Setembro de 2009.

Portaria n.º 1 282/2009

de 19 de Outubro de 2009

O Decreto Regulamentar n.º 21/2009, de 4 de Setembro, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar. Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto regulamentar, fixar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis dos serviços, bem como a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares.

Assim:

Ao abrigo do n.º 5 do artigo 21.º e do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º

Unidades orgânicas flexíveis

O número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar é fixado em sete.

Artigo 2.º

Chefes de equipas multidisciplinares

A dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares é fixada em uma.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.

O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*, em 14 de Setembro de 2009.

Portaria n.º 1 283/2009
de 19 de Outubro de 2009

O Decreto Regulamentar n.º 22/2009, de 4 de Setembro, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna do Instituto da Defesa Nacional. Importa agora, no desenvolvimento daquele decreto regulamentar, fixar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis dos serviços, bem como a dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares.

Assim:

Ao abrigo do n.º 5 do artigo 21.º e do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo 1.º
Unidades orgânicas flexíveis

O número máximo de unidades orgânicas flexíveis do Instituto da Defesa Nacional é fixado em duas.

Artigo 2.º
Chefes de equipas multidisciplinares

A dotação máxima de chefes de equipas multidisciplinares é fixada em uma.

Artigo 3.º
Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de Novembro de 2009.

O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*, em 14 de Setembro de 2009.

**Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Defesa Nacional,
da Administração Interna, da Justiça, do Trabalho
e da Solidariedade Social e da Saúde**

Portaria n.º 1 359/2009
de 27 de Outubro de 2009

Ao aprovar o plano de acção visando eliminar, até 2005, os obstáculos à mobilidade geográfica, o Conselho Europeu de Barcelona, realizado em 15 e 16 de Março de 2002, decidiu criar um Cartão Europeu de Seguro de Doença.

Este cartão visa substituir os formulários em suporte papel utilizados para a prestação de cuidados de saúde noutro Estado membro, simplificando os procedimentos técnicos e administrativos, mas não alterando os direitos e obrigações existentes.

A criação de um Cartão Europeu de Seguro de Doença, pelas facilidades que oferece, representa um contributo importante para a livre circulação, simbolizando o sentimento de pertença à União Europeia

e reforçando a cidadania europeia. Com efeito, a introdução do cartão europeu contribui para a supressão dos obstáculos à mobilidade dos segurados, facilitando o seu acesso aos cuidados de saúde graças à coordenação dos regimes legais de protecção na doença, reduzindo circuitos, formalidades e emissão de documentos administrativos.

Na plena concretização dos objectivos traçados no Conselho Europeu de Barcelona e actuando no quadro das competências que lhe estão fixadas nos Regulamentos (CEE) n.ºs 1408/71, de 14 de Junho, e 574/72, de 21 de Março, ambos do Conselho, a Comissão Administrativa das Comunidades Europeias para a Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, através das Decisões n.ºs 189, 190 e 191, de 18 de Junho de 2003, publicadas no *Jornal Oficial*, n.º L 276, de 27 de Outubro de 2003, estabeleceu o quadro jurídico relativo à introdução do Cartão Europeu de Seguro de Doença, bem como algumas regras sobre a sua emissão e características técnicas.

Em conformidade com a Decisão n.º 189, são as instituições dos Estados membros que determinam o período de validade do cartão europeu, cabendo ainda aos Estados membros, no quadro renunciado pela Decisão n.º 191, a definição das modalidades práticas e técnicas da introdução do cartão europeu.

Importa assim aprovar o modelo e as especificações do Cartão Europeu de Seguro de Doença e definir-lhe o prazo de validade.

Assim:

Atentos os Regulamentos (CEE) n.ºs 1408/71, de 14 de Junho, e 574/72, de 21 de Março, ambos do Conselho, e tendo igualmente presentes as Decisões da Comissão Administrativa das Comunidades Europeias para a Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes n.ºs 189, 190 e 191, de 18 de Junho de 2003, publicadas no *Jornal Oficial*, n.º L 276, de 27 de Outubro de 2003:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Justiça, do Trabalho e da Solidariedade Social e da Saúde, o seguinte:

1.º É aprovado o modelo de Cartão Europeu de Seguro de Doença (CESD), cujas especificações e características técnicas, aprovadas pela Decisão n.º 190, de 18 de Junho de 2003, da Comissão Administrativa das Comunidades Europeias para a Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, publicada no *Jornal Oficial*, n.º L 276, de 27 de Outubro de 2003, constam de anexo à presente portaria.

2.º O CESD tem um prazo de validade de um ano, sem prejuízo de poder ser fixado um outro prazo de validade, e adoptada forma específica nos termos, respectivamente, do n.º 1 do artigo 2.º e do artigo 3.º da Decisão n.º 189, de 18 de Junho de 2003, da Comissão Administrativa das Comunidades Europeias para a Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, referida no artigo anterior.

3.º Os procedimentos para a emissão do CESD são objecto de protocolo a celebrar entre as instituições competentes, no âmbito da legislação aplicável.

4.º A presente portaria produz efeitos a 1 de Março de 2005.

Em 6 de Maio de 2009.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*. — Pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *Pedro Manuel Dias de Jesus Marques*, Secretário de Estado da Segurança Social. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

ANEXO



Frente do cartão.



Verso do cartão.

Especificações técnicas relativas ao modelo de Cartão Europeu de Seguro de Doença

1 — Introdução — o Cartão Europeu de Seguro de Doença disponibiliza um conjunto mínimo de dados «visíveis» a utilizar num Estado membro diferente do Estado membro de seguro ou de residência para:

Identificar a pessoa segurada, a instituição competente e o cartão;

Atestar o direito de acesso às prestações durante a estada temporária noutro Estado membro.

2 — Normas de referência:

Referência	Título/descrição do documento	Data de publicação
ISO3166-1	Códigos para a representação dos nomes dos países e suas subdivisões — parte 1: códigos dos países.	1997
ISO/IEC 7810	Cartões de identificação — características físicas.	1995
ISO8859-1	Conjuntos de caracteres gráficos codificados a 8 <i>bits</i> — parte 1: alfabeto latino n.º 1.	1998
EN1867	Cartões legíveis por máquinas — aplicações no domínio da saúde — sistema de numeração e processo de registo para a identificação de emissores.	1997

3 — Especificações:

3.1 — Definições — a frente do cartão é a face em que figurarão as informações descritas no presente documento. O verso do cartão é a face em que será fixada a banda magnética;

3.2 — Estrutura geral — o formato do Cartão Europeu de Seguro de Doença corresponde ao formato ID-1 (53,98 mm de altura, 85,60 mm de largura e 0,76 mm de espessura);

3.2.1 — Cartão Europeu de Seguro de Doença — frente — o fundo está dividido em duas partes segundo um eixo que divide o cartão verticalmente: parte 1, no lado esquerdo (53 mm de largura), e parte 2, no lado direito.

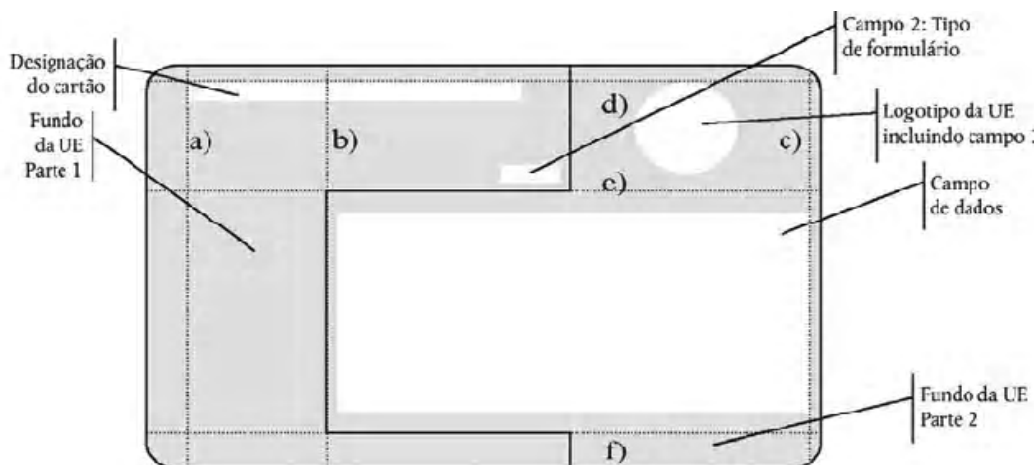
Esta face comporta 4 espaços reservados, posicionados em função de um conjunto de linhas orientadoras:

Três linhas orientadoras verticais:

- a) A 5 mm da margem esquerda do cartão;
- b) A 21,5 mm da margem esquerda do cartão;
- c) A 1 mm da margem direita do cartão;

Três linhas orientadoras horizontais:

- d) A 2 mm da margem superior do cartão;
- e) A 17 mm da margem superior do cartão;
- f) A 5 mm da margem inferior do cartão.



3.2.2 — Cartão Europeu de Seguro de Doença — verso — o fundo do cartão está dividido por um eixo horizontal em duas partes iguais. A parte 1 é a parte superior e a parte 2 a inferior.

Esta face comporta cinco espaços reservados, posicionados em função de um conjunto de linhas orientadoras:

Três linhas orientadoras simétricas:

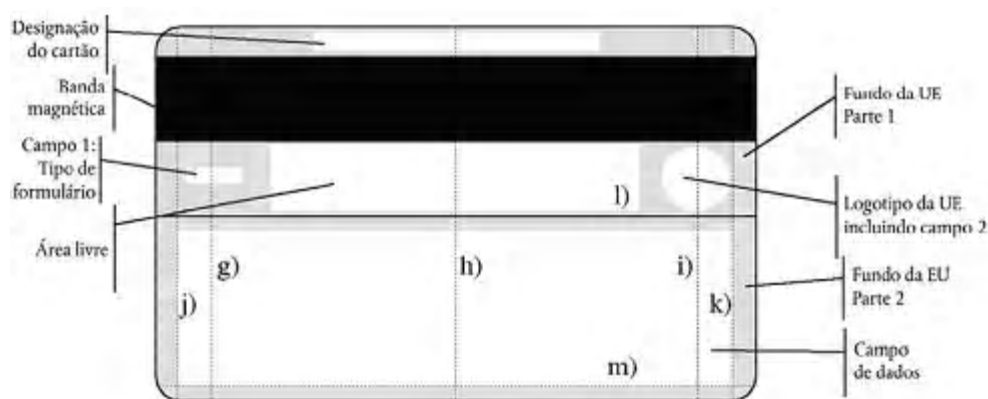
- g) A 9 mm da margem esquerda do cartão;
- h) No centro do cartão;
- i) A 9 mm da margem direita do cartão;

Duas linhas orientadoras verticais:

- j) A 3 mm da margem esquerda do cartão;
- k) A 3 mm da margem direita do cartão;

Duas linhas orientadoras horizontais:

- l) No centro do cartão;
- m) A 2 mm da margem inferior do cartão;



3.3 — Fundo e elementos gráficos:

3.3.1 — Cores de fundo — o esquema das cores de fundo é o seguinte:

A parte 1 é uma mistura de azul-escuro e roxo;

A parte 2 é de um tom de cinzento/azul que escurece ligeiramente desde o meio até às margens do cartão;

O campo de dados é constituído por faixas brancas que servirão de fundo para cada uma das linhas de dados (ver infra).

Na parte 2 e no campo de dados foi utilizado um efeito de sombreado de forma a criar uma ilusão de relevo, com a luz a provir do canto superior esquerdo do cartão. A área livre apresenta a mesma cor que a parte 2 (sem o efeito de sombreado) e que o campo de dados;

3.3.2 — Logótipo europeu — o logótipo europeu é constituído pelas estrelas europeias em branco:

Na frente do cartão terá um diâmetro de 15 mm e estará posicionado simetricamente ao longo da linha orientadora «d» e centrado horizontalmente na parte 2 do fundo;

No verso do cartão terá um diâmetro de 10 mm e estará posicionado simetricamente sobre o eixo vertical «i» e alinhado ao centro da área livre;

3.3.3 — Campo de dados — a área do campo de dados é constituída por 5 bandas de dados brancas de 4 mm de altura com espaços intermédios de 2 mm. Na frente do cartão, o campo de dados estará localizado centralmente entre as linhas orientadoras verticais «b» e «c» e as linhas orientadoras horizontais «e» e «f»;

3.3.4 — Área livre — a área livre é uma área localizada no verso do cartão, disponível para fins nacionais, sem qualquer tipo de especificações;

3.4 — Dados pré-definidos:

3.4.1 — Designação do cartão:

Designação do campo	Designação do cartão
Descrição	A designação comum do cartão, conforme decidido pela CASSTM na Decisão n.º 189.
Posição	Na frente do cartão, abaixo da linha orientadora horizontal «d» e à direita da linha orientadora vertical «a». No verso está simetricamente localizado ao longo do eixo vertical «h» e centrado na área compreendida entre a banda magnética e a margem superior do cartão.
Valores	O valor «Cartão Europeu de Seguro de Doença» é redigido em língua portuguesa.
Formato	Tipo de letra «verdana true type» ou equivalente, em maiúsculas, estilo normal, 7 pontos na frente do cartão e 6 pontos no verso, branco, caracteres comprimidos a 90 % do seu tamanho normal e posição e espaçamento dos caracteres «normal».
Extensão	40 caracteres.
Observações	—

3.4.2 — Título:

Designação do campo	Título
Descrição	O título identifica o conteúdo do campo de dados.
Posição	Por cima de cada um dos campos de dados pessoais. Alinhamento à esquerda no caso dos títulos do lado esquerdo e à direita para os títulos do lado direito.
Valores	Os valores são redigidos em língua portuguesa, sendo estabelecidos do seguinte modo: 1. (sem título para a identificação do formulário). 2. (sem título para o número de identificação do Estado membro emissor). 3. Apelido. 4. Nomes próprios. 5. Data de nascimento. 6. Número de identificação do titular. 7. Número de identificação da instituição. 8. Número de identificação do cartão. 9. Período de validade.
Formato	Tipo de letra «verdana true type» ou equivalente, em itálico, estilo normal, 5 pontos, branco, caracteres comprimidos a 90 % do seu tamanho normal e posição e espaçamento dos caracteres «normal». Espaçamento entre linhas de 2 pontos + tamanho dos caracteres.
Extensão	Conforme necessário para cada um dos valores acima estipulados.
Observações	Cada título é identificado por um número, a fim de permitir a sobreposição dos cartões em diferentes línguas.

3.4.3 — Estado emissor:

Designação do campo	Número de identificação do Estado emissor
Descrição	Código de identificação do Estado onde o cartão é emitido.
Posição	Campo 2: posicionado centralmente no interior do logótipo europeu com um quadrado branco de 4 mm de altura e 4 mm de largura.
Valores	O código ISO dos países (ISO 3166-1) a dois dígitos.
Formato	Tipo de letra «verdana true type» ou equivalente, em maiúsculas, estilo normal, 7 pontos, preto, caracteres comprimidos a 90 % do seu tamanho normal e posição e espaçamento dos caracteres «normal».
Extensão	Dois caracteres.
Observações	Será utilizado apenas um código para cada Estado membro

3.5 — Dados pessoais — os dados pessoais apresentam as seguintes características comuns:

Conformidade com a norma EN 1387 no que respeita aos caracteres — alfabeto latino n.º 1 (ISO 8859-1);

No caso de se verificar a necessidade de abreviar elementos devido ao número limitado de espaços, isto deve ser indicado por um ponto.

Os dados serão impressos a *laser* ou por termo transferência, ou gravados, mas não impressos a relevo.

Os diversos dados serão colocados no campo de dados de acordo com o seguinte modelo:

3. Apelido
 ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZABCDEFGHIJKLMN

4. Nomes próprios
 ABCDEFGHIJKLMNOPQRSTUVWXYZABCDEFGHI

5. Data de nascimento DD/MM/YYYY 6. Número de identificação do titular
 12345678901234567890

7 Número de identificação da instituição
 1234567890 - ABCDEFGHIJKLMNOP

8. Número de identificação do cartão 12345678901234567890 9. Período de validade
 DD/MM/YYYY

3.5.1 — Dados relativos ao titular do cartão:

Designação do campo	Nome do titular do cartão
Descrição	O apelido do titular do cartão.
Posição	Campo 3.
Valores	—
Formato	Tipo de letra «verdana true type» ou equivalente, em maiúsculas, estilo normal, 7 pontos, preto, caracteres comprimidos a 90 % do seu tamanho normal e posição e espaçamento dos caracteres «normal». Alinhado à margem esquerda. Espaçamento entre linhas de 3 pontos + tamanho dos caracteres.
Extensão	Até 40 caracteres.
Observações	O campo do apelido pode incluir títulos, prefixos ou qualquer outro elemento adicional ou prefixo do nome.

Designação do campo	Nome(s) próprio(s) do titular do cartão
Descrição	O(s) nome(s) próprio(s) do titular do cartão.
Posição	Campo4.
Valores	
Formato	Tipo de letra «verdana true type» ou equivalente, em maiúsculas, estilo normal, 7 pontos, preto, caracteres comprimidos a 90 % do seu tamanho normal e posição e espaçamento dos caracteres «normal». Alinhado à margem esquerda. Espaçamento entre linhas de três pontos + tamanho dos caracteres.
Extensão	Até 35 caracteres.
Observações	O campo do nome próprio pode incluir iniciais.

Designação do campo	Data de nascimento
Descrição	A data de nascimento do titular do cartão.
Posição	Campo5.
Valores	DD/MM/AAAA, estando D para dia, M para mês e A para ano.
Formato	Tipo de letra «verdana true type» ou equivalente, em estilo normal, sete pontos, preto, caracteres comprimidos a 90 % do seu tamanho normal e posição e espaçamento dos caracteres «normal». Alinhado à esquerda do cartão. Espaçamento entre linhas de três pontos + tamanho dos caracteres.
Extensão	10 caracteres, incluindo uma barra oblíqua entre cada grupo.
Observações	—

Designação do campo	Número de identificação pessoal do titular do cartão
Descrição	O número de identificação pessoal como o de beneficiário.
Posição	Campo6.
Valores	Número de identificação pessoal aplicável.
Formato	Tipo de letra «verdana true type» ou equivalente, em estilo normal, 7 pontos, preto, caracteres comprimidos a 90 % do seu tamanho normal e posição e espaçamento dos caracteres «normal». Alinhado à direita do cartão. Espaçamento entre linhas de 3 pontos + tamanho dos caracteres.
Extensão	Até 20 caracteres para o código de identificação.
Observações	O número de identificação pessoal do titular do cartão ou, quando este não exista, da pessoa segurada da qual derivam os direitos do titular do cartão.

Designação do campo	Designação da instituição
Descrição	A «instituição» é a instituição de seguro ou a instituição do lugar de residência competente, tal como é definida nos anexos 2 e 3 do Regulamento CEE n.º 574/72.
Posição	Campo 7, parte 1.
Valores	É fornecido o acrónimo da instituição em vez da designação completa.
Formato.....	Tipo de letra «verdana true type» ou equivalente, em estilo normal, 7 pontos, preto, caracteres comprimidos a 90 % do seu tamanho normal e posição e espaçamento dos caracteres «normal». Campo 7 alinhado à direita e parte 1 é à direita da parte 2. Espaçamento entre linhas de 3 pontos + tamanho dos caracteres.
Extensão	Até 15 caracteres. Dois espaços e um hífen irão separar a parte 1 da parte 2. A extensão desta parte está dependente da redução do comprimento da parte 2.
Observações	A designação completa da instituição será fornecida com base no acrónimo ou no código de identificação da instituição. Não serão utilizados pontos no acrónimo.

Designação do campo	Número de identificação da instituição
Descrição	O código de identificação atribuído a nível nacional à «instituição», ou seja, à instituição de seguro ou do lugar de residência competente, tal como é definida nos anexos 2 e 3 do Regulamento (CE) n.º 574/72.
Posição	Campo 7, parte 2.
Valores	—
Formato.....	Tipo de letra «verdana true type» ou equivalente, em estilo normal, 7 pontos, preto, caracteres comprimidos a 90 % do seu tamanho normal e posição e espaçamento dos caracteres «normal». Campo 7 alinhado à direita e parte 2 é à esquerda da parte 1. Espaçamento entre linhas de 3 pontos + tamanho dos caracteres.
Extensão	Entre 4 e 10 caracteres
Observações	—

Designação do campo	Número lógico de identificação do cartão
Descrição	Número lógico individual atribuído a cada cartão pela entidade emissora, cuja única finalidade é identificar o cartão. É constituído por duas partes: o número de identificação do emissor e o número de ordem do cartão.
Posição	Campo 8.
Valores	Os primeiros 10 caracteres identificam o emissor do cartão em conformidade com a norma EN 1867 de 1997. Os últimos 10 dígitos constituem o número de ordem único.
Formato.....	Tipo de letra «verdana true type» ou equivalente, em estilo normal, 7 pontos, preto, caracteres comprimidos a 90 % do seu tamanho normal e posição e espaçamento dos caracteres «normal». Espaçamento entre linhas de 3 pontos + tamanho dos caracteres.
Extensão	20 caracteres (com tantos 0 à esquerda quantos forem necessários para formar o número de ordem único de 10 dígitos do cartão).
Observações	Para a atribuição de um número de identificação do emissor, pode ser utilizado um processo de registo <i>ad hoc</i> em vez do processo oficial definido na norma EN 1867, nos Estados membros que emitem cartões europeus de seguro de doença sem uma componente electrónica.

Designação do campo	Período de validade
Descrição	Data de expiração do direito de acesso aos cuidados de saúde durante uma estada temporária noutro Estado membro.
Posição	Campo 9.
Valores	DD/MM/AAAA, estando D para dia, M para mês e A para ano.
Formato	Tipo de letra «verdana true type» ou equivalente, em estilo normal, 7 pontos, preto, caracteres comprimidos a 90 % do seu tamanho normal e posição e espaçamento dos caracteres «normal». Alinhado à margem direita. Espaçamento entre linhas de 3 pontos + tamanho dos caracteres.
Extensão	10 caracteres, incluindo uma barra oblíqua entre cada grupo.
Observações	—

III — DESPACHOS

Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Justiça e da Saúde

Despacho n.º 23 838/2009 de 22 de Outubro de 2009

Pelo despacho n.º 4 325/2008, do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, de 18 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 35, de 19 de Fevereiro de 2008, foram introduzidas alterações ao clausulado tipo da convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da diálise, aprovado pelo despacho n.º 7 001/2002, de 7 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 4 de Abril de 2002.

Com o modelo de gestão integrada da doença adoptado pelo despacho n.º 4 325/2008, é reconhecido um papel relevante aos utentes, sendo-lhes garantido o acesso a todos os cuidados de que necessitem, a prestação de cuidados de forma integrada, a prestação de cuidados com especiais preocupações de eficiência técnica, a monitorização contínua da qualidade dos cuidados e um papel activo no processo de gestão da sua doença.

Associado à gestão integrada da doença, foi introduzido no clausulado tipo da convenção para a prestação de cuidados de diálise o modelo de pagamento por preço compreensivo que apresenta, como principais características, entre outras, o estabelecimento de um valor compreensivo global por doente para um período determinado de tempo — a semana, a definição de parâmetros de resultados e de controlo da qualidade dos serviços de saúde a prestar, a relação directa entre pagamento e cumprimento dos objectivos terapêuticos definidos e o estabelecimento de mecanismos de auditoria, de informação, de monitorização, de acompanhamento e de avaliação.

A modalidade de pagamento por preço compreensivo previsto no clausulado tipo da convenção para a prestação de cuidados de diálise surge no quadro de prestações a beneficiários do Serviço Nacional de

Saúde no âmbito deste, pelo que importa estender a modalidade de pagamento por preço compreensivo a utentes beneficiários dos subsistemas públicos bem como regular as relações financeiras daí resultantes entre o Ministério da Saúde e os subsistemas de saúde públicos.

Nestes termos determina-se:

1 — O Ministério da Saúde assegura através das convenções os cuidados de saúde de diálise prestados aos utentes dos subsistemas públicos realizados por prestadores que tenham optado pela modalidade de pagamento por preço compreensivo.

2 — Os subsistemas públicos ADSE (Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado), ADM (Assistência na Doença aos Militares das Forças Armadas), SSMJ (Serviços Sociais do Ministério da Justiça) e SAD da GNR e da PSP (Serviços de Assistência na Doença da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública), suportam as despesas relativas às prestações realizadas aos seus beneficiários.

3 — Para os efeitos previstos no número anterior, os convencionados aderentes à modalidade do preço compreensivo devem apresentar a facturação relativa aos utentes beneficiários de subsistemas públicos às administrações regionais de saúde respectivas que, após conferência, emitem facturas para os subsistemas públicos para pagamento dentro dos prazos acordados.

4 — Para a execução do presente despacho, a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., deve articular-se com os subsistemas públicos e as administrações regionais de saúde no sentido de serem estabelecidas regras relativas ao fluxo da facturação e informação de suporte à conferência das facturas e ao pagamento.

5 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*. — Pela Ministra da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.

Ministério da Defesa Nacional

Despacho n.º 22 106/2009 de 22 de Setembro de 2009

A zona de caça nacional do Campo Militar de Santa Margarida foi criada pela Portaria n.º 962/2009, de 25 de Agosto, que concessionou a sua administração, pelo período de 12 anos, ao Estado-Maior do Exército.

Nos termos do n.º 6 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, o exercício da caça nas zonas de caça nacional está sujeito ao pagamento de taxas pelos caçadores, cujo montante é fixado por despacho do ministro que tutela a entidade que gere a zona de caça.

Assim, determino:

As taxas devidas pelo exercício da caça na zona de caça nacional do Campo Militar de Santa Margarida são as constantes no quadro anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

ANEXO

Processo de caça	Espécies	Limites de peças por caçador/dia	Taxas de caçador por jornada de caça							
			Abate				Inscrição			
			A	B	C	D	A	B	C	D
Caça de salto	Perdiz	3	2,5€	3,5€	4,5€	5,5€	5€	20€	25€	30€
	Lebre	1	2,5€	3,5€	4,5€	5,5€				
	Coelho	4	1,5€	2,5€	3,5€	4,5€				
	Galinholas	2	1€	2€	3€	4€				
Caça de espera	Pombos	-	1€	2€	3€	4€	5€	20€	25€	30€
	Tordos	-	0,10€	0,20€	0,30€	0,50€				
Montarias	-	-	-	-	-	-	30€	50€	55€	60€

A – Caçadores abrangidos pelo disposto no artigo 15º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto
 B – Caçadores abrangidos pelo disposto no artigo 15º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto
 C – Caçadores abrangidos pelo disposto no artigo 15º, n.º 1, alínea c), do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto
 D – Caçadores abrangidos pelo disposto no artigo 15º, n.º 1, alínea d), do Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto

Comando do Pessoal

Direcção de Administração de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 22 132/2009
de 28 de Setembro de 2009

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do Despacho n.º 14 452/2007, de 9 de Maio de 2007, do tenente-general Ajudante-General do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 6 de Julho de 2007, subdelego no COR INF (03666381) **José António da Fonseca e Sousa**, Chefe da Repartição de Pessoal Militar/DARH, a competência que em mim foi subdelegada, para a prática dos seguintes actos:

- a) Autorizar trocas de colocação e prorrogação de deslocamentos aos militares, até ao posto de major inclusive;
- b) Autorizar requerimentos de mudança de guarnição militar de preferência;
- c) Autorizar pedidos de demora na apresentação de militares, até ao posto de capitão inclusive;
- d) Nomear militares para a frequência de cursos, tirocínios e estágios nacionais, excepto para o CPOG, estágio de Comandantes e CEM;
- e) Autorizar o adiamento da frequência de cursos de promoção dos sargentos, nos termos do artigo 197.º do EMFAR;
- f) Nomear, colocar e transferir militares em RV/RC, em território nacional;
- g) Autorizar trocas e oferecimentos para efeitos de colocação de militares em RV/RC;
- h) Autorizar requerimentos de mudança de área geográfica de prestação de serviço preferencial a militares RV/RC, desde que não haja determinação especial em contrário;

i) Autorizar a admissão de militares em RV/RC e, bem assim, a prorrogação e cessação da prestação de serviço com excepção das situações previstas no artigo 300.º, n.º 3, alíneas e) e f), do EMFAR;

j) Equivalência de condições de promoção de sargentos;

k) Promover e graduar militares por diuturnidade e antiguidade nas categorias de sargentos do QP e oficiais, sargentos e praças em RV/RC;

l) Conceder licença registada aos sargentos e praças dos QP, nos termos do artigo 204.º do EMFAR;

m) Conceder licença parental aos militares, prevista na legislação em vigor, designadamente no artigo 43.º, n.º 1, alínea a), do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, por remissão no caso dos militares e militarizados do artigo 100.º, n.º 1, do EMFAR;

n) Autorizar a matrícula em cursos civis aos militares RV/RC, sem prejuízo para o serviço;

o) Autorizar o exercício de funções de natureza civil aos militares RV/RC, sem prejuízo para o serviço;

p) Autorizar o concurso e alistamento nas forças de segurança de militares em RV e RC;

q) Averbear cursos, estágios e especialidades normalizadas a militares;

r) Averbear aumentos de tempo de serviço;

s) Apreciar requerimentos solicitando a passagem de certificados;

2 — Este despacho produz efeitos desde 16 de Setembro de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Director da Direcção de Administração de Recursos Humanos, *Rui Manuel da Silva Rodrigues*, major-general.

**Despacho (extracto) n.º 22 973/2009
de 6 de Outubro de 2009**

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do Despacho n.º 14 452/2007, de 9 de Maio de 2007, do tenente-general Ajudante-General do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 6 de Julho de 2007, subdelego no COR INF (01268983) **Jorge Ferreira de Brito**, chefe da Repartição de Reserva, Reforma e Disponibilidade/DARH, a competência que em mim foi subdelegada para a prática dos seguintes actos:

a) Autorizar a passagem à reforma de militares nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, bem como nos termos do n.º 3 do mesmo artigo;

b) Autorizar a passagem à reforma de militares nos termos da alínea c) (em caso de deferimento) do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, bem como nos termos do n.º 3 do mesmo artigo;

c) Promover a passagem à reforma extraordinária de militares nos termos do artigo 160.º do EMFAR;

d) Apreciar a transferência de obrigações militares de pessoal na disponibilidade;

e) Autorizar o alistamento nas forças de segurança a militares na disponibilidade;

f) Autorizar o tratamento e hospitalização de praças na disponibilidade;

g) Autorizar averbamentos a introduzir nos processos individuais do pessoal na situação de reforma;

h) Propor a apresentação à JHI de pessoal deficiente para atribuição ou modificação da percentagem de invalidez;

i) Apreciar requerimentos solicitando a passagem de certificados.

2 — Este despacho produz efeitos desde 06 de Outubro de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Director da Direcção de Administração de Recursos Humanos, *Rui Manuel da Silva Rodrigues*, major-general.

Comando da Instrução e Doutrina

Despacho n.º 22 217/2009 de 5 de Agosto de 2009

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 5 do Despacho n.º 16 764/2009 de 13 de Julho, do general Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 22 de Julho de 2009 subdelego no director de formação do Comando da Instrução e Doutrina, major-general **Alfredo Nunes da Cunha Piriquito** a competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58.

2 — As competências referidas no n.º 1 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos Comandantes das Unidades que se encontrem na sua dependência directa.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 30 de Junho de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo director de formação do Comando da Instrução e Doutrina, major-general Alfredo Nunes da Cunha Piriquito que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante do Comando da Instrução e Doutrina, *António José Maia de Mascarenhas*, tenente-general.

Despacho n.º 23 208/2009 de 6 de Outubro de 2009

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 5 do Despacho n.º 16 764/2009, de 13 de Julho, do general Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 22 de Julho de 2009, subdelego no director da escola do serviço de saúde militar, major-general **Carlos Manuel Pinto Veiga Lopes**, a competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, para autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de €99 759,58.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 30 de Junho de 2009, ficando por este meio ratificados todos os actos entretanto praticados pelo director da escola do serviço de saúde militar, major-general Carlos Manuel Pinto Veiga Lopes, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

O Comandante do Comando da Instrução e Doutrina, *António José Maia de Mascarenhas*, tenente-general.

IV — AVISO

Comando do Pessoal

Direcção de Administração de Recursos Humanos

Repartição de Pessoal Civil

Aviso (extracto) n.º 17 247/2009

25 de Setembro de 2009

Por despacho de 24 de Setembro de 2009 do tenente-general Ajudante-General do Exército, proferido no uso de competência delegada, cessa a subdelegação de competências no major-general Raúl Jorge Laginha Gonçalves Passos exarada no Despacho n.º 7 930/2009, publicado no *Diário da República* n.º 71 (2.ª série) de 13 de Abril. Desde a mesma data subdelega no major-general **Carlos Manuel Martins Branco**, presidente da secção autónoma n.º 4 (SA 4) do conselho coordenador da avaliação do Exército, a competência em si delegada, para a prática dos seguintes actos, no âmbito da respectiva secção autónoma:

a) Homologar as avaliações anuais previstas no artigo 71.º da Lei n.º 66-B/2007 de 27 de Fevereiro;

b) Proferir decisão sobre as reclamações que os avaliados interponham ao abrigo do artigo 72.º da lei supra referida;

c) A incumbência de efectuar ponderação curricular, conforme estipulado no artigo 43.º da referida lei, bem como nomear avaliador para o efeito.

Produção de efeitos — este despacho produz efeitos desde 24 de Setembro de 2009, ficando deste modo ratificados todos os actos e despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objecto de delegação.

O Chefe da Repartição de Pessoal Civil, *Carlos Manuel Mira Martins*, coronel de transmissões.

Aviso (extracto) n.º 18 935/2009

09 de Outubro de 2009

Por despacho de 08 de Outubro de 2009 do tenente-general Ajudante-General do Exército, proferido no uso de competência delegada, cessa em 19 de Junho de 2009 a subdelegação de competências no tenente-general António José Maia de Mascarenhas exarada no Despacho n.º 7 930/2009, publicado no *Diário da República* n.º 71 (2.ª série) de 13 de Abril. Desde a mesma data subdelega no major-general João Ernesto Vela Bastos, presidente da secção autónoma n.º 3 (SA 3) do conselho coordenador da avaliação do Exército, a competência em si delegada, para a prática dos seguintes actos, no âmbito da respectiva secção autónoma:

a) Homologar as avaliações anuais previstas no artigo 71.º da Lei n.º 66-B/2007 de 27 de Fevereiro;

b) Proferir decisão sobre as reclamações que os avaliados interponham ao abrigo do artigo 72.º da lei supra referida;

c) A incumbência de efectuar ponderação curricular, conforme estipulado no artigo 43.º da referida lei, bem como nomear avaliador para o efeito.

Produção de efeitos — este despacho produz efeitos desde 19 de Junho de 2009, ficando deste modo ratificados todos os actos e despachos entretanto proferidos sobre as matérias ora objecto de delegação.

O Chefe da Repartição de Pessoal Civil, *Carlos Manuel Mira Martins*, coronel de transmissões.

V — LOUVORES

Governo Civil do Porto

Louvor n.º 539/2009 de 17 de Junho de 2009

No termo das minhas funções de governadora civil do distrito do Porto, presto público louvor à Escola Prática de Transmissões pelo apoio e cooperação que sempre prestou a esta instituição.

Agradeço a pronta resposta a todas as situações difíceis que se nos colocaram durante os quatro anos do meu mandato, relevando capacidades técnicas de todos os efectivos dessa unidade militar.

O apoio prestado pela Escola Prática de Transmissões ao Governo Civil do Distrito do Porto foi determinante para o sucesso de acções relativas à protecção civil, dele beneficiando todos os agentes do distrito e a população em geral.

A Governadora Civil do Porto, *Isabel Oneto*.

VI — PROTOCOLOS

Protocolo entre o Exército Português e a Home Instead Senior Care

1. Preâmbulo

A celebração do presente Protocolo tem como objectivo assegurar aos militares e civis que prestam serviço no Exército Português, e respectivas famílias, o acesso em condições preferenciais a um conjunto de serviços de apoio domiciliário a idosos, disponibilizados pela Home Instead Senior Care.

2. Identificação das partes

Entre:

a) O EXÉRCITO PORTUGUÊS, pessoa colectiva numero 600 021 610, como primeiro outorgante, representado neste acto pelo Director da Direcção de Serviços de Pessoal, Sr. major-general **Adelino Rosário Aleixo**, e

b) HOME INSTEAD SENIOR CARE, designada por "HOME INSTEAD", pessoa colectiva numero 506 469 867, com sede na Rua da Eira, n.º 18 - Loja G, 1495-231 Algés, representada neste acto pelos Srs **Paulo Pinto** e **Paulo Neto**, os quais tem poderes para outorgar o presente acordo;

é celebrado o presente Protocolo de colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:

3. Parte dispositiva

Cláusula 1.ª

Objecto

1. O presente protocolo tem por objecto assegurar ao pessoal militar, militarizado, civil e seus familiares, o acesso em condições preferenciais a um conjunto de serviços de apoio domiciliário a idosos, disponibilizados pela "HOME INSTEAD".

2. O protocolo tem âmbito nacional, contudo na presente data a "HOME INSTEAD" só presta serviços nos concelhos da grande Lisboa, grande Porto, Almada, Vila Franca de Xira, distrito de Santarém, Caldas da Rainha, Leiria, Coimbra, Guarda, Viseu, Ilha da Madeira, Ilha de São Miguel, Ilha Terceira, Covilhã e Aveiro.

Cláusula 2.ª

Obrigações do Exército Português

1. O EXÉRCITO PORTUGUÊS compromete-se a divulgar os termos deste protocolo, podendo as formas de divulgação serem previamente acordadas ao nível local, regional e até nacional.

2. Adicionalmente, o EXÉRCITO PORTUGUÊS autoriza a "HOME INSTEAD" a divulgar os termos do presente protocolo junto dos militares e civis que prestam serviço no Exército.

3. A realização de acções de informação pela "HOME INSTEAD" nas Unidades, Estabelecimentos e Órgãos do EXÉRCITO PORTUGUÊS estará sempre condicionada à obtenção prévia da autorização do respectivo Comandante, Director ou Chefe.

Cláusula 3.ª

Procedimentos/Obrigações da "HOME INSTEAD"

1. A "HOME INSTEAD" como pessoa colectiva prestadora de múltiplos serviços de apoio domiciliário a idosos, cumpre o seu objectivo oferecendo as condições que a seguir se designam:

- Ajuda ou apoio nas tarefas domésticas de higiene e limpeza da casa do beneficiário;
- Aquisição de alimentos, medicamentos e outros bens de consumo em nome e por conta do beneficiário;
- Confecção de alimentos em casa do beneficiário;
- Acompanhamento das refeições;
- Cuidados de higiene e conforto do beneficiário;
- Tratamento das roupas do beneficiário;
- Administração de medicamentos de acordo com a prescrição médica;
- Administração de terapêuticas de acordo com a orientação e supervisão do médico responsável;
- Acompanhamento do beneficiário ao exterior sempre que este o solicite, nomeadamente consultas médicas, passeios, visitas e outras actividades lúdicas;
- Apoio em situações de emergência, nomeadamente deslocações a hospitais e centros de saúde.

2. Todas as condições preferenciais dos serviços prestados, deverão ser bem esclarecidas, pela forma mais adequada, a fim de constituírem uma regalia particular para os beneficiários.

3. Os beneficiários deste protocolo que venham a usufruir das condições referidas no n.º 1 desta cláusula, tem direito a uma redução de 10% sobre o preço base da tabela em vigor, para o tipo de serviço e actividades dentro das condições contratadas.

4. Deve a "HOME INSTEAD" prosseguir a defesa dos interesses dos seus serviços, promovendo, nos termos deste acordo, a divulgação aos militares, militarizados e civis do Exército, os locais, os serviços e as condições por esta prestados, na acção do apoio domiciliário aos idosos.

Cláusula 4.ª

Beneficiários

1. São beneficiários deste protocolo os militares, os militarizados, os civis do EXÉRCITO PORTUGUÊS, e respectivas famílias, devidamente identificados como tal, pelo bilhete de identidade, cartão de serviço de assistência na doença, ou outro documento comprovativo dessa condição.

2. A "HOME INSTEAD" poderá solicitar aos beneficiários que façam prova da sua qualidade.

Cláusula 5.ª

Encargos financeiros

O EXÉRCITO PORTUGUÊS não assume, a qualquer título, nenhuma responsabilidade, decorrente deste protocolo pelos pagamentos nas aquisições dos bens e serviços que venham a ser contratualizados pelos beneficiários, competindo à "HOME INSTEAD" a sua resolução.

Cláusula 6.ª

Comunicação entre as partes

1. Para facilitar a comunicação entre as partes será criada uma comissão de acompanhamento para propor a adopção das medidas julgadas necessárias para cumprimento do presente protocolo.

2. A comissão de acompanhamento reúne-se a pedido de qualquer uma das partes e será constituída por dois elementos de cada uma delas.

Cláusula 7.ª

Aditamentos

O presente protocolo pode ser alterado, por vontade expressa das partes, através de aditamentos, que após assinados, serão juntos ao protocolo, dele passando a constituir parte integrante.

Cláusula 8.ª

Resolução e denuncia

1. As partes poderão a todo o tempo, e com uma antecedência mínima de 60 dias relativamente a data da cessação de efeitos do presente protocolo, denunciar o mesmo mediante carta registada com aviso de recepção dirigida à outra parte, sem necessidade de invocar justa causa, ou qualquer fundamentação;

2. O EXÉRCITO PORTUGUÊS poderá proceder a sua resolução quando as alterações preferenciais previstas no n.º 3 da Cláusula 3.ª deixarem de constituir uma vantagem, quando comparadas com as condições oferecidas à generalidade dos seus clientes da "HOME INSTEAD";

3. A denúncia ou resolução do protocolo, qualquer que seja a causa e independentemente de quem tome a iniciativa, não exonera a "HOME INSTEAD" de cumprir pontualmente e até final os contratos individuais celebrados com os beneficiários.

Cláusula 9.ª
Prazo de vigência

Este protocolo entrara em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua assinatura, e válido até 31 de Dezembro de 2009, sendo automaticamente renovado por períodos sucessivos de um ano, caso não seja denunciado por nenhuma das partes, com uma antecedência mínima de 60 dias relativamente ao termo do período em curso.

Feito em dois exemplares originais, ficando um na posse de cada outorgante.

Assim o outorgaram, em Lisboa, aos 31 dias do mês de Agosto de 2009.

Pelo 1.º Outorgante: *Adelino Rosário Aleixo*, major-general.

Pelo 2.º Outorgante: *Srs Paulo Pinto e Paulo Neto*.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

José Luís Pinto Ramalho, general.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Eduardo Manuel de Lima Pinto, tenente-general.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DA OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

2.^a SÉRIE

N.º 10/31 DE OUTUBRO DE 2009

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Por alvará de 24 de Junho de 2005 foi condecorado com o grau Comendador da Ordem Militar de Avis, o TCOR INF (03666381) **José António da Fonseca e Sousa**.

(DR II Série n.º 46 de 6 de Março de 2006)

Por alvará de 24 de Junho de 2005 foi condecorado com o grau Cavaleiro da Ordem Militar de Avis, o CAP INF (05312789) **Francisco Manuel de Almeida e Sousa**.

(DR II Série n.º 46 de 6 de Março de 2006)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento ao disposto no artigo 16.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, conceder a medalha militar de serviços distintos, grau prata, o COR TM (10645583) **Nelson Martins Viegas Pires**.

(Por despacho de 2 de Abril de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha militar de serviços distintos, grau prata, nos termos do disposto nos artigos 16.º, alínea *a*) e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o TCOR TM (01151188) **Paulo Miguel Paletti Correia Leal**.

(Por despacho de 13 de Agosto de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha de mérito militar de 2.^a classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20º e 23º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o MAJ CAV (11097885) **Jorge Manuel Pires Clérigo**.

(Por despacho de 7 de Setembro de 2009)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º, atento ao disposto no n.º 1 do artigo 20.º, na alínea *c*) do artigo 22.º e no n.º 2 do artigo 23.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro de 2002, conceder a medalha de mérito militar de 3.^a classe ao TEN TPESSECR (03385992) **Artur Manuel Trindade Mimoso**.

(Por despacho de 2 de Abril de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o SCH CAV (05095183) **João Manuel Trindade Fernandes Rodrigues**.

(Por despacho de 7 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o SAJ CAV (07208189) **Marcelino António Vaz Basílio**.

(Por despacho de 7 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha de mérito militar de 4.ª classe por, segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar, de 27 de Dezembro de 2002, o 1SAR INF (03076792) **José Francisco Raimundo Grave**.

(Por despacho de 7 de Setembro de 2009)

Atento ao louvor concedido pelo director-geral de Política de Defesa Nacional ao tenente-coronel de infantaria (07147687), Paulo Raúl Chéu Guedes Vaz, em 4 de Novembro de 2008;

Considerando que os serviços prestados pelo tenente-coronel de infantaria, Paulo Raúl Chéu Guedes Vaz, satisfazem os requisitos expressos no artigo 25.º e na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 27.º, ambos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro:

Manda o Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do director-geral de Política de Defesa Nacional, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, atento ao disposto nos artigos 25.º e 26.º e na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 27.º do mesmo diploma, conceder a medalha da Defesa Nacional de 2.ª classe ao TCOR INF (07147687) **Paulo Raúl Chéu Guedes Vaz**.

(Por portaria de 2 de Abril de 2009)

Atento ao louvor concedido pelo director do Instituto de Estudos Superiores Militares ao sargento-chefe de cavalaria (03402981), José Manuel de Jesus Francisco, em 29 de Julho de 2009;

Considerando que os serviços prestados pelo sargento-chefe de cavalaria, José Manuel de Jesus Francisco cumprem a finalidade expressa no artigo 25.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro:

Manda o Ministro da Defesa Nacional, sob proposta do director do Instituto de Estudos Superiores Militares, nos termos da competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do artigo 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, atento ainda ao disposto nos artigos 25.º e 26.º e na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 27.º do mesmo diploma, conceder a medalha da Defesa Nacional de 4.ª classe ao SCH CAV (03402981) **José Manuel de Jesus Francisco**.

(Por portaria de 3 de Agosto de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 1.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o COR INF (01832183) **Fernando José Vicente Freire**.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TCOR CAV (13726185) **Rogério da Piedade Fernandes dos Santos**.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o MAJ ADMIL (01497191) **António Manuel Jesus Coelho dos Santos**.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 2.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o MAJ INF (10672492) **Duarte Nunes de Carvalho Paiva Cordeiro Dias**.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 3.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 26.º, n.º 1, alínea *d*) e n.º 2, alínea *c*), 27.º, n.º 1, alínea *c*), 34.º, n.º 3 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o CAP ART (28837693) **Paulo Alexandre Siborro Alves**.

(Por despacho de 14 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 3.ª classe, nos termos do disposto nos artigos 26.º, n.º 1, alínea *d*) e n.º 2, alínea *c*), 27.º, n.º 1, alínea *c*), 34.º, n.º 3 e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SMOR CAV (18236378) **António Luís Ferreira Prates**.

(Por despacho de 13 de Agosto de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCH ENG (10316381) **Manuel Mourato Trabuço**.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCH TM (19006981) **Armando Jorge Jesus Aparício**.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCH MAT (09469582) **Alfredo António Gouveia**.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SCH MAT (18630583) **Serafim Fernando dos Santos Pacheco**.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAJ ART (12766687) **Pedro Alexandre Lopes Monteiro de Mascarenhas**.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o SAJ TM (14076586) **Jorge António da Costa Correia**.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1SAR AMAN (10464379) **Carlos Jorge de Campos Correia Pinto**.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 4.ª classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o 1SAR AMAN (13631778) **José Sérgio Ferrinha Pires**.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

Condecorados com a Medalha de Ouro de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

SCH MAT (11084679) Henrique Augusto Lopes Rodrigues.

(Por despacho de 24 de Agosto de 2009)

TCOR INF (03572379) Artur Carabau Brás;
TCOR TMANTM (08178479) Joaquim de Sousa.

(Por despacho de 01 de Setembro de 2009)

SMOR ENG (08967979) Domingos José G. Rodrigues Limão;
SMOR SGE (11954778) José Filipe Jota Cardoso.

(Por despacho de 02 de Setembro de 2009)

MAJ SGE (18799778) Dinis Serôdio Lopes da Costa.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

COR ART (17906180) Ulisses Joaquim de Carvalho N. de Oliveira;
COR CAV (03033681) Tiago Maria R. C. de Almeida e Vasconcelos.

(Por despacho de 28 de Setembro de 2009)

Condecorados com a Medalha de Prata de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

1SAR INF (10207792) João Paulo Pires da Silva.

(Por despacho de 22 de Setembro de 2009)

1SAR TM (35331892) José Carlos da Conceição Lourenço;
CAB INF GNR (1960542) Luís Miguel Nicolau Soares;
CAB CAV GNR (1960209) José António Lopes Pais;
CAB TM GNR (1960709) Nelson Capelas da Silva;
SOLD INF GNR (1950652) Rui Manuel da Cruz Semedo;
SOLD INF GNR (1950340) Hélder António Garção Garraio;
SOLD INF GNR (1940168) Rui Pedro Gonçalves Sequeira;
SOLD INF GNR (1960518) Fernando José Leitão Marques;
SOLD CAV GNR (1940419) José Alfredo Martins Louro.

(Por despacho de 25 de Setembro de 2009)

CAP INF (34743193) Pedro Miguel Pisco Magrinho;
CAP ART (32767693) Carlos Manuel Siborro Leitão.

(Por despacho de 01 de Outubro de 2009)

Condecorados com a Medalha Cobre de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

TCOR ADMIL (15478784) Paulo Jorge R. Cecília F. Ralheta.

(Por despacho de 03 de Agosto de 2009)

SAJ TM GNR (1880117) Francisco Luís Sousa Varela;
1SAR TM GNR (1900338) Américo Ribeiro Henriques;
CAB INF GNR (2010911) Alberto Alexandre Pereira Corte Real;
CAB INF GNR (1900420) Carlos Joaquim da Silva Chaves;
CAB INF GNR (1850377) José Manuel Mesquita Moraes;
CAB INF GNR (2020075) Sérgio Bruno Antunes de M. Soares;
CAB TM GNR (2020619) Rafael José Araújo Silva;
CAB TM GNR (2030215) Ricardo F. dos Santos Pereira;
CAB TM GNR (2041163) Valter Edgar Teixeira Viveiros;
SOLD INF GNR (2010158) António Ricardo Correia Dias;
SOLD INF GNR (2020946) Judite Nazaré Fernandes;
SOLD INF GNR (2030129) Rui Miguel C. Magalhães;
SOLD INF GNR (2030024) Nuno Filipe Trino Valente;
SOLD INF GNR (2030427) André da Costa Fernandes;
SOLD INF GNR (2030647) Paulo Jorge dos Santos Ferreira;
SOLD INF GNR (2010187) Pedro Filipe Ferrão Conde;
SOLD INF GNR (1980558) Serafim Ferreira da Silva;
SOLD INF GNR (2020099) Martinho José Ferreira Ribeiro;
SOLD INF GNR (2020189) Hélder Manuel Morgado Valado;
SOLD INF GNR (2020848) Marco Filipe Borges Dias;
SOLD INF GNR (2030082) Daniel António Pinto;
SOLD CAV GNR (1970731) Luís Vítor Gil E. Soares;
SOLD CAV GNR (2020801) Vera Lúcia Martins Malhadinho;
SOLD TM GNR (2031011) Toni Roberto Capelo dos Santos.

(Por despacho de 14 de Setembro de 2009)

TEN MED (11436200) Ágata Pimentel Areias;
ALF INF (07200403) José Lúcio da Silva Moreira;
ALF INF (10128902) Tiago Manuel Oliveira Ribeiro.

(Por despacho de 22 de Setembro de 2009)

TEN ADMIL (18051700) Nuno Ricardo Gama V. Ferreira Castro;
ALF ART (18862503) Paulo Francisco Alfaya Ferreira;
ALF ART (00389501) Pedro Filipe Carrazedo Barbosa;
ALF ART (00550102) Carlos Eduardo Delgado Godinho;
TEN MED (10743600) Jorge Alexandre Cunha Labandeiro;
TEN MED (01717800) Ricardo Miguel Teixeira Dias;
TEN FARM (09767100) Bruno Eládio Teixeira Rodrigues;
TEN MED (12136099) Maria Inês da Conceição Quintas;
TEN MED (14779000) Nuno José Araújo Fidalgo de Oliveira;
TEN MED (14023698) Rosa Maria Queiroz Gil Cardiga;
TEN FARM (00382799) Miguel Ângelo de Jesus Cabrita;
TEN MED (03018101) Pedro Miguel Tomás Ananias;
TEN MED (05726300) Carlos Miguel Cheganças Capela;
TEN MED (15129399) Miguel Onofre da Maia Domingues;
TEN MED (09302701) Henrique Miguel do Rosário Delgado;
TEN MED (07995101) Clemente Henrique Silva Sousa;
2SAR INF (15459398) José Delfino de Jesus Vieira;
2SAR AM (04076301) Filipe Caetano Bernardo.

(Por despacho de 24 de Setembro de 2009)

ALF INF PARA (05961403) Armando Gil Teixeira da Rocha;
ALF AM PARA (05253803) Carlos Miguel Isidoro de Oliveira.

(Por despacho de 25 de Setembro de 2009)

TEN CAV GNR (2000480) Bruno Miguel Rodrigues Esteves;
ALF INF GNR (2031229) Irina de Fátima Henriques Lopes;
2SAR CAV GNR (2000633) Óscar Leonel Eugénio;
2SAR CAV GNR (1980331) Luís Filipe de Mãos Faria;
CAB INF GNR (1826406) José Afonso Leal;
CAB INF GNR (1990341) Marco Paulo Marques dos Santos;
CAB INF GNR (2031039) Carlos da Silva de Sousa;
CAB INF GNR (2021015) Nilton César Almeida de Carvalho;
CAB INF GNR (2020916) António Pedrinho Lopes;
CAB INF GNR (2020742) Sérgio Paulo Pinto Teixeira;
CAB CAV GNR (2020313) Edgar Manuel Magrinho Barroso;
CAB CAV GNR (1940464) Nuno José Marques dos Santos;
CAB TM GNR (1910361) Eduardo José dos Santos Gonçalves
SOLD INF GNR (1970306) Pedro Miguel Quinteiro da Cruz,
SOLD INF GNR (1980362) José das Neves Ribeiro Assunção;
SOLD INF GNR (1980788) Orlando Manuel Henriques Cunha;
SOLD INF GNR (2000574) Catarina Isabel Pratas Medina;
SOLD INF GNR (2010622) Hugo Miguel Martins Pires;
SOLD INF GNR (2020452) Jorge Manuel dos Santos Silva;
SOLD INF GNR (2020534) Rui Manuel Borges Fernandes;
SOLD INF GNR (2020535) Nuno Manuel dos Santos Rosário;
SOLD INF GNR (2020579) Tiago Roberto da Silva Matos;
SOLD INF GNR (2020608) Rui José Capelão dos Santos;
SOLD INF GNR (2020666) Rui Miguel dos Santos Marques;
SOLD INF GNR (2010101) Luís Miguel Carreteiro Pereira;

SOLD INF GNR (1990618) José António de Jesus Amaral;
SOLD INF GNR (2000879) João Manuel de Figueiredo Almeida;
SOLD INF GNR (2010351) José Aníbal Correia Teixeira;
SOLD INF GNR (2010961) Paulo Jorge Albuquerque da Silva;
SOLD INF GNR (2020931) Paulo Alexandre Carvalho dos Santos;
SOLD INF GNR (1970230) Pedro Miguel Carvalho da Silva;
SOLD INF GNR (2000170) Luís Miguel Dias Lage;
SOLD INF GNR (2020131) Hélder Garcia Alves;
SOLD INF GNR (2020234) Susana Cristina Rato Chagas Bravo;
SOLD INF GNR (2020406) Paulo Jorge Carvalho Mendes;
SOLD INF GNR (2020743) Hélder Manuel Ribeiro Lopes;
SOLD INF GNR (2030173) Márcio Filipe do Santos Antunes;
SOLD INF GNR (2030573) Vladimiro José Cabrito Rodrigues;
SOLD INF GNR (2030585) Carlos Manuel Cardina Mesquita;
SOLD INF GNR (2030621) Ricardo João do Nascimento Sousa;
SOLD INF GNR (2030764) Luís Miguel Veiga Ventura;
SOLD INF GNR (2030885) Rui Miguel Dias Fontoura;
SOLD INF GNR (2031129) Mário João Fernandes Tavares;
SOLD INF GNR (2031130) Bruno José dos Reis Laranjeiro;
SOLD INF GNR (2031208) Pedro Miguel Nunes Vicente;
SOLD INF GNR (2040331) Marco David Raimundo Vinagre;
SOLD INF GNR (2040343) Gonçalo Nuno P. Estevão da Silva;
SOLD INF GNR (2040481) Hugo António Benedito Filipe;
SOLD INF GNR (2040949) Rui Filipe das Neves da Silva Caldeira;
SOLD INF GNR (2041037) Diogo Santos Reis Magalhães;
SOLD INF GNR (2060099) Miguel Ângelo Mota Jorge;
SOLD INF GNR (2060491) Nuno Miguel Pereira Martins;
SOLD INF GNR (2070228) Vasco Alexandre Queirós Lopes;
SOLD INF GNR (2070428) César José Correia da Silva;
SOLD INF GNR (2070475) Pedro Filipe Teixeira Neto;
SOLD INF GNR (2070645) Rui Manuel Fernandes Figueiras;
SOLD INF GNR (2070727) António Miguel Monteiro Gomes;
SOLD INF GNR (2070777) Tiago Filipe da Silva Soveral;
SOLD INF GNR (2070971) Pedro Daniel Palmeira Miranda;
SOLD INF GNR (2071011) Henrique Manuel Santos Diogo;
SOLD INF GNR (2020316) José Gabriel Travanca Bastos;
SOLD INF GNR (2020455) Bruno Filipe da Silva Ribeiro;
SOLD INF GNR (2020469) Carlos Jorge Esteves Luís;
SOLD INF GNR (2020496) Manuel Francisco Ramalho;
SOLD INF GNR (2030180) Luís Miguel Nabiça Andorinha;
SOLD INF GNR (2030230) Bruno Miguel dos Santos Português;
SOLD INF GNR (2030196) Luís Miguel Lopes Vieira;
SOLD INF GNR (2030600) Bruno Luís Andrade Dias;
SOLD INF GNR (2030676) Sérgio Miguel Ribeiro Pissarra;
SOLD INF GNR (2031050) Jorge Miguel Ferreira Rebelo;
SOLD CAV GNR (2020311) Daniel da Luz Santos Pina;
SOLD CAV GNR (2000264) Filipe Manuel de Almeida Paulo;
SOLD CAV GNR (2020064) Bruno Miguel dos Santos Louro;
SOLD CAV GNR (2020094) Luís Alexandre Silva Fortes;
SOLD CAV GNR (2020560) Nelson Filipe Vences das Neves;
SOLD CAV GNR (2030028) Jorge Alexandre C. dos Santos;
SOLD CAV GNR (2030166) Paulo Jorge Garrote Carvalho;
SOLD CAV GNR (2030294) Pedro Miguel dos Santos Amaro;
SOLD CAV GNR (2031015) José Manuel Teixeira Mota;

SOLD CAV GNR (2040484) Rui Constantino Gagueija Pires;
SOLD CAV GNR (2040990) Fernando Manuel Ferreira da Silva;
SOLD TM GNR (2010868) Bruno Filipe de Sousa Vaz;
SOLD TM GNR (2010027) Carlos Eduardo Rodrigues Correia;
SOLD TM GNR (1990281) Pedro Carrilho Martins Santos;
SOLD TM GNR (1940325) Carlos Miguel Rebelo Pereira;
SOLD TM GNR (2021050) Cátia Filipe Gonçalves dos Santos;
SOLD TM GNR (2020764) Filipe Alexandre da Cruz Rodrigues;
SOLD TM GNR (2030106) Jorge Miguel de Brito Cunha;
SOLD TM GNR (2030322) Paulo Vítor Guerreiro Ferreira;
SOLD TM GNR (2030789) José Luís Morgado Manso;
SOLD TM GNR (2050127) Odete Maria Casaca Ferreira.

(Por despacho de 28 de Setembro de 2009)

COR INF (14056180) João Francisco Braga Marquilha;
COR INF (01774582) José Manuel Duarte da Costa;
TCOR INF (19412385) Jorge Manuel de Oliveira Diogo;
TCOR INF (18009287) Rui Pedro D. da Silva Formosinho;
TCOR INF (16583686) Paulo José de Sousa T. Serra Pedro;
TCOR ART (10836685) José Manuel Vinhas Nunes;
TCOR CAV (04864985) Joaquim Alberto Lameiras Bataca;
TCOR INF RES (05541886) António Augusto Ribeiro.

(Por despacho de 01 de Outubro de 2009)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

TCOR ENG (10430280) Jorge Manuel Lopes Gurita, “S.Tomé e Príncipe 2007-09”;
CAP TPESSECR (10398583) Luso de Jesus Machado dos Santos, “Kosovo 2008-09”;
TEN INF (16115201) Nelson Filipe Neves Inácio, “Kosovo 2008”;
TEN ENG (03383999) Milton Jacinto Pais, “Líbano 2008-09”;
SAJ CAV (10522483) Manuel Joaquim da Silva Cunha, “Kosovo 2008-09”;
1SAR ENG (19367491) Juvenal Francisco Ribeiro Silva, “Líbano 2008-09”;
2SAR ENG (14774699) Rui Miguel Semedo Pena, “Líbano 2008-09”;
SOLD INF GNR (1680348) João Manuel Gregório Cordeiro, “Guiné 1966-68”.

(Por despacho de 09 de Setembro de 2009)

CAP ART (38516793) Ângelo Miguel Marques Simões, “Bósnia 2002-03”;
1SAR MED (11469198) Maria Manuela Fernandes Dias, “Líbano 2008-09”;
2SAR INF (06461799) Nelson Rafael de O. César, “Afeganistão 2008-09”;
SOLD INF REF GNR (1770369) Carlos A. dos S. Alexandre, “Moçambique 1974-75”.

(Por despacho de 14 de Setembro de 2009)

TCOR ART (13987789) Amílcar José Teixeira da Cunha, “Timor 2003”;
TEN CAV (11972501) João Pedro Faria Leite Barroso, “Kosovo 2008-09”;
SCH CAV (17435682) José Mário Cruz Costa, “Kosovo 2008-09”;
1SAR ENG (24548891) Vítor Manuel Faria da Costa Lopes, “Líbano 2008”;
1SAR CAV (28054392) Domingos Sequeira Tomé, “Kosovo 2008-09”;
1SAR TM (17067299) Jorge Manuel Figueiredo Almeida, “Kosovo 2008-09”;
2SAR CAV (07303999) Maria José Aguiar Pinto, “Kosovo 2008-09”;
2SAR ENG (02861001) Rafael Miguel Gonçalves, “Líbano 2007-08”;
2SAR AM (10931702) Joel Filipe Almeida Aguiar, “Kosovo 2008-09”.

(Por despacho de 16 de Setembro de 2009)

TGEN (07181666) Mário de Oliveira Cardoso, “EUA 1995-98”.

(Por despacho de 24 de Setembro de 2009)

MAJ ART (14396291) Nuno Miguel Barata Folgado, “Kosovo 2008-09”;
CAP ART (17158895) José Miguel Sequeira Maldonado, “Kosovo 2008-09”;
TEN CAV (11641300) Ricardo Filipe Ferreira Oliveira, “Kosovo 2008-09”;
TEN TM (03972200) Luís Carlos Oliveira Mendes, “Kosovo 2008-09”;
TEN SAR (14756892) Artur Jorge R. da Rocha Gonçalves, “Kosovo 2008-09”;
1SAR ART (14508197) Luís Filipe de Oliveira Matos, “Kosovo 2008-09”;
1SAR MAT (24190693) Mário João D. Filipe Madaleno, “Kosovo 2008-09”.

(Por despacho de 29 de Setembro de 2009)

Condecorados com a Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

MAJ CAV (07456291) José Miguel Andrade S. Pimenta, “Kosovo 2008-09”;
MAJ ENG (32277291) Jorge Lopes Pereira, “Líbano 2008-09”;
TEN TEDT (03857790) Carlos Plácido da C. Monteiro, “Afeganistão 2008-09”;
SAJ CAV (05479985) Manuel Dantas Pereira, “Kosovo 2008-09”;
SAJ ENG (07652086) António José Costa Pires, “Líbano 2008-09”;
SAJ ENG (15429687) João Maria Silvério Calouro, “Líbano 2008-09”;
SAJ ENG (00833887) Paulo Manuel Mota Nunes, “Líbano 2008-09”;
SAJ MAT (03815885) António Manuel Alves Ribeiro, “Líbano 2008-09”;
1SAR ENG (17101387) Fernando M. de Deus Pereira, “Líbano 2008-09”;
1SAR ENG (18730788) Hélder Martins Costa, “Líbano 2008-09”;
1SAR ENG (04116692) Pedro Alexandre S. Luz V. dos Reis, “Líbano 2008-09”;
1SAR ENG (30491693) Carlos Manuel Robalo Mota, “Líbano 2008-09”;
1SAR ENG (01884192) Adérito Beirão Mingacho, “Líbano 2008-09”;
1SAR ENG (06825989) Vítor Luís C. Monteiro Lourenço, “Líbano 2008-09”;
1SAR ENG (21278793) Nuno Miguel Silva Lourenço, “Líbano 2008-09”;
1SAR ENG (03866897) Ringo Ferreira de Azevedo, “Líbano 2008-09”;
1SAR ENG (11728396) José Albano G. Marinho, “Líbano 2008-09”;
1SAR ENG (25394193) Abílio Pedro Pinheiro Nunes, “Líbano 2008-09”.

(Por despacho de 09 de Setembro de 2009)

CAP ART (38516793) Ângelo Miguel Marques Simões, “Iraque 2005”;
CAP ART (38516793) Ângelo Miguel Marques Simões, “Iraque 2006-07”;
1SAR TM (09396192) Alfredo António R. de Lemos Bento, “Ex-Jugoslávia 1999-00”.

(Por despacho de 14 de Setembro de 2009)

CAP CAV (09235394) Pedro Miguel Tavares Cabral, “Kosovo 2008-09”;
CAP CAV (07233197) Adriano Augusto Gomes Branco, “Kosovo 2008-09”;
TEN CAV (16691199) Rui Jorge Neves Moura, “Kosovo 2008-09”;
SAJ CAV (07712587) João Paulo Mateus Pereira, “Kosovo 2008-09”;
SAJ CAV (19978782) Joaquim Pereira da Costa, “Kosovo 2008-09”;
SAJ CAV (19185285) António Delfim Vieira da Silva, “Kosovo 2008-09”;
SAJ CAV (12907988) José Fernando Teixeira Pinheiro, “Kosovo 2008-09”;
SAJ CAV (12376188) Óscar Liberdade Jantarada, “Kosovo 2008-09”;
1SAR CAV (03992994) Vítor Manuel Sousa da Costa, “Kosovo 2008-09”;
1SAR CAV (16473689) João Barbosa Araújo Sousa, “Kosovo 2008-09”;

1SAR CAV (07424591) Agostinho Francisco C. L. Fernandes, “Kosovo 2008-09”;

1SAR CAV (13908395) Fabrício José Pereira Gonçalves, “Bósnia 2006”;

1SAR CAV (13908395) Fabrício José Pereira Gonçalves, “Kosovo 2008-09”.

(Por despacho de 16 de Setembro de 2009)

GEN COG (04997464) José Luís Pinto Ramalho “Bélgica 1993-96”.

(Por despacho de 23 de Setembro de 2009)

MAJ ENG (20694191) José António Fernandes Amaral, “Bósnia 2005-06”;

MAJ ENG (20694191) José António Fernandes Amaral, “Bósnia 2006”;

SAJ ART (04095288) José Francisco Nunes Diogo, “Kosovo 2008-09”;

1SAR ART (18936792) Paulo Miguel Jerónimo, “Kosovo 2008-09”;

1SAR TM (19861492) Rui Filipe Braga Pinto de Sousa, “Bósnia 2002”;

1SAR TM (19861492) Rui Filipe Braga Pinto de Sousa, “Timor 2003”.

(Por despacho de 29 de Setembro de 2009)

Louvores

Louvo o COR TM (10645583), **Nelson Martins Viegas Pires**, pela forma altamente competente, digna e meritória como desempenhou as funções de conselheiro militar do Exército na Delegação de Portugal junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (PODELNATO) e de representante do director nacional de Armamento junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (EU), ao longo de três anos.

Como conselheiro militar, o coronel Viegas Pires demonstrou ser um oficial inteligente e possuidor de uma sólida cultura geral e militar, que lhe conferem reconhecida competência profissional, tendo pautado a sua actividade pela escrupulosa defesa do interesse nacional de acordo com as orientações superiormente definidas, com elevado espírito de missão e extraordinário sentido de responsabilidade na execução das funções que lhe foram atribuídas.

O coronel Viegas Pires desenvolveu actividades em variadas áreas, tendo, de forma esclarecida, estabelecido a necessária coordenação com os respectivos representantes em Portugal, designadamente no âmbito do Executive Working Group, nas diversas áreas ligadas à defesa antimísil e da reforma das agências OTAN. Foi, ainda, representante nacional NRC/TMD (NATO-Russia Council Theater Missile Defense), no SALW (Small Arms and Light Weapons), no CBC (Civil Budget Committee) e no AGFC (Advisory Group of Financial Counselors).

Na qualidade de representante do director nacional de Armamento, NADREP (National Armaments Director Representative), o coronel Viegas Pires constituiu-se como um colaborador directo do director nacional de Armamento junto da Conferência dos Directores Nacionais de Armamento, quer no âmbito das reuniões, quer noutras actividades inerentes aos vários projectos em que foi envolvido como representante nacional. De entre estes, destacam-se o programa TMD (Theater Missile Defense), onde participou mais directamente, o programa AGS (Alliance Ground Surveillance), que acompanhou estabelecendo a ligação com o respectivo representante nacional, o programa de trabalho da DAT (Defence Against Terrorism) e as acções tomadas ao nível dos vários MAG (Main Armaments Groups).

Em todas essas áreas, é justo realçar o rigor de análise, pertinência e pragmatismo evidenciados pelo coronel Viegas Pires que muito contribuíram para fundamentar o processo nacional de tomada de decisão, sendo igualmente adequado distinguir o esforço adicional que lhe foi exigido no acompanhamento dos trabalhos em curso na Agência Europeia de Defesa (EDA).

O coronel Viegas Pires foi ainda um precioso colaborador na área informática, que inclui os segmentos classificados (MINERVA, SEIF e MMHS) e segmento não classificado com acesso à Internet e à *intranet* das Forças Armadas. Igualmente, foi responsável pela implementação das comunicações sobre IP, na delegação, sob orientação do NINE.

A par do seu comportamento moral, camaradagem, sólida cultura militar, alta competência profissional, exemplar espírito de missão, capacidade de iniciativa e organização e sensibilidade para entender as opiniões e as posições dos seus interlocutores, o coronel Viegas Pires cultivou em elevado grau a virtude da lealdade, desenvolveu relações harmoniosas no trabalho de grupo, que lhe permitiram conquistar a amizade, o apreço e a consideração de todos aqueles com quem teve que contactar, quer no plano nacional quer entre os seus homólogos dos países Aliados e do Secretariado Internacional.

Pelas razões expostas, é muito grato ao Ministro da Defesa Nacional reconhecer publicamente o elevado nível de desempenho do coronel Viegas Pires e as excelentes qualidades pessoais e profissionais que comprovadamente demonstrou e considerar os serviços por si prestados como extraordinários, relevantes e muito distintos, dos quais resultaram honra e lustre para a Defesa Nacional e para o País.

2 de Abril de 2009. - O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Louvo o TCOR TM (01151188), **Paulo Miguel Paletti Correia Leal**, pela forma extremamente competente e dedicada como tem vindo a desempenhar, nos últimos 4 anos e 5 meses, as funções de Chefe da Repartição de Comunicações e Guerra Electrónica da Divisão de Comunicações e Sistemas de Informação do Estado-Maior do Exército.

No âmbito da sua área funcional, a actividade desenvolvida pelo tenente-coronel Correia Leal compreendeu o acompanhamento, em coordenação com a Direcção de Comunicações e Sistemas de Informação do Comando Operacional, das tarefas associadas ao planeamento da Lei de Programação Militar, nomeadamente no que diz respeito ao Programa de Comando e Controlo, considerado prioritário para o reequipamento militar e estruturante para o Exército. Como Oficial do Estado-Maior do Exército desenvolveu ainda diversos estudos, no âmbito das suas tarefas em coordenação com as restantes divisões, nomeadamente nas vertentes associadas ao Battlegroup da União Europeia, Comando de Brigada para NRF, Projecto NH 90, implementação da capacidade ISTAR e ainda, a Gestão dos Equipamentos Rádio P/GRC 525, onde a actuação serena, o espírito prático, as capacidades de análise de situações complexas e o grande discernimento, bem como o seu notável bom senso e ponderação, e extraordinário espírito de camaradagem permitiram respostas, adequadas e oportunas, que em muito contribuíram para a eficácia da acção do Comando do Exército.

No conjunto das actividades desenvolvidas pelo tenente-coronel Correia Leal merece ainda particular referência, porquanto é especialmente notável, o elevado nível de colaboração que tem vindo a prestar na Missão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Aquisição das Viaturas Blindadas de Rodas. Com a responsabilidade da área do Comando e Controlo, tem participado activamente, e com grande entusiasmo, nas diferentes actividades deste projecto, quer em Portugal, quer no exterior, desde as reuniões de revisão do projecto (Design Reviews), aos testes ao primeiro Artigo (First Article Tests) e Testes de Aceitação Provisória (Provisional Acceptance Tests). Ainda neste âmbito, acompanhou um conjunto de tarefas associadas à adaptação de diversos sistemas para a Língua Portuguesa, nomeadamente das versões Porta-Morteiros e de Vigilância do Campo de Batalha. A este propósito, apraz ainda registar a sua prestimosa colaboração com a Direcção de Comunicações e Sistemas de Informação do Comando Operacional e o Grupo de projecto SIC-T, tanto na vertente técnica, através do desenho do sistema e na execução dos testes e provas de aceitação das diferentes versões das Viaturas Blindadas de Rodas, como na vertente logística, através do desenvolvimento de especificações técnicas, no apoio ao lançamento de concursos de aquisição e na análise de propostas, contribuindo assim decisivamente para a definição das arquitecturas de comunicações de todas as variantes das viaturas deste projecto, considerado estruturante para o Exército e que terá um impacto significativo na transformação da Componente Operacional nas próximas décadas.

Exercendo as suas funções num período marcado pelo processo de “Transformação do Exército” deve destacar-se a forma como, em todas as circunstâncias, evidenciou a sua elevada capacidade de análise e síntese das matérias, excepcionais conhecimentos técnicos e capacidade de expressão escrita e falada, aptidões que, aliadas a uma grande frontalidade, invulgar perspicácia, juízo crítico, perseverança e espírito de iniciativa, são reveladoras de uma brilhante craveira intelectual.

Oficial distinto, dotado de invulgares dotes de carácter, disciplinado, disciplinador e revelador de excepcionais qualidades e virtudes militares, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício, obediência e competência profissional, revelou aptidão para servir nas mais diversas circunstâncias, colocando sempre os interesses do serviço em primeira prioridade, numa afirmação constante de reconhecida coragem moral sendo por isso de inteira justiça reconhecer publicamente as relevantes qualidades pessoais e profissionais reveladas pelo tenente-coronel Correia Leal, cujos serviços devem ser considerados extraordinários, relevantes e distintos, de que resultou honra e lustre para o Exército e para o País.

13 de Agosto de 2009. - O Chefe do Estado-Maior-do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

Louvo o TEN TPESSECR (03385992), **Artur Manuel Trindade Mimoso** pela forma muito dedicada e eficiente como tem vindo a desempenhar, há mais de três anos, as funções de jurista no Departamento de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

Oficial muito metódico e extraordinariamente dedicado ao serviço, o tenente Artur Mimoso tem vindo a demonstrar um grande empenhamento e eficiência no âmbito das tarefas que lhe estão atribuídas, revelando bons conhecimentos técnicos e jurídicos e uma grande criatividade no exercício das suas funções, as quais desempenha com elevado espírito de missão.

O tenente Artur Mimoso tem vindo a desenvolver actividades muito diversificadas, elaborando informações técnico-jurídicas e emitindo pareceres sobre variadas matérias, incluindo, entre outras: a qualificação como deficiente das Forças Armadas, a aplicação do regime do amparo de família e a atribuição de pensões, imprimindo uma dinâmica verdadeiramente exemplar aos processos sob sua responsabilidade.

O tenente Artur Mimoso tem igualmente vindo a integrar comissões de acompanhamento e júris em procedimentos de contratação pública, procedendo à análise de legislação e jurisprudência, elaborando estudos e pareceres de natureza jurídica a pedido dos membros dos Gabinetes do Ministério da Defesa Nacional, colaborando ainda na elaboração de diversos projectos de diplomas legais, alcançando resultados de grande qualidade e rigor.

É ainda importante destacar o elevado espírito de equipa e de colaboração patenteados pelo tenente Artur Mimoso, cuja acção tem contribuído de forma muito positiva para a motivação e bom ambiente de trabalho, sendo este aspecto particularmente visível no acolhimento que tem vindo a facultar aos novos membros da equipa, partilhando os seus conhecimentos e proporcionando a sua rápida integração, com manifesta vantagem para o serviço.

O tenente Artur Mimoso é um militar muito completo, com grande capacidade de adaptação, que enfrenta cada situação nova como uma oportunidade de aperfeiçoamento do seu próprio desempenho, que tem sabido interpretar e exercer a sua função de forma diligente e muito profícua, permanentemente estimulado pela melhoria constante dos seus conhecimentos, revelando uma integridade e generosidade fora do comum, constituindo-se por isso um elemento de referência no funcionamento do Departamento de Assuntos Jurídicos.

Atento quanto precede, considero que o tenente Artur Mimoso tem vindo a revelar excepcionais qualidades pessoais e virtudes militares, pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade, abnegação, espírito de sacrifício e de obediência e competência profissional, sendo justamente merecedor que os serviços por si prestados sejam considerados de elevado mérito.

2 de Abril de 2009. – O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

Louvo o SMOR CAV (18236378), **António Luís Ferreira Prates**, pelas excepcionais qualidades e virtudes militares reveladas durante os cerca de dois anos em que vem prestando serviço na Escola Prática de Cavalaria (EPC).

Desempenhando desde a sua colocação na EPC até à presente data as funções de adjunto do comandante, o seu desempenho caracterizou-se pela afirmação constante de uma elevada competência

profissional e de uma extrema lealdade, constituindo-se como um excelente auxiliar e militar da total confiança do comandante da EPC.

Um grande desafio com que se confrontou e ultrapassou com êxito foi, num contexto de grandes carências de recursos humanos, materiais e financeiros, o da adaptação da unidade à sua nova geografia após a transferência de Santarém para Abrantes. Os últimos dois anos foram de constantes entradas e saídas de pessoal, obrigando à integração dos novos militares, desempenhos de novas funções, melhoramentos das condições de vida e criação de novas infra-estruturas com vista à satisfação das necessidades do quartel face à missão da Escola Prática de Cavalaria. Durante este período o sargento-mor António Prates revelou de forma consistente, no âmbito técnico-profissional, extraordinário desempenho, relevantes qualidades pessoais, elevada capacidade de adaptação, grande determinação, extraordinária abnegação e um elevado espírito de sacrifício, apresentando sempre propostas pertinentes e oportunas, apoiando o Estado-Maior e o Comando da EPC na elaboração dos seus estudos e o comandante na tomada das decisões, contribuindo assim para a detecção e resolução atempada dos múltiplos problemas próprios do dia-a-dia da Unidade.

Militar com excelente capacidade de organização, sentido de disciplina e uma aptidão natural para a liderança, desenvolve a sua acção de forma discreta mas com grande eficácia e eficiência, contribuindo significativamente para a existência de uma moral elevada, exemplares espírito de corpo e espírito de camaradagem entre todos quantos servem na escola. Aquelas qualidades aliadas a um elevado espírito de missão e a uma irrepreensível conduta moral, tornam o SMOR António Prates uma referência na categoria de sargentos e um exemplo a seguir, constituindo-se como um elemento fundamental na formação dos novos quadros da Arma de Cavalaria e do Exército Português.

Evidenciando uma permanente disponibilidade, generosidade e dedicação, o sargento-mor António Prates respondeu afirmativamente aos enormes desafios que lhe foram colocados, revelando elevados dotes de carácter, espírito de obediência e sentido do dever, dignos de serem apontadas como exemplo, tendo os serviços por si prestados contribuído significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão da EPC, do Comando da Instrução e Doutrina e do Exército, devendo assim serem considerados como relevantes e de elevado mérito.

13 de Agosto de 2009. - O Chefe do Estado-Maior-do Exército, *José Luís Pinto Ramalho*, general.

Louvo o SMOR TM (16297779), **Joaquim Rodrigues Duarte**, pela forma competente, dedicação e brio profissional com que tem desempenhado as suas funções nos últimos três anos como Técnico de Sub-Registo OTAN do Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência.

Salienta-se o seu excelente desempenho nas tarefas de gestão, controlo e distribuição interna e externa dos documentos recebidos via MMHS e na preparação e organização dos processos de credenciação dos participantes do Conselho nas reuniões nacionais e internacionais onde tal é exigido, atribuindo sempre muito rigor e a relevância devida às normas de segurança relativas ao manuseamento e tratamento destas matérias.

É notável o espírito de missão evidenciado durante a conduta dos exercícios de planeamento civil de emergência e de gestão de crises que se desenrolaram com intervenção do Conselho, quer de âmbito Nacional quer Internacional e em particular os CMX da OTAN, onde as suas características de trabalho mais se realçaram perante situações de grande afluxo documental e em que só o acesso atempado à informação recebida permitiu intervenções oportunas e consentâneas com a resposta nacional ao desenrolar dos eventos.

Tem também levado a cabo um importante e minucioso trabalho de pesquisa, recolha e disponibilização na *intranet* de toda a legislação e documentação com interesse para a Administração Pública e em particular para o Conselho Nacional de Planeamento Civil de Emergência, o que tem permitido uma reacção mais esclarecida e fundamentada às situações que se colocam à gestão do organismo.

Dotado de bons conhecimentos técnicos e de excelentes atributos pessoais e com um grande sentido da responsabilidade pelo serviço que desempenha, que se rege por apertados níveis e critérios

de segurança, soube conjugar a confiança dos seus dirigentes e promover uma colaboração sempre disponível e eficiente, o que, muito contribuiu para o cumprimento dos objectivos atribuídos ao Sub-Registo deste Conselho.

Pelas qualidades apontadas a que associa lealdade, abnegação e trato afável, granjeou o SMOR Duarte, a estima de todos os que servem neste CNPCE, sendo de inteira justiça o público reconhecimento dos serviços por si prestados, que se consideram de elevado mérito, através deste louvor.

3 de Setembro de 2009. - O Vice-Presidente do CNPCE, *João Maria de Vasconcelos Piroto*, tenente-general.

II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Ingresso no quadro

Nos termos do artigo 172.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho:

TCOR ADMIL, Supranumerário (11881779) José Manuel Lopes Afonso, do Cmd Log, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Abril de 2009, por ter ocupando vaga no Quadro Especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 16 de Julho de 2009)

TCOR MAT, Supranumerário (10430280) Jorge Manuel Lopes Gurita, do DGME, devendo ser considerado nesta situação desde 5 de Maio de 2009, por ter ocupando vaga no Quadro Especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 16 de Julho de 2009)

TCOR INF, Supranumerário (14651184) António Alcino da Silva Regadas, do GabCmd da BrigInt, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Maio de 2009, por ter ocupando vaga no Quadro Especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 16 de Julho de 2009)

TCOR INF, Supranumerário (02500382) José Manuel Pereira Nunes, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Maio de 2009, por ter ocupando vaga no Quadro Especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 16 de Julho de 2009)

TCOR ADMIL, Supranumerário (14562980) Manuel Gonçalves da Silva, do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Junho de 2009, por ter ocupando vaga no Quadro Especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 16 de Julho de 2009)

TCOR ADMIL, Supranumerário (00200982) Raúl Manuel Leão Baptista, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Abril de 2009, por ter ocupando vaga no Quadro Especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 16 de Julho de 2009)

TCOR ART, Supranumerário (06866989) Octávio João Marques Avelar, do GAC/BrigRR, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Abril de 2009, por ter ocupando vaga no Quadro Especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 16 de Julho de 2009)

MAJ INF, Supranumerário (07370288) António Paulo Gaspar da Costa, da UnAp/EME, em diligência no IESM para a frequência do Curso de Estado-maior 2009/2010, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Abril de 2009, por ter ocupando vaga no Quadro Especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 16 de Julho de 2009)

MAJ ADMIL, Supranumerário (13399691) Nuno Miguel Lopo dos Reis Monteiro Grilo, das OGME, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Maio de 2009, por ter ocupando vaga no Quadro Especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 16 de Julho de 2009)

MAJ ART, Supranumerário (16352992) Norberto Francisco Calmeiro Vaz, da UnAp/EME, em diligência no IESM para a frequência do Curso de Estado-Maior 2009/2010, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Março de 2009, por ter ocupando vaga no Quadro Especial e posto a que pertence.

(Por portaria de 16 de Julho de 2009)

Passagem à situação de supranumerário

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR:

COR INF, Adido (12057574) José António Silva Conceição, da IGE, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009 por ter deixado de desempenhar funções na UnAp/EME, em diligência no COA/EMGFA.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

COR INF, Adido (18922483) Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Agosto de 2009 por ter deixado de desempenhar serviço na UnAp/EME, em diligência no EMGFA.

(Por portaria de 14 de Setembro de 2009)

TCOR TM, Adido (19886885) Luís Filipe Camelo Duarte Santos, do EPT, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Setembro de 2009 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência no EMGFA.

(Por portaria de 18 de Setembro de 2009)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR:

TCOR INF, Adido (00771586) Hilário Dionísio Peixeiro, da UALE, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Setembro de 2009 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência no EMGFA.

(Por portaria de 18 de Setembro de 2009)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *d*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR:

TCOR INF, Adido (15412984) Francisco José Courelas de Oliveira Figueiredo, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Agosto de 2009 por ter terminado missão de assessoria técnica no âmbito do projecto n.º 3, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

(Por portaria de 16 de Setembro de 2009)

TCOR INF, Adido (14713687) António José Miranda Ferreira de Almeida, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Setembro de 2009 por ter terminado missão de Director Técnico no âmbito do projecto n.º 10 – Apoio à Formação de Sargentos das Forças Armadas, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Moçambique.

(Por portaria de 23 de Setembro de 2009)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *f*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR:

TCOR ART, Adido (19123887) César Luís Henriques dos Reis, do RAAA1, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Agosto de 2009 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência no MDN.

(Por portaria de 15 de Setembro de 2009)

Passagem da situação de adido nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, à situação de supranumerário nos termos da alínea *e*) do n.º 2 do artigo 174.º do EMFAR:

COR INF, Adido (19599583) João Vasco Sousa de Castro e Quadros, do CMEFE, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Setembro de 2009 por ter deixado de desempenhar serviço na UnAp/EME, em diligência no MDN.

(Por portaria de 14 de Setembro de 2009)

TCOR MAT, Adido (00253282) José Manuel Valente Castelhana, da EPS, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Agosto de 2009 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência no MDN.

(Por portaria de 14 de Setembro de 2009)

TCOR SGPQ, Adido (09214283) Filipe Luís Carvalho de Castro, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Julho de 2008 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência na Divisão de Operações do EMGFA.

(Por portaria de 17 de Setembro de 2009)

TCOR ADMIL, Adido (01105085) Aquilino José António Torrado, da DMT, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Setembro de 2009 por ter terminado funções na UnAp/EME, em diligência na Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa do MDN.

(Por portaria de 18 de Setembro de 2009)

MAJ ART, Adido (01282188) Manuel João Favita Marchã, do Cmd Op, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009 por ter terminado funções no COA/EMGFA.

(Por portaria de de Setembro de 2009)

Passagem à situação de Reserva

TGEN COG (04462665) Américo Pinto da Cunha Lopes, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Março de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 4.530,53. Conta 55 anos, 6 meses e 1 dia de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 31Ago09/DR II série n.º 199 de 14Out09)

MGEN COG (19921572) José Carlos Nunes Marques, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 154.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 12 de Julho de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 4.316,27. Conta 44 anos, 5 meses e 19 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 26Ago09/DR II série n.º 199 de 14Out09)

COR ART (02586675) Carlos Manuel Terron da Silva Videira, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Junho de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 3.423,51. Conta 40 anos, 9 meses e 6 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 3Ago09/DR II série n.º 165 de 26Ago09)

(Por despacho de 7Set09/DR II série n.º 187 de 25Set09)

COR ADMIL (09485573) José Alexandre Soares Parro, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Junho de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 3.816,32. Conta 44 anos, 3 meses e 13 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 12Ago09/DR II série n.º 197 de 12Out09)

TCOR SGPQ (05944978) Fernando Augusto Alves Pereira, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Maio de 2008. Fica com a remuneração mensal de € 3.159,06. Conta 42 anos e 6 meses serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 3Ago09/DR II série n.º 165 de 26Ago09)

(Por despacho de 7Set09/DR II série n.º 187 de 25Set09)

TCOR ART (19327287) António Pedro Negrão de Sousa, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2008. Fica com a remuneração mensal de € 2.425,48. Conta 31 anos, 1 mês e 1 dia de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 20Ago09/DR II série n.º 189 de 29Set09)

TCOR SGPQ (02043578) José Miranda Simões, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Janeiro de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 3.319,35. Conta 43 anos, 3 meses e 29 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 12Ago09/DR II série n.º 198 de 13Out09)

TCOR TEXPTM (09416879) José António Borges da Rocha, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Janeiro de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 2.959,27. Conta 36 anos, 9 meses e 18 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 20Ago09/DR II série n.º 189 de 29Set09)

TCOR TMANTM (11068479) Moisés Neutério Caroceiras Vaz, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Janeiro de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 2.959,27. Conta 36 anos, 9 meses e 18 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 20Ago09/DR II série n.º 189 de 29Set09)

TCOR TMANMAT (03787479) António Manuel Oliveira Gomes, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Janeiro de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 2.959,27. Conta 36 anos, 11 meses e 21 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 20Ago09/DR II série n.º 189 de 29Set09)

TCOR SGE (05972179) Válter Leal dos Santos, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 27 de Janeiro de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 2.959,27. Conta 36 anos, 9 meses e 24 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 3Ago09/DR II série n.º 189 de 29Set09)

TCOR SGE (12949078) Valdemar Manuel Coimeiro Maltez, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Janeiro de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 2.973,51. Conta 37 anos, 4 meses e 29 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 20Ago09/DR II série n.º 189 de 29Set09)

TCOR SGE (09580374) Álvaro da Silva Azenha, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Janeiro de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 2.959,27. Conta 39 anos, 3 meses e 25 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 12Ago09/DR II série n.º 197 de 12Out09)

TCOR SGE (10927279) Manuel dos Santos Lopes, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Janeiro de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 2.959,27. Conta 36 anos e 11 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 20Ago09/DR II série n.º 189 de 29Set09)

TCOR SGE (04182278) Luís Manuel Gaião da Silva, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 5 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Fevereiro de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 2.959,27. Conta 37 anos, 8 meses e 14 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 12Ago09/DR II série n.º 197 de 12Out09)

TCOR SGE (03373079) Domingos Alberto Preto Neto, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Fevereiro de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 2.959,27. Conta 36 anos, 10 meses e 10 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 3Ago09/DR II série n.º 189 de 29Set09)

TCOR QTS (74204473) Paulo Florival de Faria Crato Fogaça, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Março de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 2.959,27. Conta 42 anos, 8 meses e 19 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 26Ago09/DR II série n.º 197 de 12Out09)

MAJ INF (00341384) Daniel José Torres Lopes, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Junho de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 1.856,29. Conta 25 anos, 4 meses e 10 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 20Ago09/DR II série n.º 190 de 30Set09)

MAJ ENG (02952792) Carlos Alberto Nunes Pires, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Julho de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 1.760,99. Conta 23 anos, 8 meses e 18 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 31Ago09/DR II série n.º 199 de 14Out09)

MAJ SGE (02116881) Henrique Pires de Oliveira, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Julho de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 2.570,71. Conta 35 anos, 1 mês e 26 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 31Ago09/DR II série n.º 199 de 14Out09)

CAP QTS (15708173) António Cláudio Castanheira Contente, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 6 de Maio de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 2.267,14. Conta 32 anos, 3 meses e 9 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 26Ago09/DR II série n.º 199 de 14Out09)

SCH MED (05587773) José Manuel Rosa Carrola, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Maio de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 1.995,10. Conta 42 anos, 10 meses e 2 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 1Set09/DR II série n.º 197 de 12Out09)

SCH CAV (03049182) Carlos Alberto Tavares Dias, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Maio de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 1.807,90. Conta 33 anos, 10 meses e 7 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 31Ago09/DR II série n.º 197 de 12Out09)

SAJ ENG (14582982) Zeferino Manuel de Oliveira Alves Eloy, nos termos do n.º 2 do artigo 154.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2008. Fica com a remuneração mensal de € 1.684,56. Conta 33 anos, 10 meses e 7 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 1Set09/DR II série n.º 197 de 12Out09)

SAJ AM (07446282) José Maria Andrade Cordeiro, nos termos do n.º 2 do artigo 154.º do EMFAR, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Dezembro de 2008. Fica com a remuneração mensal de € 1.663,82. Conta 33 anos, 5 meses e 18 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 1Set09/DR II série n.º 197 de 12Out09)

SAJ ART (08106586) José Carlos Coelho Valério, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Maio de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 1.463,42. Conta 29 anos, 7 meses e 18 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 31Ago09/DR II série n.º 197 de 12Out09)

SAJ MUS (06322586) José Manuel Salgado Machado, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 20 de Maio de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 1.591,21. Conta 32 anos, 2 meses e 3 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 31Ago09/DR II série n.º 197 de 12Out09)

1SAR AMAN (01817079) António José Rodrigues da Silva Ferreira, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 13 de Maio de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 1.709,42. Conta 37 anos, 1 mês e 28 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 1Set09/DR II série n.º 197 de 12Out09)

1SAR AMAN (00343076) António Francisco Barôa, nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de Setembro, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Junho de 2009. Fica com a remuneração mensal de € 1.709,42. Conta 39 anos, 9 meses e 10 dias de serviço, nos termos do artigo 45.º do EMFAR.

(Por despacho de 1Set09/DR II série n.º 197 de 12Out09)

Passagem à situação de Reforma

Por despacho de 10 de Agosto de 2009 da direcção da CGA, proferido por delegação de poderes, publicada no *Diário da República* n.º 50, II Série, de 11 de Março de 2008, com a data e pensão que se indica:

SCH MAT (00942182) Luís José Vieira Faustino, 20 de Maio de 2008, €1.411,75.

Por despacho de 29 de Setembro de 2009 da direcção da CGA, publicado no *Diário da República* n.º 195, II Série, de 8 de Outubro de 2009, com a data e pensão que se indica:

MGEN COG (31478362) Francisco José Ferreira de Bastos Moreira, 29 de Junho de 2009, €3.884,64;
COR MAT (02558264) António Manuel Roda Santos Albuquerque, 1 de Julho de 2008, €3.260,23;
COR ENG (01570963) António Manuel Rosas Leitão, 19 de Fevereiro de 2009, €3.434,70;
COR ADMIL (02425265) Abel Pires Nogueira Cardoso, 14 de Março de 2009, €3.434,70;
COR ADMIL (03707865) António Manuel Isidoro de Matos Borges, 1 de Outubro de 2009, €3.241,85;
COR TM (02966977) Joaquim José Cardoso Ribeiro, 16 de Março de 2009, €3.212,13;
TCOR SGPQ (18381471) Fernando Festas Esteves, 4 de Maio de 2009, €3.276,77;
TCOR SGPQ (08579074) José Francisco Custódio, 31 de Março de 2008, €2.904,08;

TCOR QTS (31687062) Fernando Manuel da Silveira Carrega, 15 de Março de 2009, €2.727,64;
TCOR QTS (19332471) José Júlio Cordeiro Rodrigues, 13 de Fevereiro de 2009, €3.369,70;
TCOR QTS (01173167) Luís Manuel Machado Mendes, 14 de Fevereiro de 2009, €2.663,35;
TCOR QTS (04434670) José Manuel Aleixo, 1 de Abril de 2009, €2.803,73;
MAJ ADMIL (08160367) Dorbalino dos Santos Martins, 27 de Maio de 2007, €2.505,04;
CAP ENG (11663185) Bruno Martinho de Sousa Fagundes, 31 de Janeiro de 2006, €1.129,32;
SMOR SGE (08726674) José António Neves Rodrigues, 4 de Agosto de 2008, €2.070,71;
SMOR MED (12096874) Amaro Costa Sequeira, 2 de Fevereiro de 2009, €2.181,27;
SCH ART (74451473) Luís Afonso Silva Costa, 1 de Julho de 2009, €1.859,87;
SCH MAT (01676068) Vítor Manuel João Gonçalves, 20 de Fevereiro de 2009, €1.859,87;
SCH PARA (16386578) Fernando Fontaínhas Jordão, 1 de Fevereiro de 2009, €1.974,87;
SAJ INF (18823373) Luís Filipe Gamboa Silva, 12 de Fevereiro de 2009, €1.758,17;
SAJ INF (74732473) Manuel Antunes, 1 de Junho de 2009, €1.667,03;
SAJ AMAN (73627572) José Armindo Serpa Caetano, 1 de Fevereiro de 2009, €1.667,03;
1SAR SGE (05874475) Florindo Nunes Godinho, 10 de Fevereiro de 2009, €1.409,50;
1SAR AMAN (02966576) Afonso Henriques Macedo, 25 de Fevereiro de 2009, €1.474,20;
1SAR AMAN (00653474) Domingos Calado Esteves, 5 de Abril de 2009, €1.474,20;
1SAR AMAN (02845874) Fernando Augusto Silva, 14 de Janeiro de 2009, €1.474,20;
1SAR AMAN (18348471) José Hermenegildo de Carvalho, 15 de Março de 2009, €1.474,20;
1SAR AMAN (18860972) José Maria Silva Rocha, 4 de Março de 2009, €1.474,20.

III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

Promoções

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR ART (00755184) **João Francisco Águas Bigodinho**

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 5 de Maio de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do artigo 191.º do EMFAR não encerra vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR ART (06097578) João Miguel de Jesus Marquito.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR CAV (10933084) **Carlos Alberto Leiria Leal**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 5 de Maio de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do artigo 191.º do EMFAR não encerra vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR CAV (07669277) Luís Eduardo Marquês Saraiva.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR TM (16727183) **Carlos Manuel Mira Martins**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 5 de Maio de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR TM (04857078) Mário Rui Parracho Gomes.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR INF (01052279) **Francisco José Costilhas Branco Duarte**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 21 de Maio de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do artigo 191.º do EMFAR não encerra vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR INF (11073382) Adriano António Vargas Firmino.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR INF (19888079) **Elias Lopes Inácio**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 21 de Maio de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR INF (01052279) Francisco José Costilhas Branco Duarte.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR INF (17636380) **Carlos Alberto Lopes Beleza**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 29 de Maio de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR INF (19888079) Elias Lopes Inácio.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR INF (15254081) **João Pedro Fernandes de Sousa Barros Duarte**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 11 de Junho de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do artigo 191.º do EMFAR não encerra vaga..

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR INF (17636380) Carlos Alberto Lopes Beleza.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR ART (04563479) **Augusto José do Carmo Gonçalves**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 11 de Junho de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do artigo 191.º do EMFAR não encerra vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR ART (00755184) João Francisco Águas Bigodinho.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR MED (18709079) **Vítor Manuel Rosa dos Santos**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 11 de Junho de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR MED (14251280) António José Reis Cruz.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR INF (17800677) **Manuel Ferreira Antunes**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 15 de Junho de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do artigo 191.º do EMFAR não encerra vaga..

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR INF (15254081) João Pedro Fernandes de Sousa Barros Duarte.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR INF (09147683) **Rui José Martins Pimenta**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 15 de Junho de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do artigo 191.º do EMFAR não encerra vaga..

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR INF (17800677) Manuel Ferreira Antunes.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR INF (16232581) **Jorge Manuel Barros Gomes**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 15 de Junho de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR INF (09147683) Rui José Martins Pimenta.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR INF (19416579) **António Manuel Guerra Felício**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 24 de Junho de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR INF (16232581) Jorge Manuel Barros Gomes.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR INF (05481584) **Raúl de Almeida Correia Monteiro**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 25 de Junho de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do artigo 191.º do EMFAR não encerra vaga..

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR INF (19416579) António Manuel Guerra Felício.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR INF (04889079) **Fernando Atanásio Lourenço**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 25 de Junho de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR INF (05481584) Raúl de Almeida Correia Monteiro.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR INF (15049684) **João Manuel Ramos Vieira**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 25 de Junho de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR INF (04889079) Fernando Atanásio Lourenço.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR INF (01144182) **João Luís da Silva Loureiro**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 25 de Junho de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR INF (15049684) João Manuel Ramos Vieira.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR ART (00849080) **Jaime Alexandre Daniel de Almeida**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 29 de Junho de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do artigo 191.º do EMFAR não encerra vaga..

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR ART (04563479) Augusto José do Carmo Gonçalves.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR CAV (07408482) **Vítor Manuel Meireles dos Santos**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 29 de Junho de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do artigo 191.º do EMFAR não encerra vaga..

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR CAV (10933084) Carlos Alberto Leiria Leal.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Julho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *a*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *e*) do n.º 1 do 217.º, e 242.º do referido estatuto, o TCOR ADMIL (08792277) **Hamilton Leonel Lucas Ramalho**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 29 de Junho de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do COR ADMIL (10139783) António Vicente Timóteo Rodrigues.

(DR II Série n.º 204 de 21 de Outubro de 2009)

Por portaria de 5 de Maio de 2009 do major-general Director de Administração de Recursos Humanos, no uso da subdelegação de competências do tenente-general Ajudante-General do Exército por delegação do general Chefe do Estado-Maior do Exército conferida pelo Despacho n.º 4 316/07 de 31 de Janeiro e publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 9 de Março de 2007, foi promovido ao posto de tenente-coronel, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer às condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *d*) do n.º 1 do 217.º, e 241.º do referido estatuto, o MAJ TMANTM (11068479) **Moisés Neutério Caroceiras Vaz**.

Este oficial conta a antiguidade do novo posto, desde 19 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o Quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do TCOR TMANTM (10971178) Luís Manuel Ferrarias Correia.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea *c*) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea *c*) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP ENG (22788192) **Adalberto José Guerreiro da Silva Centenico**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 2 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ ENG (25639692) José Miguel Almeida Ramalho.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o MAJ FARM (35200391) **Luís Manuel Santo Ribeiro Mendonça**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 2 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda da MAJ FARM (07898591) Vânia do Carmo Marques Tira-Picos.

(DR II Série n.º 198 de 13 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP ADMIL (16797293) **Paulo Jorge Rainha**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 14 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ ADMIL (19914490) Paulo José Rodrigues Duarte.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP FARM (00050392) **Vítor Filipe de Sá da Silva**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 15 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ FARM (35200391) Luís Manuel Santo Ribeiro Mendonça.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP ART (10569790) **Armando Manuel Leal Simões**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 16 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ ART (33196092) Sérgio Marques Higinio de Avelar.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP CAV (23014392) **Luís António Andrade Seabra Peralta Pimenta**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 19 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ CAV (30156491) Paulo Jorge Silva Gonçalves Serrano.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP ENG (17118191) **Sidónio Carneiro Dias**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 19 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ ENG (22788192) Adalberto José Guerreiro da Silva Centenico.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP INF (14776793) **Vítor Sérgio Antunes Gomes**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 20 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ INF (32666192) Pedro Miguel Macedo Pinto Garcia Lopes.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP TM (36287892) **Paulo Sérgio Madaleno Soares**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 23 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ TM (26475393) Gustavo Alexandre Rodrigues Ferreira Gapo.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovida ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, a CAP VET (03495292) **Ana Teresa Ferreira dos Santos Martins da Silva**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 26 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrada no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovida para o quadro.

Fica posicionada na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ VET (12272492) Daniel Lourenço Simões.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP CAV (01355088) **Fernando Augusto Barros de Castro e Sousa**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 27 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ CAV (23014392) Luís António Andrade Seabra Peralta Pimenta.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP TM (29948991) **Fernando António Antunes da Silva**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 28 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ TM (36287892) Paulo Sérgio Madaleno Soares.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP ART (22371192) **Pedro Luís Raposo Ferreira da Silva**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 29 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ ART (10569790) Armando Manuel Leal Simões.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP CAV (20862391) **Rui Carlos Sobrinho Fernandes**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 29 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ CAV (01355088) Fernando Augusto Barros de Castro e Sousa.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP INF (22074792) **Musa Gonçalves Paulino**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 30 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ INF (14776793) Vítor Sérgio Antunes Gomes.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP ART (30646292) **João Ricardo de Sousa Barbosa e Dias da Costa**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 30 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ ART (22371192) Pedro Luís Raposo Ferreira da Silva.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP MED (38846091) **Pedro Moreira Nascimento Pinto Coelho**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 31 de Janeiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda da MAJ MED (33857292) Célia Catarina da Silva Cerqueira Bessa.

(DR II Série n.º 201 de 16 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP INF (13983893) **Anselmo Melo Dias**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 1 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ INF (22074792) Musa Gonçalves Paulino.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP ART (27812592) **José Carlos Pires Batista**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 1 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ ART (30646292) João Ricardo de Sousa Barbosa e Dias da Costa.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP INF (16430388) **Manuel Alves dos Santos**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 2 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ INF (13983893) Anselmo Melo Dias.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP INF (18789590) **Arménio Figueiredo dos Santos**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 2 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ INF (16430388) Manuel Alves dos Santos.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP ART (21433092) **Nuno Miguel Marques Baptista**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 2 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ ART (27812592) José Carlos Pires Batista.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP ART (14396086) **José António Cabral Carreira Coelho**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 4 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ ART (21433092) Nuno Miguel Marques Baptista.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP CAV (02306090) **Fernando Luís Ferreira da Silva**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 4 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ CAV (20862391) Rui Carlos Sobrinho Fernandes.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP INF (09105892) **Paulo Jorge Pires Fernandes Garcia Monteiro**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 7 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ INF (18789590) Arménio Figueiredo dos Santos.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP SGE (01690778) **Lino Vicente Graça**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 8 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ SGE (16454879) Rui Fernando Eusébio de Matos Dias.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP SGE (09977180) **Francisco António Andrade Canuto**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 8 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ SGE (01690778) Lino Vicente Graça.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP SGE (08806680) **Humberto José Pereira Elias**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 11 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ SGE (09977180) Francisco António Andrade Canuto.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP CBMUS (19622377) **Manuel Joaquim Ferreira da Costa**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 16 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ CBMUS (18129484) José Manuel Lemos Botelho.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP SGE (18271779) **Manuel Pereira Moreno**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 17 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ SGE (08806680) Humberto José Pereira Elias.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP TMANTM (16408480) **José Manuel Monteiro**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 19 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

É promovido para o quadro.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ TMANTM (10669681) António Alfredo Moutinho.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por portaria de 9 de Junho de 2009 do Chefe do Estado-Maior do Exército, foi promovido ao posto de major, nos termos do n.º 1 do artigo 183.º e da alínea c) do artigo 216.º do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas nos artigos 56.º, alínea c) do n.º 1 do 217.º, e 240.º do referido estatuto, o CAP SGE (19196778) **António José Brígida Rogado**.

Este oficial conta antiguidade do novo posto, desde 19 de Fevereiro de 2009, data a partir da qual lhe são devidos os respectivos vencimentos, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do novo posto, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 328/99, de 18 de Agosto.

Mantém a situação de adido ao quadro pelo que nos termos do artigo 191.º do EMFAR não encerra vaga..

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial à esquerda do MAJ SGE (18271779) Manuel Pereira Moreno.

(DR II Série n.º 202 de 19 de Outubro de 2009)

Por despacho de 16 de Setembro de 2009 do general Chefe do Estado-Maior do Exército é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série), para qualquer quadro especial, nos termos do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do referido estatuto, o SAJ PARA (00072381) **Carlos Fernando Carder da Silva Gomes**.

Conta antiguidade desde 25 de Maio de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o Quadro, ocupando uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série) para qualquer quadro especial, reatribuída ao QE/PARA, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 190 de 30 de Setembro de 2009)

Por despacho de 16 de Setembro de 2009 do general Chefe do Estado-Maior do Exército é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série), para qualquer quadro especial, nos termos do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do referido estatuto, o SAJ PARA (04132282) **António José Geraldês Milheiro**.

Conta antiguidade desde 26 de Maio de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

Mantém-se na situação de Adido ao Quadro, pelo que, nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º e do artigo 191.º, ambos do EMFAR, não encerra vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 190 de 30 de Setembro de 2009)

Por despacho de 16 de Setembro de 2009 do general Chefe do Estado-Maior do Exército é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série), para qualquer quadro especial, nos termos do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do referido estatuto, o SAJ PARA (15780081) **Licínio Manuel Pires Gonçalves**.

Conta antiguidade desde 26 de Maio de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o Quadro, ocupando uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série) para qualquer quadro especial, reatribuída ao QE/PARA, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 190 de 30 de Setembro de 2009)

Por despacho de 16 de Setembro de 2009 do general Chefe do Estado-Maior do Exército é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série), para qualquer quadro especial, nos termos do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 262.º, ambos do EMFAR,

por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do referido estatuto, o SAJ MAT (16667683) **João Manuel da Silva**.

Conta antiguidade desde 27 de Maio de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o Quadro, ocupando uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série) para qualquer quadro especial, reatribuída ao QE/MAT, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 190 de 30 de Setembro de 2009)

Por despacho de 16 de Setembro de 2009 do general Chefe do Estado-Maior do Exército é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série), para qualquer quadro especial, nos termos do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do referido estatuto, o SAJ INF (05135482) **Manuel Pereira Gomes**.

Conta antiguidade desde 5 de Junho de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o Quadro, ocupando uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série) para qualquer quadro especial, reatribuída ao QE/INF, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 190 de 30 de Setembro de 2009)

Por despacho de 16 de Setembro de 2009 do general Chefe do Estado-Maior do Exército é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série), para qualquer quadro especial, nos termos do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do referido estatuto, o SAJ ENG (14347583) **José Emílio Esteves da Silva**.

Conta antiguidade desde 8 de Junho de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o Quadro, ocupando uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série) para qualquer quadro especial, reatribuída ao QE/ENG, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 190 de 30 de Setembro de 2009)

Por despacho de 16 de Setembro de 2009 do general Chefe do Estado-Maior do Exército é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série), para qualquer quadro especial, nos termos do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do referido estatuto, o SAJ TM (06547286) **Luís Fernando Monteiro da Mota**.

Conta antiguidade desde 29 de Junho de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o Quadro, ocupando uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série) para qualquer quadro especial, reatribuída ao QE/TM, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 193 de 6 de Outubro de 2009)

Por despacho de 16 de Setembro de 2009 do general Chefe do Estado-Maior do Exército é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série), para qualquer quadro especial, nos termos do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do referido estatuto, o SAJ INF (15115283) **Álvaro Martins Marques**.

Conta antiguidade desde 30 de Junho de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o Quadro, ocupando uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série) para qualquer quadro especial, reatribuída ao QE/INF, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 191 de 1 de Outubro de 2009)

Por despacho de 16 de Setembro de 2009 do general Chefe do Estado-Maior do Exército é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série), para qualquer quadro especial, nos termos do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do referido estatuto, o SAJ TM (01088184) **José Manuel dos Santos Inácio**.

Conta antiguidade desde 30 de Junho de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

Mantém-se na situação de Adido ao Quadro, pelo que, nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º e do artigo 191.º, ambos do EMFAR, não encerra vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 191 de 1 de Outubro de 2009)

Por despacho de 16 de Setembro de 2009 do general Chefe do Estado-Maior do Exército é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série), para qualquer quadro especial, nos termos do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do referido estatuto, o SAJ INF (11339885) **Elísio Freitas Pedrosa**.

Conta antiguidade desde 7 de Julho de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

Mantém-se na situação de Adido ao Quadro, pelo que, nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º e do artigo 191.º, ambos do EMFAR, não encerra vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 191 de 1 de Outubro de 2009)

Por despacho de 16 de Setembro de 2009 do general Chefe do Estado-Maior do Exército é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série), para qualquer quadro especial, nos termos do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do referido estatuto, o SAJ MAT (12158082) **Manuel Eusébio Pereira da Costa**.

Conta antiguidade desde 7 de Julho de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o Quadro, ocupando uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série) para qualquer quadro especial, reatribuída ao QE/MAT, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 191 de 1 de Outubro de 2009)

Por despacho de 16 de Setembro de 2009 do general Chefe do Estado-Maior do Exército é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série), para qualquer quadro especial, nos termos do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do referido estatuto, o SAJ ART (08400883) **Paulo Jorge Vaz Pereira**.

Conta antiguidade desde 1 de Setembro de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o Quadro, ocupando uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série) para qualquer quadro especial, reatribuída ao QE/ART, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 193 de 6 de Outubro de 2009)

Por despacho de 16 de Setembro de 2009 do general Chefe do Estado-Maior do Exército é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série), para qualquer quadro especial, nos termos do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do referido estatuto, o SAJ CAV (07741384) **Paulo José Antunes Rainho**.

Conta antiguidade desde 1 de Setembro de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

É promovido para o Quadro, ocupando uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série) para qualquer quadro especial, reatribuída ao QE/CAV, pelo que, encerra a vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 191 de 1 de Outubro de 2009)

Por despacho de 16 de Setembro de 2009 do general Chefe do Estado-Maior do Exército é promovido ao posto de sargento-chefe, para preenchimento de uma vaga prevista no Despacho n.º 7 866/2009 publicado no *Diário da República* n.º 55, em 19 de Março de 2009 (2.ª série), para qualquer quadro especial, nos termos do artigo 183.º e da alínea *b*) do artigo 262.º, ambos do EMFAR, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção estabelecidas no artigo 56.º, alínea *c*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 263.º e n.º 3 do artigo 274.º do referido estatuto, o SAJ SGE (07424481) **João Ricardo Lopes Brito do Amaral**.

Conta antiguidade desde 1 de Setembro de 2009, data a partir da qual tem direito ao vencimento do novo posto, ficando integrado no escalão 1 da estrutura remuneratória do posto de sargento-chefe.

Mantém-se na situação de Adido ao Quadro, pelo que, nos termos da alínea *g*) do n.º 2 do artigo 173.º e do artigo 191.º, ambos do EMFAR, não encerra vaga.

Fica posicionado na lista geral de antiguidades do seu quadro especial nos termos do n.º 1 do artigo 183.º do EMFAR.

(DR II Série n.º 191 de 1 de Outubro de 2009)

IV — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES

Colocações

Gabinete Nacional de Segurança

COR ADMIL (17452975) Luís Manuel da Silva Pereira, do CFin/CmdLog, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

Estado-Maior-General das Forças Armadas

COR ART (11044776) Fernando da Costa Crespo, do CID, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

Gabinete do General Chefe do Estado-Maior do Exército

COR CAV (01778082) Viriato César Coelho do Amaral, da EPC, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

MAJ ART (16261091) Camilo José Maques Serrano, da UnAp/EME, em diligência no IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Julho de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

Instituto de Estudos Superiores Militares

COR INF (06576281) Carlos Henrique de Aguiar Santos, da UnAp/EME, em diligência no IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 9 de Outubro de 2009)

COR ART (09028679) Luís Francisco Botelho Miguel, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 18 de Setembro de 2009)

TCOR TM (00849886) José Carlos da Costa Guilherme, da UnAp/EME, em diligência no IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 9 de Outubro de 2009)

MAJ SGE (04081382) António José Bessa Fernandes, do CR VILA REAL, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

Arquivo Geral do Exército

CAP TPESSECR (19810583) Carlos Alberto B. Peixeiro Afonso, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

Arquivo Histórico-Militar

1SAR SGE (12660691) Rui António da Costa Moraes, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Museu Militar de Lisboa

TCOR TMANMAT (14797475) João tavares Tomás, do RMan, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

Inspeção-Geral do Exército

COR INF (12057574) José António Silva Conceição, do COA, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

COR INF (12862380) Luís Filipe Tavares Nunes, da UnAp/EME em diligência no IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

COR CAV (03033681) Tiago Maria Ramos Chaves Almeida e Vasconcelos, da UnAp/EME em diligência no IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

COR ART (17906180) Ulisses Joaquim de Carvalho Nunes de Oliveira, da UnAp/EME em diligência no IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

Estado-Maior do Exército

SAJ AM (10798386) António da Conceição Guerreiro Pinto, da DFin, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ CAV (04700886) António Luís Martins Bernardino, do Cmd e CCS/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ CAV (14520888) Rui Manuel Mendes Vilhais, do GCC/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Estado-Maior do Exército**Unidade de Apoio**

COR ART (09028679) Luís Francisco Botelho Miguel, da UnAp/EME em diligência no IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Julho de 2009.

(Por portaria de 18 de Setembro de 2009)

COR CAV (18293078) Luís Rodrigues da Silva, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 9 de Outubro de 2009)

TEN ADMIL (05918597) Hugo Ricardo Miranda Leitão, da DFin, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

TEN TPESSECR (21633293) Cristovão Florido da Fonseca, do RTm, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

Estado-Maior do Exército**Unidade de Apoio a prestar serviço no Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes do Ministério da Defesa Nacional**

SCH CAV (00351981) José Luís de Oliveira Correia, da UnAp/EME a prestar serviço no EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Estado-Maior do Exército**Unidade de Apoio a prestar serviço na Direcção Geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional**

1SAR TM (00780394) Fernando Miguel Santos Oliveira Talhadas, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Agosto de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Estado-Maior do Exército
Unidade de Apoio a prestar serviço no Centro de Apoio Social de Braga
do Instituto de Acção Social das Forças Armadas

SCH ART (02088478) Adelino Tinoco Dantas Costa, do CR BRAGA, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Academia Militar

COR ART (01234982) Maurício Simão Tendeiro Raleiras, da EPA, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

TCOR INF (15560185) José Joaquim Barreno Branco, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

TCOR ART (10687585) Élio Teixeira dos Santos, da EPA, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

MAJ INF (10394583) Mário Manuel Queiroga Pereira, do RG1, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

CAP ART (12688495) Ricardo Jorge Cardoso Martins da Assunção, do RG3, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 9 de Outubro de 2009)

CAP ART (16589496) Orlando Raúl Marques Moita Rodrigues Rebelo, do RAAA1, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

CAP INF (07617996) Rui Miguel Bráz Eusébio, do CTCmds, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

SAJ INF (00569886) José Carlos Bernardes de Jesus, da UnAp/BrigInt, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ INF (04157488) António João Figueiredo Teixeira, do RI14, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR ENG (06845290) Mário Jorge da Costa Bernardino, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Comando do Pessoal

TCOR INF (15401189) Ilídio João Cardoso Abelha, da DARH, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 9 de Outubro de 2009)

**Comando do Pessoal
Unidade de Apoio**

CAP INF (27220891) Vasco Paulo Osório Seabra Paiva, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

Direcção de Administração de Recursos Humanos

COR INF (03666381) José António da Fonseca e Sousa, do RI13, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

COR INF (01268983) Jorge Ferreira de Brito, do IMPE, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 9 de Outubro de 2009)

SAJ ART (04853384) José Cláudio Rodrigues Alves, do RA5, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

**Centro de Recrutamento de Coimbra
a prestar serviço no Gabinete de Apoio ao Público de Castelo Branco**

1SAR SGE (03240692) Carlos António dos Santos Godinho, do RA5, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Centro de Recrutamento de Vila Real

MAJ SGE (15297178) Fernando dos Santos Guedes, do IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 25 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

Banda Militar de Évora

1SAR MUS (19828389) António Maria Saldanha Busca Mourato, da BE, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Banda Militar de Porto

SCH MUS (15621683) João Manuel Pereira Vaz, da BE, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ MUS (07393386) Adriano Joaquim Soares Carvalho, da BE, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ MUS (07605786) Idílio Manuel de Oliveira, da BE, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR MUS (16574885) António José da Rocha Rodrigues, da BE, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR MUS (00027693) Agostinho Laurindo Soares Ferreira, da BE, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR MUS (18177989) Fernando Jorge de Jesus Fernandes, da BE, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

2SAR MUS (08306502) Henrique Veríssimo Saleiro Torres, da BE, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Comando de Logística

COR ADMIL (03341581) João Manuel Lopes Nunes dos Reis, da UnAp/EME, em diligência no IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Julho de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

COR ENG (13030683) Jorge Filipe Marques Moniz Corte-Real Andrade, da EPE, em diligência no IESM, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

Comando de Logística Centro de Finanças

CAP ADMIL (07858197) Luís Filipe Queirós Correia, do CFin/CID, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

Direcção de Material e Transportes

TCOR MAT (12524982) João Carlos de Oliveira Alves, da EPS, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

MAJ TMANMAT (14545981) João Francisco Alves Ramos, do RMan, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

SCH MAT (09469582) Alfredo António Gouveia, do DGME, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Centro Militar de Electrónica

SAJ MUS (00319886) Aniceto António Rodrigues Toscano, do Cmd ZMM, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Regimento de Manutenção

TCOR MAT (08578183) Manuel Duarte de Amorim Ribeiro, da DMT, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

MAJ TMANMAT (05294681) Jorge Rodrigues Ribeiro Cid, da DMT, devendo ser considerado nesta situação desde 29 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

SAJ INF (12779187) José Zeferino Marques da Silva, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR MAT (00935993) Ana Lúcia Vieira Sousa, da UALE, devendo ser considerada nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR MAT (13906390) Ricardo Manuel da Costa Silvério, da UALE, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR MAT (33566092) Vasco Antero Catarino Pires, do RA4, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR MAT (28932292) Renato Duarte Ferreira, do 1BIMec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Regimento de Transportes

CAP TTRANS (07770283) José António Pratas Guerreiro, do RC3, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

SCH SGE (12770281) José Albino Filipe Seco, do CR COIMBRA, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ INF (11402185) Leonel Augusto Gomes Monteiro, do CR COIMBRA, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ INF (05415784) António José Pimentel Ferreira Calhau, do CR COIMBRA, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ INF (11725285) Carlos António da Costa Veloso, do CR COIMBRA, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Direcção de Infra-Estruturas

MAJ ENG (06667591) António José Nunes Donário Veríssimo, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

CAP ENG (23406193) José Fernando Barbosa de Sousa, do RE3, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

CAP ENG (15803595) João Manuel Pinto Correia, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

Hospital Militar Principal

SAJ CAV (06872286) Licínio Domingos de Oliveira Simões, do GCC/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR SGE (01552392) Nuno Miguel Gomes Teles Nave, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Hospital Militar Regional n.º 1

MAJ SGE (05032477) Armandino Miguel Fernandes, da DARH, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

Centro de Saúde de Tancos/Santa Margarida

ISAR MED (08997391) José Manuel Fernandes Ganhão, do CS ÉVORA, devendo ser considerado nesta situação desde 2 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Direcção de Finanças

MAJ ADMIL (31787691) Paulo Jorge Alves Gomes, da MM/Delegação de Lagos, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

SAJ AM (11260087) João Carlos Chaves Fernandes, da MM/Messe Militar de Lagos, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Instituto Geográfico do Exército

SCH CAV (14881481) Manuel do Rosário Leandro Gonçalves, da UALE, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR MAT (17636595) Ricardo Filipe Rodrigues Ferreira, do Cmd e CCS/BrigInt, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Unidade de Apoio da Área Militar Amadora/Sintra

SAJ MAT (02410085) Rui Manuel de Sousa Alves, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Comando da Instrução e Doutrina

TCOR ENG (11680182) António Guilherme Pereira Ramalho Serrano, da DIE, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

**Comando da Instrução e Doutrina
Centro de Finanças**

CAP ADMIL (16068190) Pedro Manuel Carriço Pinheiro, do CFin/Cmd Log, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

Escola de Sargentos do Exército

TEN TPESSECR (26446392) Pedro Martins Cardoso Teixeira, do RE1, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

SAJ MAT (04780288) Mário José Fragueiro, do CM, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR MAT (00900588) Manuel Carlos Fonseca de Sant'Anna e Vasconcelos, do 1BIMec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR AM (06831792) Pedro Miguel Inácio Resendes, do CM, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR INF (05754392) Luís Alves Pedro, do 1BIMec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Escola Prática de Infantaria

CAP INF (18673694) Nuno Miguel Brázio Vicente, do CM, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

Escola Prática de Cavalaria

SCH CAV (05095183) João Manuel Trindade Fernandes Rodrigues, do RC3, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR CAV (16378590) Joaquim José Lopes Ferreira, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Escola Prática de Artilharia

COR ART (13081985) Henrique José Pereira dos Santos, do GabCEME, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

TEN ART (09438897) Aléxis da Fonseca Vicente, do RA4, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

1SAR MAT (16220391) Luís Miguel Branquinho Serrano, do CID, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Escola Prática de Engenharia

COR ENG (13910078) Firme Alves Gaspar, da DIE, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

Escola Prática de Transmissões

TEN TEXPTM (03091390) Paulo Jorge Fernandes Rodrigues, do RTm, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

1SAR TM (31754893) João Paulo Pires Marques, do RI14, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Escola Prática dos Serviços

CAP ADMIL (00949994) Jorge Marques Rodrigues, do RI19, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

2SAR AM (10931702) Joel Filipe Almeida Aguiar, do RC6, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Regimento de Cavalaria n.º 3

MAJ CAV (15602989) Luís Miguel Correia Mourato Gonçalves, do RL2, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 9 de Outubro de 2009)

Centro Militar de Educação Física e Desportos

TEN TMANMAT (00663589) Paulo Alexandre Viegas Correia Andrade, do DGME, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

CAP CAV (19939497) Marco António Frontoura Cordeiro, da EPC, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

SAJ ART (15620685) António José Vitorino Horta, do RG2, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR INF (07664490) Arlindo Alexandre Vilela Rodrigues, do RG2, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Colégio Militar

MAJ CAV (23021092) Carlos Jorge Veríssimo Bastos de Ferreira Marques, da AM, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

TEN VET (08015895) Francisco Miguel Miranda de C. Morais de Medeiros, do CMEFD, devendo ser considerado nesta situação desde 3 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

SAJ INF (13662083) João Batista Sanches Nunes, do CR COIMBRA, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ CAV (08152786) Dinário Manuel da Silva Seromenho, da EPC, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ INF (07067888) Carlos Manuel Amaral dos Santos, do Cmd e CCS/BrigInt, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR MAT (04601090) Luís Miguel Figueira Santos, do DGME, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Instituto Militar dos Pupilos do Exército

COR CAV (16499879) Rui Alves Tavares Ferreira, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

1SAR INF (07104492) Mário Manuel Matias Semedo, da EPI, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Escola do Serviço de Saúde Militar

SCH FARM (08787178) Dídio Jacinto Caldeira Tangarrinhas, do DGME, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ INF (10694986) António Augusto Calado de Carvalho, da ESE devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR MED (01723691) Vítor Manuel dos Santos Camocho, da EPI devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR MAT (33292391) Manuel João Faia Gomes, do DGME devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR PESSEC (33257192) Maria de Fátima Carneiro Dias, da ESE devendo ser considerada nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Comando Operacional

MAJ ART (01282188) Manuel João Favita Marchã, do COA devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

MAJ INF (03216189) João Manuel de Jesus Carvalho, do EPM devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

MAJ ART (21433092) Nuno Miguel Marques Baptista, do RAAA1 devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

CAP INF (30706992) Miguel Pascoal Costa Saldanha Seabra, do CISM devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

Direcção de Comunicações e Sistemas de Informação

SAJ TM (18756284) José Manuel Andrade Grilo Lopes Silva, do DGME devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Centro de Informações e Segurança Militar

SAJ ENG (15429687) João Maria Silvério Calouro, da CEng/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ INF (14457988) Rui Manuel Carvalho Marques Ferreira, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Comando da Zona Militar dos Açores

SCH ART (14729776) Domingos Paixão da Eugénia, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ INF (10870282) Francisco Tomás Rodrigues Granada, do RG2, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ SGE (04017188) José Luís Almeida Garcia, do CR LISBOA, devendo ser considerado nesta situação desde 31 de Agosto de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Regimento de Guarnição n.º 1

MAJ SGE (12976178) José Maria de Sousa Ribeiro, do HMB, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

SCH ART (11342481) Manuel Joaquim Almeida Mirrado, da UnAp/EME a prestar serviço no Departamento de Apoio aos Antigos Combatentes do MDN, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SCH CAV (16018480) Francisco Leite Barbosa, da UnAp/EME a prestar serviço na PJM, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ CORN/CLAR (05925587) Paulo Alexandre Moreira Vilaverde, da EPT, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ SGE (05694588) Marcos Lopes Pereira Assunção, do RG2, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Regimento de Guarnição n.º 2

TCOR INF (04667779) Ricardo Manuel Pereira Viegas, do IMPE, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

1SAR ART (19685089) Rui Manuel Alves Fontes, do RA5, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR MAT (07778494) Sérgio Nuno Costa Cardoso, do GAC/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 4 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Comando da Zona Militar da Madeira

TCOR CAV (02007586) Rui Manuel Sequeira Seica, do RL2 devendo ser considerado nesta situação desde 5 de Outubro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

SAJ INF (10842788) Alfredo Manuel de Jesus Teixeira Rebelo, do RI13, devendo ser considerado nesta situação desde 24 de Agosto de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

2SAR CAV (18956302) José David Figueira Henriques, do ERec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Comando da Zona Militar da Madeira Unidade de Apoio

MAJ INF (14857691) José Virgílio dos Reis Martins, do RG3, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

Regimento de Guarnição n.º 3

TCOR ART (08949385) Carlos Manuel de Lemos Ramos Dionísio, do Joint Command Lisbon, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

TCOR INF (07496887) Francisco José dos Santos Martins, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

MAJ SGE (18269377) José António Ferreira Marques, da DSP, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

1SAR MED (14703596) Filipe Rodrigues da Fonseca, do CS TANCOS/STª MARGARIDA, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Brigada Mecanizada 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado

1SAR INF (05112085) Filipe Manuel Ferreira Félix, da UnAp/BrigInt, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR MAT (00671490) Francisco José Roque Tomé, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR INF (28146192) Paulo Jorge Dias Carvalho, do CR COIMBRA, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR INF (23578691) José Carlos Caridade Moita, da UnAp/BrigInt, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Brigada Mecanizada
2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado

1SAR INF (18157490) Simão dos Santos Calmeiro, do CR COIMBRA a prestar serviço no GAP CASTELO BRANCO, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR INF (05097190) Rodrigo Manuel Matos Minhava, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR INF (00289693) José Carlos Henriques Coimbra, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 11 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Brigada Mecanizada
Unidade de Apoio

SAJ INF (13283188) José Joaquim Martins António, do CR LISBOA, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Brigada Mecanizada
Batalhão de Apoio de Serviços

MAJ TMANMAT (09928879) Américo Augusto Frade, do RMan, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

MAJ MAT (03582492) João Luís Barradas de Oliveira Ramos, do RMan, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

TEN TMANMAT (06579890) Mário Fernando dos Santos Constança, do RA4, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

Brigada Mecanizada
Comando e Companhia de Comando e Serviços

1SAR CAV (07635791) António Jaime Dias da Silva, do ERec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Brigada de Intervenção
Comando e Companhia de Comando e Serviços

SCH INF (03609280) António Manuel Ferreira Soares, da UnAp/BrigInt, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Regimento de Infantaria n.º 13

1SAR SGE (07484989) Pedro Pires Mateus, do CR VILA REAL, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Regimento de Infantaria n.º 14

COR INF (11124182) João Manuel de Carvalho Oliveira da Cunha Porto, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de Outubro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

TEN INF (08510798) Sérgio de Almeida Moraes, do RI13, devendo ser considerado nesta situação desde 16 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

1SAR INF (35461193) Fernando Jorge Gonçalves Barra, do RG2 VILA REAL, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Regimento de Infantaria n.º 19

CAP TTRANS (06479885) Rui Manuel Fonseca Seixas, do RI14, devendo ser considerado nesta situação desde 10 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

TEN INF (08580798) Xavier da Costa, do 1BIMec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

SAJ MAT (12158082) Manuel Eusébio Pereira Costa, do CR VILA REAL, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Regimento de Artilharia n.º 4

CAP ART (31839792) Sérgio Bruno Quintas Rosado Gião, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

Regimento de Engenharia n.º 3

TCOR ENG (19873684) José Augusto Cardoso Almeida, da Companhia de Bombeiros Sapadores de Coimbra, devendo ser considerado nesta situação desde 22 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

**Brigada de Reacção Rápida
Comando e Companhia de Comando e Serviços**

TCOR INF (00316485) Vasco Francisco de Melo Parente de Alves Pereira, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

CAP INF (04200695) José Luís Marques Cardoso, do 1BI/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

Escola de Tropas Paraquedistas

MAJ INF (18789590) Arménio Figueiredo dos Santos, do RI15, devendo ser considerado nesta situação desde 23 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

Centro de Tropas de Comandos

1SAR INF (18139089) Paulo Fernando Fontes Coelho, do DGME, devendo ser considerado nesta situação desde 8 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Centro de Tropas de Operações Especiais

TCOR INF (04415686) Joaquim Camilo de Sousa Monteiro, do EME, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

Regimento de Infantaria n.º 10

1SAR ENG (12161495) Jorge Miguel Caetano Correia, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Regimento de Infantaria n.º 15

MAJ INF (01662289) Vítor José Paulico Serra Patrício, da ETP, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

TEN INF (15834099) Adolfo Henrique de Assis Ferreira dos Reis, do Cmd e CCS/BrigRR, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 24 de Setembro de 2009)

ALF TPESSECR (08348095) Jorge Manuel Coito Nunes, do Cmd e CCS/BrigRR, devendo ser considerado nesta situação desde 28 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

1SAR CAV (11419289) Manuel Machado Vilas Boas Calçada, do EPM, devendo ser considerado nesta situação desde 7 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

1SAR TM (02308391) Domingos Manuel Gomes Gonçalves, da UALE, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR MAT (02491192) Ludgero Fernando Pereira Ferreira, do 1BI/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 9 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR ENG (24904893) Gil Manuel Gonçalves Pinela, da UALE, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Unidade de Aviação Ligeira do Exército

CAP TMANMAT (03797985) Jeremias Joaquim Ferrugento Cardoso, do BApSvc/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

CAP INF (32055092) Paulo Jorge Fernandes Laranjo, do RG2, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

ISAR ENG (10558289) Paulo Jorge Martins Lopes, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR INF (11730487) Ilídio César Domingos da Silva, do 2BIMec/BrigMec, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR ENG (14013891) Paulo Alexandre Borba Costa, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR ART (09265597) Pedro Miguel de Sousa Salgueiro, do RAAA1, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Regimento de Lanceiros n.º 2

TCOR CAV (15720485) José Manuel Carreiro Crespo, do EMGFA, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

MAJ CAV (20862391) Rui Carlos Sobrinho Fernandes, da EPC, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

SCH CAV (07641580) Fernando Proença Henriques, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SCH CAV (11601481) José Manuel Marques Amado, do Cmd e CCS/BrigInt, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

SAJ CAV (11637187) Rogério Paulo Peralta Rodrigues, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Regimento de Engenharia n.º 1

ISAR ENG (11736592) Luís Filipe Lopes Inácio, da ESE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR ENG (14981597) Jorge Manuel da Silva Frazão, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

ISAR ENG (10792594) Nuno Fernando das Neves Domingos, da EPE, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

**Manutenção Militar
Messe Militar de Lagos**

ISAR AM (01582491) Felisbino António Gomes de Almeida, do Cmd Pess, devendo ser considerado nesta situação desde 14 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Estação Ibéro Nato

SCH TM (07680781) Vítor Fernando da Silva Modesto, do CME, devendo ser considerado nesta situação desde 15 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 25 de Setembro de 2009)

Joint Command Lisbon

TCOR ART (07847089) Vasco Vitorino da Silva António, do IGeoE, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 1 de Outubro de 2009)

Joint Analysis Lessons Learned Center

TCOR SGPQ (092142283) Luís Filipe Carvalho de Castro, da UnAp/EME, devendo ser considerado nesta situação desde 17 de Setembro de 2009.

(Por portaria de 8 de Outubro de 2009)

Nomeações

O protocolo celebrado ao abrigo do n.º 4 do artigo 6.º da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de Setembro, Lei de Programação das Infra-Estruturas Militares, prevê, no n.º 3 da sua cláusula 8.ª, que, para a coordenação da execução das operações resultantes do mencionado protocolo, será criada uma comissão paritária. Considerando o despacho n.º 10 543/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 23 de Abril, que cria a referida comissão paritária e determina a respectiva composição;

Atendendo ao facto de a Dr.ª Clarinda Mendes de Sousa, nomeada como membro daquela comissão paritária, ter cessado as suas funções enquanto directora-geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional:

Determina-se:

A nomeação como membro da comissão paritária de coordenação da execução das operações relativas à rentabilização dos imóveis abrangidos pela Lei Orgânica n.º 3/2008, Lei da Programação das Infra-Estruturas Militares, do COR TIR ENG (03726880) **Francisco Miguel da Rocha Grave Pereira**, subdirector-geral de Infra-Estruturas do Ministério da Defesa Nacional, em substituição da Dr.ª Clarinda Mendes de Sousa.

8 de Setembro de 2009. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*, Secretário de Estado do Tesouro e Finanças. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 18 236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006, e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em Acções de Cooperação Técnico-Militar Concretizadas em Território Estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, conjugado com o disposto no n.º 4 do artigo 6.º do mesmo estatuto e, encontrando-se verificados os requisitos nele previstos, prorrogo por um período de 180 dias, com início em 17 de Julho de 2009, a comissão do TCOR INF (15254081) **João Pedro Fernandes de Sousa Barros Duarte**, no desempenho das funções de director técnico do Projecto n.º 1 — Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da Portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado continuará a desempenhar funções em país da classe C.

13 de Julho de 2009. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*.

Considerando a necessidade de assegurar o exercício de funções do cargo de chefe de Divisão de Qualidade Normalização e Catalogação da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, presentemente vago;

Considerando que enquanto decorrer o procedimento concursal tendente à nomeação de novo titular importa assegurar a direcção, a coordenação e o controlo das actividades cometidas à Divisão de Qualidade Normalização e Catalogação;

Considerando que o TCOR ART (07126877), João Carlos Ferreira da Costa, reúne todos os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo e possui a competência técnica, a aptidão e o perfil adequados ao exercício das inerentes funções:

1 — Nomeio, ao abrigo do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o TCOR ART (07126877) **João Carlos Ferreira da Costa**, em regime de substituição, para o cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Qualidade Normalização e Catalogação da Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, do Ministério da Defesa Nacional.

2 — De acordo com o n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o nomeado pode optar pelo vencimento ou retribuição de base da sua função, cargo ou categoria de origem.

3 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2009.

21 de Setembro de 2009. — O Director-Geral da DGAED, *Carlos Alberto Viegas Filipe*, vice-almirante.

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e dos Negócios Estrangeiros e da Defesa Nacional, por proposta do general Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 1.º, n.º 3, alínea a), 2.º, 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 232/02, de 2 de Novembro, nomear o TCOR CAV (18503485) **Paulo Manuel Simões das Neves de Abreu** no cargo “Personnel branch chief” no Estado-Maior da EUROFOR, em Florença, República Italiana, em substituição do TCOR CAV (07408482) Vítor Manuel Meireles dos Santos, que fica exonerado do referido cargo pela presente portaria na data em que o oficial agora nomeado assumir funções.

Nos termos do artigo 6.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 55/81, de 31 de Março, a duração normal da missão de serviço correspondente ao exercício deste cargo é de três anos, sem prejuízo da antecipação do seu termo pela ocorrência de facto superveniente que obste o decurso normal da mesma.

A presente portaria produz efeitos a partir de 16 de Novembro de 2009.

(Isenta de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Setembro de 2009. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 18 236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o TCOR INF (15424885) **Paulo Alexandre de Jesus Castro Rodrigues**, por um período de 365 dias, com início em 21 de Março de 2009, para desempenhar funções de director técnico do Projecto n.º 4 — Brigada de Forças Especiais, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da Portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

16 de Março de 2009. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 18 236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, nomeio o TCOR INF (09946386) **António José Pires Mendes**, por um período de 365 dias, com início em 30 de Julho de 2009, em substituição do TCOR INF (15412984), Francisco José Courelas de Oliveira Figueiredo, para desempenhar funções de director técnico do projecto n.º 3, «Academia Militar de Angola», inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

13 de Julho de 2009. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*.

1 — No uso das competências delegadas pelo despacho n.º 18 236/2006, de 3 de Agosto, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 173, de 7 de Setembro de 2006, e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro,

nomeio o TCOR ENG (19673684), **José Augusto Cardoso Almeida**, por um período de 365 dias, com início em 1 de Outubro de 2009, em substituição do TCOR ENG (00907086), João Paulo de Almeida, para desempenhar funções de director-técnico não residente do projecto n.º 5, «Engenharia militar», inscrito no Programa Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné-Bissau.

2 — De acordo com o n.º 5.º da portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de Dezembro de 1998, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

21 de Setembro de 2009. — O Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, *João António da Costa Mira Gomes*.

Por despacho de 26 de Junho de 2009 do director-geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 15 781/2007, de 8 de Março, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 23 de Julho de 2007 e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, foi nomeado o CAP ENG (18852292) **Paulo Jorge Correia Lamego**, por um período de doze (12) dias, com início em 11 de Julho de 2009, para desempenhar funções de Assessoria Técnica no âmbito do Projecto n.º 4 — Brigada de Forças Especiais, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

24 de Agosto de 2009. — O Subdirector-Geral da DGPDN, *Mário Rui Correia Gomes*.

Por despacho de 26 de Junho de 2009 do director-geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 15 781/2007, de 8 de Março, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 23 de Julho de 2007 e nos termos do artigo 4.º do estatuto dos militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, foi nomeada a CAP TM (29751093) **Mónica Teresa Ferreira dos Anjos**, por um período de vinte e oito (28) dias, com início em 11 de Julho de 2009, para desempenhar funções de Assessoria Técnica no âmbito do Projecto n.º 2 — Instituto Superior de Ensino Militar, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

20 de Agosto de 2009. — O Subdirector-Geral da DGPDN, *Mário Rui Correia Gomes*.

Por despacho de 26 de Junho de 2009 do director-geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 15 781/2007, de 8 de Março, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 23 de Julho de 2007 e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, foi nomeado a TEN TM (01066798) **Susana Margarida Gomes Pinto**, por um período de vinte e oito (28) dias, com início em 11 de Julho de 2009, para desempenhar funções de Assessoria Técnica no âmbito do Projecto n.º 2 — Instituto Superior de Ensino Militar, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

20 de Agosto de 2009. — O Subdirector-Geral da DGPDN, *Mário Rui Correia Gomes*.

Por despacho de 26 de Junho de 2009 do director-geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo despacho n.º 15 781/2007, de 8 de Março, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 23 de Julho de 2007, e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em acções de

cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, foi nomeado o TEN TPESSECR (19854392) **Fernando Manuel de Figueiredo Correia**, por um período de doze (12) dias, com início em 11 de Julho de 2009, para desempenhar funções de Assessoria Técnica no âmbito do Projecto n.º 4 — Brigada de Forças Especiais, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

24 de Agosto de 2009. — O Subdirector-Geral da DGPDN, *Mário Rui Correia Gomes*.

Por despacho de 3 de Agosto de 2009 do director-geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 15 781/2007, de 8 de Março, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República* — 2.ª série, n.º 140, de 23 de Julho de 2007 e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em acções de Cooperação Técnico-Militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, foi nomeado o SAJ MAT (16097886) **Luís Alberto Vieira Leal**, por um período de trezentos e sessenta e cinco (365) dias, com início em 21 de Agosto de 2009, em substituição do SAJ MAT (12857188) Marcos Andrade Pinto, para desempenhar funções de Assessoria Técnica no âmbito do Projecto n.º 6 — Serviço de Material, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República da Guiné-Bissau.

5 de Agosto de 2009. — O Subdirector-Geral, *Mário Rui Correia Gomes*.

Por despacho de 26 de Junho de 2009 do director-geral de Política de Defesa Nacional, no uso das competências subdelegadas pelo Despacho n.º 15 781/2007, de 8 de Março, do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 23 de Julho de 2007 e nos termos do artigo 4.º do Estatuto dos Militares em acções de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de Dezembro, foi nomeado o 1SAR ENG (15251592) **Hélder António da Fonseca Ferreira Mendes**, por um período de doze (12) dias, com início em 11 de Julho de 2009, para desempenhar funções de Assessoria Técnica no âmbito do Projecto n.º 4 — Brigada de Forças Especiais, inscrito no Programa-Quadro da Cooperação Técnico-Militar com a República de Angola.

24 de Agosto de 2009. — O Subdirector-Geral da DGPDN, *Mário Rui Correia Gomes*.

Por meu despacho de 22 de Setembro de 2009, nomeio, para exercer o cargo de Técnico de Manutenção Electrónica SATCOM da Estação Ibéria NATO, o 1SAR TM (00780394) **Fernando Miguel dos Santos Oliveira Talhadas**, com efeitos a 2 de Novembro de 2009, em substituição do 1SAR TM (01475190), Pedro Miguel Lopes de Oliveira, que fica exonerado do cargo a 30 de Outubro de 2009.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Setembro de 2009. — O Subdirector-Geral da DGIE, *Francisco Grave Pereira*.

Exonerações

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, exonero o COR ART (03395682) **Rui Manuel Carlos Clero**, que vinha exercendo as funções de assessor no âmbito das relações externas, no meu Gabinete, para as quais tinha sido nomeado pelo meu despacho n.º 18 944/2008, de 30 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 136, de 16 de Julho de 2008, em virtude de o mesmo ir frequentar o curso de promoção a oficial general.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Setembro de 2009.

17 de Setembro de 2009. — O Ministro da Defesa Nacional, *Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira*.

V — DECLARAÇÕES

Eleições para os conselhos das armas ou serviços

Para efeitos do disposto no Decreto-Lei n.º 200/93 de 3 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 226/03 de 26 de Setembro, publica-se a alteração da composição do(s) Conselho(s) da(s) Arma(s) e Serviço(s) a vigorar durante o biénio 2008/2010, homologada pelo Despacho de 25 de Junho de 2008 do GEN CEME exarada na informação n.º 482/GabAGE/08 do Comando de Pessoal, de 31 de Março de 2008, é substituído o seguinte militar conforme se indica:

Arma de Cavalaria

MAJ CAV (06371285) Luís Manuel Cardoso Relvas Marino, por estar numa Cooperação Técnica Militar na República de Cabo Verde, sendo substituído pelo CAP CAV (08782597) Jorge Rodrigues dos Santos, da EPC.

Colocações e desempenho de funções na Situação da Reserva

O MGEN COG RES (08837864) Fernando Pereira dos Santos Aguda, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva, desde 9 de Setembro de 2009, como Vice-Presidente da Liga dos Combatentes.

O SMOR TM RES (05643776) Vítor Manuel Franco, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva na DGIE, em 31 de Julho de 2009.

O SMOR MED RES (02659680) António Sampaio Dias, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva no CAVE, em 13 de Julho de 2009.

O SMOR AM RES (05638281) António João da Silva Conceição, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva na CVP, em 6 de Outubro de 2009.

O SMOR MED RES (11423380) Humberto Maurício do Carmo Venâncio, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva no HMP, em 1 de Setembro de 2009 e passou a prestar serviço na CVP desde a mesma data.

O SCH PARA RES (19462079) António Alberto Mira Malaquias, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva na ETP, em 7 de Outubro de 2009.

O SAJ ART RES (18198282) Agostinho Martins Fernandes, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, na UnAp/Cmd ZMA, em 20 de Julho de 2009 e prestou serviço na DSP de 20 a 22 de Julho de 2009.

O SAJ ART RES (00897783) Rui Ilídio Alves Menino, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, na CVP, em 17 de Agosto de 2009.

O SAJ SGE RES (02124485) António Matias Fernandes, passou a prestar serviço efectivo na situação de Reserva, na CVP, em 1 de Setembro de 2009.

O 1SAR AMAN RES (15954976) Luís Fernando Ramos Gonçalves, deixou de prestar serviço efectivo na situação de Reserva, no CAVE, em 31 de Agosto de 2009.

VI — RECTIFICAÇÕES

Que fique sem efeito o publicado na OE n.º 1, 2ª série, de 31 de Janeiro 2009, pág. 85, referente à colocação e desempenho de funções na situação de reserva, do TGEN RES (04690363) Carlos Manuel Mourato Nunes.

Rectifique-se o publicado em OE n.º 5, 2ª série, de 31 de Maio de 2009, Pág 331, referente à promoção a sargento-ajudante do 1SAR MUS Antero Albino Ferreira Guedes onde se lê “(056146692)”, deve ler-se “(05614692)”.

Que fique sem efeito o publicado na OE n.º 6, 2ª série, de 30 de Junho de 2009, pág. 410, referente à colocação na Unidade de Apoio do Estado-Maior do Exército do TCOR ADMIL (00200982) Raul Manuel Leão Batista.

Rectifique-se o publicado em OE n.º 7, 2ª série, de 31 de Julho de 2009, Pág 455, referente ao TGEN (05984173) Artur Neves Pina Monteiro, onde se lê “com efeitos a partir de 10 de Dezembro de 2009”, deve ler-se “com efeitos a partir de 28 de Dezembro de 2009”.

Rectifique-se o publicado em OE n.º 8, 2ª série, de 31 de Agosto de 2009, Pág 474, referente à atribuição da Medalha de Cobre de comportamento exemplar, a diversos militares, onde se lê “Despacho de 20 de Junho de 2009, deve ler-se, “Despacho 20 de Julho de 2009”.

Rectifique-se o publicado em OE n.º 8, 2ª série, de 31 de Agosto de 2009, Pág 475, referente à atribuição da medalha de cobre de comportamento exemplar ao 2SAR CAV (189566302) José David Figueira Henriques, onde se lê “Despacho de 28 de Julho de 2009, deve ler-se “Despacho de 29 Julho de 2009”.

VII — OBITUÁRIO

1989

Abril, 17 — 1SAR INF (52328311) Renato Paulo, da UnAp Cmd/ZMA.

1996

Novembro, 24 — TEN SGE (25810215) Júlio Gonaçlves Fernandes, da SecApoio/RRRD.

2000

Dezembro, 22 — 1SAR QSSGE (50671411) José Felismino, da SecApoio/RRRD.

2001

Outubro, 1 — MAJ SGE (50281611) Gióbio Pires Soares, da SecApoio/RRRD.

2002

Maio, 24 — TCOR SGE (50611911) Edgard Octávio Morato Campos e Sousa, da SecApoio/RRRD;
Julho, 9 — 1SAR INF (52400611) João de Sousa Ferradeira Júnior, da SecApoio/RRRD.

2003

Dezembro, 8 — 1CAB INF (38392434) José Dias, da SecApoio/RRRD.

2005

Janeiro, 11 — SRD CAV (71005937) Eduardo Vítor Granado, da SecApoio/RRRD.

2006

Abril, 14 — 1CAB MAT (00038935) José Ambrósio Cardoso, da SecApoio/RRRD.

2008

Janeiro, 24 — MAJ MAT (51477211) Clotário Sousa Dias Ribeiro de Carvalho, da SecApoio/RRRD;

Maior, 31 — 1CAB INF (00215636) José Manuel Júnior, da SecApoio/RRRD;

Julho, 7 — CAP SGE (50637411) António da Silva Gusmão, da SecApoio/RRRD.

2009

Julho, 16 — 1SAR AMAN (14258574) João José Brito, da SecApoio/RRRD;

Julho, 29 — TCOR SGE (50371611) Jaime Rosa Ferreira da Gama, da SecApoio/RRRD;

Setembro, 14 — COR INF (51384411) Carlos Alberto Bragança Moutinho, da SecApoio/RRRD;

Setembro, 15 — MAJ SGE (51687811) Ramiro da Conceição Antunes, da SecApoio/RRRD;

Setembro, 15 — CAP SGE (51486111) António Manuel Cipriano, da SecApoio/RRRD;

Setembro, 16 — SMOR AM (52420711) Adelino Pedrosa Nora, da SecApoio/RRRD;

Setembro, 18 — CAP SGE (50638011) Heitor Alexandrino Dionísio da Costa Dias, da SecApoio/RRRD;

Setembro, 26 — SAJ INF (51346711) Júlio da Cruz Louro Patrício, da SecApoio/RRRD;

Setembro, 27 — TCOR QEO (07834565) Francisco Neves Almeida, da UnAp/Cmd ZMA;

Setembro, 28 — COR TM (13020168) António Veríssimo de Sousa Maia, da SecApoio/RRRD;

Setembro, 29 — TCOR SGE (50475211) Jorge dos Santos Duarte, da SecApoio/RRRD;

Outubro, 1 — TCOR VET (51471911) Álvaro Joaquim Fernandes Ferreira, da SecApoio/RRRD;

Outubro, 4 — 1SAR MAT (50443111) António Manuel da Piedade Correia Minderico, da SecApoio/RRRD;

Outubro, 8 — CAP SGE (50430211) António da Assunção Jorge, da SecApoio/RRRD;

Outubro, 13 — CAP SGE (51780011) Rui Augusto de Almeida, da SecApoio/RRRD;

Outubro, 15 — COR ENG (02941169) Carlos José Silveira Pereira, da SecApoio/RRRD;

Outubro, 16 — TGEN COG (50264411) Ernesto António Luís Ferreira Macedo, da SecApoio/RRRD;

Outubro, 18 — COR CAV (50128011) António Vidal Fernandes Faia, da SecApoio/RRRD;

Outubro, 19 — SAJ SGE (51031111) Américo Palos Pereira, da SecApoio/RRRD.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

José Luís Pinto Ramalho, general.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Eduardo Manuel de Lima Pinto, tenente-general.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DA OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

3.^a SÉRIE

N.º 10/31 DE OUTUBRO DE 2009

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército, de 3.^a classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, o TEN RC (14668499) **Nuno Miguel Brás Rolo**.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a medalha D. Afonso Henriques – Mérito do Exército, de 4.^a classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, por ter sido considerada ao abrigo do artigo 25.º do mesmo decreto, a 1SAR RC (07214795) **Rosa Manuela da Costa Terixeira**.

(Por despacho de 10 de Setembro de 2009)

Condecorados com a Medalha de Cobre de Comportamento Exemplar, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

2SAR RC (05899201) Crisália Ascensão Tavares Cerqueira;
1CAB RC (15133601) Hugo Alexandre Pereira Guedes;
1CAB RC (04756401) Rui David Martins da Costa;
1CAB RC (01986801) Nelson Miguel Sobral Nunes;
1CAB RC (07293100) Rui Valter Valente de Almeida;
1CAB RC (12918602) Hugo Tiago F. V. Martins Silva;
1CAB RC (07247003) Horácio Melo Rodrigues;
1CAB RC (07155501) Nelson Alexandre T. Rodrigues;
1CAB RC (01597099) João Carlos Oliveira de Sousa;
1CAB RC (01403702) David Miranda de Sá;
SOLD RC (02397102) Bruno Ricardo Costa Gomes;
SOLD RC (03422502) Tito Filipe Dias de Almeida;
SOLD RC (04451802) Rui Manuel do Carmo Pires;
SOLD RC (06465402) Alberto M. Rodrigues Viseu;
SOLD RC (17069702) Bruno Miguel G. dos Santos;
SOLD RC (10039602) Anderson Ricardo B. Oliveira;

SOLD RC (08703302) Sérgio Miguel da Silva Gomes;
SOLD RC (14033601) Bruno Edgar Pereira Oliveira.

(Por despacho de 03 de Setembro de 2009)

1CAB RC (01106101) Hélder Miguel Barata Vaz;
1CAB RC (11198699) Gonçalo Filipe Gaspar Dias.

(Por despacho de 07 de Setembro de 2009)

1CAB RC (14170399) Pedro Miguel dos Santos Alves;
1CAB RC (06497502) Juan Edgar dos Santos;
SOLD RC (07603399) Jorge Manuel V. de Brito C. dos Santos;
SOLD RC (02988901) Ana Luísa Duarte Borges.

(Por despacho de 14 de Setembro de 2009)

CADJ RC (11360501) Marco Paulo Meirinho Ramos;
CADJ RC (12018001) Lénio Espinola Flores;
CADJ RC (19092001) Claudio Bruno Pereira Gomes;
1CAB RC (06458801) Nelson Bruno Mesquita Matos;
1CAB RC (18507199) Nuno David Marques Lopes;
1CAB RC (01687301) Pedro Miguel Fardilha Gomes;
1CAB RC (07421001) Sérgio Duarte Mendes Tiborno;
1CAB RC (06088999) Nelson Filipe Almeida Albuquerque;
1CAB RC (10399402) Marco Paulo da Silva P. Santos;
1CAB RC (19041701) Pedro Miguel Medeiros de Sousa;
2CAB RC (14683401) João Vítor Dutra Cabeceiras;
SOLD RC (10758301) Bruno Alexandre da Silva Batista;
SOLD RC (14159400) Nelson Aguiar Botelho;
SOLD RC (0895030) Mário Nunes Vicente Esteves.

(Por despacho de 22 de Setembro de 2009)

1SAR RC (05214799) José Nuno de Carvalho Lima;
2SAR RC (04381101) Ricardo João Fialho Candeias;
CADJ RC (03533197) Nuno Miguel Correia Alquidão;
CADJ RC (13034902) Edgar Rodrigo Medeiros Santos;
1CAB RC (19775099) Rui Celestino Varela Monteiro;
1CAB RC (01060702) José Renato Tavares Gouveia;
1CAB RC (11690300) João Batista da Silva;
1CAB RC (04857800) António Simões Pires;
1CAB RC (06206398) José Carlos Vilaça da Silva;
1CAB RC (10712502) Carlos Manuel Raimundo Romão;
SOLD RC (07600502) Luís Jorge Moreira Almada Monteiro;
SOLD RC (06213902) José Eduardo Fernandes C. Capelas;
SOLD RC (06723402) Watson-Ney Afonso Gama;
SOLD RC (08706202) Samuel Simão Cadete;
SOLD RC (06878302) Nelson Rosa Webana Francisco;
SOLD RC (05307802) Rui Miguel Príncipe Marques;
SOLD RC (00341999) Luís Miguel Santos Jesus;
SOLD RC (08592601) Ricardo Jorge P. Baptista Conceição;
SOLD RC (09266002) André dos Santos Leitão.

(Por despacho de 24 de Setembro de 2009)

CADJ RC (19944900) Ricardo José André Gomes;
1CAB RC (02058101) Lília Raquel Melo Casaleiro;
1CAB RC (07616201) Celestino de Jesus Mendes;
1CAB RC (10816902) Fábio Alexandre Guimarães da Fonseca;
1CAB RC (03781602) José Márcio de Jesus Faria;
1CAB RC (12691702) Rui Manuel Gonçalves Nogueira;
SOLD RC (01950102) Luís Miguel dos Santos Miranda;
SOLD RC (07569802) Rui do Nascimento Barreto;
SOLD RC (00779102) António Manuel Gomes de Castro;
SOLD RC (12786102) Bruno Miguel dos Santos Francisco;
SOLD RC (06992102) Nelson Jorge Seabra Ribeiro;
SOLD RC (15148702) Hélder Manuel de Brito Almeida.

(Por despacho de 25 de Setembro de 2009)

CADJ RC (17791898) Joaquim Carvalho de Sousa;
1CAB RC (07466801) Tiago Miguel Pombinho Teixeira;
1CAB RC (17819800) Sérgio José Monteiro Costa Carvalho.

(Por despacho de 01 de Outubro de 2009)

Manda o Ministro da Defesa Nacional, nos termos do artigo 44.º do n.º 1 do artigo 49.º e do n.º 1 do artigo 52.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, conceder a Medalha dos Feridos em Campanha, aos seguintes militares:

TEN DFA (14493768) António Manuel da Silva Bastos;
2SAR DFA (06070969) Alberto João Prazeres da Silva Urbano;
EX-1CAB DFA (12403171) António Lobo da Cunha Pereira;
1CAB DFA (05567071) António das Neves Batista;
SOLD DFA (04853271) Amílcar Riça Nunes.

(Por despacho de 07 de Agosto de 2009)

Condecorados com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

EX-ALF MIL (15313768) Luís Manuel R. Saraiva, “Moçambique 1968-70”;
EX-2SAR MIL (01750563) Manuel de Jesus Martins Lourenço, “Angola 1965-67”;
EX-2SAR MIL (01750563) Manuel de Jesus Martins Lourenço, “Angola 1968-70”;
EX-FUR MIL (15706070) Jorge Alberto C. Ferreira, “Moçambique 1971-73”;
EX-FUR MIL (03992472) José André do R. Leituga, “Moçambique 1973-74”;
EX-1CAB (12014868) Joaquim Brites Ruas, “Angola 1969-71”;
EX-1CAB (11061770) Hermínio Condeço de Almeida, “Moçambique 1971-73”;
EX-1CAB (18507071) Carlos Alberto da C. Mendes, “Guiné 1973-74”;
EX-1CAB (03103664) Vital Joaquim Guerreiro, “Guiné 1965-67”;
EX-1CAB (06208366) Domingos Alberto Naré Duarte, “Angola 1966-69”;

EX-1CAB (02609067) João José Monteiro, “Guiné 1968-70”;
EX-1CAB (00125061) Hermínio Martins, “Angola 1961-63”;
EX-SOLD (00482670) Mário dos Santos da Silva Viana, “Angola 1970-72”;
EX-SOLD (00200858) Serafim Felício, “Índia 1959-61”;
EX-SOLD (14227868) Luís Manuel Farrobal Parente, “Angola 1969-71”;
EX-SOLD (02063263) Manuel Serrano Lopes, “Angola 1963-66”;
EX-SOLD (00102762) José Manuel Henriques Ferreira, “Angola 1962-65”;
EX-SOLD (00755767) Amândio Pais Cruz, “Angola 1967-69”;
EX-SOLD (01904168) António Jacinto Martins Branco, “Guiné 1969-71”;
EX-SOLD (00012064) António Júlio Henriques Ferreira, “Guiné 1965-67”;
EX-SOLD (06268963) Fernando Trindade Monteiro, “Moçambique 1964-66”;
EX-SOLD (11981770) Benjamim Reis Faria, “Moçambique 1971-73”;
EX-SOLD (61048868) Álvaro Joaquim B. Araújo, “Angola 1968-70”.

(Por despacho de 09 de Setembro de 2009)

EX-TEN MIL (12082969) José Bernardo, “Guiné 1971-74”;
EX-2SAR MIL (17423971) Vasco Frias Amaral, “Guiné 1971-74”;
EX-FUR MIL (19805973) Alberto Manuel G. Amoedo, “Angola 1974”;
EX-FUR MIL (10023370) Júlio Viegas Gonçalves Boticas, “Angola 1971-73”;
EX-1CAB (02666973) Manuel Marinho Sousa, “Moçambique 1973-74”;
EX-1CAB (19092468) Diamantino Manuel C. do Vale Costa, “Guiné 1969-71”;
EX-1CAB (04796167) Mário Vilas das Neves, “Angola 1967-69”;
EX-1CAB (02177266) José Coelho da Silva, “Angola 1967-69”;
EX-1CAB (12362068) Valter Gonçalves Fernandes, “Guiné 1968-70”;
EX-1CAB (06481470) Manuel José R. Amorim, “Moçambique 1971-73”;
EX-1CAB (02522066) Alberto Ribeiro, “Guiné 1966-68”;
EX-1CAB (04055269) Franquelim Martins Guerreiro, “Guiné 1970-71”;
EX-1CAB (00242262) António José Augusto Matos, “Angola 1963-65”;
EX-SOLD (17349669) Porfírio Saraiva Gonzaga, “Moçambique 1970-72”;
EX-SOLD (09733568) Vítor Manuel Farrajota Ferreira, “Angola 1969-71”;
EX-SOLD (00058560) José Gomes Gonçalves, “Angola 1961-63”;
EX-SOLD (00155062) Manuel Pedrosa da Custódia, “Angola 1962-65”;
EX-SOLD (11185670) Eduardo Jorge Ferreira, “Moçambique 1971-73”;
EX-SOLD (00100261) Adelino Viegas dos Santos, “Angola 1961-63”;
EX-SOLD (06889565) Amândio Fernandes Vieira, “Guiné 1963-65”;
EX-SOLD (04733772) Celestino Fernando Pinto da Gama, “Guiné 1972-74”;
EX-SOLD (01619965) Manuel Guerreiro Canhoto, “Angola 1965-68”;
EX-SOLD (61268568) Avelino Pereira de Freitas, “Angola 1968-71”;
EX-SOLD (03017265) Francisco Braga Pereira da Rocha, “Angola 1965-67”;
SOLD PENS (15359868) Joaquim Manuel Ferreira, “Angola 1969-72”.

(Por despacho de 30 de Setembro de 2009)

EX-1CAB (01348366) António Teixeira Rodrigues, “Guiné 1967-68”;

(Por despacho de 02 de Outubro de 2009)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

FUR RC (03918799) Maria Teresa Almeida E. Silva Abreu, “Líbano 2008-09”;
CADJ RC (16687299) Cátia Liliana Robalo F. Mingacho, “Líbano 2008-09”;
1CAB RC (08246500) Joaquim Antero de Almeida Melo, “Líbano 2008-09”;
1CAB RC (00685198) João Pedro R. Machado Mendes, “Líbano 2008-09”;

(Por despacho de 09 de Setembro de 2009)

1CAB RC (02759999) Helena Maria Moreira Barbosa, “Bósnia 2006-07”;
1CAB RC (08051099) Ivo Miguel Robalo Barata, “Líbano 2008-09”;
1CAB RC (14243002) Humberto Silva Monteiro, “Líbano 2008-09”;
2CAB RC (05964801) João André Santos Duarte, “Líbano 2008-09”;
SOLD RC (06168609) Luís Carlos Andrade Teixeira, “Afeganistão 2008-09”;
SOLD RC (09905805) Nuno Rafael S. Abrantes, “Afeganistão 2008-09”;
SOLD RC (12310506) Filipe Alexandre L. Casadinho, “Afeganistão 2008-09”;
SOLD RC (17995505) Filipe Manuel Coelho Ribas, “Líbano 2008-09”;
SOLD RC (10408002) Nuno André Oliveira Fernandes, “Líbano 2008-09”;
SOLD RC (01895704) Vítor Manuel Garcês da Silva Viana, “Líbano 2008-09”;
SOLD RC (17538804) Márcia Andreia Cunha Duarte, “Líbano 2008-09”;
SOLD RC (10261803) Ilda Susana Lopes Araújo, “Líbano 2008-09”;
SOLD RC (01906502) Alexandre Manuel Marques Vaz, “Líbano 2008-09”.

(Por despacho de 14 de Setembro de 2009)

1SAR RC (05214799) José Nuno Carvalho Lima, “Kosovo 2008-09”;
1SAR RC (03499196) João de Almeida Rodrigues, “Líbano 2007-08”;
FUR RC (10206202) António Manuel Pereira da Silva, “Kosovo 2008-09”;
FUR RC (04187108) Filipe Samuel Rodrigues Correia, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (02262102) Sérgio Manuel Vieira Fernandes, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (19940095) João Paulo Costa Pina, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (07537002) Pedro Miguel Lopes Faria, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (12388100) José Manuel Azinheira Neves, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (01132699) José Luís Pereira Gomes, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (10736903) Isabel Maria Gouveia Pereira, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (08439099) Hermínio José Lopes Esteves, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (07100698) Filipe Manuel Oliveira Azevedo, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (18354700) António José Pereira, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (05244502) Rui Miguel Pereira da Silva, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (12716303) Luís Carlos Fernandes Brito, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (04103202) José Alberto da Rocha Domingues, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (00038002) António Jorge Carvalho Oliveira, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (10615999) Rui Manuel Pinheiro Silva, “Kosovo 2008-09”;
2CAB RC (01730302) Bruno Daniel Alves Sampaio, “Kosovo 2008-09”;
2CAB RC (00487101) Ricardo Manuel Martins Rafael, “Kosovo 2008-09”;
2CAB RC (05028604) Hugo Filipe Amorim Monteiro, “Kosovo 2008-09”;

2CAB RC (16478905) André Filipe Gião São Bento, “Kosovo 2008-09”;
2CAB RC (13075104) Paulo César Abreu Martins, “Kosovo 2008-09”;
2CAB RC (06004004) Richard Alexander Martins Afonso, “Kosovo 2008-09”;
2CAB RC (12113405) Bruno Elias Pereira da Silva, “Kosovo 2008-09”;
2CAB RC (15674006) Patrícia Catarina de Jesus Tavares, “Kosovo 2008-09”;
2CAB RC (06854804) Rui Ivo Gonçalves T. F. Alecrim, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (08387702) Luís Miguel Carneiro Martins, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (05071502) Cátia Agostinha E. do Carmo F. Duarte, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (18410200) Rui Miguel de Pinho P. Oliveira, “Líbano 2008”;
SOLD RC (04759800) Carlos Manuel Silva Penedo, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (11356102) André Filipe Flores Ferreira, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (04758104) Ivo Frederico Ribeiro Morais, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (09804202) José Adolfo Soares Jorge, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (18186601) José Bruno da Costa Santos, “Kosovo 2008-09”.

(Por despacho de 16 de Setembro de 2009)

CADJ RC (14630098) Hélio Miguel da Silva Bernardo, “Kosovo 2008-09”;
CADJ RC (12762798) Bruno Gomes Amaral, “Bósnia 2002-03”;
1CAB RC (13214903) Roberto Carlos Pimenta Vieira, “Kosovo 2005”;
1CAB RC (05095602) Hugo Alexandre Fernandes Pedro, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (00267801) Manuel Carlos Alonso dos Santos, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (05993499) António Rafael Rações Luís, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (19005697) Pedro Miguel Félix Ferreira, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (06356501) José Fernando de Almeida Teixeira, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (06044000) Filipe Ernesto Andadre V. Carneiro, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (19781101) Pedro Miguel da Silva Carneiro, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (02374202) Gilberto Machado Barros, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (07483705) Adelino Francisco Pinto de Sousa, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (07890701) Lúcia Gorete de Sousa Fernandes, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (16832099) João Henriques Marques Salgado, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (03654601) Manuel Domingos L. Coelho, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (19752200) Bruno Fernando F. Azevedo, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (13577205) Alexandre Miguel G. F. Gonçalves, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (10315306) Fábio Joaquim Lourenço Perú, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (16274104) Filipe José Moutinho Coelho, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (16183603) Bruno do Canto Gonçalves, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (06038004) Luís Miguel Quinteiro Morais, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (00197202) Dércio Fernando F. Martins, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (04492000) Rui Alberto Sousa Carvalho, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (04371404) Armando José Monteiro, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (14221501) Tiago André Borges Eira, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (12039504) João Pedro Pernadas Martins, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (16530299) Luís Miguel Gonçalves Soares, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (06588602) Maria João Henriques Bonito, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (15279402) Bruno Miguel Alves Barbosa, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (08375202) António José Almeida Bragança, “Bósnia 2006-07”;
SOLD RC (05628702) Adriano Bacelar das D. Magalhães, “Kosovo 2005”.

(Por despacho de 29 de Setembro de 2009)

CADJ RC (01750197) Jorge Alexandre Madureira, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (18116702) André Fernandes Silva, “Kosovo 2008-09”;
2CAB RC (11160503) José Daniel Oliveira Fernandes, “Kosovo 2008-09”;
2CAB RC (05889500) Marisa Alexandra da Rocha Vieira, “Kosovo 2008-09”;
2CAB RC (04641906) André Manuel Carvalho Pereira, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (08905101) Luís Filipe Pereira Brandão, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (06331904) Rafael Ferreira Cardoso, “Líbano 2006-07”;
SOLD RC (08819902) António de Matos Alves, “Líbano 2007-08”;
SOLD RC (08554802) Nelson José Morais Silva, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (01605604) Joaquim Pedro Gonçalves Ferreira, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (06713906) Ricardo Jorge Martins, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (14760904) Márcia Catarina O. Fernandes, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (16203304) Vítor Manuel Oliveira Roque, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (07877798) Júlio Manuel Leite Silva, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (14533606) Cátia Vanessa Rodrigues Figueiredo, “Kosovo 2008-09”.

(Por despacho de 02 de Outubro de 2009)

Condecorados com a Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP, por despacho da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de Dezembro, os seguintes militares:

CADJ RC (18438798) Nuno Miguel Pedro Henriques, “Líbano 2008-09”;
CADJ RC (03536099) Vítor Miguel de Jesus Mateus, “Líbano 2008-09”;
CADJ RC (07725898) Lúcio Manuel Martins Costa, “Líbano 2008-09”;
SOLD RC (05557804) Jorge Augusto Teyler Silva, “Kosovo 2008”.

(Por despacho de 09 de Setembro de 2009)

1CAB RC (08984797) Humberto de Jesus Chicavel E. Silva, “Líbano 2008-09”;
1CAB RC (05070598) Rui Sérgio da Assunção Borges, “Bósnia 2005-06”;
1CAB RC (02362001) João Nuno Mimoso Ochoa de Castro, “Líbano 2008-09”;
1CAB RC (07038603) Tiago Miguel Soares Mateus, “Líbano 2008-09”;
2CAB RC (00210903) Paulo David Martins da Silva, “Líbano 2008-09”;
SOLD RC (06291605) José Daniel C. M. Graça Moreira, “Líbano 2008-09”;
SOLD RC (17335200) Filipe João dos Santos Monteiro, “Líbano 2008-09”;
SOLD RC (13954599) Luís Filipe Ribeiro Farinha, “Líbano 2008-09”;
SOLD RC (05317100) Rui Filipe dos Santos Duarte, “Líbano 2008-09”;
SOLD RC (07823599) Nuno Alexandre Duarte Silva, “Líbano 2008-09”;
SOLD RC (03724899) Regina Maria Ferreira Augusto, “Líbano 2008-09”;
SOLD RC (05788101) Paulo Alexandre N. de C. Pimentel, “Líbano 2008-09”.

(Por despacho de 14 de Setembro de 2009)

CADJ RC (17139997) Vítor Manuel Duarte Ferreira, “Bósnia 2000-01”;
CADJ RC (17139997) Vítor Manuel Duarte Ferreira, “Bósnia 2002”;
CADJ RC (17139997) Vítor Manuel Duarte Ferreira, “Bósnia 2003-04”;
CADJ RC (17139997) Vítor Manuel Duarte Ferreira, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (17387096) Joel da Silva Mendes, “Timor 2003”;
1CAB RC (17387096) Joel da Silva Mendes, “Kosovo 2005”;
1CAB RC (17387096) Joel da Silva Mendes, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (12623297) João Henrique Freitas S. Cruz, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (00425502) Luís Miguel Martins Ferreira, “Kosovo 2008-09”.

(Por despacho de 16 de Setembro de 2009)

CADJ RC (12762798) Bruno Gomes Amaral, “Timor 2003-04”;
CADJ RC (12762798) Bruno Gomes Amaral, “Kosovo 2005”;
CADJ RC (12762798) Bruno Gomes Amaral, “Líbano 2008”;
1CAB RC (13214903) Roberto Carlos Pimenta Vieira, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (03606100) Vítor Dantas Barreiro, “Kosovo 2005”;
1CAB RC (03606100) Vítor Dantas Barreiro, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (18131397) Rui Vieira Neves, “Kosovo 2008-09”;
1CAB RC (06181900) Álvaro B. Nunes Ferreira José, “Kosovo 2008-09”;
SOLD RC (05628702) Adriano B. das Dores Magalhães, “Kosovo 2008-09”.

(Por despacho de 29 de Setembro de 2009)

CADJ RC (15694299) Marco Ivo Moniz Esteves, “Kosovo 2008-09”;
CADJ RC (04028898) Ângelo Bruno Gonçalves da Luz, “Kosovo 2008-09”;
CADJ RC (07518699) Vital Manuel Pereira Gonçalves, “Kosovo 2008-09”.

(Por despacho de 02 de Outubro de 2009)

II — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

Promoções

Por despacho do Chefe da Repartição de Pessoal Militar/Direcção de Administração de Recursos Humanos, por subsubdelegação de poderes do major-general Director da Direcção de Administração de Recursos Humanos, após subdelegação do tenente-general Ajudante-General do Exército, por delegação recebida do general Chefe do Estado-Maior do Exército, foram promovidos ao posto de **segundo-sargento**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/03, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

FUR RC (08661699) Walter Vera Cruz Paquete Mota, desde 29Ago09;
FUR RC (16472201) Nuno Alexandre B. da Cunha Sotto Maior, desde 29Ago09;
FUR RC (08418502) José Miguel Pereira Covelo, desde 29Ago09;
FUR RC (16888902) Carlos Pereira Lima, desde 29Ago09;
FUR RC (15695503) João Gonçalo Barreto da Silva Alegrete, desde 29Ago09.

(Por despacho de 14 de Outubro de 2009)

Por despacho do Chefe da Repartição de Pessoal Militar/Direcção de Administração de Recursos Humanos, por subsubdelegação de poderes do major-general Director da Direcção de Administração de Recursos Humanos, após subdelegação do tenente-general Ajudante-General do Exército, por delegação recebida do general Chefe do Estado-Maior do Exército, foram promovidos ao posto de **furriel**, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 305.º do EMFAR, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 197-A/03, de 30 de Agosto, contando a antiguidade desde a data que a cada um se indica, a partir da qual têm direito ao vencimento do novo posto, os militares a seguir mencionados:

2FUR RC (12621399) Dino da Silva Ferrão, desde 25Ago09;
2FUR RC (01051301) Maria de Fátima Gomes Lopes, desde 25Ago09;
2FUR RC (06805202) Vera de Fátima Tavares Marques, desde 25Ago09;
2FUR RC (09954702) Eduardo Alves Fonseca, desde 25Ago09;
2FUR RC (04122404) Carlos Manuel Cardoso Rodrigues, desde 25Ago09;
2FUR RC (12231504) Jorge Manuel de Lima Maria, desde 25Ago09;
2FUR RC (07412105) Ricardo Manuel Carvalho da Silva, desde 25Ago09;
2FUR RC (10156005) Sónia dos Santos Vieira de Abreu, desde 25Ago09;
2FUR RC (17083505) João Miguel de Sousa Tavares, desde 25Ago09;
2FUR RC (00023406) Daniela Sofia Borges Lomba, desde 25Ago09.

(Por despacho de 24 de Setembro de 2009)

2FUR RC (08241502) Júlia Sílvia Oliveira Silva, desde 25Ago09;
2FUR RC (10490003) Valter Nuno Rodrigues Meixedo, desde 25Ago09;
2FUR RC (03125604) Joel Leandro Martins Ferreira, desde 25Ago09;
2FUR RC (15586204) Joel Filipe Rodrigues Francisco, desde 25Ago09;
2FUR RC (15935104) André Ribeiro Ramos, desde 25Ago09;
2FUR RC (17024904) Luís Miguel Dourado Gonçalves, desde 25Ago09;
2FUR RC (18091404) Fernando Marques Coelho, desde 25Ago09;
2FUR RC (08591705) Ivo Alexandre Carneiro P. Gomes Pereira, desde 25Ago09;
2FUR RC (15382005) João Carlos Lopes de Sá, desde 25Ago09;
2FUR RC (07235406) Ives Afonso Rocha de Almeida, desde 25Ago09.

(Por despacho de 28 de Setembro de 2009)

2FUR RC (02175798) Ígor Pina, desde 25Ago09;
2FUR RC (04768600) Patrícia Pires Pereira, desde 25Ago09;
2FUR RC (08122300) Vera Mónica Rodrigues Soares, desde 25Ago09;
2FUR RC (00242002) Paulo Alexandre da Silva Neves, desde 25Ago09;
2FUR RC (06974802) Fábio André Carvalho Pinheiro, desde 25Ago09;
2FUR RC (02718404) Olga Filipa Fonseca Lucas, desde 25Ago09;
2FUR RC (07192704) Bruno Miguel Antunes Simões, desde 25Ago09;
2FUR RC (15060205) Diogo José Martins Ribeiro, desde 25Ago09;
2FUR RC (19772805) Nuno Romeu Gralhos Loureiro, desde 25Ago09;
2FUR RC (18564106) Mariana Menino Gaspar, desde 25Ago09;
2FUR RC (04460706) Bruno Hélder Teixeira Ferreira, desde 25Ago09.

(Por despacho de 30 de Setembro de 2009)

2FUR RC (03394204) Filipe Daniel Pinto Vieira de Pinho, desde 14Abr09;
2FUR RC (09355904) João Pedro da Silva Carvalho, desde 14Abr09;
2FUR RC (02928505) Hélder Manuel Reis Lopes, desde 14Abr09;
2FUR RC (01465298) Pedro Miguel Vieira Brasil, desde 25Ago09;
2FUR RC (00330101) Luís Filipe Nogueira da Silva, desde 25Ago09;
2FUR RC (12433402) Sérgio Filipe Covas Isac, desde 25Ago09;
2FUR RC (11243503) Sara Isabel Carneiro Saraiva, desde 25Ago09;
2FUR RC (10898004) Anabela Vieira Pinto, desde 25Ago09;
2FUR RC (01009405) Mário Miguel Rodrigues Quintas, desde 25Ago09.

(Por despacho de 02 de Outubro de 2009)

2FUR RC (01521500) Tiago Nuno Natividade Silva, desde 25Ago09;
2FUR RC (08851501) Luís Eugénio V. Pinto Coutinho da Silva, desde 25Ago09;
2FUR RC (12072901) Sandro Ricardo Martins Mendes, desde 25Ago09;
2FUR RC (17741002) Milton Varela Alves, desde 25Ago09;
2FUR RC (05728704) Flávio Noé Fernandes Araújo, desde 25Ago09;
2FUR RC (06160304) João Carlos Marcelino Ferreira, desde 25Ago09;
2FUR RC (06589505) Carlos Miguel Mesquita Oliveira, desde 25Ago09;
2FUR RC (14388006) Nuno Ricardo Matos da Silva, desde 25Ago09;
2FUR RC (15728306) Carlos Tiago Moutinho da Costa, desde 25Ago09;
2FUR RC (06112109) Marisa Teresa Pires Barroso, desde 25Ago09.

(Por despacho de 08 de Outubro de 2009)

2FUR RC (03566798) Solange Monteiro Varela, desde 25Ago09;
2FUR RC (04402498) Hugo José Rosado Correia, desde 25Ago09;
2FUR RC (06790802) Juliana de Jesus Martins Ribeiro, desde 25Ago09;
2FUR RC (06960402) Rui Pereira Rosa, desde 25Ago09;
2FUR RC (09538702) Liliana Antunes Pereira, desde 25Ago09;
2FUR RC (15195302) Manuel José Maia Fernandes de Sá, desde 25Ago09;
2FUR RC (16067502) Juliano André Carvalho da Silva, desde 25Ago09;
2FUR RC (02684404) Emília Isabel Valente Mendes Filipe, desde 25Ago09;
2FUR RC (18478505) Raquel do Rosário Pereira Paulo, desde 25Ago09;
2FUR RC (11632806) Tony da Silva Teixeira, desde 25Ago09.

(Por despacho de 12 de Outubro de 2009)

2FUR RC (03873806) Ivo Joel de Jesus Machado, desde 14Abr09;
2FUR RC (04054799) Bruno Miguel Mateus Orfão, desde 25Ago09;
2FUR RC (00784201) Ângela Marcia Cardoso Leitão, desde 25Ago09;
2FUR RC (15678202) Sérgio Lourenço Inácio, desde 25Ago09;
2FUR RC (16183703) Marcelo Carvalhais Teixeira Esteves, desde 25Ago09;
2FUR RC (16910403) Paulo Sérgio Santos da Fonte, desde 25Ago09;
2FUR RC (19380403) Gonçalo de Brito Ramos, desde 25Ago09;
2FUR RC (19957503) José Vicente de Moura Constantino, desde 25Ago09;
2FUR RC (03823204) Tiago João Maurício Belo Luís, desde 25Ago09;
2FUR RC (08116306) Francisco Freixinho Rodrigues, desde 25Ago09.

(Por despacho de 19 de Outubro de 2009)

2FUR RC (16654501) Libânio Biague Ca, desde 25Ago09;
2FUR RC (08351802) Juliana de La Salette Lopes Linhares, desde 25Ago09;
2FUR RC (15799504) Catarina Andreia Faria de Campos, desde 25Ago09;
2FUR RC (16912504) Thaís Vilela Vaz, desde 25Ago09;
2FUR RC (17774604) Carlos Augusto Gomes de Matos, desde 25Ago09;
2FUR RC (08801405) Luís Manuel Fernandes Rocha, desde 25Ago09;
2FUR RC (03063406) Hugo Miguel de Sousa Oliveira, desde 25Ago09;
2FUR RC (08871806) Pedro Miguel Melo Soares, desde 25Ago09;
2FUR RC (12927506) Catarina Isabel Pereira Ribeiro, desde 25Ago09;
2FUR RC (19617306) Luís Miguel da Costa Teixeira, desde 25Ago09.

(Por despacho de 22 de Outubro de 2009)

III — PENSÕES

Em conformidade com o artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 Dezembro – Estatuto de Aposentações, publica-se a pensão mensal de reforma por invalidez que, a partir da data que se indica, passa a ser paga pela Caixa Geral de Aposentações, aos militares a seguir mencionados:

Desde 01 de Novembro de 2009:

1CAB PPI (07138172) Joaquim Leandro Sousa Graça, €200,99;
SOLD PPI (74743773) Leandro Alberto Nhapulo, €196,53.

(DR II Série, n.º 195 de 08 de Outubro de 2009)

IV — RECTIFICAÇÕES

Rectifica-se o publicado em OE n.º 8, 3.ª Série, de 31 de Agosto de 2009, página n.º 109, referente ao TEN RC (12169496) Vítor Manuel Gomes dos Santos, onde se lê “Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP”, deve ler-se “Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviços Especiais das FAP”.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

José Luís Pinto Ramalho, general.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

Eduardo Manuel de Lima Pinto, tenente-general.